



FOI GOLPE!

O BRASIL DE 2016 EM ANÁLISE

Ana Carolina Galvão
Junia Claudia Santana de Mattos Zaidan
Wilberth Salgueiro
(Orgs.)

Pontes

Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

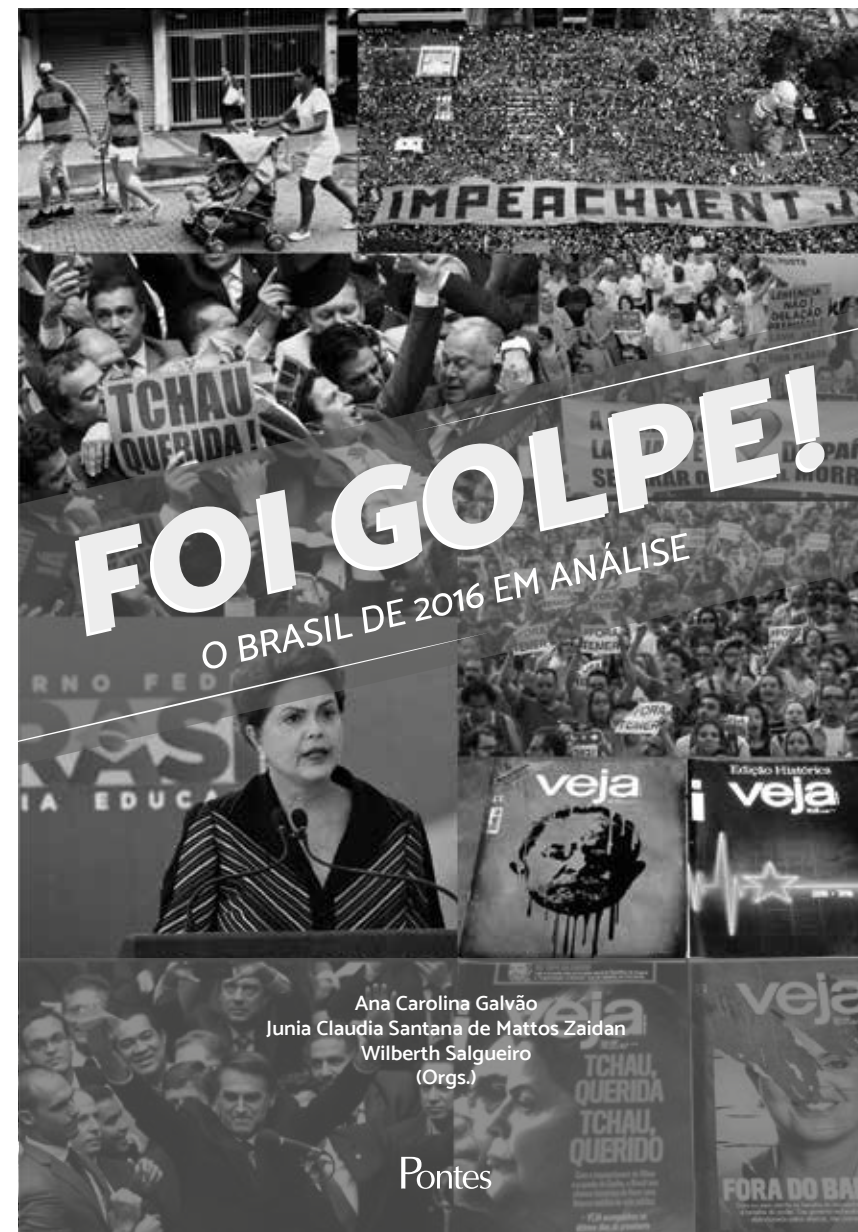
Galvão, Ana Carolina./Zaidan, Junia Claudia Santana de Mattos./Salgueiro, Wilberth (Orgs.)
Foi golpe! O Brasil de 2016 em análise/
Ana Carolina Galvão./Junia Claudia Santana de Mattos Zaidan./Wilberth Salgueiro. (Orgs.)
Campinas, SP: Pontes Editores, 2019

Bibliografia.
ISBN: 978-85-2170-098-2

1. Processo político e social 2. Estrutura social-estratificação social
3. Conflitos sociais – opinião pública I. Título
-

Índices para catálogo sistemático:

1. Processo político e social - 324
2. Estrutura social-estratificação social - 305
3. Conflitos sociais – opinião pública - 303-6



Copyright © 2019 – dos organizadores representantes dos autores
Coordenação Editorial: Pontes Editores
Revisão: Cibele Ferreira
Editoração e Capa: Vinnie Graciano

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman
(Unicamp – Campinas)
Clarissa Menezes Jordão
(UFPR – Curitiba)
Edleise Mendes
(UFBA – Salvador)
Eliana Merlin Deganutti de Barros
(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)
Eni Puccinelli Orlandi
(Unicamp – Campinas)
Glaís Sales Cordeiro
(Université de Genève - Suisse)
José Carlos Paes de Almeida Filho
(UNB – Brasília)
Maria Luisa Ortiz Alvarez
(UNB – Brasília)
Rogério Tilio
(UFRJ - Rio de Janeiro)
Suzete Silva
(UEL - Londrina)
Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva
(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES
Rua Francisco Otaviano, 789 - Jd. Chapadão
Campinas - SP - 13070-056
Fone 19 3252.6011
ponteseditores@ponteseditores.com.br
www.ponteseditores.com.br

Impresso no Brasil 2019

SUMÁRIO

PREFÁCIO_____	7
GAUDÊNCIO FRIGOTTO	
APRESENTAÇÃO_____	9
OS CURSOS SOBRE O GOLPE: UM TESTEMUNHO PESSOAL_____	13
LUIS FELIPE MIGUEL	
DEMOCRACIA IMPEDIDA, AUTORITARISMO LIBERADO_____	21
ANDRÉ RICARDO VALLE VASCO PEREIRA	
A FRAGILIDADE DOS PARTIDOS COMO INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS E O GOLPE PARLAMENTAR_____	41
MAURO PETERSEM DOMINGUES	
UM DESAFIO À TOLERÂNCIA E À LAICIDADE DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: O CONTEXTO RELIGIOSO DO GOLPE DE 2016 NO BRASIL_____	61
MARCELO BARREIRA	
CULTURA E DEMOCRACIA VILIPENDIADAS POR SUCESSIVOS GOLPES_____	79
GASPAR PAZ	
CLASSE TRABALHADORA SOB ATAQUE: UMA ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS E DOS EFEITOS CONCRETOS DO GOLPE_____	93
LÍVIA DE CÁSSIA GODOI MORAES	

NOVOS GOLPES, VELHAS PRÁTICAS: DIREITO À
INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E REPARAÇÃO_____117

CAMILA MATTOS DA COSTA

LITERATURA INFANTIL E DEMOCRACIA_____135

MARIA AMÉLIA DALVI

O GOLPE DE 2016 NA VOZ E NOS
VERSOS DOS POETAS_____161

WILBERTH SALGUEIRO

O CAMPO DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL E O PAPEL DA
MÍDIA NO GOLPE DE 2016_____183

DANIELA ZANETTI

TRADUÇÃO, MÍDIA E DEMOCRACIA: O GOLPE DE 2016
COMO GUERRA DISCURSIVA_____213

JUNIA CLAUDIA SANTANA DE MATTOS ZAIDAN

EDUCAÇÃO ESCOLAR E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE
“ESCOLA SEM PARTIDO”_____239

JULIANA PEREIRA RAGETELES GOMES

ANA CAROLINA GALVÃO

O DISCURSO DA IDEOLOGIA DE GÊNERO E OS RETROCESSOS
NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM
TEMPOS DE AUTORITARISMO_____261

ROSEMEIRE DOS SANTOS BRITO

PREFÁCIO

Tive a honra de fazer a palestra de abertura do ciclo de aulas dadas no curso livre sobre *O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia no Brasil e na América Latina*, organizado por grupos de pesquisa e outros docentes de diferentes áreas de conhecimento da Universidade Federal do Espírito Santo. Lendo o conjunto de aulas, agora condensadas na coletânea **Foi golpe! O Brasil de 2016 em análise**, sinto que a minha percepção de que se poderia reunir um material denso para, como sugere Walter Benjamin, escovar este período do golpe a contrapelo era correta.

Com efeito, os doze textos primam pela clareza e densidade no desvelar as várias faces e os diferentes sujeitos, manifestos ou ocultos que construíram o golpe de Estado de 2016. Um golpe que esconde, em seu ritual formal, parlamentar e jurídico, o grau maior de violência sobre direitos daquilo que é historicamente nossa tragédia de ditaduras e golpes institucionais para interromper processos de mudanças que afetam os privilégios de velhas e novas oligarquias. Este golpe repete a história, agora como farsa, e nela está a sua letalidade.

A prova contundente disto se explicita nos efeitos imediatos e mediatos do golpe. Imediatamente são as contrarreformas aprovadas de agosto de 2016 a outubro de 2018 que decretam, ao mesmo tempo, o desmanche da esfera pública e, com ela, os direitos universais do trabalho digno, da educação, da saúde, da cultura etc. Mas é no plano mediato que a insensatez dos arautos do golpe gerou o que, pelo menos parte destas forças, reconheceu que foi uma traição à demo-

cracia e ao povo e que nas eleições de outubro de 2018 redundaram eleger forças de extrema direita.

Os textos, ao desvelarem a indigência da maioria do parlamento, a leniência de grande parte do poder judiciário, o papel de manipulação da mídia empresarial e o ataque à laicidade do Estado por um poder religioso empresarial fundamentalista anunciam o que era inimaginável: a eleição de forças que conjugam o fundamentalismo econômico, em que tudo passa a ser mercado, o autoritarismo do fundamentalismo de extrema direita no campo político conjugado, de forma explícita com o fundamentalismo religioso tendo como referência o criacionismo.

Estão dados ingredientes fortes de fascismo societário. As manifestações de ódio e de eliminação dos *petralhas e mortadelas* na construção do golpe se explicitaram, de forma orgânica, no movimento Escola Sem Partido com a satanização dos professores como doutrinadores, comunistas, inimigos da família e de intolerância com a identidade de gênero e opção sexual. Insensatez que quer ganhar força de lei com apoio explícito das forças sociais que se elegeram com estas pautas.

Mas o conjunto dos textos da coletânea ao nos dar elementos sólidos das forças que constituem a esfinge que ameaça a democracia, a liberdade de pensamento e de organização, criminaliza movimentos sociais e pensamento de esquerda, nos dá também elementos para decifrá-la. Um passo fundamental para que, sem ódio, mas lutando por justiça, se constituam forças institucionais, políticas, jurídicas e culturais para renascer das cinzas.

Gaudêncio Frigotto

Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Pesquisador A-1 Sênior do CNPq

APRESENTAÇÃO

Este livro – *Foi Golpe! O Brasil de 2016 em análise* – nasceu do curso livre “O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia no Brasil e na América Latina”, proposto por docentes da Ufes e diversos grupos de pesquisa vinculados ao CNPq, que ocorreu ao longo dos meses de abril a junho de 2018 e teve como objetivo analisar o golpe de 2016 no Brasil, a partir de diversos aportes teórico-metodológicos, na perspectiva de múltiplos campos do conhecimento. Também se propôs a fomentar a discussão, acolhendo todo o dissenso próprio do debate fértil, sobre a aguda crise política brasileira, em um momento de sensível degradação do espaço público de debate no país.

Tendo em vista o uso de dispositivos institucionais por parte do Ministério da Educação para deter a oferta da disciplina sobre o golpe de 2016, na Universidade de Brasília, pelos docentes Luis Felipe Miguel e Karina Damous Duailibe, a proposição deste curso na Ufes foi, a um só tempo, um gesto de apoio à iniciativa dos colegas pesquisadores da UnB (que se espalhou pelo país, em dezenas de replicações do curso) e uma reiteração da autonomia didático-científica das universidades brasileiras, que se firmam no princípio da liberdade de pesquisa e de um ensino crítico.

No decurso do processo eleitoral de 2018 para a Presidência da República, a faceta persecutória do golpe, antes travestida de defesa da legalidade, apresentou-se, enfim, sem pejo, no programa de governo de Jair Bolsonaro, no discurso por ele feito nas redes sociais ao ser anunciado vencedor do pleito, nas operações policiais em mais de 20 universidades para silenciar protestos antifascistas realizados durante o 2º turno

das eleições e na intimidação de professores a partir do dia seguinte ao resultado do pleito, pelos defensores do projeto Escola sem Partido.

A resposta das universidades, tanto em relação à oferta de cursos como o que deu origem a esta coletânea, quanto em face dos ataques resultantes do estado policaresco e denunciata instaurado no país, tem sido dada à altura, seja pelo repúdio à tentativa de “higienização” de sua paisagem de protesto, do qual a Universidade Federal Fluminense foi emblemática ao substituir a faixa “Direito Antifascismo”, censurada pela polícia, por outra faixa com a inscrição “Censurado”; seja pela rápida organização de coletivos para proteger os professores acusados de doutrinação e garantir a liberdade de expressão. São formas de resistência que emergem, formas das quais este livro não deixa de ser um exemplo, uma ação, uma atitude.

Ministrado por meio de um ciclo de palestras, o curso abriu 150 inscrições que se esgotaram em poucas horas e contou com a participação de diversos professores pesquisadores da Ufes, com o apoio dos seguintes grupos e núcleos de pesquisa registrados no CNPq: Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis; Laboratório de Estudos de História Política e das Ideias; Literatura e Educação; Pedagogia histórico-crítica e educação escolar; Poesia: suportes formais e sistemas de significação; e Seminário Permanente de Pesquisa em Ética e Filosofia Política.

O curso, em todas as palestras, teve grande audiência e, a certa altura, diante dos apelos de registro audiovisual e escrito, os professores envolvidos decidiram colocar em livro as falas. Um apelo feito por Gaudêncio Frigotto no primeiro dia de aula também contribuiu para a decisão.

Os debates que se seguiram a cada palestra não puderam entrar nesse volume. Mas o núcleo das ideias que foram expostas aqui se encontra, conforme a sequência em que ocorreram.

Duas palestras, por motivos diversos, não são publicadas: “O Golpe de Estado no Brasil e as ruínas da República: resistência e luta social nos movimentos de fé e política”, de Maurício Abdalla (Filosofia), e “Think Tanks internacionais e sua atuação na América Latina. O novo ativismo de direita e o golpe”, de Antonio Carlos Amador Gil (História).

Tivemos o privilégio ainda de contar com as conferências de abertura do prof. Gaudêncio Frigotto (UERJ) e de encerramento do prof. Luis Felipe Miguel (UnB), que também participam do livro.

Como se disse antes, há um recorte transversal – o Golpe – que atravessa todos os textos, todavia a partir de perspectivas críticas e epistemológicas distintas. Esperamos que o livro possa contribuir para que o leitor tenha informações e análises que lhe permitam exercer o direito, hoje notadamente ameaçado de sequestro, da reflexão e da resistência.

Vitória, novembro de 2018

Ana Carolina Galvão
Junia Claudia Santana de Mattos Zaidan
Wilberth Salgueiro



OS CURSOS SOBRE O GOLPE: UM TESTEMUNHO PESSOAL

LUIS FELIPE MIGUEL

Ciência Política

luisfelipemiguel@gmail.com

Quando, em outubro ou novembro de 2017, encaminhei minha proposta de disciplina na graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília para o semestre seguinte, imaginei que ouviria as reclamações de praxe de estudantes e colegas de extrema-direita na universidade, mas não mais do que isso. O curso era intitulado “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”. Não foi pensado como uma intervenção política – exceto, claro, no sentido de que o processo de ensino e aprendizagem é sempre um ato político. Era uma decisão acadêmica corriqueira. A destituição ilegal da presidente Dilma Rousseff (isto é, o golpe) havia motivado um deslocamento da minha agenda de pesquisa, da teoria democrática para a política brasileira. Aprovado pelo CNPq, um projeto com a mesma temática seria iniciado em março de 2018. A oferta de uma disciplina de “tópicos especiais”, que propicia um momento de organização das leituras, é quase um procedimento padrão ao se iniciar um novo projeto de pesquisa.

O conteúdo da disciplina não era diferente daquilo que já estava sendo discutido por muitos colegas interessados em compreender o Brasil atual. A diferença era a palavra proibida – “golpe” – já em seu título. Um pequeno *website* do Distrito Federal decidiu fazer escândalo, a partir de um enquadramento risível: uma universidade “paga pelo governo” estaria abri-

gando um curso “contra o governo”. Igualmente pouco versado no funcionamento do trabalho acadêmico, o então ocupante do Ministério da Educação, deputado Mendonça Filho, viu ali uma oportunidade de fazer média com sua base política mais reacionária e ameaçou tomar medidas para impedir o funcionamento do curso e responsabilizar seus proponentes.

O argumento era que o curso representaria uma instrumentalização da universidade para pregação político-partidária. O programa da disciplina, que eu havia divulgado previamente, como sempre faço para que estudantes potencialmente interessados possam decidir a matrícula de maneira mais esclarecida, foi exibido como prova. Na verdade, ele continha discussões teóricas sobre a relação entre a democracia liberal e o capitalismo, uma apreciação histórica sobre a herança da ditadura e a redemocratização e, por fim, um conjunto bastante plural de leituras sobre os governos petistas e a crise que levou à deposição da presidente. Não importava. Por desinformação, má fé ou uma combinação das duas, uma campanha muito agressiva de desqualificação foi lançada, com a participação de jornalistas da grande imprensa, agitadores de direita nas mídias sociais e parlamentares.

Há uma dupla armadilha na acusação de “aparelhamento partidário” da universidade. O subtexto é que o golpe e os retrocessos no Brasil são ficções da propaganda lulista. Dez em cada dez ataques na mídia tradicional ou virtual começavam estabelecendo que eu era militante petista.

A primeira armadilha é a ideia de que uma disciplina universitária *posicionada* fere a mítica neutralidade que a educação deveria almejar. Mas a ciência sempre exige uma tomada de posição. A disciplina postulava que em 2016 ocorreu um golpe de Estado no Brasil, posição, aliás, amplamente predominante na ciência social daqui e de fora, com base numa compreensão circunstanciada do conceito “golpe”. A escolha é perfeitamente legítima e não exige, como alguns procuradores de extrema-direita chegaram a dizer, cobrando mudanças no programa de disciplinas sobre o golpe, um equilíbrio “imparcial” entre visões diversas. Se for para seguir na linha proposta pelos inquisidores, uma disciplina voltada à psicologia freu-

diana teria que dedicar metade de seu tempo ao behaviorismo. Uma aula sobre teoria do equilíbrio pontuado teria que ser também sobre evolucionismo gradualista, um curso sobre monetarismo precisaria dar a Marx ou Keynes o mesmo espaço que dá a Friedman e assim por diante. Em suma, nunca avançaríamos além das discussões iniciais. Exatamente porque o pluralismo acadêmico não se esgota no interior de cada disciplina, os cursos aprofundam pontos de vista científicos. E, com certeza, uma boa aula sobre psicologia freudiana é útil mesmo para behavioristas.

Uma versão alternativa apontava que a ausência de consenso tornava “não científica” a descrição da derrubada da presidente como golpe. Afirmavam que, se a autonomia universitária permite um curso sobre o golpe, permitiria também um curso sobre a terra plana. Mas a autonomia universitária entende que quem determina quais controvérsias científicas são legítimas (e quais não são) é o próprio campo científico, não os detentores do poder, político, econômico, religioso ou midiático. Há um consenso sólido de que a terra não é plana; para oferecer um curso que partisse do pressuposto contrário, seria necessário encontrar evidências muito fortes que justificassem, para a comunidade científica, que a discussão fosse reaberta. Portanto, não há comparação possível com o caso do golpe de 2016. Aliás, quem acredita que a terra é plana em geral também acredita que não foi golpe, como os seguidores de Olavo de Carvalho...

A segunda armadilha é aceitar que, sendo o professor “petista”, sua legitimidade para discutir a política brasileira contemporânea está comprometida.

Na verdade, não sou e nunca fui filiado ao PT – uma simples consulta à base de dados da Justiça Eleitoral confirma o fato. Quem se deu ao trabalho de ler qualquer coisa que escrevi sabe que sempre estive contra o *impeachment* ilegal e contra a perseguição jurídica e midiática ao ex-presidente Lula, mas também nunca abri mão de uma avaliação crítica dos limites seja dos governos do PT, seja de sua estratégia na reação ao golpe.

Eu não queria ser rotulado numa posição que não é a minha. Mas se vinha a público me defender da “acusação” de ser petista, parecia que estava aceitando a premissa de que um professor que seja do PT não poderia lecionar sobre a política brasileira. Faz lembrar dos relatos sobre a ditadura de 1964 que enfatizam que alguém foi torturado mas “nem era comunista” ou das reportagens sobre agressões homofóbicas contra alguém que “nem é gay”. Como se a violência fosse legítima, caso a vítima fosse de fato comunista ou gay – ou petista.

Muitos colegas filiados ao PT (assim como ao PSOL, ao PCB, ao PDT, ao PCdoB etc.) têm dado contribuições incontornáveis ao debate público no Brasil. Afinal, ter partido não significa dogmatismo, cegueira deliberada ou abandono da capacidade crítica e do rigor científico. Creio que estaríamos melhor se mais acadêmicos vinculados aos partidos da direita agissem com a mesma honestidade intelectual. Nem por isso eles devem ser censurados.

Foram momentos tensos, mas, na UnB, depois das ameaças iniciais do então ocupante do MEC, a disciplina ocorreu sem sobressaltos. Na verdade, foi muito tranquila. Os estudantes bolsonarianos que haviam se matriculado nela nem sequer apareceram; creio que desistiram quando perceberam que não ia ter tumulto e sim debate e reflexão. Ainda assim, o começo do semestre foi marcante. Nunca imaginei que, em minha vida de professor, teria que dar aula sob esquema de segurança – necessário já que, em dado momento, radialistas e *youtubers* de extrema-direita (como o advogado Miguel Nagib, chefe da campanha fascista do “Escola Sem Partido”, e a procuradora aposentada Bia Kicis, depois eleita deputada federal) estimulavam uma onda de violência que inviabilizasse o curso. Creio que este é um dos efeitos mais lamentáveis desta campanha: transformar as salas de aula em espaço de hostilidade, em vez de construção conjunta de conhecimento e de discussão franca.

Mendonça Filho recuou de seus propósitos persecutórios, em parte pela péssima repercussão de sua desastrada iniciativa, em parte porque já havia feito a *mise-en-scène* para sua

base radicalizada. Até onde sei, a UnB só recebeu um pedido de esclarecimento *pro forma*, do Tribunal de Contas da União, que foi acionado por um deputado retrógrado (que pediu para permanecer anônimo). “Até onde sei” porque a minha instituição assumiu toda a responsabilidade pela defesa jurídica da disciplina. Tive a felicidade de contar, na administração da universidade, com a reitora, prof^a Márcia Abrahão, e seu vice, prof. Enrique Huelva, firmes no compromisso com a autonomia universitária.

Em outras universidades, porém, a situação foi mais tensa. Onde o Ministério Público está instrumentalizado pela extrema-direita e onde juízes ativistas altamente ideologizados atuam, houve tentativas sérias de censura e de bizarra interferência na universidade. O caso mais lamentável veio da Universidade Federal de São Carlos, em que a própria reitoria, controlada por um grupo reacionário, encontrou pretextos para sustar a oferta de um curso sobre o golpe.

A proliferação de cursos sobre o golpe, como o que ocorreu na UFES, indicou uma magnífica determinação da universidade brasileira para lutar pela preservação da sua autonomia, que é a condição básica para que possamos fazer bem nosso trabalho como docentes e pesquisadores e para que possamos devolver à sociedade, em forma de conhecimento e diálogo, aquilo que ela nos dá. Foi também uma tocante demonstração de solidariedade que recebi de centenas de colegas, muitos dos quais sequer me conheciam, que se levantaram para dividir comigo o ônus das pressões e das perseguições. A todos, registro meu agradecimento mais sincero.

O movimento dos cursos sobre o golpe foi, a meu ver, amplamente positivo. Contribuiu para sacudir a letargia da universidade brasileira. O saldo pessoal, para mim, da notoriedade indesejada que recebi, é mais ambíguo. Confesso que me diverti mais do que me zanguei com as absurdidades que, durante um punhado de dias, os jornalistas da direita despejaram sobre mim, sobre o curso, sobre a universidade. Meu favorito pessoal é o mentor do “Escola Sem Partido” dizendo que a disciplina sobre o golpe não era uma disciplina de Ciência Política porque não tinha nem Platão, nem Aristóteles na bibliografia.

A imprensa fez, como de costume, um papelão. Desde o pequeno site local que deflagrou o escândalo até os jornais, que reforçaram a tese de que a educação tem que ser “neutra” e de que não se pode falar do golpe – e deram espaço nenhum para o contraditório. Por exemplo, quando os colegas da Unicamp escreveram para a *Folha de S. Paulo* uma resposta a um texto feroz contra a universidade e o pensamento crítico tiveram dificuldade até para arrancar a informação de que o jornal não iria publicá-lo.

Dentro da academia, foram pouquíssimos os que defenderam a censura ao curso. A posição mais comum, à direita, foi tentar desqualificar o programa e o professor, “anticientíficos” e “doutrinadores”, lamentar a presença de tais excrescências, mas reconhecer que, uma vez que eles existem, o direito de oferecer a matéria precisa ser garantido. Em alguns casos, colegas conservadores manifestaram suas divergências de forma ponderada, e suas defesas da liberdade de cátedra foram particularmente importantes.

O pior, no entanto, é o movimento mais sutil de emparelhar, a mim e a outros colegas mais intensamente envolvidos nos cursos pelo país afora, na posição de “militantes”, logo, desprovidos de respeitabilidade acadêmica. Trata-se de novo *round* do embate permanente contra a noção positivista de “neutralidade” nas ciências sociais. É uma manobra conveniente porque, ao nos desqualificar como interlocutores, permite que fujam do debate conosco. Mas a ciência que eu procuro fazer e que vi nos cursos sobre o golpe pelo Brasil afora não tem nada de “militante” (no sentido de movida por paixão partidária cega). Ela é, isto sim, engajada: assume sem rodeios seus valores ético-políticos, não nega que faz parte do mundo social que procura desvendar, recusa a ficção da neutralidade e, em seu lugar, coloca a honestidade de assumir o lugar de onde fala. É um engajamento que se combina com o rigor científico e do qual tem saído a maior e a melhor parte do conhecimento produzido nas ciências sociais.

O emparelhamento almejado prejudica nossas posições no campo acadêmico e visa comprometer a continuidade de

nosso próprio trabalho. Lembro que, nos corredores do penúltimo encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, que ocorreu no momento em que o Senado aprovava o afastamento definitivo da presidente Dilma Rousseff, um “colega” particularmente desqualificado dizia o seguinte: “Esses aí que estão falando em ‘golpe’ vão mudar de discurso assim que seus financiamentos de pesquisa começarem a ser cortados”.

Mas não é possível esconder o sol com a peneira. Assim como sabemos que nenhum cientista social produziu conhecimento digno de nota aderindo ao golpe de 1964, hoje todos os pesquisadores mais respeitáveis se alinham ao entendimento de que em 2016 ocorreu uma ruptura ilegal da ordem constitucional – ainda que aplicando ênfases diferenciadas. Uma vez mais, a proliferação das disciplinas sobre o golpe, que reuniram um verdadeiro *dream team* das ciências humanas no Brasil, foi essencial para marcar esta situação.

A eleição de Jair Bolsonaro, em outubro de 2018, agrava – e muito – a situação aberta com o golpe de 2016. Teremos um governo radicalmente antidemocrático e antipovo, que não procura sequer disfarçar estas características. E um governo que, apesar dos inúmeros problemas das eleições (do impedimento arbitrário à candidatura de Lula às *fake news*), pode invocar a legitimidade da autorização popular. No que concerne à educação e à universidade, o quadro é dramático. O grupo que chega ao poder se orgulha de seu anti-intelectualismo e seu ódio ao conhecimento. As tentativas de intimidação a professores e estudantes foram a marca dos momentos finais da campanha e também das “comemorações” da vitória. Os projetos obscurantistas avançam no Congresso. Contamos com a proteção ambígua de um Supremo Tribunal Federal cujo compromisso com a democracia e com os direitos já se mostrou duvidoso. Em suma, dependemos de nossa capacidade de resistência. Os cursos sobre o golpe mostraram que ela existe. É momento de reforçá-la, em nome da nossa existência como pesquisadores, como docentes e discentes, como cidadãos e seres pensantes.

DEMOCRACIA IMPEDIDA, AUTORITARISMO LIBERADO

ANDRÉ RICARDO VALLE VASCO PEREIRA

História

andre.r.pereira@ufes.br

Como parte da atividade de extensão “Curso na Ufes: O Golpe de 2016 e a democracia no Brasil e na América Latina”, eu decidi fazer uma reflexão sobre um livro que foi lançado recentemente. O seu autor é o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos (2017). O seu título é *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Essa escolha se deve a duas razões. A primeira se encontra na interpretação do autor sobre o fundamento jurídico do que ele chama de golpe parlamentar de 2016. Sendo o curso de extensão um esforço para abordar academicamente o tema do golpe, a abordagem deste autor me pareceu relevante para estimular um debate. A segunda razão é a minha crença de que, em momentos como o atual, os intelectuais devem agir muito mais como provocadores do que como narradores dos eventos. E Wanderley, neste livro, consegue ser polêmico e provocador, dizendo coisas que não são evidentes.

Quero deixar claro que eu não assino embaixo a análise feita pelo autor, mas entendo que os seus *insights* estimulam a reflexão e nos obrigam a pensar em aspectos que não são óbvios. O livro tem 187 páginas e traz uma argumentação bastante densa. Desta forma, não será possível apresentar todas as suas colocações. A tese geral do autor é a de que há

uma relação conflituosa entre o desenvolvimento do capitalismo e a democracia de massas. Neste sentido, ele argumenta que uma das características da modernização capitalista é a produção de riqueza em alto nível, o conflito pela apropriação desta riqueza e a complexidade socioeconômica que acaba se configurando. Ou seja, quanto mais o capitalismo se desenvolve, maior é a divisão do trabalho, maior é a quantidade de profissões, de atividades, de grupos especializados, o que resulta numa explosão de interesses. O capitalismo aumenta a riqueza, cria a possibilidade de que os seres humanos escapem à armadilha histórica da pobreza e da morte por fome e oferece recursos que podem ser apropriados pelo Estado por meio de impostos. O problema é que a complexidade socioeconômica gera um volume muito grande de demandas, que o Estado não é capaz de atender por completo. Como resultado, por mais que os serviços prestados pelo poder público sejam expandidos, sempre haverá uma demanda não acolhida, gerando insatisfações.

Em nossa experiência contemporânea, o desenho institucional voltado para o processamento das demandas mais disseminado nos países capitalistas é a democracia liberal. Ora, Wanderley chama a atenção para o fato de que tanto o capitalismo quanto a democracia possuem uma história. No caso das democracias, elas foram sendo estabelecidas por meio de um processo de lutas sociais que implicaram, entre outras coisas, na universalização do voto. Isto faz com que a duração deste fenômeno acabe sendo mais curta e menos estável do que possa parecer numa primeira abordagem, pois a existência de uma grande quantidade de países com voto autenticamente universal, sem critérios de renda, de sexo e de nível educacional é algo que se consolidou apenas após a II Guerra Mundial. Isto é válido mesmo para os Estados Unidos, pois a participação eleitoral dos negros em condições nas quais não se vissem constrangidos só foi obtida a partir da década de 1960.

E a democracia de massas não é bem digerida pelos setores conservadores, que desconfiam das habilidades dos

eleitores, em particular dos mais pobres, que, na sua ótica, seriam incompetentes para fazer escolhas adequadas e desinteressados pela coisa pública. Só que Wanderley acompanha as estatísticas de participação eleitoral dos brasileiros e nos mostra que a maior parte dos nossos cidadãos vota de maneira válida, escolhendo candidatos e demonstrando, desta forma, que houve efetiva incorporação ao processo eleitoral. Vale notar, ademais, que uma autêntica democracia de massas também deve contar com uma Constituição que tenha resultado da vontade popular. Historicamente, em muitas Sociedades, existiu um arranjo institucional com a aparência de uma democracia, mas que não passava, de fato, de um regime oligárquico, ou seja, aquele no qual o processo de tomada e implantação de decisões em políticas públicas era controlado por elites econômicas. Ora, tendo em vista que a universalização e a participação eleitoral de massas no Brasil foi resultado da modernização e da urbanização, só podemos falar de uma Constituição autenticamente democrática em 1988. Portanto, uma alta participação eleitoral sob regime constitucional autenticamente democrático é algo recente no Brasil, mas vamos lembrar que também é assim em outros países.

Retomando, então, a primeira parte do argumento, o autor lembra que, como resultado da implantação da democracia de massas, houve também aumento das demandas e das insatisfações com os serviços prestados pelo Estado no Brasil. Para não estender tal reflexão longamente no passado, Wanderley chama a atenção para o fato de que, nos dois primeiros mandatos de Lula, foi possível, devido a condições internacionais favoráveis, desenvolver um conjunto de políticas que promoveu relativa desconcentração de renda e, ao mesmo tempo, beneficiou o empresariado. A crise internacional de 2008, todavia, levou a um aumento da contradição entre o capitalismo e as democracias de massas. As respostas dadas para a estabilização do sistema implicaram em um conjunto de medidas que beneficia o capital e que diminui a capacidade do poder de Estado em prestar serviços, gerando uma

maior insatisfação que aquela já estruturalmente presente. Há, portanto, uma situação de conflito entre capitalismo e democracia de massas, que se agudizou no Brasil (e no resto do mundo). Diante desta situação, para o autor, os golpes parlamentares são um tipo de solução, entre outras disponíveis, que acaba por usurpar o poder constituinte do povo. Diante do conflito entre fórmulas que preservem lucros e a manutenção de canais abertos de participação e pressão popular sobre o Estado, o golpe parlamentar derruba governos legitimamente eleitos e impõe reformas que reduzem drasticamente políticas públicas, cuja fundamentação se encontra no cumprimento de determinações constitucionais.

Esta formulação do conceito de golpe parlamentar é que me pareceu interessante. O termo foi usado por atores políticos e pela literatura especializada. Os primeiros estavam interessados em caracterizar o *impeachment* de Dilma Rousseff como um golpe de Estado. Só que as suas definições mais tradicionais supunham um uso aberto da força física, o que não era o caso. Dado que o meio usado foi o Legislativo, bastava somar os dois termos golpe e parlamentar. Um exemplo está no discurso de defesa da presidente feito pelo seu advogado e ex-Ministro da Justiça de seu governo, José Eduardo Cardozo, no Senado, quando disse:

Peço a Deus que, se Dilma for condenada, um novo ministro da Justiça tenha a dignidade de pedir desculpas a ela; se viva, a ela; se morta, a sua filha e seus netos. Que a história absolva Dilma Rousseff se vossas excelências quiserem condená-las. Mas, se quiserem fazer justiça aos que sofreram violência de estado, julguem pela justiça. Não aceitem que nosso país sofra um golpe parlamentar. Para que Dilma não sofra a pena de morte política. (CONDENAÇÃO, 2016, Sem Paginação)

Vale lembrar que, na época, como ainda hoje, os apoiadores da medida sempre negaram a caracterização do evento como golpe, já que, entre outras coisas, os procedimentos legais teriam sido respeitados. Neste sentido, golpe parlamentar remete a uma componente do discurso político, com o propósito de desqualificar o ocorrido e mobilizar apoios. Em termos analíticos, contudo, não se ganha nada com tal atitude.

Já a literatura especializada usou o termo golpe parlamentar em vários sentidos. Quero deixar claro que os exemplos que citarei a seguir não têm o objetivo de esgotar o assunto. Eles servem apenas para demonstrar a ausência de uma definição que possa ser tida como evidente em si. Procederei, então, por meio de tópicos. O primeiro deles remete a uma adesão dos especialistas ao argumento correntemente usado pelos opositores de Dilma Rousseff: não houve golpe por conta do respeito ao procedimento legal, como nesta afirmativa: “Certainly, there was no coup: the legal procedure was followed under the attentive eyes of the Supreme Federal Court” (NUNES; MELO, 2017, p. 288). Na mesma linha, o conhecido historiador e cientista político, José Murilo de Carvalho, ainda antes da conclusão do processo no Senado, disse: “[...] o processo de afastamento da governante tem sido constitucional e dificilmente o deixará de ser, uma vez que a fase atual é supervisionada pelo Supremo” (CARVALHO, 2016, p. 32). E, usando um aporte teórico diverso, Giuseppe Cocco, em publicação associada ao pensamento de Michael Hardt e Antonio Negri, concluiu:

Não houve golpe de Estado no Brasil, de nenhuma espécie, nem mesmo parlamentar. Por um lado, o Impeachment é não somente previsto pela Constituição Democrática (de 1988), como já foi utilizado com o apoio entusiasta do PT, contra Fernando Collor de Mello (eleito em 1989 e destituído em 1992). Por outro lado, todo o pro-

cesso se realizou segundo as regras e sob a supervisão dos juizes do *Supremo Tribunal Federal* (a Corte Suprema Brasileira) onde oito dos onze membros foram nomeados por Lula ou Dilma. Dizer que não é um golpe de Estado não significa dizer que o que ocorre no Brasil é aceitável ou normal. (COCCO, 2017a, p. 8)

O que ele defende é que se deu um rearranjo interno na coalizão de poder, como resultado de uma luta entre o Partido dos Trabalhadores e seus aliados (COCCO, 2017b), processado no interior das regras existentes, que não teriam sido afetadas ou manipuladas. Este é, justamente, um ponto contestado por Wanderley G. Santos.

O segundo tópico nos indica uma postura de indiferença ou inespecificidade acerca da diferenciação entre golpe de Estado e golpe parlamentar. É o caso do artigo de Marcelo Milan, ao afirmar:

Quando coalizões de interesses do poder econômico não podem ter os seus interesses totalmente representados pelo funcionamento normal do sistema político, porque outras frações ou classes poderosas estão competindo para o mesmo fim, com recursos semelhantes ou coligações politicamente mais viáveis nos marcos da legalidade burguesa, em geral, o primeiro pode obter o poder por meio da força, incluindo golpes de Estado militares ou parlamentares. (MILAN, 2016, p. 86)

[...] a burguesia brasileira esvaziou primeiro os cofres do Tesouro público. E agora, por meio de um golpe de Estado parlamentar apoiada por todos os grupos oligárquicos da burguesia industrial, grupos de

mídia – em sua cruzada perpétua de propaganda anti-trabalho –, rentistas, financistas e o agronegócio, e fanáticos religiosos conservadores, lançaram um programa neoliberal. (MILAN, 2016, p. 92)

No argumento do autor, o que importa é a ação da classe dominante, que lança mão de um ou outro dispositivo para atender aos seus interesses, de forma que os meios legais não passam de um instrumento, o que a discussão de Wanderley ajuda a tornar mais complexo. Não é conveniente desconsiderar o detalhe do argumento jurídico e seu papel no processo, o que leva ao terceiro tópico, aquele no qual se verifica que há autores que recusam o termo golpe parlamentar em favor da designação mais geral de golpe de Estado, muitas vezes sem aprofundamento analítico. É o caso do sociólogo Adalberto Cardoso, quando diz simplesmente: “O Brasil vive, neste momento, um golpe de estado” (CARDOSO, 2017, p. 85). De forma parecida o respeitado Michael Löwy escreveu:

Llamemos las cosas por su nombre. Lo que acaba de suceder en Brasil, con la destitución de la presidenta elegida en las urnas, Dilma Rousseff, es un golpe de Estado. Un golpe de Estado pseudo-legal, “constitucional”, “institucional”, parlamentario, todo lo que quieran, pero ni más ni menos que un golpe de Estado. (LÖWY, 2016, p. 95)

Já o quarto tópico recupera o termo golpe parlamentar, mas num formato puramente descritivo. É o que ocorre, por exemplo, no livro organizado por Carlos Lucena (2017) em vários dos textos ali publicados. Também assim o fazem os cientistas políticos Fabiano Santos e Fernando Guarnieri (2016), além do sociólogo Ruy Braga (2017/2018).

O quinto tópico aponta para a associação entre golpe parlamentar e outros termos, o que conduz a um tipo diferente

de problema. Acima, não há clareza. Aqui, não há fronteiras bem definidas. Ricardo Antunes, por exemplo, soma golpe parlamentar com judicial:

Dada a enorme corrosão de suas bases sociais de sustentação, desenvolveu-se um golpe parlamentar e judicial (uma vez que setores do Judiciário vêm implementando uma legislação de exceção para poder dar respaldo jurídico ao golpe). (ANTUNES, 2017, p. 58-59)

Por sua vez, o Grupo de Conjuntura da Fundação Perseu Abramo, ligada ao Partido dos Trabalhadores (PT), prefere “golpe parlamentar, jurídico e midiático”:

[...] em 2016, o governo Temer consumou sua ascensão por meio de um golpe parlamentar, jurídico e midiático. Não por acaso, as peças jurídicas que endossaram as ficções das pedaladas fiscais tinham como objetivo criminalizar, justamente, a política financeira e fiscal que deu suporte para a recomposição da estrutura do Estado e para a dinamização das empresas estatais. (GUERRA *et al.*, 2017, p. 158)

O sexto tópico faz uma aproximação com o tema deste texto, que é a relação do golpe parlamentar com a Justiça. Um exemplo de elaboração mais vaga é o seguinte: “A orquestração do golpe parlamentar no Brasil em 2016 não ocorreu sem o manto protetor e legalizador do judiciário, que por sua vez, não é e nunca foi neutro” (SANTOS; MALANCHEN, 2017, p. 183). Há aqui a suposição de um ativismo, mas que não fica esclarecido. Outro tipo de argumento é aquele segundo o qual o Judiciário foi omissor, como no caso do autor que defende ter ocorrido falta de ação do Judiciário ao impedir o desrespeito às normas legais e constitucionais durante o julgamento do *impeachment* e mesmo após:

De todas as forças que continuam a operar pela normalização do golpe parlamentar e das suas consequências, uma das maiores responsabilidades cabe ao Poder Judiciário, na medida em que claramente abriu mão do seu papel contramajoritário e de defensor dos direitos e garantias constitucionais. (SILVA FILHO, 2017, p. 24)

Outro tipo de abordagem é aquela segundo a qual membros do aparelho policial-judiciário usaram recursos legais ao seu alcance para apoiar o golpe, como nesta ilustração:

[...] o poder judiciário, o Ministério Público e a Polícia Federal. Órgãos estes compostos – em sua maioria – por membros advindos da pequena burguesia de grandes centros urbanos. Com forte viés moralista tiveram papel de proa ao formar uma unidade em torno das investigações da Operação Lava Jato conduzida por um juiz de primeira instância (Sérgio Moro), habituê de cursos de formação contra crimes fiscais oferecidos pelo Departamento de Estado dos EUA, influenciado pela experiência da Operação Mãos Limpas (Itália). Na ponta do processo podemos, tranquilamente, admitir que houve um golpe institucional levado a cabo por aparelhos do próprio Estado cujos processos judiciais naturalizaram práticas dignas de um verdadeiro estado policial, de exceção. (DANTAS, JABBOUR, SOBRAL, 2014, p. 24, Nota 24)

Numa linha parecida, Jorge Chalhoub e Pedro Luiz Lima preferem o conceito de “golpe jurídico”, que “embute a participação ativa das instituições judiciais, e de alguns de seus atores específicos, na ruptura “legal” das regras do jogo democrático” (CHALOUB; LIMA, 2018, p. 204). Desta forma,

trata-se de uma discussão sobre o papel do que chamam de “jurista político” no processo de deposição de Dilma Rousseff, ou seja, estudam os discursos enunciados pelos operadores do aparelho jurídico na arena pública (palestras, livros, conferências, entrevistas) ao longo do processo.

De forma parecida, Matheus A. Araújo e Vanessa S. Pereira, ao abordar as quedas de governos eleitos em Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016), afirmam que: “Não faria sentido, portanto, classificar, qualquer dos três eventos, como golpe parlamentar. O judiciário não foi só omissor, foi agente!” (ARAÚJO; PEREIRA, 2018, p. 134). Sem ser um trabalho específico sobre a relação entre Judiciário e o golpe, os autores seguem na mesma linha de uma ação de membros do aparelho, sem considerar o debate jurídico em sua especificidade.

Para fechar este tópico sobre a proximidade do golpe parlamentar e a Justiça, farei referência a um artigo (ARGUELHES; RIBEIRO, 2018) que não lida especificamente com o *impeachment*, mas chama a atenção para um tipo de ativismo que não parece ser tão comum, qual seja, o dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) de forma individual. O trabalho em questão defende a tese de que, em momentos críticos, ministros da Corte exerceram o poder judicial individualmente, sem a participação relevante do plenário, pois há mecanismos, como as decisões monocráticas, que podem ser decisivas para a política constitucional brasileira.

Percebe-se, portanto, que, com ênfases e óticas diversas, há especialistas que chamam a atenção para o papel dos juristas, mas do ponto de vista de sua intervenção estratégica no cenário e não exatamente no que se refere a uma alteração no componente jurídico em si. Esta é a especificidade da obra de Wanderley G. Santos, pois, além de oferecer uma análise sociopolítica ampla, ele discute os fundamentos jurídicos do seu conceito de golpe parlamentar. Como dito antes, um ato deste tipo precisa, no argumento do autor, usurpar o

poder constituinte do povo. Para tanto, um dos elementos nos quais ele se baseia é uma fundamentação jurídica nova, elaborada a partir de um processo político. Este é o ponto quem me parece relevante para o nosso debate e que, salvo melhor juízo, não se encontra disponível na literatura sobre o tema em outras propostas. Desta forma, retorno, a seguir, ao livro *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*.

Wanderley identifica a origem de uma fórmula jurídica posteriormente usada pelo golpe parlamentar na Ação Penal 470, ou seja, o julgamento do Mensalão pelo STF. Este evento ocorreu entre 2 de agosto de 2012 e 13 de março de 2014. Durante o seu andamento se deram os eventos de 2013. Vale notar que o acórdão do julgamento foi publicado em 22 de abril de 2013 (AP 470, 2013). A data usada pelo autor como conclusão é a da finalização dos embargos infringentes (AP 470, 2014).

Segundo Wanderley, no decorrer do julgamento da ação, foram anunciadas três teses que viriam a formar a base da fórmula jurídica. A primeira tese é aquela segundo a qual um ator que não seja o povo pode dizer o que a Constituição é. A segunda é aquela segundo a qual cabe aos acusados provar a sua inocência. Se não o fizerem, são culpados. A terceira afirma que, quanto mais elevada é a posição de alguém na cadeia de comando, mais facilitada lhe é a capacidade de apagar pistas.

Ao discutir o assunto, Wanderley lembra que o processo do Mensalão possuiu como base empírica a acusação de crime eleitoral, ou seja, o uso de caixa 2. O crime de caixa 2, por sua vez, envolve uma cadeia dispersa. Entre o receptor e o candidato, parte da doação clandestina é sursupriada por intermediários. Todavia, segundo o autor, não se deve confundir reservas de caixa 2, que é um crime eleitoral imputável a partidos, com desvio de recursos de caixa 2 e crime comum de apropriação indébita. Só que os ministros do STF resolveram transformar em crime comum todo o processo de cap-

tação e distribuição de recursos de caixa 2. Além disso, para condenar os envolvidos na cadeia de captação e distribuição desses recursos como criminosos comuns foi necessário associar o repasse de recursos aos candidatos em compra de votos no Parlamento.

O autor não nega o crime de caixa 2 no Mensalão. Ocorre que, por ser uma atividade ilegal, o caixa 2, de fato, proporciona chances de crime de corrupção, mas não conduz a ele necessariamente. A ligação entre os dois pontos derivou do fato de que alianças eleitorais tendem a formar coalizões parlamentares. Foi esta proximidade que sugeriu a interpretação segundo a qual, com o dinheiro de caixa 2, obtido ilegalmente, os partidos líderes compravam votos de parlamentares. De fato, havia provas de movimentações de recursos ilegais. Só que elas foram usadas como elementos para conectar crimes eleitorais a crimes comuns.

Estamos, portanto, discutindo, o tempo todo, uma acusação que envolve grupos hierarquicamente definidos, que cometeram crime eleitoral. O que o autor argumenta é que a maioria do STF aceitou e reforçou a interpretação segundo a qual o crime nas eleições gerou recursos que foram usados em crimes comuns. Nos dois casos, organizações hierárquicas estariam envolvidas e teriam o mesmo comando. Para relacionar os dois planos, todavia, segundo Wanderley, não havia provas. Com o fito de justificar esta operação é que três teses teriam sido apresentadas ao longo do julgamento.

Lembrando que a primeira é aquela segundo a qual um ator que não seja o povo pode dizer o que a Constituição é. Segundo o autor, ela derivou de uma declaração do relator da AP 470, ministro Joaquim Barbosa, para quem a Constituição é aquilo que o STF diz que ela é. Tendo em vista que as outras duas teses implicam em desrespeito à Constituição de 1988, esta primeira ocupa um lugar de fundamento. Se o STF diz o que a Constituição é, então ele usurpa o poder constitucional do povo, e pode, desta forma, aplicar critérios ou princípios

que ele afirma que são os corretos. Segundo o autor, este entendimento contou com a aprovação tácita dos demais ministros. O problema é que o autor das cartas constitucionais é o povo, reunido em assembleia universal ou representativa. A Corte Constitucional não diz o que a Carta é, ela interpreta o que a Carta diz, dentro de limites que não permitem ir contra o que nela está escrito. Só que esta limitação não foi respeitada e serviu ao propósito de condenar vários dos acusados do Mensalão. Já no caso do golpe parlamentar, os seus operadores teriam usado a mesma lógica e atribuído a si prerrogativa de dizer o que a Constituição é ao conduzirem o processo que julgou o suposto crime de responsabilidade de Dilma Rousseff.

A segunda tese, por sua vez, é aquela segundo a qual cabe aos acusados provarem a sua inocência. Se não o fizerem, são culpados. Este entendimento, porém, é claramente contrário à Constituição, que afirma, em seu artigo 5º, inciso LVII, que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” (BRASIL, 2017, Sem Paginação), ou seja, todos serão presumidos inocentes até que ocorra o trânsito em julgado de uma sentença penal condenatória. Disto deriva-se a regra probatória, segundo a qual o encargo de provar as acusações é do acusador (LIMA, 2016, p. 2026). Mesmo assim, o ministro Ayres Britto disse, com relação a um determinado acusado, de cujo crime não havia documentação ou indício, que era impossível que ele não soubesse que estava cometendo crime. Segundo Wanderley, por se tratar de uma acusação que envolvia uma rede de participantes, o acusado só poderia provar que não sabia se tratar de um crime se percorresse todos os pontos da rede e demonstrasse desconhecer o que se fazia ou quem operava cada nóculo. O problema disso é que cada negativa era entendida como ignorância esperta e não como inocência ignorante. A maioria do STF aceitou a tese de que o acusado conhecia o que alegava desconhecer, tratando-se de um mentiroso esperto.

Foi este tipo de argumento, por exemplo, que levou à condenação do ex-ministro da Casa Civil de Lula, José Dirceu, por corrupção ativa. Os ministros que o condenaram não aduziram a provas quanto à participação cognitiva de Dirceu. O autor, porém, não atesta a inocência dele. O que Wanderley sustenta é que não há golpe parlamentar sem acusação de algum dolo à golpeada dentro da mesma lógica que foi aplicada a Dirceu. No processo por crime de responsabilidade, não foi levado em conta a ausência de prova quanto ao conhecimento da presidenta sobre possíveis crimes contra o orçamento e também não se aceitou a argumentação segundo a qual ela nada sabia acerca de eventuais crimes cometidos por subordinados.

A terceira tese surgiu na declaração do voto condenatório da ministra Rosa Weber a José Dirceu. Ela disse que, quanto mais elevada a posição de alguém na cadeia de comando, mais facilitada lhe é a capacidade de apagar pistas. Sobre isso, o autor diz que uma cadeia de comando organizacional se assemelha a uma série de causalidades sucessivas e gradativas. As tratativas entre autoridades do Executivo e do Legislativo correspondem a este modelo, porém ele nunca funciona sem ruídos e atritos. Só que, segundo Rosa Weber, a hierarquia do poder político e administrativo prevalece sem ocorrência de falhas. Assim, os acordos ilegais estariam obrigados a percorrer toda a cadeia de comando administrativo para se efetivar. Nessa interpretação, só existe uma causalidade adequada, que se encontra no topo da cadeia administrativa. Foi desta forma que ela expôs a tese segundo a qual a inexistência de provas de conexões inferiores a Dirceu comprovava que ele era o responsável pelo ilícito. Ele possuía, afinal, o domínio do fato. Como rápido comentário, vale notar que o juiz Sérgio Moro atuou na assessoria de Rosa Weber neste processo: “Acompanhar o julgamento da ação penal 470, o mensalão, foi também fundamental para a preparação de Moro. Era como se ele viesse seguindo um roteiro[...] com o trabalho nos bastidores de um grande caso de corrupção no Supremo até desaguar na Lava Jato” (NETTO, 2016, p. 47-48).

O autor não discute a aplicação da Teoria do Domínio do Fato (ALFLEN, 2014) ao julgamento. O que ele defende, de forma provocativa, é que o processo do Mensalão versou sobre um suposto crime executado por uma organização hierárquica. Para condenar os acusados por crime comum e não por crime eleitoral, teria sido necessário oferecer interpretações que não são acolhidas pela Constituição. Ou seja, foi preciso sequestrar o poder constituinte do povo. E isto teria sido feito pela corte suprema, à qual não cabe recurso. Da mesma forma, as duas casas do Congresso Nacional, nas diferentes etapas do processo por crime de responsabilidade, se dispuseram a definir o que a Constituição e as leis diziam sobre o tema. Da mesma forma que o STF, não há recurso para suas decisões.

Os supostos crimes comuns cometidos no Mensalão teriam sido levados a cabo por organizações hierarquizadas. Os seus chefes ou, mais especificamente, o chefe supremo, assim identificado como José Dirceu, ficaram responsáveis por demonstrar que não sabiam do que ocorria na cadeia de comando. Quando afirmavam sua ignorância, ela era vista como prova de sua culpa. Este aspecto foi complementado pela ideia de que o chefe supremo é o responsável pelo crime, não só pela sua posição, mas até pela possibilidade de apagar as pistas. Estes dois pontos são inconstitucionais. Mas o STF os usou e também foram usados no processo de *impeachment*.

Dilma Rousseff foi acusada de ser a chefe de uma organização que cometeu crime contra o orçamento. O fato de, durante o primeiro ano do seu segundo mandato, por exemplo, o Congresso ter aprovado uma alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias que, a rigor, legalizou as chamadas pedaldas fiscais, serviu como equivalente à terceira tese. Pela sua posição, ela teria buscado eliminar as provas do crime. Relacionando os dois eventos: José Dirceu foi tido como o chefe do Mensalão. Suas negativas não contavam e ele possuía o domínio do fato. Da mesma forma, Dilma era a chefe. Mesmo sem provas, ela foi condenada por crime de respon-

sabilidade tendo por base um processo de usurpação do poder constituinte que se deu bem antes do *impeachment*. É por isso, segundo Wanderley, que houve um golpe parlamentar. E a fórmula jurídica para tanto teria sido copiada do julgamento do Mensalão.

Se a interpretação do autor estiver correta, esta fórmula se encontra disponível para punir qualquer organização que atue na vida pública e possa ser acusada de crime comum ou crime de responsabilidade, mesmo sem provas sólidas. Assim, não só o *impeachment* teria sido um golpe, mas nós estamos vivendo sob a ameaça derivada de dois perigosos precedentes, que podem ser usadas para derrubar outros governos eleitos, condenar dirigentes de partidos políticos, de sindicatos, de outras organizações da Sociedade civil. Diante de um perigo desses, vale a pena perguntar quais as consequências para a democracia caso o estudo de Wanderley Guilherme dos Santos esteja correto.

No mesmo ano em que o projeto de extensão “Curso na Ufes: O Golpe de 2016 e a democracia no Brasil e na América Latina” foi dado uma série de ameaças autoritárias tentaram se consolidar. Uma delas esteve justamente no evento que deu origem ao projeto. Um professor da Universidade de Brasília, Luís Felipe Miguel, ofertou uma disciplina sobre o golpe, tendo sido questionado pelo Ministro da Educação do governo Temer. O raciocínio usado foi o de que recursos públicos estariam sendo destinados a propósitos políticos. Sem entrar no mérito do argumento, a suposição foi a de que o professor seria de esquerda e, como tal, inevitavelmente comprometido com o desvio de bens públicos. Ser de esquerda é ser criminoso e ele que prove não ser. Felizmente, houve uma grande reação nos meios acadêmicos, com cursos semelhantes ao dele que, se espalhando pelo país, impediram a efetivação das ameaças de censura. Só que outros perigos estão colocados e instrumentos jurídicos de exceção, não suportados pela Constituição e pela democracia, foram sendo construídos ao longo do tempo: os que eu acuso de culpados

são culpados e se estes forem organizações, como sindicatos ou movimentos sociais, suas lideranças comandaram o “crime”. Digamos o caso de um sindicato que tenha dirigido uma greve. Muitas vezes, greves são julgadas ilegais pela Justiça. A prática política, aprovada em assembleias de trabalhadores, optou, por vezes, em enfrentar a decisão e manter o movimento. Um governo interessado em criminalizar este tipo de ação, punindo diretamente as diretorias sindicais, teria uma lógica jurídica à disposição, em termos parecidos com o que o autor nos mostrou. Assim, é interessante notar como o espírito das leis, criadas para servir à democracia de massas, foi sendo alterado por conta de interpretações e práticas que restringem princípios universais de inocência e de direitos difusos. Nas mãos de atores poderosos, eles podem ser manipulados de forma a visar um aprofundamento da experiência autoritária que vivemos hoje.

Referências

- ALFLEN, Pablo R. Teoria do Domínio do Fato na doutrina e na jurisprudência brasileira – Considerações sobre a AP n. 470 do STF. *Revista Eletrônica de Direito Penal*, Rio de Janeiro, Ano 2, vol. 2, Nº 2, p. 138-164, dez. 2014.
- ANTUNES, Ricardo. A era das contrarrevoluções e o novo Estado de Exceção. In: LUCENA, Carlos *et al.* (Orgs). *A crise da democracia brasileira*. Uberlândia: Navegando, 2017, p. 53- 61.
- AP 470: baixe a íntegra do acórdão. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2013. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=236494>>. Acesso em: 7 ago. 2018.
- AP 470: STF conclui julgamento dos embargos infringentes. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2014. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=262336&caixaBusca=N>>. Acesso em: 7 ago. 2018.
- ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. Ministrocrazia: o supremo tribunal individual e o processo democrático brasileiro. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, vol. 37, nº 1, p. 13-32, Jan./Abr. 2018.

ARAÚJO, Matheus Alexandre; PEREIRA, Vanessa dos Santos. Rupturas, neogolpismo e América Latina: uma análise sobre Honduras, Paraguai e Brasil. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 21, n° 1, p. 125-136, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n1p125/35941>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

BRAGA, Ruy. O golpe parlamentar e o fim da sociedade salarial no Brasil. *IdeAs. Idées d'Amérique*, Paris, n° 10, p. 1-6, Automne 2017/ Hiver 2018. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/ideas/2220>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

BRASIL. *Constituição* (1988). Brasília: Presidência da República, 2017, Sem Paginação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 ago. 2018.

CARDOSO, Adalberto. Capitalismo contra a democracia. *Insight Inteligência*, Rio de Janeiro, Ano XX, n° 79, p. 85-93, Out./Nov./Dez. 2017.

CARVALHO, José Murilo. Um golpe é um golpe, é um golpe, é um golpe (ou não). *Insight Inteligência*, Rio de Janeiro, Ano XIX, n° 73, p. 28-34, Abr./Mai./Jun. 2016.

CHALOU, Jorge; LIMA, Pedro Luiz. Os juristas políticos e suas convicções: para uma anatomia do componente jurídico do golpe de 2016 no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, vol. 49, n° 1, p. 202-252, mar./jun. 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/19489/71771>>. Acesso em: 9 mar. 2018.

COCCO, Giuseppe. O golpe que não houve. *Lugar Comum, Estudos de mídia, cultura e democracia*, Rio de Janeiro, n° 49, p. 6-20, Set. 2016/Mai. 2017a. Disponível em: <http://uninomade.net/wp-content/files_mf/1494196781Lugar%20Comum%20n.%C2%BA%2049%20-%20Revista%20Completa.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2018.

_____. Nada a defender, tudo a inventar. *Lugar Comum, Estudos de mídia, cultura e democracia*, Rio de Janeiro, n° 50, p. 14-25, Jun./Set. 2017b. Disponível em: <http://uninomade.net/wp-content/files_mf/1505064895Revista%20Lugar%20Comum%20n.%C2%BA%2050%20-%20completa.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2018.

CONDENAÇÃO de Dilma seria 'uma pena de morte política', diz Cardozo. *G1*, Rio de Janeiro, 30 ago. 2016, Sem Paginação. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/jose-eduardo-cardozo-faz-alegacoes-finais-da-defesa-de-dilma-no-senado.html>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

DANTAS, Alexis T.; JABBOUR, Elias M. K.; SOBRAL, Bruno L. B. A recriação conservadora do Estado: impasses no reformismo progressista e popular e o golpe de 2016. *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)*, Dourados, v. 10. No. 14, p. 5-38, jul-dez. 2014.

GUERRA, Alexandre *et al.* *Brasil 2016: recessão e golpe*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

LIMA, Renato B. *Manual de processo penal*. 4. ed. Salvador: Jus Podium, 2016.

LÖWY, Michael. Brasil: el golpe de Estado. In: GENTILI, Pablo (Ed.). *Golpe em Brasil: genealogia de uma farsa*. Buenos Aires: CLACSO: Fundación Octubre: UMET, 2016, p. 95-98.

LUCENA, Carlos *et al.* (Orgs). *A crise da democracia brasileira*. Uberlândia: Navegando, 2017.

MILAN, Marcelo. Restauração oligárquica e retomada neoliberal plena: um ensaio sobre as origens das crises gêmeas e do golpe de estado de 2016 no Brasil. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, Porto Alegre, vol. 5, n° 9, p. 76-119, Jan./Jun. 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/66485/38999>>. Acesso em: 9 mar. 2018.

NETTO, Vladimir. *Lava Jato: o juiz Sergio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil*. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2016.

NUNES, Felipe; MELO, Carlos R. Impeachment, Political Crisis and Democracy in Brazil. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, vol. 37, n° 2, 2017, p. 281-304. Disponível em: <<https://scielo.conicyt.cl/pdf/revcipol/v37n2/0718-090X-revci-pol-37-02-0281.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

SANTOS, Fabiano; GUARNIERI, Fernando. From Protest to Parliamentary Coup: An Overview of Brazil's Recent History. *Journal of Latin American Cultural Studies*, vol. 25, n° 4, p. 485-494, 2016. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/13569325.2016.1230940?needAccess=true>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

SANTOS, Silvia A. dos; MALANCHEN, Julia. O golpe parlamentar de 2016 e o reordenamento da hegemonia burguesa. In: LUCENA, Carlos *et al.* (Orgs). *A crise da democracia brasileira*. Uberlândia: Navegando, 2017, p. 177-190.

SANTOS, Wanderley G. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Justiça de Transição e Usos Políticos do Poder Judiciário no Brasil em 2016: um Golpe de Estado Institucional? *Rev. Direito Práx.*, Rio de Janeiro, Ahead of print, Vol. XX, N. XX, p. 1-29, 2017, p. XX. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/31488/22659>>. Acesso em: 5 mar. 2018.



A FRAGILIDADE DOS PARTIDOS COMO INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS E O GOLPE PARLAMENTAR

MAURO PETERSEM DOMINGUES
Ciências Sociais
mpetersem@hotmail.com

APRESENTAÇÃO

O presente artigo pretende sistematizar os argumentos apresentados na aula dada no curso livre “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil e na América Latina” em que busquei ressaltar alguns aspectos da vida político-partidária brasileira e sua contribuição para a constituição de um cenário favorável ao golpe parlamentar que levou à derrubada da Presidente Dilma Rousseff.

Outros artigos nesta mesma publicação, tal como ocorrido nas aulas do curso, darão conta de demonstrar o caráter de golpe contra a democracia do processo oficialmente apresentado como um impeachment da Presidente Dilma, de modo que não me estenderei em considerações acerca deste assunto.

INTRODUÇÃO

Tem sido corrente na Filosofia Política, na Ciência Política e no Direito Constitucional o reconhecimento de que os par-

tidos políticos jogam um papel central no funcionamento no regime de democracia representativa, seja desenvolvendo e difundindo interpretações e diagnósticos sobre a realidade social e política, modelando as preferências políticas dos cidadãos, selecionando lideranças que se apresentam para o exercício de funções públicas, compondo as bases de sustentação dos governos eleitos, ou, ainda, atuando no papel de fiscais das ações desses mesmos governos. Exercendo as funções de socialização política, recrutamento e seleção de lideranças, agregação e, por vezes, de articulação e mobilização de interesses, admite-se que através da dinâmica de cooperação e competição entre os partidos os cidadãos encontram oportunidades para, ainda que de maneira militada, debater temas de interesse público, selecionar governos, manifestar sua aprovação ou desaprovação às ações e atitudes de seus governantes e acessar o processo de decisão política.

Em sociedades em adiantado estado de modernização, a pluralidade dos grupos de interesses exige que algumas instituições funcionem como filtros das demandas fragmentadas dos grupos, levando a um processo de agregação dessas demandas em projetos de sociedade e programas de ação minimamente coerentes que podem se apresentar como alternativas à sociedade e disputar o apoio na forma de voto do eleitorado.

Em regimes democráticos de poder concentrado, a própria natureza do sistema eleitoral e de governo promove incentivos a que as preferências eleitorais se concentrem em cerca de duas organizações partidárias que tendem a se revezar no exercício das funções de governo e de oposição. Para o eleitorado, portanto, a identificação do governo com uma e somente uma organização partidária, e da oposição com uma e somente uma outra organização partidária em condições de substituir a primeira na função de governo levaria a um elevado nível de responsabilização das lideranças partidárias. Seja no papel de governo ou de oposição, os erros cometidos por lideranças e, por vezes, mesmo por militantes e simpati-

zantes, seriam rapidamente convertidos em perda de suporte seja para a continuidade do partido no governo seja para suas esperanças de vir a ocupar essa posição num futuro próximo. Seria esse o caso de democracias presidencialistas como os EUA ou parlamentaristas como o Reino Unido, onde basicamente duas organizações partidárias concentram a imensa maioria dos votos e competem pelos postos de comando da vida política do país.

Em regimes democráticos de poder difuso, por sua vez, a natureza do sistema eleitoral favorece a dispersão das preferências eleitorais em um maior número de agremiações partidárias tornando menos intenso o processo de filtragem das demandas dos diversos grupos de interesse e reduzindo a capacidade dos partidos para fazerem a agregação dessas preferências. Geram-se incentivos para que diferentes organizações partidárias disputem parcelas diferenciadas do eleitorado, construindo vínculos com segmentos específicos cujos interesses são transpostos para a arena legislativa e, conforme a estrutura de governo, também para o governo. Tanto em regimes parlamentaristas onde que se faz necessária a construção de alianças amplas para dar sustentação parlamentar aos governos, como nos regimes presidencialistas em que os cargos ministeriais são usados como instrumento para atrair as bancadas no Congresso para a sustentação da agenda presidencial (presidencialismo de coalizão), a agenda governamental é fruto da conciliação de diferentes propostas e interesses representados pelos partidos da base, dispersando-se também as responsabilidades pelo sucesso ou fracasso das ações e atitudes dos governantes.

Em regimes presidencialistas de coalizão estabelece-se essa tensão entre a figura do Presidente (chefe do Executivo eleito pelo voto popular), ligado a um partido político específico e concentrando a alta visibilidade e responsabilidade do cargo diante da população e, de outro, uma estrutura ministerial dispersa por um conjunto de partidos e suas bancadas no Congresso cujas responsabilidades são muito menos

claras e visíveis para o eleitorado. Essa situação faz com que apenas o presidente e seu partido respondam diante do eleitor pelos erros e acertos do governo que, sendo de coalizão, reflete as preferências e acordos do conjunto de forças que o constitui. Em contextos favoráveis, as ações do governo geram prestígio e popularidade para o presidente e seu partido. Quando, no entanto, o contexto é negativo, o desgaste também tende a se concentrar na figura do presidente e de seu partido, gerando incentivos a que as demais forças político-partidárias, ainda que ocupando posições no governo, tendam a deixar de defender sua agenda e seus atos, atuando muitas vezes na cena pública como verdadeiros partidos de oposição.

Nos casos descritos acima, quando ocorre perda de popularidade dos presidentes há um incentivo a que partidos de sua base de sustentação assumam um comportamento irresponsável diante da agenda governamental, fazendo proveito e mesmo agravando intencionalmente uma situação de crise política com o intuito de barganhar junto aos presidentes uma maior parcela de poder ministerial e um maior destaque para suas demandas dentro da agenda.

A Ciência Política registra certa lógica na composição desses governos de coalizão. A princípio, presidentes buscam montar bases suficientes para garantir a aprovação de seu programa de governo no Congresso, ou seja, buscam montar uma maioria no Congresso. O tamanho dessa maioria depende de um conjunto de fatores. Se a agenda do governo exige mudanças constitucionais, a maioria tem que ser suficiente para tal. Se a agenda é um pouco menos exigente, uma maioria simples pode ser suficiente. No entanto, ao compor a base, o presidente deve estar atento ao grau de coesão e disciplina dos partidos que a compõem. Partidos rachados, marcados por graves conflitos de interesses ou disputas de lideranças em seu interior não são muito confiáveis na hora das votações. Mesmo que suas principais lideranças estejam sinto-

nizadas com o governo, a oposição interna pode negar um volume significativo de votos que pode levar a derrotas legislativas desgastantes. Por outro lado, a existência de grande diferença de preferência por políticas entre os partidos que compõem a base pode levar a que um ou outro resolva não colaborar com o governo em votações importantes.

A solução para o presidente, nesses casos, é tentar atrair para a base um número maior que o mínimo matematicamente necessário de congressistas (e de partidos) de modo a criar uma margem de segurança nas votações. No caso brasileiro, não tem sido raro que, aproveitando-se de legislação partidária e eleitoral pouco exigente, presidentes estimulem rachas internos em partidos de oposição, sinalizando apoio seja para a migração de parlamentares desses partidos para os da base, seja para a criação de novos partidos que se somem a sua base de apoio.

Essa estratégia, por sua vez, tem custos. É preciso agradar um número maior de congressistas e de partidos, a coalizão se torna ainda mais heterogênea, os interesses representados ainda mais diversos, o custo da negociação para tomada de decisões se torna ainda mais alto, o descontentamento da base em relação ao governo tende a se agravar, pois nenhum partido ou grupo se sente perfeitamente representado nele, de modo que as disputas entre os partidos da base acerca de sua relevância na coalizão e, portanto, das recompensas esperadas por sua colaboração se tornam mais intensas.

A FRAGILIDADE DOS PARTIDOS COMO INSTÂNCIAS DE REPRESENTAÇÃO

Ao longo de sua mais recente experiência democrática, nosso país não logrou fortalecer as instituições representativas no sentido do cumprimento das funções necessárias ao bom funcionamento do regime. Os partidos, em geral, se

mantiveram pouco enraizados no eleitorado, pouco disciplinados em seu interior e com pouca consistência programática. Os conflitos no interior dos partidos frequentemente deram origem a divisões e surgimento de novos partidos, de modo que o número de agremiações se multiplicou sem que, no entanto, as agremiações daí resultantes desenvolvessem maior coerência programática ou disciplina interna.

No jargão da Ciência Política, dizemos que as normas relativas à criação de partidos, de filiação a partidos, de lançamento de candidaturas e de migração partidária de pessoas com mandato foram construídas de modo a ampliar a liberdade das lideranças políticas para perseguir seus objetivos de carreira política sem levar em consideração as responsabilidades que essas lideranças e agremiações devem ter para o bom funcionamento das instituições democráticas.

O tempo mínimo de filiação a um partido exigido para que um cidadão possa se candidatar a algum cargo eletivo por esse partido tem quase coincidido com os prazos da legislação eleitoral para o registro de candidaturas. Isso permite que, aproximando-se uma eleição, pessoas sem nenhum vínculo partidário anterior, mas com recursos para bancar uma candidatura se filiem a um partido que lhe permita candidatar-se. Por outro lado, a mesma legislação tem permitido que filiados migrem de um partido a outro a poucos meses das eleições de modo a aumentar suas chances de sucesso eleitoral. Mesmo a detentores de cargos eletivos tem sido permitida a migração partidária. Quando a legislação coloca mecanismos de cerceamento desse comportamento ameaçando os migrantes com a perda dos mandatos, na própria legislação se prevê “janelas”, períodos e condições específicas em que essa migração pode ser realizada sem o risco da perda do mandato.

Essa verdadeira “porta giratória” dos partidos se, por um lado, permite aos pretendentes a algum cargo eletivo, já

filiados a partidos ou não e, principalmente, às lideranças partidárias programar suas ações do modo mais adequado a seus objetivos de carreira política sem estabelecer sólidos vínculos partidários. Por outro lado, os partidos se mostram, em geral, pouco relevantes para o cidadão nos momentos eleitorais. Quase nunca é possível ao cidadão vincular os candidatos e mesmo lideranças políticas a partidos nos momentos eleitorais e no exercício de cargos eletivos ou de indicação política. Os partidos, que funcionariam como “atalhos cognitivos”, rótulos que permitiriam ao cidadão identificar a posição política, os vínculos e compromissos de candidatos e pessoas no exercício de funções públicas raramente permitem essa visibilidade e transparência.

Mesmo participando de governos impopulares, ou tidos como incompetentes ou mesmo corruptos, é perfeitamente possível a lideranças políticas abandonar esses governos a poucos meses de uma eleição, se desvencilhar de partidos que por algum motivo tenham ficado com uma imagem pública desgastada e se apresentar junto ao eleitorado por um novo partido, com uma nova roupagem.

Internamente, essa liberdade de entrar e sair de partidos também tende a enfraquecer a disciplina interna, tornando mais difícil que as lideranças enquadrem filiados e detentores de mandato eletivo. Com isso, qualquer acordo estabelecido por essas lideranças com governos no sentido de assegurar suporte nas casas legislativas ou junto à população se vê fragilizado. Mesmo que o partido esteja representado, por exemplo, no ministério, isso não garante o suporte do partido e de seus filiados nas votações no Congresso ou na persuasão aos cidadãos.

O resultado da adoção dessas regras voltadas para maximizar a liberdade de potenciais candidatos a cargos eletivos maximizarem suas chances de sucesso eleitoral tem sido a formação de bancadas parlamentares pouco disciplinadas,

sem compromissos partidários e programáticos, sem fidelidade a suas agremiações e lideranças e profundamente focadas em seus interesses individuais ou de pequenos grupos de interesses, em geral privados, que lhes dão suporte financeiro para campanhas e outras necessidades. Esse tipo de bancada dificulta enormemente o estabelecimento de acordos relativos à implementação de uma agenda de governo, uma vez que multiplicam os interesses particularistas que se expressam na arena legislativa, obrigando praticamente os governos a oferecerem ganhos particularistas e privados em troca de apoios negociados “no varejo”, ou seja, junto a cada parlamentar ou pequeno grupo de parlamentares e, muitas vezes, votação a votação.

Sabedores da importância do papel das presidências das mesas diretoras da Câmara e do Senado no controle da agenda das casas e no sucesso da aprovação das medidas de interesse do governo, essa maioria de parlamentares que representam basicamente interesses particularistas tem se organizado para colocar à frente desses postos representantes desse estilo de negociação. Para isso tendem a formar alianças internas que atravessam as fronteiras partidárias e mesmo a clivagem governo/oposição. O chamado “baixo clero” das casas se expressa hoje no que é conhecido como “Centrão”.

Esse padrão de negociação fragmenta a agenda, impede a construção de maiorias coerentes com alguma noção de interesse público, aumenta o custo de negociação e deslegitima os governos. Como vimos, esse desgaste se concentra na figura do presidente e, no máximo, na imagem pública de seu partido. Diante do desgaste do presidente, é perfeitamente possível a parlamentares e partidos que compuseram seu ministério e bases de apoio manter-se no governo posicionando-se publicamente como verdadeiros membros da oposição ou, no limite, se voltar contra o governo de que faziam parte sem temer serem punidos nas urnas por isso.

Com uma maioria de partidos e bancadas incapazes de representar noções ainda que diversas de interesse público, incapazes de estabelecer e manter acordos que sustentem governos e programas de governo minimamente coerentes com as necessidades da sociedade, o resultado tende a ser a formação de um desencantamento da população para com a política em geral e o regime democrático em especial. Os poucos partidos que investem na estabilização de suas lideranças, na construção de carreiras internas de seus membros, na construção de identidades programáticas mínimas junto à cidadania, estes tendem a construir uma marca que lhes confere, a si e a suas principais lideranças, prestígio junto a uma parte da população e rejeição junto à outra parte. A maioria se mostra como uma massa difusa e pouco diferenciada de legendas a serviço destes ou daqueles candidatos.

ALGUNS DADOS DE OPINIÃO PÚBLICA

Nesta penúltima seção registraremos um conjunto de dados obtidos através de pesquisas de opinião acerca de crenças e atitudes políticas dos brasileiros ao longo do presente século. Os dados foram coletados pelo CESOP (Centro de Estudos da Opinião Pública) da Universidade de Campinas ao longo de quatro grandes estudos realizados nos anos eleitorais de 2002, 2006, 2010 e 2014, nas chamadas quatro ondas do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro). A princípio as perguntas deveriam permitir a perfeita comparação entre as respostas nas diferentes ondas do estudo. No entanto, algumas variações na formulação das perguntas resultaram em lacunas nos dados que, nos gráficos que construímos, aparecem como ausência de informação em alguns anos da pesquisa.

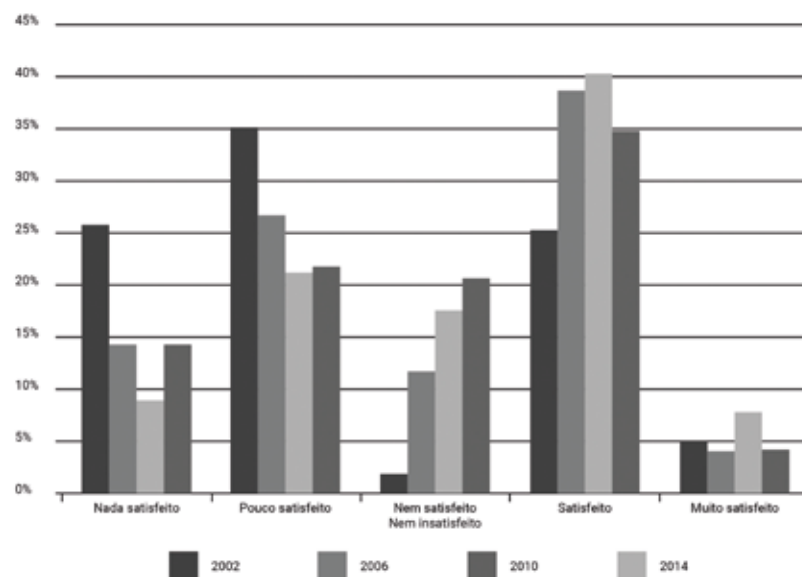
Os dados da pesquisa permitem perceber alguns aspectos estruturais e outros conjunturais na forma como os brasileiros percebem o regime democrático, os governos e os partidos nos primeiros anos do século XXI.

O Gráfico 1, abaixo, nos mostra as respostas dos entrevistados à pergunta: De uma maneira geral, o(a) Sr(a.) está muito satisfeito(a), pouco satisfeito(a) ou não está satisfeito(a) como o funcionamento da democracia no Brasil?

Pelos dados poderemos reparar que até a pesquisa de 2010 registramos um aumento do nível de satisfação dos brasileiros com o regime democrático, tendência que foi revertida na pesquisa de 2014, de 2002 a 2010 o percentual de entrevistados que se declarou satisfeito ou muito satisfeito com a democracia no país passou de 30,3% para 48,0%, caindo para 38,9% em 2014.

Escândalos de corrupção e o cenário de forte contestação política que marcaram os anos de 2013 e 2014, culminando com um processo eleitoral muito disputado e tenso podem responder por essa queda, que poderia ser vista como um aspecto conjuntural.

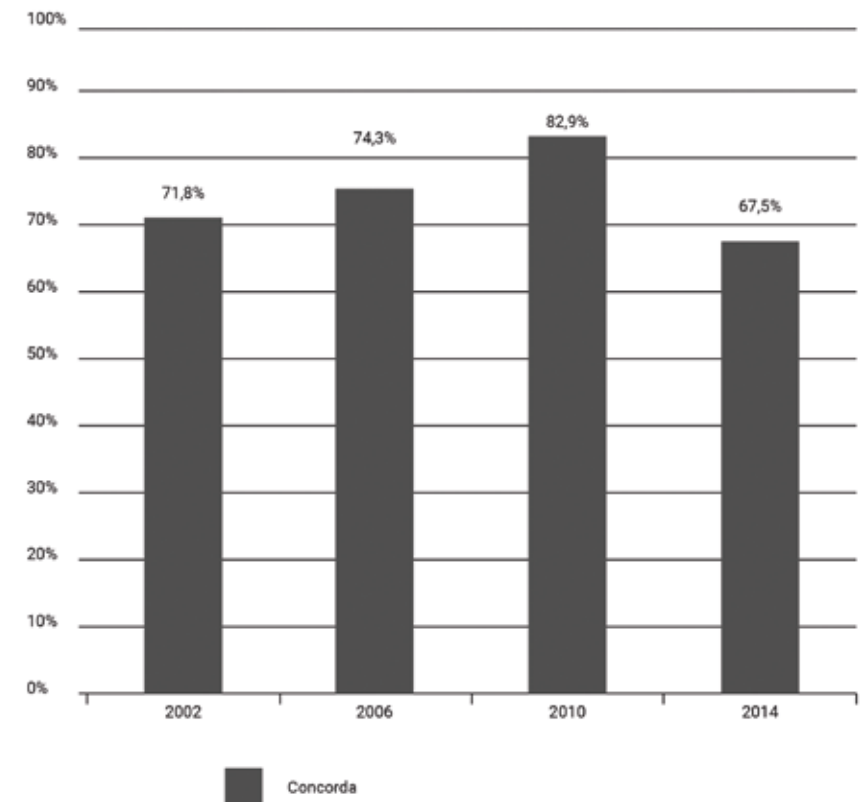
Gráfico 1: Níveis de Satisfação com a Democracia no Brasil



Fonte: ESEB

O Gráfico 2 mostra as respostas a uma pergunta que remete a um juízo não mais do grau de satisfação (desempenho) do regime democrático, mas da crença em seu valor intrínseco. Foi perguntado aos entrevistados se concordavam com a seguinte afirmação: A democracia é sempre a melhor forma de governo. Como podemos ver, novamente há um crescimento do apoio à democracia entre 2002 e 2010 e uma queda em 2014.

Gráfico 2: A Democracia é a Melhor Forma de Governo?

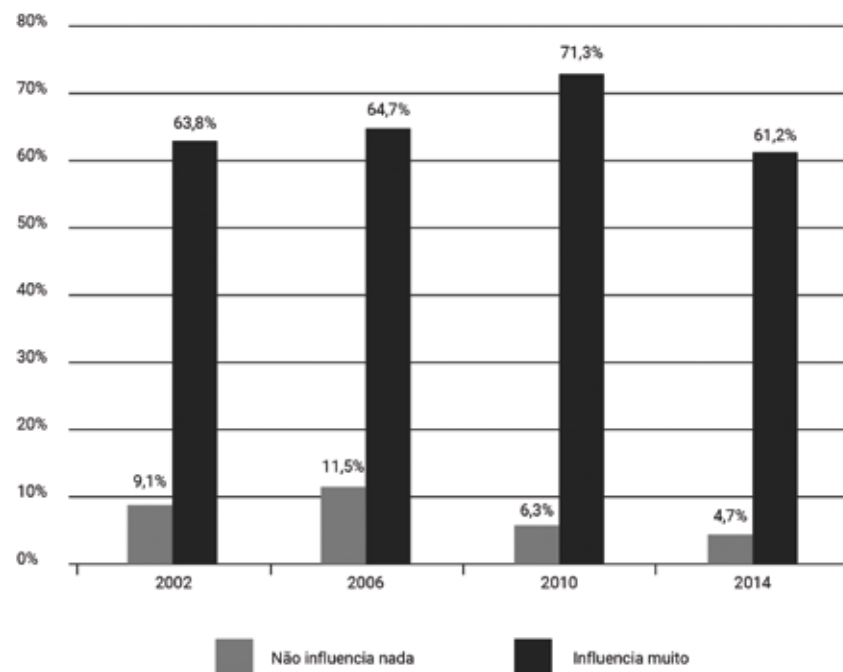


Fonte: ESEB

A crença na eficácia da democracia representativa pode ser medida pela pergunta que dá origem ao Gráfico 3: O(a) Sr.(a.) acredita que o voto influencia muito o que acontece no país?

Novamente observamos que a crença na efetividade do voto mostrou um fortalecimento entre 2002 e 2010 e uma perda significativa em 2014.

Gráfico 3: Acredita que o voto influencia o que acontece no país?

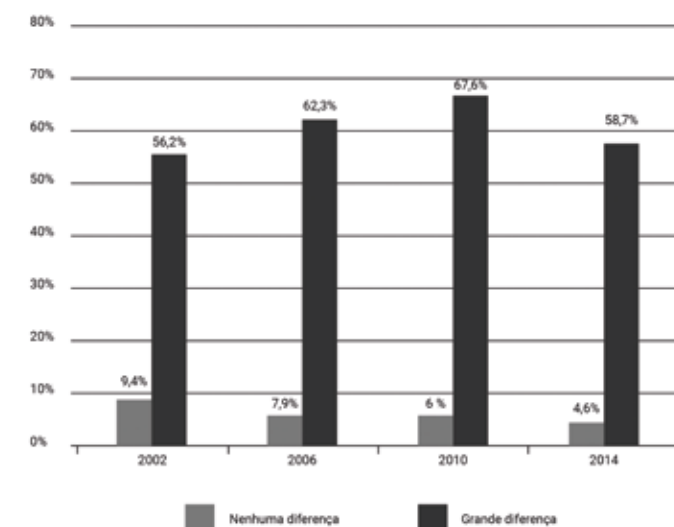


Fonte: Adaptado a partir de dados do ESEB.

Na mesma linha, o Gráfico 4 questionou sobre a crença na efetividade da escolha de governantes. A pergunta: Acredita que faz diferença quem governa? As respostas mostram o mesmo padrão das anteriores, com um acréscimo na crença sobre a efetividade do papel do Presidente na qualidade do governo até 2010 e uma queda na pesquisa de 2014.

Até aqui esses dados mostram que a crença na democracia como melhor forma de governo e na efetividade do voto e dos resultados das escolhas eleitorais sobre a qualidade dos governos veio crescendo até 2010 e passou por um declínio no período seguinte, o que é registrado pela pesquisa de 2014. Embora ainda não tenhamos os dados de 2018, a percepção intuitiva é de que esses números podem ter piorado ainda mais, seja em função da crise que levou ao afastamento da Presidente Dilma, seja da continuidade do cenário de escândalos e de crise econômica que perdura no país. Embora todos esses dados ainda permitam distinguir o que na dinâmica observada é apenas conjuntural e, portanto, reversível com uma mudança no cenário político e econômico do país, não deixa de ser preocupante que após 20 anos do retorno à vida democrática, tais crenças acerca da legitimidade do regime democrático e da efetividade do voto ainda estejam fortemente dependentes do desempenho de governos e das condições da economia.

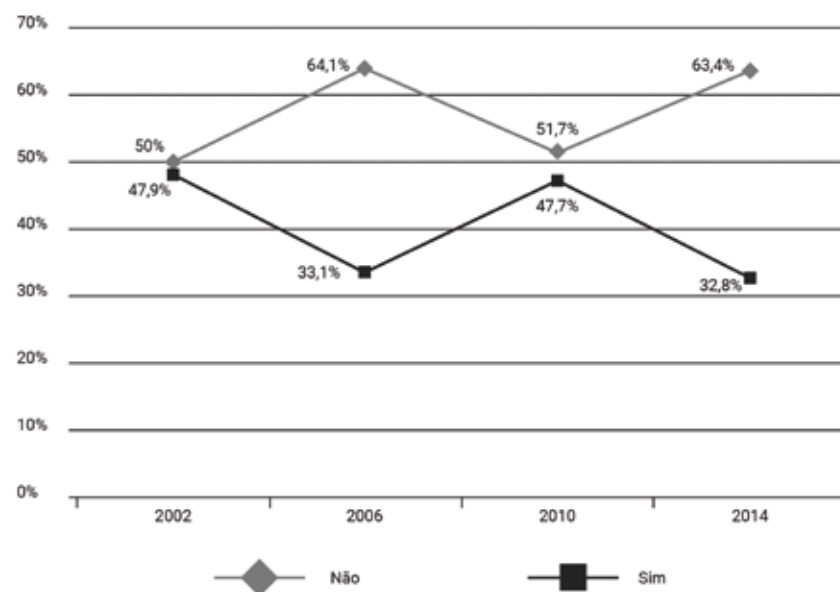
Gráfico 4: Acredita que faz diferença quem governa?



Fonte: ESEB

Quando analisamos o prestígio das instituições partidárias já é possível observar aspectos mais estruturais. Vemos pelo Gráfico 5 que ao longo de todo o período estudado há uma maioria dos entrevistados que não se identifica com nenhum partido político.

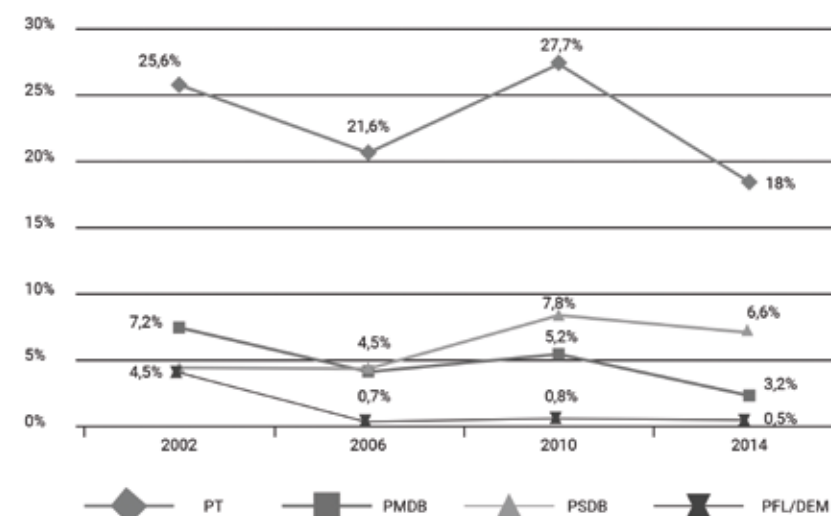
Gráfico 5: Gosta de algum Partido?



Ao longo do período, no entanto, registramos variações de cerca de quinze pontos percentuais no volume de identificação com partidos políticos. O Gráfico 6 demonstra um aspecto importante desse fenômeno. Grande parte da variação observada no período derivou das alterações no prestígio do Partido dos Trabalhadores (PT) junto à população. De fato, comparado com as outras três maiores agremiações partidárias em todo o período, o PT respondeu por dois-terços ou

mais do número de entrevistados que declarou simpatia por algum partido. Nenhuma das demais agremiações ultrapassou em momento algum o patamar de 8% de simpatizantes, enquanto o PT em seu melhor momento auferiu a simpatia de 27,7% dos entrevistados.

Gráfico 6: Preferência por Partidos



No movimento de crise já identificado aqui, foi também o PT a agremiação mais intensamente atingida pela perda de prestígio e de confiança na política, com uma perda de cerca de um-terço de seus simpatizantes. Apesar disso, continuou a ser a agremiação com 63,3% dos simpatizantes das quatro maiores agremiações.

Tais números reforçam o que vem sendo dito aqui. A maior parte das agremiações partidárias, mesmo as maiores, não conseguiu estabelecer bases junto aos cidadãos. Das grandes agremiações, apenas o Partido dos Trabalhadores tem

uma sólida imagem construída, mas ainda assim, em seus melhores momentos, logrou alcançar a simpatia de apenas um-quarto dos brasileiros. Também graças ao forte valor do rótulo partidário é o PT o único grande partido que é intensamente premiado ou punido conforme as ações e atitudes que são atribuídas a seus governos, representantes eleitos, quadros partidários ou militantes.

Tendo participação central nas disputas pelo cargo eletivo de maior visibilidade e prestígio da política brasileira, a Presidência da República, em todas as eleições desde 1989 até 2014, e ocupando essa Presidência de 2003 até 2016 com quatro vitórias eleitorais seguidas, o Partido dos Trabalhadores se constituiu na agremiação partidária com maior visibilidade e prestígio junto à população, atraindo também a hostilidade e oposição de outros grandes contingentes. Nenhuma outra agremiação construiu um rótulo partidário minimamente significativo. Desse modo, o prestígio do próprio regime democrático brasileiro e da importância do voto no Brasil parece depender muito do significado, das simpatias e antipatias que o PT e sua principal liderança, o ex- Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, despertam junto à população e ao eleitorado.

O PT tem sido a força, a única força partidária em torno da qual tem se articulado a vida político-eleitoral do país junto à população. Isso não implica em dizer da irrelevância dos demais partidos no jogo político de bastidores, na ocupação de cargos, na mobilização de recursos, na formação de alianças e mesmo na captação de votos em eleições, no tamanho de suas bancadas no Congresso e nos níveis subnacionais (estados e municípios) de governo. Porém, essa parte menos visível do jogo político onde a maior parte dos partidos brasileiros atua, embora lhes traga vantagens e permita sua perpetuação e até o fortalecimento eleitoral, pouco contri-

bui para o prestígio do regime democrático e para o controle da qualidade dos governos pelos cidadãos.

CONCLUSÃO

O modo como as lideranças partidárias buscaram moldar o funcionamento das instituições representativas visando maximizar suas oportunidades eleitorais levou a um progressivo esvaziamento de seus vínculos com o eleitorado e a um déficit de representação democrática.

Como consequência, os partidos, em sua maioria, foram mantidos num baixo nível de institucionalização, sendo incapazes de estabilizar suas identidades programáticas, seus quadros e suas imagens junto ao eleitorado.

A plasticidade no que se refere à acomodação dos interesses das lideranças partidárias e seus interesses eleitorais e governativos imediatos trouxe como consequência a inexpressividade dos partidos como instrumentos de construção de identidades políticas e propostas de solução dos problemas da sociedade, fazendo-os incapazes de atuar como mecanismos de representação de amplos interesses e conciliação de conflitos presentes na sociedade.

Incapazes de representar amplos interesses, os partidos, no entanto, se desenvolveram como veículos de acesso de interesses privados à administração pública sem que houvesse a devida acomodação desses interesses privados a alguma noção de interesse público. A aliança de poderosos interesses privados com lideranças partidárias levou à formação de bancadas no Congresso voltadas para ganhos pessoais e indiferentes ao interesse público.

Os presidentes eleitos por partidos (e alianças) marcados por esse padrão de negociação com os interesses privados se

veem na necessidade de negociar com outras lideranças partidárias, também capturadas no mesmo tipo de aliança, no sentido de formar bancadas de sustentação a seus governos no Congresso.

O resultado é que o processo de formação de governos, de tomada de decisão política e de implementação das políticas via máquina pública (ministérios, secretarias e empresas estatais) se faz através da acomodação de um enorme leque de interesses privados (de agentes públicos e empresas), mostrando-se fragmentado, inconsistente, oneroso e pouco eficiente do ponto de vista da promoção do bem público.

A inexpressividade da maior parte dos partidos, mesmo os de maior bancada, no que se refere a sua representatividade junto à população tende a concentrar toda a responsabilidade pelo desempenho do governo na figura do Presidente da República. Em contexto favorável esse mecanismo faz dos presidentes figuras extremamente populares. Porém, em contextos desfavoráveis, como os de crise econômica ou política, também o desprestígio atinge de forma intensa a popularidade dos presidentes.

Das grandes agremiações, apenas o Partido dos Trabalhadores tem uma sólida imagem construída. Graças a isso o PT é o único grande partido que é intensamente premiado ou punido conforme as ações e atitudes que são atribuídas a seus governos, representantes eleitos, quadros partidários ou militantes.

A baixa visibilidade junto ao grande público dos partidos em geral, de suas lideranças e bancadas lhes permite fugir às responsabilidades de seu papel no sentido de resolver ou atenuar as crises econômicas e políticas, o que lhes propicia buscar ganhos com a própria situação de crise, barganhando com os presidentes mais cargos, mais verbas e maior participação de seus interesses na agenda de governo. No limite,

partidos da base dos governos podem simplesmente abandoná-los à própria sorte e somar-se à oposição contando que não serão penalizados pelo eleitorado em suas pretensões futuras.



UM DESAFIO À TOLERÂNCIA E À LAICIDADE DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: O CONTEXTO RELIGIOSO DO GOLPE DE 2016 NO BRASIL

MARCELO BARREIRA

Filosofia

marcelobarreira@ymail.com

É preciso debruçar-se sobre alguns elementos centrais do contexto religioso mais amplo que preparou remota e proximamente a ruptura institucional em nosso país. O jornal *El País* elaborou sintética e pedagogicamente uma esclarecedora manchete no dia posterior à votação do *impeachment* em 17 de abril de 2016 na Câmara dos Deputados. Nela se estampava: “Deus derruba a presidenta do Brasil”. E a curta explicação dessa frase vem em seu subtítulo: “Deputados justificam seus votos em Deus, na moralidade e na família: o motivo real da votação é esquecido” - em que pese uma possível correção do subtítulo da manchete acima. Não houve propriamente um “esquecimento” do motivo da votação, o que houve foi um intencional desvio da verdadeira motivação do golpe travestido de *impeachment*, jamais claramente manifesta por seus protagonistas: uma agenda política regressiva e de perda de direitos em geral dos cidadãos brasileiros e que não poderia ser manifesta.

Muitos especialistas indicam que o atual Congresso Nacional é o mais conservador da Nova República. Desde

1985, com a abertura democrática, não se apresenta tamanho número de parlamentares com pautas moralistas e explicitamente avesso à tradição dos Direitos Humanos. Daí advém a configuração do BBB, ou seja, as chamadas bancadas da Bíblia, do boi e da bala – com o parêntese de que só não há a bancada da bola, pela desmoralização da CBF e da FIFA, cujos dirigentes aparecem em escândalos de corrupção e de lavagem de dinheiro, ficando impedidos de viajar ao exterior sob o risco de prisão.

Em específico sobre a nossa temática, o fenômeno religioso forma e expressa a consciência comum do ponto de vista moral e político, para o bem e para o mal, mais que textos abstratos sobre ética e ciência política. Por isso se constata que, no golpe parlamentar, a semântica religiosa efetivamente galvanizou o moralismo de conveniência de parlamentares em seus interesses midiáticos. Um número expressivo de discursos favoráveis ao golpe entre os deputados federais abusou de termos como “Deus” e “família” ao longo das 10 horas de votação na sessão plenária na Câmara dos Deputados. A palavra “Deus” foi nomeada 73 vezes por 57 deputados. Sendo 52 deles numa retórica favorável ao golpe e apenas 5 deputados em perspectiva inversa. Capitaneando tal movimento, duas frentes parlamentares foram fundamentais: a Frente Parlamentar Evangélica e a Frente Parlamentar Católica. Ambas as frentes parlamentares totalizam o assustador número de 317 deputados num conjunto de 513; com a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) possuindo 189 deputados. O movimento político da FPE se tornou especialmente fundamental no contexto religioso do golpe, por isso enfatizaremos a sua atuação neste artigo.

O PT em suas origens foi marcado, além da participação de intelectuais e sindicalistas, pela expressiva participação de cristãos engajados em pastorais sociais (como a Pastoral da Saúde, Comissão Pastoral da Terra e a Pastoral Operária) ou nas Comunidades Eclesiais de Base, compostas, sobretudo por católicos fortemente influenciados pela Teologia da

Libertação. A Teologia da Libertação tem um longo e fecundo percurso histórico e teórico, mas, em síntese, procurou associar Teologia e Ciências Sociais, especialmente o marxismo, com seu apogeu na década de 80.

Lembremos que a fundação do PT foi em 1981. Logo em 1982, a obra “Igreja: Carisma e Poder” foi condenada pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, cujo Prefeito era nesse tempo o Cardeal Josef Ratzinger e futuro Papa Bento XVI. Tal condenação exigiu um “silêncio obsequioso” de seu autor: o ainda frade franciscano Leonardo Boff. No entanto, tendo em vista a autonomia do voto católico com relação à hierarquia eclesiástica, Lula tinha como desafio eleitoral para as eleições de 2002 a conquista do voto evangélico, bastante atrelado à indicação de candidatos por seus líderes.

Houve um percurso de autoafirmação político-institucional dos grupos evangélicos. Na articulação entre o religioso e o político no Brasil, usualmente cumpria ao cristão, geralmente católico, a luta pelo bem comum, na linha da Doutrina Social da Igreja (leia-se Igreja Católica), englobando ateus e religiosos de diversas denominações e não a busca de privilégio eclesiástico pelo Estado. No entanto, com a crescente onda de denúncias de corrupção no início da década de 80, muitos cristãos passaram a entender a política como algo impuro, tendo o lema “política é coisa suja”. Com o tempo e o crescimento de grupos religiosos evangélicos, começou a haver uma estratégia de conquista do poder e naquela ocasião o lema passou a ser “irmão vota em irmão” - no mundo católico se dizia “católico vota em católico” -, com bandeiras específicas como o combate contra o aborto. Nessa estratégia evangélica, chegou-se ao ponto de se criar partidos políticos, como fez a Igreja Universal do Reino de Deus e a Assembleia de Deus, duas Igrejas que compõem 42% dos deputados da FPE.

Por conseguinte, também a conveniência da aproximação entre o Partido dos Trabalhadores e o mundo evangélico foi

surgindo aos poucos. Com o crescimento vertiginoso do número de evangélicos na sociedade brasileira ao longo da década de 90, tornou-se determinante para o cálculo eleitoral o forte impacto eleitoral desses eleitores para as eleições de 2002. Esse flerte começou numa churrascaria da Zona Norte do Rio de Janeiro. Com a provável eleição de Lula no segundo turno das eleições, o Pastor Silas Malafaia articulou o jantar na Tijuca. Havia líderes de diversas igrejas, tais como: Metodista, Sara Nossa Terra, Universal do Reino de Deus e Assembleia de Deus, a totalidade desses grupos era de vertentes cristãs pentecostais ou neopentecostais. Nenhuma delas compondo o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, um organismo ecumênico e com grande preocupação na luta mais ampla por justiça social.

Depois de eleito, o presidente Lula convidou o Pastor Silas Malafaia para participar do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselhão, criado para aproximar o governo da sociedade, o que não significa, portanto, que sua nomeação fosse algum tipo de toma-lá-dá-cá. Seja como for e não por acaso, a FPE se institucionaliza em 2003, exatamente no primeiro ano do primeiro Governo Lula. Como previsível, ao se reconhecer como importante força política, a FPE passou a pressionar e ser fonte de tensão interna na base parlamentar do governo petista.

A tensão se intensificou após 2005. Com o mensalão e a fragilização do PT e do Governo Lula, ambos retomam o vínculo com sua base militante. Por conta disso, em 2006, o governo lançou o Programa “Brasil Sem Homofobia” para combater nas escolas a intolerância contra a população LGBTQ. O crescimento da tensão política com setores da direita religiosa agrava-se no fim de 2009, quando o Presidente Lula assina o Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).

O PNDH-3 propunha várias políticas públicas inclusivas, tais como: descriminalizar o aborto e proibir símbolos re-

ligiosos em prédios estatais; permitir o casamento civil e a adoção de crianças por membros LGBTQ, além de favorecer a cirurgia de mudança de sexo e legalizar o exercício profissional de trabalhadores do sexo. No entanto, o mais importante e o que provavelmente teve uma incidência política mais eloquente foi a inserção dessas temáticas de inclusão social no campo pedagógico. O PNDH-3 possibilitou a realização de um conjunto de vídeos educativos contra a homofobia e que foram produzidos por ONGs com recursos do MEC. Frequentemente, grupos reacionários citam as “crianças” ao reagirem às políticas inclusivas e em prol da tradição dos Direitos Humanos; na verdade, seus objetivos não visam um debate franco e argumentativo sobre essas questões.

Aproveitemos esse ponto para apontar que a perspectiva erística - de se ter “razão” mesmo quando não se tem razão - significa “vencer” uma disputa no imaginário coletivo sem se interessar com a objetividade da verdade dos fatos. Daí o conjunto de memes e vídeos apelativos que destilam ódio para confrontar posições que não interessa a esses grupos discutir numa esfera efetivamente democrática de opiniões divergentes. Não há qualquer interesse em compreender o equívoco da expressão “ideologia de gênero” – diga-se de passagem, essa famigerada expressão infelizmente é usada até por pessoas mais abertas às políticas de inclusão social, como o Papa Francisco. Esses grupos encontraram seus inimigos: a “turma dos Direitos Humanos”.

Voltemos à nossa narrativa histórico-religiosa em preparação ao golpe. O debate sobre questões morais hegemonizou o debate presidencial de 2010 a tal ponto que a então candidata Dilma Rousseff publicou uma “Carta Aberta ao Povo de Deus”, comprometendo-se a deixar para o Congresso Nacional a decisão sobre assuntos sensíveis aos religiosos conservadores e fundamentalistas, que se fortaleceram nessa quebra de braço. Esse fortalecimento mostrou suas garras em 25 de maio do ano seguinte. Sob pretexto de combater a

“ideologia do gênero” e a “destruição da família”, o Deputado Federal Anthony Garotinho (PR-RJ), Vice-Presidente da FPE, ameaçou opor-se às medidas governamentais em votação na Câmara dos Deputados e, até mesmo, convocar o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para se explicar sobre possíveis irregularidades. Nesse contexto, em menos de 24 horas, a presidenta Dilma determinou a suspensão do “kit anti-homofobia” e apelidado de “kit gay”.

Um tempero a mais nesse caldo fervente foi a negociação das vagas nas Comissões Permanentes mais importantes, sobrando a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) para o Pastor Marco Feliciano (PSC-SP) em 2013; evidentemente, porque não seria tão importante para os partidos... Na leitura deste Deputado Federal da FPE, a CDHM estava com o demônio e era contrária à família brasileira, preconizando uma ressignificação do sentido dos “Direitos Humanos”. A disputa narrativa em torno de palavras como “democracia” e “Direitos Humanos” exemplifica a retórica que grupos reacionários usam para não se assumirem como tais e se considerarem um baluarte da “verdade” sobre ambos os conceitos.

Diante desse tipo de fala, há de se refletir sobre a tolerância. Há aqueles, como Habermas, que não considera tolerável o fundamentalismo religioso e outros autores, como Michael Walzer, que consideram possível a tolerância com os intolerantes, pois aí teríamos a expressão plena do sentido maior de “tolerância”. O ponto central é quando a intolerância e o ódio, como seus discursos, geram implícita ou explicitamente a violência, a exemplo de atos terroristas. Seja como for, uma leitura relativista dos Direitos Humanos vai de encontro a uma tradição interpretativa de antemão consolidada. Os Direitos Humanos participam de um processo emancipatório e forjaram uma abordagem política e cultural a serviço da inclusividade socioeconômica e cultural, o que impediria tal relativismo contra uma intensificação democrática por mais direitos.

Uma recente consequência dessa disputa foi a ação judicial contra o critério do uso dos Direitos Humanos para a avaliação das redações do ENEM 2017. Essa ação, movida pela instituição “Escola Sem Partido”, preconiza infelizmente o inverso do que seu nome apregoa. Seu fundador, num artigo de opinião, defende o caráter controverso desse critério para a avaliação objetiva da redação. Seu argumento discute o tema da redação de 2015: a violência contra as mulheres. Para ele, ao submeter uma mulher, um muçulmano teria a liberdade de expressão de se posicionar a favor da submissão da mulher ao homem, e a liberdade de expressão é um dos direitos humanos... ou seja, o critério dos Direitos Humanos seria ambíguo e passível de subjetividade... Além de uma argumentação frágil e inconsistente, essa releitura perigosa é também uma apologia à violência contra a mulher, o que seria, em tese, uma apologia ao crime. E apologia ao crime é crime! No entanto, eis o desafio, a publicação de um artigo de opinião na retórica democrática e de direitos humanos, a nosso ver, participa dos marcos de uma democracia formal. Fica a questão: estaria Karl Popper correto em seu “paradoxo da tolerância”? Tal paradoxo afirma o seguinte:

Nesta formulação, não quero implicar, por exemplo, que devamos sempre suprimir a manifestação de filosofias intolerantes; enquanto pudermos contrapor a elas a argumentação racional e mantê-las controladas pela opinião pública, a supressão seria por certo pouquíssimo sábia. Mas deveríamos proclamar o direito de suprimi-las, se necessário mesmo pela força, pois bem pode suceder que não estejam preparadas para se opor a nós no terreno dos argumentos racionais e sim que, ao contrário, comecem por denunciar qualquer argumentação; assim, podem proibir a seus adeptos, por exemplo, que deem ouvidos aos argumentos racionais por serem

enganosos, ensinando os a responder aos argumentos por meio de punhos e pistolas. Deveremos então reclamar, em nome da tolerância, o direito de não tolerar os intolerantes. Deveremos exigir que todo movimento que pregue a intolerância fique à margem da lei e que se considere criminosa qualquer incitação à intolerância e à perseguição, do mesmo modo que no caso da incitação ao homicídio, ao sequestro de crianças ou à revivescência do tráfico de escravos. (POPPER, 1974, pp. 289-290)

O limite da tolerância, portanto, não seria propriamente os discursos intolerantes, pois assim não só de fecharíamos igrejas fundamentalistas, mas censuraríamos seus líderes e até criminalizaria essas instituições. Provavelmente este caminho não ajudaria na educação para a cidadania democrática. Seja como for, a tolerância pressupõe um limite e o limite da tolerância é o uso da violência – os “punhos e pistolas” da citação acima. Nesse caso, incumbiria retomar a herança moderna e contratualista do monopólio do uso da força pelo Estado democrático de Direito. Queiramos ou não, é preciso estar aberto para uma tentativa de conversação com os intolerantes, que compõem uma parcela da sociedade brasileira. Assim, ao exonerar o ex-seminarista Gilberto Carvalho de ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência em fevereiro de 2015, que fazia uma ponte entre o governo e os movimentos sociais, Dilma enfraqueceu a sua interlocução com grupos religiosos conservadores.

No início da nova legislatura, a FPE se empenhou para eleger um de seus membros, o Deputado Federal Eduardo Cunha (MDB-RJ), como Presidente da Câmara dos Deputados. Para qualifica-lo, retomemos a entrevista dada por José Dirceu para a Folha de São Paulo e publicada em 20 de abril. Como parceiro de cela, José Dirceu diz que Eduardo Cunha conhece bem a Bíblia e frequenta os cultos na carceragem da Polícia Federal em Curitiba. Além das pautas-bomba e das mano-

bras para o golpe de 2016, Eduardo Cunha favorece cenas burlescas e que feriram a laicidade constitucional do Estado brasileiro.

Esse contexto mais amplo apresentou facetas mais específicas nos dias que abrigaram o conluio em prol do golpe parlamentar. Cinco dias antes da votação do “*impeachment*” na Câmara dos Deputados, o PRB – ligado à Igreja Universal do Reino de Deus – entregou o ministério que tinha e, em bloco, com desfaçatez, votou em bloco a favor do golpe; ademais, aceitou, em conchavos aparentemente nada republicanos dos bastidores, a oferta do Vice-Presidente Michel Temer para assumir a pasta da Ciência e Tecnologia em seu futuro governo. Logo, não foi à toa que 84% dos deputados da FPE aprovaram o golpe, bem acima dos 72% da Câmara dos Deputados e muito próximo dos 73% da Frente Parlamentar Católica.

Logo depois da votação na Câmara dos Deputados, e o afastamento da Presidenta Dilma, e antes da votação do “*impeachment*” no Senado Federal, que aconteceu no dia 31 de agosto, Michel Temer recebeu no Palácio do Jaburu, no dia 27 de abril de 2016, o Pastor Silas Malafaia, fundador da Assembleia de Deus “Vitória em Cristo”, que estava acompanhado com o Deputado-Pastor Everaldo (PSC-SP). Pela mesma época, gravou um vídeo com o Deputado-Pastor Marco Feliciano avisando de que estaria “orando pelo Brasil”.

Ressalte-se que isenção factual não significa imparcialidade. A documentarista de “O Processo”, por exemplo, kantiana e isentamente perscrutou pela “verdade dos fatos”. Deparou-se com a ardilosa situação contra a presidenta eleita democraticamente nas eleições de 2014. Ao retratar o cinismo teatral de seus carrascos e o absurdo dos sucessivos e midiáticos acontecimentos, emergiu no documentário a parcialidade do óbvio: o chamado *impeachment* foi um golpe parlamentar. Assim, a objetividade jurídica não impede o reconhecimento sociológico de que alguns merecem mais justiça do que outros.

A retórica pela “pureza” significa, frequentemente, uma estratégia político-religiosa de manutenção de privilégios nada justos, mas que funcionam para os incautos ditos “do bem”. O golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff é sobejado como paradigma neste sentido. Relatemos um acontecimento modelar disso. Com o impacto midiático e político da simulada crucificação de uma transexual na Parada Gay de 2015, houve uma invasão da Mesa Diretora do Plenário da Câmara dos Deputados com faixas e cartazes religiosos e cristãos contra ações político-culturais e ligadas à tradição dos Direitos Humanos, como a Parada do Orgulho Gay; a Marcha das Vadias e a Marcha da Maconha. Essa manifestação intolerante violou também a saudável neutralidade e laicidade do Estado, representado pela Mesa Diretora.

Essa incapacidade de grupos fundamentalistas religiosos de conviver com a democracia conduz novamente à temática da tolerância. Temática que advém do liberalismo político da “Carta sobre a Tolerância”, de John Locke, escrita em 1689. Diante das guerras religiosas entre católicos e protestantes que grassavam na Inglaterra e em toda a Europa, a neutralidade axiológica do Estado democrático de Direito se configura na garantia da diversidade cultural religiosa. Com uma argumentação teológica de viés puritano e calvinista, Locke se contrapõe à monarquia absolutista dos “papistas”, como chamava os católicos. A defesa do liberalismo político em Locke parte de uma tradição de leitura do cristianismo, religião que se caracteriza tradicionalmente pela separação entre religião e política. Logo, o fundamento da laicidade se dá a partir de afirmações até paradoxais, tais como: “sob a lei evangélica, não existe, evidentemente, nenhum Estado cristão” (LOCKE, 1987, p. 111). O Magistrado Civil deve manter sua neutralidade perante distintos grupos religiosos. Heresia não é crime. Os dogmas de um grupo religioso, mesmo que discordemos de sua teologia, hão de ser tolerados, o que não se tolera é o crime.

Uma observação importante acerca de Locke e de sua tolerância é que ele defendia a tolerância para outros cristãos, para os judeus, para outras religiões, mas não para os ateus. Nesse caso, lembremos do que aconteceu ao candidato Fernando Henrique Cardoso nas eleições municipais de 1989, em que numa entrevista ao Boris Casoy, nessa época era jornalista da Folha de São Paulo, ele se declarou ateu, perdendo, então, uma eleição que lhe parecia certa. Embora Dilma não tenha dito nada semelhante, sua postura alheia às manifestações públicas de tipo religioso foi uma oportunidade para que grupos fundamentalistas a considerassem “ateia”, um pecado mortal... Isso foi muito grave para os fundamentalistas em sua cruzada contra a laicidade do Estado: uma mulher secularizada e desencaixada do modelo doméstico e recatado da “boa esposa”.

Um espetáculo inverso foi a advogada Janaína Paschoal. O pedido de abertura de processo de *impeachment*, inicialmente, foi protocolado pelo jurista Hélio Bicudo em 2015, que contou com o apoio dela e de Miguel Reale Jr. Eles contracenaram com a performance pentecostal da pregação de Janaína Paschoal na Faculdade de Direito da USP, em que aludia à Presidenta Dilma ao usar o símbolo bíblico da “cobra”, que sinaliza Satanás. Foi algo de um nível torpe e nada técnico num ambiente acadêmico. Com o afastamento de Hélio Bicudo, a acusação ficou a cargo de Miguel Reale Jr. e de Janaína Paschoal. No dia da consumação do golpe parlamentar, advogada continuou com seu tom pentecostal e messiânico em sua “defesa” do *impeachment*, eis sua fala: “Foi Deus que fez com que várias pessoas, ao mesmo tempo, cada uma com sua competência, percebessem o que estava acontecendo ao nosso país e conferissem a coragem para se levantarem e fazerem alguma coisa a respeito.” Com esse tipo de discurso teológico e político, sem se escorar na Constituição Federal e num hipotético cometimento de “crime de responsabilidade” pela chefe do Poder Executivo federal. Retomando a erística citada antes, seria uma justificativa político-teológica, com

gritos e choros, esconder a fragilidade técnico-jurídica de sua acusação num apelo ao imaginário social por certa indignação “moral” e “bíblica”?

De um ponto de vista de sua função institucional, o Supremo Tribunal Federal é incompetente em matéria de Teologia. Sua competência alcança o componente religioso apenas se as questões apresentadas tratam da ordem constitucional. Por exemplo, caso um ex-fiel tenha ofertado um dízimo pela manipulação psicológica de agentes religiosos em sua fragilidade emocional, apelando para uma possível maldição caso não o fizesse ou se quisesse reavê-lo após arrependimento, concerne ao sistema de justiça restaurar os bens desse cidadão, independentemente da discussão teológica, se isso seria ou não um “pecado”.

Como consequência da posição acima, o espaço público deve ficar isento quanto a símbolos religiosos. O uso de crucifixo ou a leitura da bíblia em lugares pertencentes ao Estado é uma afronta à sua laicidade. A única possibilidade de se compreender a primeira situação é se o prédio for antigo e fruto de um contexto cultural em que Igreja e Estado andavam lado a lado. Um exemplo disso é o nome do Estado do Espírito Santo ou a sua bandeira, com as cores de Nossa Senhora da Penha e seu lema jesuíta: “Trabalha e Confia”. Não calha aos talibãs da laicidade rasgarem a bandeira ou mudar o nome do Estado. Isso seria uma incompreensão do processo cultural capixaba, marcado por suas raízes religiosas.

A laicidade não é igual à secularização. O Brasil é um país laico e religioso, isso não é contraditório. A Suécia não é laica, mas o povo é secularizado. A diferença é que a laicidade é a separação jurídica entre as religiões e o Estado, enquanto a secularização é um processo histórico-cultural em que a religião vai se reduzindo à esfera privada. Essa secularização foi expressa teoricamente pela sociologia de Max Weber. Para Weber, o ascetismo intramundano calvinista contribuiu para a prática austera do trabalho, em que pese a origem medie-

val do termo *saeculum*, como lembra Taylor, de acordo com a diferenciação entre padres seculares e monges religiosos.

Analisemos a ambiguidade entre ferir a laicidade ou não em dois lugares de uso religioso na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Na Capela Santa Teresinha, situada ao lado do hospital universitário, há um belo e enorme crucifixo que, se fosse destruído, seria uma depredação do patrimônio público e do valor cultural dessa capela construída na década de 20 e consagrada a uma religiosa que morreu de tuberculose, como muitos dos pacientes do hospital. Embora a laicidade do Estado venha desde a Constituição Federal de 1891, o contexto da construção dessa capela exige o reconhecimento do valor patrimonial e cultural do crucifixo na arquitetura, o que não implica um uso corrente e exclusivo para celebrações católicas. Diferentemente é o caso da Capela Ecumênica dessa mesma universidade. Tal espaço é a improvisação de uma sala comum em que se celebram ofícios religiosos, inclusive de muçulmanos. Esses se mostram bastante tolerantes, pois rezam num lugar onde há uma cruz fixa na parede. Nessa situação, a cruz fere a laicidade do Estado porque foi afixada num prédio sem valor histórico-cultural e construído recentemente, num contexto político-cultural de laicidade do Estado.

A crescente presença do religioso na esfera pública no Ocidente fez Habermas cunhar a expressão “pós-secularização”. A pós-secularização expressa o valor político da semântica religiosa em contexto democrático. O religioso serve como fator motivacional para a cidadania em sociedades como a alemã. A fundamentação da moral de Kant, em sua obra “Crítica da Razão Prática”, independe da esfera religiosa; apesar disso, a imortalidade da alma e a existência de Deus são elementos que motivam o justo a viver moralmente, pois ele, em vista de sua salvação e vida eterna, procura viver corretamente apesar do sofrimento dos justos e da prosperidade dos ímpios. Junto a essa perspectiva kantiana, a linguagem religiosa e a Teologia trazem uma reserva semântica de

grande valia à esfera pública ao participar reflexivamente de uma abertura ao mundo e a outros saberes, dando e solicitando razões. A tradição religiosa é viva por conta do tensionamento entre a sua fidelidade às origens e a sua criatividade perante novos contextos sociopolíticos, tal tensionamento é o melhor fator de sucesso de uma pregação. Isso gera uma renovação e vetores de possibilidades de leitura do texto sagrado. Essa renovação gera as tradições cristãs e as leituras políticas distintas, como se percebe na oposição entre Teologia da Libertação e Teologia da Prosperidade; logo, Jesus está na Ufes não apenas nos grupos de oração de linha pentecostal e intimista, mas também na Pastoral Universitária e sua visão libertadora das injustiças sociais.

A Teologia da Prosperidade, tão presente em grupos neopentecostais, contribui com uma concepção de liberalismo popular para as grandes periferias urbanas. A ideia de meritocracia como empreendedorismo e conquista de sucesso beira a espera de um milagre. Evidentemente, a retórica da meritocracia, a rigidez moral e um sentido de pertença comunitária nas igrejas são elementos eficazes para que famílias populares consigam melhorar suas condições financeiras. Esse diagnóstico veio com a derrota do Prefeito Fernando Haddad nas eleições municipais de 2016. Apesar de essa derrota ter outros fatores, como a pressão midiática contra a sua gestão, essa derrota fez a Fundação Perseu Abramo, ligada ao PT, realizar uma pesquisa sobre o porquê de a periferia não reconhecer diversos avanços sociais proporcionados pela administração petista, cunhando a expressão “liberalismo popular”.

Com o inverno eclesial dos pontificados de João Paulo II (1978-2005) e Bento XVI (2005-2013), que durou 35 anos, a Teologia da Libertação foi alijada das periferias, junto às Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e às pastorais sociais, que eram, na década de 80, o que fazem atualmente as igrejas neopentecostais nas comunidades populares. As CEB's enfatizavam na década de 80, e enfatizam ainda hoje, a luta

social por educação e saúde. Contra essa atuação, a postura conservadora de João Paulo II nomeava bispos e cardeais contrários à linha da Teologia da Libertação. Essa reação foi simbolizada em sua bênção ao sanguinolento ditador chileno, Augusto Pinochet, e a humilhação pública do monge e poeta Ernesto Cardenal, Ministro da Cultura do governo sandinista da Nicarágua, de saudosa memória diante da situação vigente nesse país.

Finalizo este artigo negando o preconceito contra os evangélicos. Há evangélicos progressistas contrários ao golpe parlamentar e contrários ao papel político e cultural da Frente Parlamentar Evangélica. Num ato inter-religioso em memória da Marielle Franco, o Pastor Henrique Vieira, da Igreja Batista do Caminho, fez um forte e significativo discurso contra o Pastor Silas Malafaia e do Prefeito-Bispo Marcelo Crivella. Aproveito para lembrar aqui da emblemática figura da vereadora carioca assassinada Marielle Franco. Ela representava diversos coletivos, tais como o das mulheres, negras, faveladas e LGBTI, mas também, do ponto de vista religioso, o das religiões afro-brasileiras. Sua mãe foi ministra extraordinária da eucaristia na Maré e ela participou da Pastoral da Juventude, ligada à Igreja Católica. É significativo que a última foto que enviou para a sua irmã foi na Igreja de São Jorge, um Orixá no candomblé. Sua filha enviou uma carta ao Papa Francisco, que lhe telefonou. Algo bem diferente do que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Em plena Campanha da Fraternidade que abordava o espinhoso assunto da violência, a CNBB se omitiu ao não denunciar seu assassinato, com o agravante de se estar no primeiro mês de intervenção militar no Estado do Rio de Janeiro. Houve conveniência política nessa omissão?

Assinalemos, ainda, que a associação entre religião e poder sempre aconteceu no Brasil com a Igreja Católica, e esse vínculo continua da pior maneira. Exemplifica-se tal parceria com a postura do Cardeal-Arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer. Ele criticou o ato ecumênico presidido por

Dom Angélico Bernardino, com padres e freiras, no dia 07 de abril em memória da ex-primeira dama Marisa Letícia. No entanto, ele estava ao lado do prefeito João Dória quando apresentou um tipo de “ração” para o povo pobre. Ademais, o Cardeal é amigo íntimo do Governador Geraldo Alckmin, ligado à Opus Dei e alcunhado como “Santo” em delações da Operação Lava-Jato. Como se não bastasse, o alto prelado abençoou a capela do Palácio da Alvorada após o golpe e com a ilegítima presença de Michel Temer.

Neste sentido, observe-se a sintonia e interconexão entre os membros das bancadas BBB. Nelas se estreita a relação entre a direita religiosa católica e a evangélica. Retrata isso o batismo, em maio de 2016, do Deputado Federal Jair Bolsonaro e seus filhos, no Rio Jordão em Israel, pelo Deputado-Pastor Everaldo (PSC-RJ), ex-candidato à Presidência da República em 2014. A direita católica simpatiza com Jair Bolsonaro. Olavo de Carvalho e Padre Paulo Ricardo, de Mato Grosso, já manifestaram por vídeos o interesse por esse personagem e sua retórica. Ambos são referência teórica e verdadeiros intelectuais orgânicos da direita católica, assim, expressam perfeitamente o que dizem combater, isto é, eles são canais ideológicos contra o “marxismo cultural”, cada vez mais distante do ambiente universitário, mas não no discurso deles; desse modo, ajusta-se muito bem a eles o qualificativo de “gramscianos” da política cultural da direita católica brasileira. A situação acima apresenta seu capítulo, que espero ser final, com as eleições de 2018. Nesse processo eleitoral se explicita e concretiza a aliança dessas bancadas, com seus interesses econômico-industriais, no apoio à candidatura de Jair Bolsonaro à Presidente da República.

No entanto, essa página triste da história de nosso país será virada.

Referências

- ALVES, J. A. *As novas (velhas) faces do conservadorismo católico*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/577687-as-novas-velhas-faces-do-conservadorismo-catolico>
- BARREIRA, M. M. “Uma proposta de redescrição neopragmática do religioso na sociedade pós-secular”. In: ROSA, W. P. da; RIBEIRO, O. L. (Org.). *Religião e sociedade (pós) secular*. Santo André/Vitória: Academia Cristã/Unida, 2014, p. 134-148.
- BARRETO, M. M. *Conferência da CNBB inicia com Igreja dividida*. Disponível em: <http://www.extraclasse.org.br/exclusivoweb/2018/04/com-cnbb-dividida-cardeal-procura-o-papa/>
- DAMASCENO, V. Evangélicos não são sinônimo de conservadorismo. *Carta Capital*, em 19 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/evangelicos-nao-sao-sinonimo-de-conservadorismo>
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Percepções e valores políticos na periferia de São Paulo*. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Pesquisa-Periferia-FPA-040420172.pdf>
- HABERMAS, J. *A inclusão do outro: estudos de teoria e política*. São Paulo: Loyola, 2002.
- _____. *Entre o naturalismo e a religião: Estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2007.
- KANT, I. *Crítica da razão prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LOCKE, J. *Carta sobre a Tolerância*. Lisboa: Ed. 70, 1987.
- MOURA, M. & PIVA, J. dal. Como os evangélicos abençoaram Temer. *REVISTA ÉPOCA*. Disponível em: <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/05/como-os-evangelicos-abençoaram-temer.html>
- POPPER, K. R. *A Sociedade Aberta e seus Inimigos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- WALZER, M. *Da Tolerância*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Companhia das Letras: São Paulo, 2004, p. 41-167.



CULTURA E DEMOCRACIA VILIPENDIADAS POR SUCESSIVOS GOLPES

GASPAR PAZ

Arte e Música

gasparpaz@gmail.com

Outrora, os pensadores políticos davam um nome especial para perda da república pela privatização do público e do poder: despotismo ou tirania (Marilena Chauí)

Traço aqui algumas considerações a respeito das políticas culturais, cujas ações vêm sendo sistematicamente coarctadas e vilipendiadas desde o golpe de 2016. O quadro de instabilidade, insuflado insidiosamente por setores da política brasileira, provocou o que Luis Felipe Miguel denominou de “fratura irremediável no experimento democrático iniciado no Brasil em 1985”¹. Para muitos dos pesquisadores que estudam essa problemática de maneira atenta e perspicaz – os capítulos que compõem este livro demonstram isso –, tal “fratura” significou a ruína das condições mínimas para o exercício da democracia representativa, a despeito de todas as controvérsias, complexidades e implicações do tema. Aqui está justamente um dos aspectos significativos para que possamos refletir sobre as políticas culturais, pois a “práxis democrática” é um dos motores e um dos anseios primordiais à superação das

¹ Luis Felipe Miguel “A democracia na encruzilhada”. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. Organização: Ivana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 31.

desigualdades, dos preconceitos, da violência e das relações insolentes entre culturas. É também um impulso básico para a reivindicação e a garantia do direito à cultura e à cidadania cultural. Assim, as práticas culturais cidadãs, aliadas a outras áreas que lhe são correlatas, estimulam o processo democrático de tal forma que podemos dizer que cultura e democracia se complementam.

Com a situação que se instalou no país a partir do afastamento sub-reptício da Presidenta Dilma Rousseff (sem que se tenha comprovado crime de responsabilidade, como sublinham juristas notáveis), disseminaram-se os “mecanismos” de hostilidade em relação ao campo cultural e, por extensão, houve um recrudescimento de discursos intransigentes que pregam a obliteração do acesso e do direito à cultura.² Penso que o ato que formaliza o descaso com as práticas culturais aconteceu com a extinção do Ministério da Cultura (MinC) pelo então Presidente interino Michel Temer, em meados de maio de 2016. Numa espécie de reiteração desse ato atroz, o Senado Federal promulgou (em dezembro do mesmo ano) a “emenda constitucional 95/2016” (conhecida como a “PEC da morte”, que congela por 20 anos os gastos públicos destinados à educação, saúde e cultura). A essas duas manobras somam-se várias outras ações de censura em relação à cultura, às quais comentaremos no decorrer deste texto.

A extinção do MinC, realizada num ímpeto e, aparentemente, sem qualquer ponderação prévia sobre a esfera cultural, foi defendida pela presidência interina como uma medida de desoneração dos gastos públicos. Na realidade, essa extinção atingiu frontalmente um Ministério que havia sido inaugurado em 1985 (no referido ano em que se inicia o processo de “redemocratização”). É importante ressaltar, portanto, que o MinC tem aproximadamente 30 anos, foi criado no gover-

no de José Sarney, extinto e transformado em Secretaria de Cultura em 1990 (por Fernando Collor de Mello) e retomado por Itamar Franco em fins de 1992. Embora o MinC tenha um histórico de ministros de formação exponencial, como Celso Furtado e Antônio Houaiss, ao menos até o ano de 1995, a pasta não alcançou uma continuidade de projetos e propostas políticas importantes. Talvez isso tenha ocorrido em função das sucessivas alternâncias de ministros, que permaneciam no cargo por um período relativamente curto (em média 1 ano). A não ser que se considere como “continuidade”, o malogro em superar a patética subalternidade econômica ou o cultivo de certo elitismo. De 1995 até 2003 (no governo de Fernando Henrique Cardoso) o MinC ficou a cargo de Francisco Weffort, que atuou a partir do “mote” neoliberal da lei de incentivo fiscal (Lei Rouanet), através do qual o setor cultural permaneceu refém de políticas privatistas³. Por outro lado, cabe ressaltar que desde 1985 o MinC atua como uma instituição que procura dialogar e atender a pautas relevantes de artistas de teatro, música, cinema, artes plásticas, entre outras linguagens que enfrentaram as coerções dos anos de chumbo da ditadura militar. Nessa perspectiva, não obstante as dificuldades inerentes a um processo como esse, muitas das questões outrora negligenciadas passaram a integrar a pauta de discussão⁴. Além disso, algumas experiências em secretarias de cultura, como foi o caso da administração de Marilena Chauí na Prefeitura de São Paulo⁵ (no período de 1989 até 1992, durante o governo de Luiza Erundina), redimensionaram a importância das políticas culturais. Algumas dessas experiências foram retomadas, rediscutidas e atualizadas pelo MinC, quando da atuação dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira (no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2008). Nesse sentido, segundo Juca Ferreira, desde 2003 o Ministério da Cultura passou a protagonizar propostas de valorização sociocultural. Para

² Nesse sentido, são flagrantes certos casos protagonizados pelo MBL (“Movimento Brasil Livre”), por alguns grupos religiosos e pelo Prefeito João Dória (de São Paulo), todos amplamente divulgados pela mídia brasileira. Um deles foi a censura à exposição Queermuseu em Porto Alegre; outro, a criminalização dos trabalhos de grafiteiros na cidade de São Paulo. Grupos religiosos também questionaram a nudez e a moral de certas exposições e performances artísticas.

³ Até recentemente estão entre os principais beneficiários da Lei Rouanet o Instituto Itaú Cultural, a Fundação Roberto Marinho e o Instituto Tomie Ohtake.

⁴ Entre as problematizações importantes estão os debates em torno das desigualdades, dos preconceitos de gênero, bem como da valorização dos saberes populares.

⁵ Chauí reflete sobre algumas dessas experiências no livro *Cidadania cultural, o direito à cultura* (2006). Esse livro motivou muitas das movimentações importantes do campo cultural.

tanto, “alargou sua visão e seu escopo conceitual, ampliou sua compreensão acerca da arte e da diversidade cultural brasileira”⁶. Conforme Ferreira, a Conferência de Cultura (de 2010) aprovou uma série de resoluções, priorizando três fatores como metas a serem alcançadas: pensar a cultura “como fato simbólico, como direito de acesso de todo brasileiro e como economia poderosa”⁷. Para isso, houve incentivo às políticas públicas para variadas manifestações artísticas, apoio a museus, projetos de preservação da memória e do patrimônio, políticas de apoio à cultura dos povos indígenas, entre outras. Pode-se dizer que “foi somente nesse momento que as políticas públicas de cultura passaram a estar presentes nos pontos vitais da cultura brasileira, e o MinC passou a incluir quem nunca havia tido acesso a políticas públicas de cultura”⁸. Além dessas conquistas, há que se considerar a consolidação de toda a estrutura do MinC, composta pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC), a Secretaria do Audiovisual (SAv), a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic), a Secretaria de Articulação e Desenvolvimento Institucional (Sadi), a Secretaria da Economia da Cultura (SEC) e a Secretaria de Infraestrutura Cultural (Seinfra). Há ainda importantes entidades vinculadas ao ministério, tais como: o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), a Agência Nacional do Cinema (Ancine), a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), a Fundação Cultural Palmares (FCP), a Fundação Nacional das Artes (Funarte) e a Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Dessa forma, a extinção do MinC, ao afetar tamanha estrutura, atingiu com virulência as políticas de inclusão social. Para Luis Felipe Miguel, ao menos dois dos resultados das políticas de inclusão do PT geravam constrangimentos para os proprietários privados dos meios sociais de produção. Percebe-se que “a redução da miséria afetou uma vulnerabilidade social que

é funcional para largos setores do capital”⁹. Além disso, outro fator que provocou o descontentamento da classe dominante foi “uma sensação de que hierarquias seculares estavam sob ameaça”¹⁰. Nesse viés,

As mulheres, as lésbicas, os gays e as travestis, as populações negras, as periferias: grupos em posição subalterna passaram a reivindicar cada vez mais o direito de falar com sua própria voz, a questionar sua exclusão de muitos espaços, a reagir à violência estrutural que os atinge. Políticas de governo apoiaram tais movimentos, desde as cotas nas universidades até o financiamento para a produção audiovisual periférica. Os privilegiados perderam a sensação de que sua superioridade social era natural, logo inconteste, e perderam também a exclusividade na ocupação de posições de prestígio.¹¹

Ao compreender que o golpe desestruturara todas essas conquistas, diversos setores culturais e a sociedade civil responderam de forma rápida e ativa com ocupações de espaços do ministério em vários estados brasileiros. Reivindicaram assim, a revogação da extinção do ministério pelo Presidente interino. Ao perceber o impacto desses movimentos, Michel Temer anulou a medida, convidando para ocupar o cargo Marcelo Calero, que já havia sido Secretário de Cultura no Rio de Janeiro. Calero permaneceu no MinC por menos de 6 meses, quando pediu demissão ao enfrentar pressões políticas (por concessões no campo imobiliário) do então Secretário de Governo Geddel Vieira Lima. Com a saída de Calero, Roberto Freire assume o Ministério da Cultura. Esse fato foi considerado um novo golpe, visto que a mídia já havia divulgado que a extinção do MinC tinha sido sugerida pelo próprio Freire. Considerava-se, por conseguinte, que sua posse seria uma ma-

6 Juca Ferreira “Cultura e resistência”. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. Organização: Ivana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 118.

7 Juca Ferreira “Entrevista com o ministro da Cultura”. *Revista Caros Amigos*, ano XIV número 157 abril 2010, p. 16.

8 Ferreira, *op. cit.*, 2016, p. 118.

9 Miguel, *op. cit.*, 2016, p. 34.

10 *Idem*.

11 *Idem, ibidem*.

neira de “neutralizar” as funções do MinC. De fato, essa conduta se evidenciou, culminando na defesa incondicional de Temer, feita pelo ministro, na entrega do prêmio Camões ao escritor Raduan Nassar. Na cerimônia Roberto Freire, visivelmente exaltado, sugeriu a Nassar – que na ocasião denunciara o golpe de estado em curso no Brasil –, que se recusasse a receber o prêmio de um governo que considerava golpista. Raduan Nassar respondeu incontestemente que não recusaria o prêmio (que lhe fora outorgado pelo Estado brasileiro e por Portugal) e exigiu seu direito de manifestação. Após este e outros desgastes, Roberto Freire deixou o ministério, assumido interinamente por João Batista Andrade e, posteriormente, em julho de 2017, por Sérgio Sá Leitão. Desde então percebe-se o engessamento e a deterioração da pasta. No momento em que escrevo este texto, o Museu Nacional do Rio de Janeiro, um dos mais importantes da América Latina, sucumbiu num incêndio de grandes proporções, que destruiu integralmente anos de pesquisas, assim como o precioso acervo da instituição relativo à história da humanidade. Conforme relatado pela reitoria da UFRJ, o museu havia recebido tão somente R\$ 56.000,00 até agosto de 2018, valor irrisório para custear uma administração tão complexa.

Com a promulgação da PEC 95/2016 mostrou-se a dupla face do golpe, já que a situação de indigência alcançava também a educação pública e impedia o diálogo e as parcerias entre o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Cultura. Entretanto, a continuidade das propostas do MinC precisava ser alinhavada, segundo Ferreira, em plena harmonia com o Ministério da Educação, pois para ele não basta “incluir economicamente, é preciso educação de qualidade e acesso pleno à cultura”¹². Nessa perspectiva, nada foi realizado por Michel Temer. Aliás, suas ações corroboraram as reduções drásticas do orçamento para a educação e abriram espaços para Projetos de Lei como o 193/2016 (relativo à Escola sem partido) ou o 257/2016, que suscetibilizava as liberdades e os direitos dos servidores públicos federais. Dessa maneira, os desejos da classe dominante e os interesses do mercado financeiro passaram

¹² Ferreira, *op. cit.*, 2010, p. 16.

a nortear a desagregação da educação pública. Enquanto isso, o judiciário brasileiro recebia aumento expressivo de salários, empresas do ramo da educação, como a Croton, ampliavam a implementação de propostas no setor educacional, e parcelas do empresariado recebiam vigorosas concessões. O Brasil entrava numa crise sem precedentes. Na esteira dessa crise, o MEC e o MinC foram vilipendiados sob o signo da hipocrisia, visto que ao extinguir o MinC o presidente interino propôs que ele se transformasse numa secretaria vinculada ao MEC. Contudo, o MEC já estava combalido pelo impacto de todas essas ofensivas (o que faria dessa ação algo completamente sem efeito). Assim, ao passo que enfrentavam tais circunstâncias, os segmentos culturais empenhados em promover as políticas públicas tiveram que lidar com diversas formas de violência. Tais práticas ganhavam protagonismo, sobretudo porque eram incitadas pelas mídias hegemônicas. Isso explicitava cada vez mais o abismo entre a opinião pública e as políticas públicas, bem como a anulação de qualquer ideia alternativa ou plural. A mídia hegemônica brasileira, representada principalmente pelas organizações Globo, pelo Jornal Folha de S. Paulo e pelo jornal O Estado de São Paulo, além de suas sucursais e parcerias, já havia apoiado o golpe de 1964, conforme relata o pesquisador e jornalista Juremir Machado da Silva em *1964 Golpe midiático-civil-militar*. De forma semelhante, em 2016, a mesma mídia (obviamente agora contando com recursos de penetração nas redes sociais) continuou a insuflar a população, promovendo pautas de cunho neoliberal. Dessa forma, os segmentos culturais enfrentaram diuturnamente notícias como: “Toffoli cassa liminar e Ricardo Melo deixa presidência da EBC”; “Por pressão de conservadores, Santander cancela exposição LGBT”; “Criador de Inhotim é condenado por lavagem de dinheiro... Empresário oferece obras de Inhotim para pagar dívidas com o governo de MG”; “Vestido de jardineiro, Dória ameaça multar pichadores em R\$5.000,00”; “Dória e os milionários que estão transformando São Paulo em uma empresa privada”; “Charles Cosac será o novo diretor da Biblioteca Mário de Andrade”; “O Brasil de teatro fechado é um país sem capacidade de sonhar”; “O estado é nosso inimigo: a luta dos

índios no Brasil”.¹³ O leitor encontrará outros exemplos que demonstram esse tipo de pressão constante vivenciada pelos segmentos culturais. Contudo, a razão de tanta violência não é nova. Para Fábio Konder Comparato, entre os oligarcas brasileiros “sempre predominou o espírito privatista”¹⁴. De tal forma que a implementação do regime republicano pode ser considerada apenas uma espécie de semblante, pois o que se deu, de fato, foi a “instauração de uma república privatista e de uma democracia sem povo”¹⁵.

A partir de 2016 essas mesmas características se acentuaram sobremaneira mediante um discurso intimidante de viés econômico. Dessa forma, em função das garantias econômicas para a elite financeira, pereceram as ideias de democracia e de cultura no Brasil. O chavão empregado pela elite e por seus coadjuvantes, atuantes no cerne dos três poderes da República, foi a privatização de tudo o que é público. A negociação das bacias e reservas de petróleo com empresas estrangeiras é um dos exemplos mais claros desse espírito privatista. Esse tipo de proposta passou a reverberar de forma ampla, alardeando o risco de privatização de diversas instituições brasileiras, como: o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, as universidades federais, a Embraer, a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), os Correios, entre outros. Para sustentar intenções tão adversas, entrou em cena a espetacularização da corrupção do Estado e a incitação da intolerância em várias instâncias, culminando com a prática indiscriminada de censuras, perseguições, agressões e assassinatos. O assassinato da vereadora Marielle Franco¹⁶, defensora e pesquisadora dos direitos humanos, foi uma das consequências e um dos

¹³ As manchetes acima foram retiradas de pautas da EBC, da revista Carta Capital, do jornal Valor Econômico, da Folha de S. Paulo, do jornal GGN e do Metrôpolis.

¹⁴ Fábio Konder Comparato. *A oligarquia brasileira. Visão histórica*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017, p. 147.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ Após sete meses do atentado o crime não foi desvendado pelas autoridades brasileiras. Em meio a essas circunstâncias, familiares da vereadora passaram a receber ameaças anônimas. No Rio de Janeiro, pouco antes das eleições de 7 de outubro de 2016, 2 candidatos a deputado pelo partido PSL retiraram e quebraram uma placa em homenagem à vereadora, colocada próxima à Câmara. Os autores justificaram tamanha violência dizendo que a colocação da placa num logradouro público sem a devida oficialização configuraria uma depredação do patrimônio público.

marcos dessa desestabilização das ideias e das características mais básicas da democracia. Nesse contexto percebe-se a desativação da expressão dos direitos da população, assim como a inviabilização do dissenso, características que Marilena Chauí considera fundamentais para o exercício da democracia. Contudo, ao invés da garantia dos direitos e a viabilização de novos direitos, a crise brasileira induziu e estimulou, cada vez mais, o que Chauí denomina de “noção de privilégio”, inibindo as formas de participação coletiva. A democracia brasileira foi atacada também na medida em que embaralhou o “princípio republicano da separação entre o público e o privado”¹⁷. Essa separação propicia justamente a

prática de soberania popular, que distingue o poder e o governo – o primeiro pertence aos cidadãos, que o exercem instituindo as leis e as instituições políticas ou o Estado; o segundo é uma delegação de poder, por meio de eleições, para que alguns (legislativo, executivo, judiciário) assumam a direção da coisa pública. Na democracia os governantes não podem identificar-se ao poder, nem se apropriar privadamente dele¹⁸.

Isso nos faz pensar no aspecto paradoxal da democracia. Ou seja, se essas características democráticas se efetivam plenamente ou se são apenas um semblante do capitalismo imperial globalizado, como adverte o filósofo Alain Badiou. É a partir dessa constatação que o filósofo francês pergunta se devemos assumir a exigência do real nos subjugando a essa intimidação. Para Badiou, é importante perceber o sentido e as máscaras do sistema capitalista, que tece e produz velamentos numa espécie de teatralização, cujo semblante seria a representação da “democracia imaginária”. Nessa linha, o sociólogo Jessé Souza sublinha a perversidade e a violência da “elite brasileira”, proprietária dos meios de produção e dos meios de

¹⁷ Marilena Chauí, *Cidadania cultural. O direito à cultura*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

¹⁸ *Idem*.

comunicação. Essa elite exhibe estratégias para reforçar seu exercício do poder a partir de operações da Polícia Federal e do Ministério Público brasileiro (como a operação “Lava Jato”). Instala-se assim uma judicialização inadvertida que consagra o processo de espoliação e estagnação social. Para Chauí,

Sob a aparência do paradoxo, vigora a coerência surrealista: defesa da ordem que pisoteia o direito em nome da lei. A ordem defendida é exatamente aquela que, pela apropriação privada da lei, é incompatível com o direito. Há, pois, uma legalidade presidindo essa ordem que abole os direitos, institucionaliza a violência e instaura uma sociabilidade terrorista de vítimas e algozes, açulados pelos meios de comunicação de massa. O interesse maior dessa ordem é indiferenciar as formas da violência para fazê-las parecer como enorme ameaça que sobe dos porões da sociedade ao topo do Estado, ameaçando sua “estabilidade”.¹⁹

Dessa maneira, o espectro formal da “legalidade” encobre o caráter falacioso da disseminação ou da exportação da “democracia” pelos EUA e pela Europa, como bem nos alertaram Noam Chomsky e Eric Hobsbawm. Para Chomsky, há ao menos 10 princípios de concentração de riqueza e poder nos anseios americanos. Esses princípios são também inerentes às marcas coloniais do Brasil e da América Latina como um todo. Sob a aparência da normalização das práticas democráticas, em realidade, investe-se em dispositivos que restringem a democracia e moldam a ideologia. Tudo isso com o pretexto de reestruturação da economia, que entre outras coisas é feita pela transferência do fardo para aqueles que possuem a força de trabalho. Em seguida, ataca-se a solidariedade, controla-se os reguladores e as eleições²⁰, fabrica-se o consenso e, por fim, a população se vê marginalizada. Essas artimanhas foram

19 Marilena Chauí, *Sobre a violência*. Organização Ericka Marie Itokazu e Luciana Chauí-Berlinck. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

20 Nesse momento, estamos entrando no segundo turno das eleições com muitas hesitações, sem a segurança da consecução do pleito.

utilizadas de uma forma geral como preceitos nos golpes de Estado no Brasil e na América Latina.

As considerações acima nos impelem a pensar saídas emancipatórias para tantas vicissitudes e situações adversas. O princípio dessa inspiração pode ser reencontrado, quiçá, no investimento continuado naquilo que Chauí definiu como sendo as quatro perspectivas nodais para as políticas culturais. A primeira seria uma visão alargada da cultura,

que não a identificasse com as belas-artes, mas a apanhasse em seu miolo antropológico de elaboração coletiva e socialmente diferenciada de símbolos, valores, ideias, objetos, práticas e comportamentos pelos quais uma sociedade, internamente dividida e sob hegemonia de uma classe social, define para si mesma as relações com o espaço, o tempo, a natureza e os humanos²¹

O segundo ponto seria a compreensão da práxis cultural num viés democrático: “como direito de todos os cidadãos, sem privilégio e sem exclusões”²². O terceiro ponto seria uma compreensão da cultura como trabalho de criação, “sensibilidade, imaginação e da inteligência na criação das obras de arte; trabalho de reflexão, da memória e da crítica na criação de obras de pensamento”.²³ E em quarto lugar a percepção dos “sujeitos sociais como sujeitos históricos, articulando o trabalho cultural e o trabalho da memória social, particularmente como combate à memória social una, indivisa, linear e contínua, e como afirmação das contradições, das lutas e dos conflitos que constituem a história de uma sociedade”²⁴. Os investimentos nessas práticas são de certa forma atos de resistência e de renúncia aos sucessivos golpes desferidos na esfera cultural. Isso implica ainda a recusa de uma cultura oficial produzida pelo estado, própria de regimes totalitários ou ditatoriais que “reforçam sua própria ideologia, legitimando-a através

21 Chauí, *op. cit.*, 2006, p. 72.

22 *Idem, ibidem*.

23 *Idem, ibidem*.

24 *Idem, ibidem*.

da cultura”²⁵. Exige que se recuse também o “caráter populista dessas ações”, quando não se reconhece as aquisições e saberes populares e se investe na dicotomia erudito *versus* popular, atribuindo ao primeiro a superioridade em relação ao segundo. E por último implica problematizar a posição neoliberal que

minimiza o papel do Estado no plano da cultura: enfatiza apenas o encargo estatal com o patrimônio histórico enquanto monumentalidade oficial celebrativa do próprio Estado e coloca os órgãos públicos de cultura a serviço de conteúdos e padrões definidos pela indústria cultural e seu mercado. Por ser ideologia em estado puro, acredita na capacidade quase mágica da iniciativa privada não só como parceira principal das atividades culturais, mas sobretudo como modelo de gestão, isto é, como culminância da cultura administrada. Em outras palavras, a tradução administrativa dessa ideologia é a compra de serviços culturais oferecidos por empresas que administram a cultura a partir dos critérios do mercado, alimentando privilégios e exclusões.²⁶

Essas experiências devem estar na ordem do dia de nossos debates e problematizações, justamente para que possamos investir no aprimoramento das políticas públicas de cultura, um dos alvos do golpe, dada a sua característica emancipatória. Tal empenho é necessário para a continuidade do investimento e da promoção de políticas afirmativas, para a valorização de minorias, pelos direitos dos LGBT+, pela recusa às discriminações sofridas pelos povos indígenas e africanos, e pela recusa aos preconceitos que avassalam os movimentos sociais de uma forma geral. Tudo isso é necessário para que não fiquemos cada vez mais suscetíveis aos sucessivos golpes que vilipendiam culturas (no plural) e o estado democrático de direito.

²⁵ Chauí, *op. cit.*, 2006, p. 67.

²⁶ *Idem*, p. 68.

Referências

- BADIOU, Alain. *Em busca do real perdido*. Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- CHAUI, Marilena. *Sobre a violência*. Organização Ericka Marie Itokazu e Luciana Chaui-Berlinck. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- CHAUI, Marilena. “A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo”. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. (Orgs.) Ivana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto. São Paulo: Boitempo, 2016.
- CHAUI, Marilena. *Cidadania cultural. O direito à cultura*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CHOMSKY, Noam. *Réquiem para o sonho americano. Os 10 princípios de concentração de riqueza e poder*. Tradução Milton Chaves Almeida. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.
- COMPARATO, Fábio Konder. *A oligarquia brasileira. Visão histórica*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.
- FERREIRA, Juca. “Cultura e resistência”. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. (Orgs.) Ivana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FERREIRA, Juca. “Entrevista com o ministro da Cultura”. *Revista Caros Amigos*, ano XIV número 157 abril 2010.
- MIGUEL, Luis Felipe. “A democracia na encruzilhada”. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. Organização: Ivana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto. São Paulo: Boitempo, 2016.
- SILVA, Juremir Machado da. *1964. Golpe midiático-civil-militar*. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

CLASSE TRABALHADORA SOB ATAQUE: UMA ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS E DOS EFEITOS CONCRETOS DO GOLPE

LÍVIA DE CÁSSIA GODOI MORAES

Ciências Sociais

liviamoraes@outlook.com

Este capítulo²⁷, alicerçado na quinta aula do “Curso Livre da UFES: o golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil e da América Latina”, busca fazer uma análise do golpe de 2016 a partir da perspectiva da luta de classes, para além dos aspectos institucionais.

Para essa análise conjuntural, faremos um retorno aos anos 1990, para os governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), e avançaremos até o governo Temer (2016 – atual), para demonstrar uma linha de continuidade no que diz respeito ao tripé que alicerça a política macroeconômica: metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário.

Se há uma continuidade, no que diz respeito à política macroeconômica, há diferenças políticas bastante acentuadas entre os governos analisados: Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB), Lula da

²⁷ Gostaria de agradecer a leitura atenta de Helder Gomes e as sugestões ao manuscrito. O capítulo não poderá contemplar de forma tão aprofundada os diversos temas abordados no conteúdo da aula, por isso, em alguns momentos, indicaremos bibliografias para um maior aprofundamento das temáticas. Também fizemos o exercício de atualizar alguns dados, já que o capítulo está sendo escrito entre julho e agosto de 2018 e a aula foi dada em 02 de maio de 2018.

Silva (Partido dos Trabalhadores – PT), Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro – MDB). As continuidades e descontinuidades sobre as quais aqui discorreremos darão suporte para compreensão da luta de classes, com forte acento em benefício da classe capitalista (em suas várias frações) em detrimento da classe trabalhadora, particularmente a partir do Golpe de 2016.

Consideramos necessário, antes de mais nada, explicitar melhor como utilizamos a categoria “classe”, em especial, “classe trabalhadora”. É comum remeterem “classes sociais” a um conceito *inventado* por Karl Marx e Friedrich Engels em meados do século XIX. Essa afirmativa do senso comum pode ser rebatida de duas formas: a primeira diz respeito ao fato de que, conforme Mattos (2012) explica, tanto franceses quanto ingleses já utilizavam o termo “classes” no início do século XIX para se referirem a grupos sociais, seja para expressar desigualdades (classe dominante e classe trabalhadora), sejam como sinônimo de profissão ou ofício (classe dos metalúrgicos, classes dos mineiros etc.); a segunda forma se refere ao fato de que Marx e Engels não *inventaram* as classes sociais, mas as encontraram na realidade (uma explicação epistemológica, ou seja, do método de análise que tem como ponto de partida – e de chegada – o concreto).

“Classes sociais”, conforme Marx e Engels desenvolveram posteriormente, foi categoria central para a análise das sociedades modernas. “Marx e Engels recorreram à classe especialmente para definir os termos da transformação operado pela burguesia nas sociedades modernas, moldando-as pouco a pouco às suas feições – cada vez mais urbanas e mercantis – no contexto de conflito de interesses em relação à nobreza feudal” (MATTOS, 2012, p. 61). Assim, relacionaram as classes com o processo de divisão social do trabalho, buscando, com isso, explicar os fundamentos da estrutura social no capitalismo.

Em 2018, nós ainda nos encontramos sob vigência do modo de produção capitalista. E, como o método materialista histórico dialético parte do concreto, que é social e histórico, e, portanto, em constante movimento, para pensar o real,

acreditamos que a *luta de classes* seja, até o contexto presente, uma categoria central para analisar a estrutura social.

A organização do capítulo se fará com uma introdução; posteriormente, uma análise contextualizada de alguns elementos que impactaram a classe trabalhadora em cada um dos governos selecionados; em seguida, centraremos o debate em torno do controverso junho de 2013, bem como das lutas de resistência aos megaeventos no Brasil, porque acreditamos que as respostas políticas àqueles eventos têm importantes elementos explicativos para o Golpe de 2016; por fim, concluiremos, elencando diversos ataques, na forma de novas leis, realizados no Governo Temer, em um cenário ainda em aberto, às vésperas das eleições de 2018.

DE FHC A TEMER: POLÍTICA MACROECONÔMICA E IMPACTO SOBRE A CLASSE TRABALHADORA

A política econômica, especialmente a macroeconômica, é um dos elementos centrais dos governos para atuar sobre os rumos da economia de um país.

A política econômica é um conjunto de ações adotadas pelo governo com o intuito de influir na dinâmica produtiva de uma nação. Um de seus objetivos pode ser o de “estabilizar” uma economia, tendo como meta corrigir possíveis desequilíbrios como, por exemplo, uma hiperinflação, um endividamento fiscal crescente ou um déficit elevado em conta corrente no balanço de pagamentos. Desse modo, a boa condução da política econômica é de suma importância para os países. (SERDEIRA *et al.*, 2011, 45)

Há diversas controvérsias em torno de como a política econômica deve ser conduzida, uma das principais delas é se a intervenção do Estado auxilia ou prejudica o funcionamento da economia, se a condução deve ser em um sentido

mais liberal ou mais desenvolvimentista²⁸. No século XX, no Brasil, a participação ativa do Estado na economia, em seu sentido mais desenvolvimentista, foi dominante.

O Brasil, no período que sucedeu a ditadura civil-militar (1964-1985), esteve marcado pela hiperinflação²⁹. Depois de fracassados vários planos econômicos que tentaram frear o aumento dos preços, o Plano Real, lançado em 1994³⁰, sob a condução de Fernando Henrique Cardoso como ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, foi bem sucedido em sua meta. O Plano Real e o controle da inflação assentaram as bases da eleição de FHC para presidente, naquele ano.

Mas, conforme Nakatani e Oliveira (2010) argumentam, o Plano Real abriu as portas do país para o capital especulativo, transformando a economia brasileira em uma economia do endividamento. Endividamento este que se tornou fonte do aumento da vulnerabilidade externa e interna da economia nacional.

Enquanto entre 1990 e 1994 o volume de capital monetário que ingressou no Brasil na forma de empréstimos em moeda atingiu, acumuladamente, US\$ 33,2 bilhões, o montante saltou, no período após o lançamento do Plano Real (1995-2000), para extraordinários US\$ 218,1 bilhões. [...] cabe ressaltar que esses empréstimos, juntamente com outros financiamentos obtidos, terminaram aumentando significativamente o compromisso do País com o pagamento de juros externos. (NAKATANI; OLIVEIRA, 2010, p. 31)

²⁸ Em nenhum dos casos há a proposta eliminação do Estado, apenas mudança da sua forma de atuação.

²⁹ Neste capítulo não faremos uma análise da política econômica que precedeu o governo FHC. Para tanto, sugerimos Nakatani e Oliveira (2010) e Serdeira *et al.* (2011).

³⁰ Fernando Henrique Cardoso foi ministro da Fazenda na implantação das etapas de preparação do Plano Real, sendo responsável pela MP 434 (27/02/94) que criou a Unidade Real de Valor - URV (que vigou até 30/06/94, véspera do real como padrão monetário). Com a desincompatibilização para o período eleitoral, foi substituído, em 30/03/94, por Rubens Ricúpero que, por sua vez, foi substituído por Ciro Gomes, em 06/09/94.

Esse mecanismo se deu na medida em que, para reduzir os preços dos produtos, foi aumentada a oferta dos mesmos. Para tanto, houve abertura comercial e desregulamentação financeira, de modo a permitir o crescimento da presença de produtos estrangeiros no mercado interno, via importação. Essa movimentação se justificava com o discurso da modernização do parque industrial, com importação de máquinas e equipamentos. Contudo, para a compra de mercadorias, máquinas e equipamentos, eram necessários dólares americanos, o que foi conseguido, em boa parte, pelos processos de privatização e aumento da taxa básica de juros, atraindo capitais via aquisição de títulos da dívida (SERDEIRA *et al.*, 2011).

Essa arquitetura do Plano Real funcionou até 1998, quando o Brasil já não possuía mais reservas internacionais, tinha privatizado as principais empresas estatais e a elevação insustentável da dívida gerava desconfiança nos investidores estrangeiros de que o Brasil não tivesse condições de honrar os pagamentos em dólares. Em janeiro de 1999, o Brasil oficialmente encerrou a atuação no mercado cambial que sustentava a paridade entre real e dólar. (SERDEIRA *et al.*, 2011, p. 50)

Está configurado, a partir de então, o cenário que lança bases para o tripé da política macroeconômica, em contexto de acumulação predominantemente financeira: *câmbio flutuante*, sistema de *metas de inflação* e sustentação de *superávits primários*, sendo este último primordial para a geração de poupança pública para pagamento de juros e amortização da dívida pública.

É preciso ter claro que, diferentemente da inflação, que está, invariavelmente, conectada às oscilações do mercado, a taxa de juros é uma decisão política. As alterações nas taxas de juros, ou seja, juros altos, são condição para atrair os dólares

necessários ao financiamento de curto prazo dos déficits em conta corrente. A abertura comercial e a centralidade que a dívida pública ganhou também inviabilizam um crescimento nacional autônomo em relação às crises internacionais.

Desta feita, ainda que o primeiro governo FHC (1995-1998) tenha contemplado parte da classe trabalhadora brasileira com a estabilização da inflação e acesso, via consumo, a produtos estrangeiros, seu governo ficou marcado pelas privatizações e limitação de crescimento das políticas sociais, de modo que a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, com mais de 50 milhões de votos, era a expressão de que se esperava uma mudança na condução da economia.

A “Carta ao Povo Brasileiro”, contudo, frustrou muitos eleitores e militantes do Partido dos Trabalhadores, pois, nela, Lula prometia honrar os compromissos com credores internacionais, e chegou a fazer alianças com partidos de centro-direita para garantir “credibilidade” ao mercado financeiro e a frações da classe dominante brasileira.

A política macroeconômica permaneceu a mesma de FHC, inclusive, dando seguimento ao Plano Nacional de Desestatização (especialmente concessões de estradas, leilões de usinas) e abriu mão de parcela que ainda detinha de algumas empresas estatais que haviam sido privatizadas anteriormente.

O primeiro governo Lula, apesar de não ter rompido com o direcionamento neoliberal, contou com um cenário internacional extremamente favorável, com a economia mundial crescendo cerca de 5% ao ano, além do ciclo de alta das *commodities* (NAKATANI; OLIVEIRA, 2010, p. 42). Entretanto, a contínua conversão de dívida externa em dívida interna gerava forte custo fiscal, com juros altos. O superávit primário também foi ratificado. Tais posicionamentos políticos tiveram implicações diretas sobre os próximos governos do Partido dos Trabalhadores, quanto mais em cenário econômico internacional não mais favorável.

Outro fator que impactou a classe trabalhadora foi que, em 2003, o Governo Lula avançou na Reforma da Previdência já iniciada no Governo FHC. Conforme Batich (2010, p. 259), “a ‘reforma’, tanto do governo FHC como do de Lula, tem um triplo sentido que se complementa: introduzir a previdência complementar para os funcionários públicos, aproximar os dois sistemas entre si, e reduzir o leque dos valores garantidos enquanto aposentadoria e pensões”. Havia pressão, como há ainda hoje, por parte de grupos da classe capitalista, para o crescimento do campo de atuação dos fundos de pensão.

Assim como atendeu a demandas de latifundiários e bancos, o Governo Lula também atendeu a demandas empresariais, legalizando e incentivando as parcerias público-privadas (PPP – Lei 11.079/2004), sob justificativa de limitar os gastos públicos federais. O projeto foi enviado pelo próprio executivo, em 2003, e aprovado em 2004.

Em termos de política de transferência de renda, entretanto, há que se observar que a dimensão e a atuação, no Governo Lula, foram bem maiores que no Governo FHC, sendo o Bolsa Família o maior programa. O Bolsa Família, no entanto, não se estabeleceu como política, mas como programa, de modo que manteve intocáveis problemas estruturais (BOYADJIAN, 2010) e ficou à mercê de decisões políticas de governos posteriores.

Ainda que se tenha comemorado o aumento da classe média brasileira, as bases do cálculo do IPEA levam em conta a alteração na estratificação social via consumo, e não via renda advinda do trabalho. É preciso levar em consideração a facilitação do acesso ao crédito pela classe trabalhadora de menor renda. Constitui-se, portanto, uma classe média que consumiu mais, mas que também se endividou enormemente (LUCE, 2013).

O governo Dilma Rousseff (2011-2016) se iniciou já sofrendo os impactos da crise financeira internacional de 2007-2008. Especialmente a partir de 2014, ocorreu esgotamento

das políticas de transferência de renda, de crédito para setores de mais baixa renda, de valorização do salário mínimo, houve também redução das bolsas integrais de educação (Programa Universidade Para Todos - PROUNI), e mais endividamento e mais inadimplência referentes ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)³¹.

As promessas de governo, especialmente do segundo mandato de Dilma, de que aquele seria um governo para a classe trabalhadora, não se faziam cumprir. Isso ficou bastante claro quando Guido Mantega foi substituído por Joaquim Levy, no Ministério da Fazenda. Para se ter uma ideia de como essa substituição foi importante à classe dominante, a bolsa de valores de São Paulo fechou com a maior alta dos últimos três anos quando do anúncio (JIMÉNEZ, 2014).

A política de conciliação do Partido dos Trabalhadores (PT) abriu brechas para que partidos e políticos conservadores ganhassem espaço na câmara legislativa, de tal modo que, em 2014, foi eleito o Congresso Nacional mais conservador da história recente brasileira.

A política macroeconômica se manteve a mesma, com mais privatizações, com entrega para a iniciativa privada de obras em aeroportos, portos, rodovias e estradas, com o leilão do pré-sal do Campo de Libra e a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), que é uma forma de gerir privadamente hospitais públicos.

Ao final de 2015, Dilma ainda apresentou duas medidas provisórias, a MP 664 (posteriormente Lei 13.135/2015) e a MP 665 (posteriormente Lei 13.134/2015), que restringiram a trabalhadores e trabalhadoras o acesso à pensão por morte e seguro desemprego. Em março de 2016, já às vésperas de sofrer o golpe, Dilma Rousseff sancionou a Lei 13.260/2016, conhecida por Lei Antiterrorismo, que tem sido acionada para criminalizar lutas e movimentos sociais.

³¹ Para um detalhamento maior deste debate sobre PROUNI e FIES nos governos do PT, ver Sala (2018).

E antes de avançarmos especificamente para a análise o Golpe, Governo Michel Temer e ataques à classe trabalhadora, pensamos ser necessário discutir brevemente o controverso junho de 2013 e as lutas de resistência aos megaeventos no Brasil, Copa do Mundo e Olimpíadas, de 2014 e 2016, respectivamente.

JORNADAS DE JUNHO E MEGAEVENTOS COMO PEÇAS IMPORTANTES PARA COMPREENSÃO DO GOLPE DE 2016

Calil (2013, p. 377) explica que havia uma disputa de, pelo menos, três posições principais sobre os rumos das mobilizações de junho de 2013: “a) a oposição de esquerda; b) a oposição conservadora em suas diferentes frações; c) os defensores do governo Dilma Rousseff”.

Purdy (2017 e 2018), Calil (2013) e Mattos (2016) apontaram para alguns fatos importantes que antecederam junho de 2013: a) de 2000 a 2012, o preço das passagens aumentou em torno de 67% acima da inflação; b) houve aumento da classe média via endividamento; c) dos 2 milhões de trabalhos formais criados entre 2002 e 2012, 94% pagavam até três salários mínimos; d) somente em 2012, 45% dos trabalhadores formais deixaram seu trabalho com menos de 6 meses; e) desde 2010, a criação de trabalhos formais vinha em decréscimo, atingindo principalmente jovens trabalhadores/as; f) houve crescimento do número de greves a partir de 2008, atingindo 2050 em 2013 (o maior desde 1978); g) muitas dessas greves foram organizadas à revelia dos sindicatos.

Feitos esses apontamentos, seguiremos para a análise do contexto que envolve a movimentação de junho de 2013: no dia 02 daquele mês, Fernando Haddad (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB), respectivamente prefeito e governador de São Paulo, anunciaram o aumento de 20 centavos para ônibus, trens e metrô da cidade de São Paulo. Foi marcada a

primeira manifestação pelo Movimento Passe Livre (MPL) para 06 de junho de 2013. Compareceram entre duas e três mil pessoas, maioria jovens, inclusive com presença de partidos de esquerda (Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e trabalhadores do metrô (PURDY, 2017, p. 8). Houve repressão policial, o que, entretanto, não cessou o movimento, pelo contrário, gerou seguidas manifestações posteriores, com crescimento de adesão. Em 13 de junho houve uma repressão brutal, em que uma jornalista da Folha de São Paulo foi atingida no olho, outro jornalista, Sérgio Silva, perdeu a visão de um dos olhos, e vários jovens foram presos.

Quanto mais repressão, mais a tática *black bloc*³² era utilizada para proteger manifestantes e, ao mesmo tempo denunciar violência do Estado e de grandes empresas. Esther Solano Gallego, pesquisadora e professora da Universidade Federal de São Paulo, investigou as manifestações e o perfil dos jovens presentes e que praticavam a tática *black bloc*:

É bem heterogêneo. Temos que diferenciar: há aqueles que sabem realmente o que significa a tática *black bloc*, leem e sabem articular um discurso mais ou menos politizado, e que são a grande maioria dos que entrevistei. Mas claro que há alguns que simplesmente aproveitam o momento de caos para cobrir o rosto. Tenho tentado conversar com eles também, porque acho que estão representando sua própria forma

³² Os primeiros *Black Blocs* eram grupos informais de autodefesa dos movimentos autônomos da Alemanha ocidental nos anos 1980, os *Autonomen*. Eles organizavam linhas de frente para enfrentar a repressão policial e impedir infiltração de agitadores nas passeatas. No final dos anos 1990, nos Estados Unidos, os *Black Blocs* foram ressignificados e ganharam o contorno atual durante os protestos contra a Organização Mundial do Comércio, em Seattle, em 1999, quando um grupo optou por romper com a tática de bloquear ruas e praticar resistência passiva, em uma modalidade de destruição seletiva da propriedade privada, com a violência como uma arma simbólica (ORTELLADO, 2014). É sob esta forma ressignificada que a tática *Black Bloc* chega ao Brasil e se apresenta nos movimentos de 2013 e 2014.

de violência. Mas são a minoria na minha pesquisa, e essas conversas não têm dado muitos frutos. Em relação ao primeiro grupo, são jovens que têm um projeto político, que quando saem para a rua para quebrar um banco entendem que esse gesto tem um significado. Os mais novos têm dezessete anos, mas em geral a idade vai de 20 a 24 anos; a grande maioria trabalha, muitos estudam. Há alguns formados, a maioria em universidade particular, mas há também gente de universidades públicas como a USP. A maioria é de classe média baixa. São usuários do transporte público, do SUS, da escola pública, mas a maioria não vem daquela periferia mais pobre e excluída. [...] São jovens que trabalham há pouco tempo, mas já conhecem bem a precariedade do estado. (GALLEGO, 2014, p. 37-38)

É preciso destacar, também, que o MPL, que era o grupo que convocava as manifestações, não nasceu em 2013, mas em 2005³³, no Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Foi, portanto, muito influenciado por concepções de uma práxis anticapitalistas e antiglobalização. Costumavam atuar principalmente na frente faculdades privadas de São Paulo. Esses jovens têm por princípio de atuação: autonomia, independência, horizontalidade e não-partidarismo. Esclarece-se que não-partidarismo é diferente de apartidarismo, e que eles são favoráveis a unidades de ação com outros movimentos sociais e até partidos de esquerda:

Então a gente não incentiva atitudes de fazer com que partidos baixem as bandeiras, da mesma forma que a gente não incentiva que os partidos fiquem todos com as bandeiras na frente do ato, tentando tomar o ato. A gente sempre se preocupa

³³ Já havia grandes movimentos contra aumento das tarifas de transporte público em Salvador (2003) e Florianópolis (2004 e 2005) (PURDY, 2017).

muito com isto, até com uma estética do movimento, de que fique bem claro que a manifestação é contra o aumento da tarifa, que a gente tenha uma faixa no início que indique exatamente o que é esta manifestação. (Nina Capello, Roda Viva, *apud* CALIL, 2013, p. 391)

A mídia, conforme Calil (2013) afirma, oscilou entre um posicionamento conservador de direita e um posicionamento de defesa do Governo Dilma, mais o primeiro que o segundo. Mas nunca apontava o movimento como sendo de oposição de esquerda ao Governo Dilma.

No que diz respeito ao posicionamento de direita, é preciso recordar que o PSDB havia sido derrotado nas últimas três eleições presidenciais e viu junho como uma forma de desgastar o governo petista. Na grande mídia, repercutia a necessidade do uso da repressão para cessar o movimento, “a institucionalidade autoritária e repressiva é demandada pelo empresariado, apoiada pela mídia e encaminhada pelo governo, com apoio ou cumplicidade do Poder Legislativo e Judiciário” (CALIL, 2013, p. 397). Contudo, a adesão da população ainda assim crescia. Foi quando houve uma alteração no discurso midiático: é necessário separar vândalos de bons manifestantes (cidadãos ordeiros), ou melhor, violentos de patrióticos, harmônicos, disciplinados, pacíficos e apartidários.

Em 17 de junho começaram a aparecer pessoas com camisa verde e amarela da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e discurso anticorrupção nas manifestações. Há um sequestro de pautas por esse grupo: o “não é só por 20 centavos” passou a ser não só “por educação pública e saúde pública de qualidade”, mas também “contra corrupção”, e o “sem violência” passou a se referir não mais somente à polícia militar, e conduziu a um controle interno de alguns manifestantes (os ordeiros) em relação aos outros, os “violentos” (que utilizavam a tática *black bloc*). Nesse contexto, surgem algumas manifestações de extrema direita, com pautas fascistas

e clamando por Golpe³⁴ militar, porém, sem êxito naquele momento (CALIL, 2013). No ano seguinte surgiram grupos de direita que se tornaram uma grande força na disputa por hegemonia no cenário político nacional: o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem pra Rua. Ganhou espaço também o Revoltados Online (criado em 2010). Hoje sabemos que fazem parte de uma grande rede que robôs virtuais e produtores de *fake news* (CIRIACO, 2018), e que são financiados por *think tanks* estadunidenses (FANG, 2017).

A disseminação do discurso apartidário e o elogio midiático ao caráter “espontâneo” das manifestações preocuparam as organizações de esquerda institucionalmente estabelecidas. O grupo em defesa do Governo Dilma estava apreensivo com a veemência com que essas mobilizações defendiam os direitos sociais. Perceberam um esgotamento do período de “pacificação” e controle das lutas sociais pelos governos do PT.

Não é difícil perceber que os governos do PT amplificaram determinadas ideologias das classes dominantes, apresentando-as como caminhos para uma “governança” baseada na “concertação social”, na conciliação de classes, no “desenvolvimento sustentável” do ponto de vista social, etc. Um arsenal ideológico já bastante estudado, que envolve um discurso “social-liberal”, de superação do neoliberalismo clás-

³⁴ É neste momento que se inicia uma controvérsia em torno do uso do termo “Golpe”, porque alguns grupos de esquerda ligados ao PT amplificaram e repercutiram esses movimentos como se tivessem uma projeção maior do que tinham, em nome da defesa do Governo Dilma. Assim, temos uma leitura de direita que diz que foi *impeachment* e não um golpe, portanto, um processo legal, dentro das normas jurídico-políticas da democracia, e temos uma leitura à esquerda, que diz também que não foi golpe, porque o PT estava alinhado com partidos de centro-direita e sofreu o *impeachment* como mera consequência de ter se alinhado a eles e, portanto, se beneficiado financeiramente de suas relações com empreiteiras e latifundiários, o qual estaria a se utilizar do termo “golpe” para fazer “denuncismo” e se manter nos posto legislativos que ocupava/ocupa. Nossa posição é a de que foi um Golpe, ainda que façamos críticas às políticas de conciliação do PT. Outros capítulos deste livro se deterão mais aprofundadamente às questões institucionais e jurídicas que caracterizam o Golpe.

sico pela perspectiva de crescimento com “justiça social” e que, em alguns momentos, apelou para o que foi definido como “neodesenvolvimentismo”, apresentado como combinação de papel ativo do Estado na indução do desenvolvimento econômico do país, sustentável porque ampliando empregos, distribuindo renda e, focalizadamente, retirando milhões da pobreza extrema. Por outro lado, para além dos aparelhos próprios das classes dominantes, os governos petistas completaram um processo de incorporação à ordem burguesa, já iniciado nos anos 1990, da maior parte das centrais sindicais (destaque para a CUT) e muitos movimentos sociais, cimentando o caminho para a sua atuação como braços do aparelho de Estado, reprodutores das ideologias dominantes e, portanto, instrumentos de “pacificação” da luta de classes. (MATTOS, 2016, p. 101)

Nos anos posteriores, ocorreram os chamados Megaeventos, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, no Brasil. Os movimentos de rua auto-organizados denunciaram desvio de dinheiro para grandes empreiteiras (o que foi confirmado nas investigações posteriores), mortes por “acidentes” de trabalho em obras da Copa, remoções em grandes proporções, repressão policial e criminalização de militantes³⁵. Tais movimentos também fragilizaram o governo Dilma Rousseff, o que fez com que grupos partidários e centrais sindicais mais próximas ao PT acusassem alguns jovens desses movimentos de serem “infiltrados” de direita ou “ingratos” aos governos do PT (PURDY, 2018).

³⁵ “Depois de quatro anos sendo investigados e processados na Justiça, 23 manifestantes que participaram das jornadas de junho de 2013 no Rio de Janeiro foram condenados a até 7 anos de prisão pelos crimes de associação criminosa e corrupção de menores. A sentença, que foi assinada ontem pelo Juiz Flávio Itabaiana, da 27a vara criminal, cita entre os delitos dano qualificado, resistência, lesões corporais e pose de artefatos explosivos” (SIMÕES, 2018). Trata-se claramente de um recado para impedir novas manifestações em tempos de políticas de austeridade.

A terceira interpretação, que não saiu na mídia, é a de que esses movimentos nascem do descontentamento dos trabalhadores e trabalhadoras, que passam a vivenciar, de forma cada vez mais intensa e acelerada, condições precárias de trabalho e difícil acesso a políticas sociais, e que estavam, progressivamente, mais endividados, tanto pelo consumo de mercadorias quanto de serviços privados (educação privada, convênio médico etc.).

O desenvolvimento realizado até aqui não pretende, de maneira alguma, igualar os governos de FHC, Lula, Dilma e Temer. É inegável que há diferenças e que, mesmo com uma política de conciliação, a classe trabalhadora se beneficiou mais nos governos do PT do que nos demais. Mesmo assim, como podemos analisar brevemente, a classe trabalhadora brasileira foi sentindo, pouco a pouco, as consequências da financeirização e do continuísmo da política macroeconômica em vigência. Nada disso, contudo, justifica o rompimento com a via democrática e o Golpe de 2016. Dilma Rousseff foi eleita em 2014 e, mesmo sem comprovação criminal, foi retirada da presidência por processos políticos espúrios, por uma classe dominante entranhada no Estado nacional.

Discordamos, entretanto, de leituras de conjuntura que colocam as jornadas de junho e as lutas contra os megaeventos no mesmo bojo de movimentos de direita como o MBL, Revoltados Online e Vem pra Rua. O perfil e a composição de classe dessas lutas são radicalmente diferentes, e são organizações de cunho político-ideológico diametralmente opostos.

Reafirmamos que se faz necessário abandonar leituras apaixonadas desse período recente e conseguir, através da crítica e da autocrítica, avançar nas lutas políticas da classe trabalhadora. O governo do PT fez escolhas políticas que o distanciou da classe trabalhadora, seu maior eleitorado: beneficiou enormemente o capital especulativo através do tripé macroeconômico, da facilitação do crédito e do forta-

lecimento dos fundos de pensão, fez alianças com grupos conservadores, não rompeu políticas neoliberais, de cunho privatizante, e respondeu às demandas de 2013 com austeridade e repressão (especialmente com a criação da Lei Antiterrorismo). Tais decisões políticas custaram caro quando o PT se viu desamparado de grande parte da população que não saiu em defesa de Dilma quando do Golpe, em 2016, e nem conseguiu impedir a prisão do ex-presidente, Lula da Silva, em 2018.

GOVERNO TEMER: O GRANDE GOLPE CONTRA A CLASSE TRABALHADORA

O governo de Michel Temer (2016-atual) representa uma grande vitória da classe dominante no Brasil. Todas as medidas tomadas em seu governo têm beneficiado empresários, banqueiros, latifundiários, capitalistas financeiros e até mesmo, empresários da religião.

A primeira medida do Governo Temer foi a Proposta de Emenda Constitucional 241 (PEC-241), efetivada como Emenda Constitucional 95 (EC-95), em dezembro de 2016. Menos de dois anos depois, os brasileiros e brasileiras já sentem fortemente, em seu cotidiano, os efeitos dessa decisão de alteração constitucional.

A EC 95 coloca um teto de gastos para a despesa primária, ou seja, a todo o investimento e gasto público em educação, saúde, assistência, pagamento de salários e aposentadoria dos servidores públicos, infraestrutura e obras públicas, ciência e tecnologia públicas, cultura, programas sociais, ou seja, a todo o orçamento necessário para que a classe trabalhadora seja atendida em suas necessidades básicas. Porém, não há teto de gastos para juros e amortização da dívida pública. A dívida pública alcançou 3,6 trilhões de reais em abril deste ano (MARTELLO, 2018). Permanece o mesmo tripé macroeconômico, reforçando a importância do capital fictício e dos processos de financeirização na economia nacional.

Em entrevista, a pesquisadora Grazielle David, especialista em orçamento público e assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), afirmou que os efeitos da EC 95 têm sido mais perversos que o projetado pelos pesquisadores. Dentre os efeitos estão: o aumento da mortalidade infantil, há cortes de recursos para a vigilância sanitária e para a vigilância epidemiológica e não há investimento no Sistema Único de Saúde (SUS) (MARTINS, 2018). O cenário é dramático para toda a sociedade, mas, especialmente, para a classe trabalhadora.

A primeira reforma aprovada no governo Temer, após a EC 95, foi a Reforma do Ensino Médio, em fevereiro de 2017. Apesar da ocupação de estudantes, especialmente secundaristas, de mais de mil escolas em todo o Brasil em rechaço à PEC 241 e à Reforma do Ensino Médio, os interesses empresariais se sobrepuseram aos interesses dos filhos da classe trabalhadora, estudantes de escolas públicas. Em reportagem de Borges (2016) e entrevista com Kenji (ANTUNES, 2018), é possível conhecer melhor os interesses e como se beneficiam grupos como Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Fundação Itaú, Instituto Ayrton Senna, bem como grupos empresariais-financeiros da educação com a Kroton e Estácio, grupos esses que cresceram muito com investimento dos governos PT via Fies.

Outras reformas que se seguem, como a Reforma Trabalhista, com mais de cem alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em boa parte atende às demandas Confederação Nacional da Indústria (CNI), o que ficou claro pela presença de representantes dessa confederação nos dias de votações nas comissões e câmara legislativa, mas, mais fortemente em documentos que podem ser encontradas em seu sítio virtual, como: “Agenda para o Brasil sair da crise 2016-2018” e “101 propostas para a modernização trabalhista”. O elemento chave é o negociado sobre o legislado, que norteou a lei 13.467/2017, que altera a CLT.

Além dessa lei que, dentre outros dispositivos, cria o trabalho intermitente, que não paga salários mais por jornada,

mas por horas trabalhadas, podendo o trabalhador receber menos que um salário mínimo por mês, que coloca mulheres grávidas e lactantes em condições de trabalho insalubres, que fragiliza a justiça do trabalho e os sindicatos, também foi aprovada a generalização da terceirização, que agora não ficará restrita às atividades meio, mas atingirá também as atividades fim, do setor privado e do setor público.

As reformas educacionais estão extremamente conectadas com as reformas que atingem o mundo do trabalho, porque, como fica claro nos documentos, a educação não terá por objetivo a formação de cidadãos plenos de seus direitos ou acesso ao conhecimento historicamente acumulado, mas apenas preparar o/a estudante para o trabalho. Na reportagem de Borges (2016), fica evidente que as empresas demandam “treinamento” para redução de custos na área de Recursos Humanos.

Para facilitar o “treinamento” educacional e o lucro das empresas de educação, o governo Temer também desregulamentou as normas da Educação a Distância (EaD) via Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, do Ministério da Educação.

Em junho de 2018, o desemprego já atingia 13 milhões de pessoas, e o desalento, ou seja, o número de pessoas que não trabalham e que desistiram de procurar emprego chegou a 65 milhões, o maior já registrado, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (ALVARENGA; MENDONÇA, 2018). Em 2017, pela primeira vez, o índice de pessoas que trabalham ser carteira assinada ou por conta própria ultrapassou o número de pessoas com trabalho formal, um total de 34 milhões de pessoas, segundo IBGE (CURY *et al.*, 2018).

Para avançar em seus propósitos, o Governo Temer lançou mão de repressão o quanto necessário, com intervenção militar no Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro. Tal recrudescimento deu voz a militares, fazendo com que o pensamento conservador ganhasse espaço nas mídias e outros aparelhos privados de hegemonia, em consonância com o pensamento conservador religioso.

Movimentos de direita que se autodenominam liberais, como é o caso do MBL, por várias vezes se apropriaram de pautas conservadoras para ganhar adeptos. Inclusive, foi lançado recentemente no Brasil o chamado movimento Brasil 200, que reúne empresários do país todo, sob liderança de Flávio Rocha, CEO da Riachuelo, cujo lema é “liberais na economia, conservadores na moral e nos costumes”³⁶.

Ainda se encontram como possibilidades de efetivação política: a reforma da saúde, com o desmonte do SUS; a reforma da previdência e a aprovação da Lei da Escola Sem Partido (PL 867/2015, Câmara dos Deputados).

NOTAS CONCLUSIVAS EM UM CENÁRIO EM ABERTO

Com o balanço conjuntural acima explicitado, procuramos demonstrar que quanto mais o Brasil adentra a divisão internacional do trabalho com acento na acumulação financeira, mais subordinada é inserida a classe trabalhadora brasileira sob os desmandes do capital fictício. Vimos, assim, que todos os governos analisados neste capítulo se utilizaram do mesmo tripé macroeconômico, que reforça essa inserção via artifícios financeiros.

Entretanto, também pudemos observar que há diferenças entre os governos, algumas em razão da conjuntura do cenário internacional e outras por decisões políticas. Não nos eximimos, entretanto, de fazer o exercício crítico em todos eles, porque nos interessam os impactos sobre a classe trabalhadora em cada um deles, e não a defesa político partidária institucional.

Também procuramos observar como a classe trabalhadora se movimenta politicamente perante os ganhos da classe dominante em cada um dos governos. Enfatizamos as movimentações de junho de 2013 e as resistências aos megaeventos. Para tanto, buscamos destacar o perfil desses manifestantes: jovens em condições de trabalho precárias, que lutavam por melhores condições de transportes, educação e saúde públicas.

³⁶ Para ver mais, acesse a página do Brasil 200: <https://www.brasil200.com.br/>

Por outro lado, observando a adesão da população às manifestações em massa apartidárias, surgiram movimentos de direita, como MBL e Vem pra Rua, com pautas antipartidárias (mas que tiveram e têm suas lideranças agora concorrendo às eleições em vários partidos de direita) e anticorrupção (acusando apenas o PT de corrupto). Essas movimentações preparam ideologicamente, via consenso, as bases para o Golpe de 2016, aliadas à atuação na grande mídia e nas redes sociais virtuais.

Dado o golpe em 2016, foi possível observar que, em uma conjuntura internacional de crise, os capitalistas não admitem políticas de conciliação. A classe trabalhadora não deve ter políticas focalizadas, nem acesso à universidade, nem direitos trabalhistas, nem saúde gratuita. Da classe trabalhadora deve-se arrancar suor e sangue, e se preciso for, utilizar da repressão policial e militar sobre ela, bem como o judiciário e a mídia serão acionados para que o objetivo seja cumprido.

Há a possibilidade de novos ataques à classe trabalhadora, mas acreditamos ainda ser tempo para resistência. Urge aprender com os acertos e erros políticos dos últimos anos para que os anos vindouros não sejam a expressão da barbárie, mas da resistência e das lutas da classe trabalhadora organizada.

Referências

ALVARENGA, Darlan; MENDONÇA, Alba Valéria. *Desemprego recua para 12,4% em junho, mas ainda atinge 13 milhões de pessoas, diz IBGE*. G1, 01 de agosto de 2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2018/07/31/desemprego-fica-em-124-em-junho-e-atinge-13-milhoes-de-pessoas-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 04 de agosto de 2018.

ANTUNES, André. Kroton Educacional: 'Em termos de educação pública nunca experimentamos um inimigo com uma força social tão concentrada como esse'. Entrevista com Allan Kenji. *Instituto Humanitas Unisinos*, 30 de abril de 2018. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/578444-kroton-educacional-em-termos-de-educacao-publica-nunca-experimentamos-um-inimigo-com-uma-forca-social-tao-concentrada-como-esse>>. Acesso em: 04 de agosto de 2018.

BATICH, Mariana. A previdência social sob a mira dos fundos de pensão. In: MARQUES, Rosa; FERREIRA, Mariana. *O Brasil sob a nova ordem*. São Paulo: Saraiva, 2010.

BORGES, Helena. Conheça os bilionários convidados para “reformular” a educação brasileira de acordo com sua ideologia. *The Intercept*, 04 de novembro de 2016. Disponível em <<https://theintercept.com/2016/11/04/conheca-os-bilionarios-convidados-para-reformar-a-educacao-brasileira-de-acordo-com-sua-ideologia/>>. Acesso em: 04 de abril de 2018

BOYADJIAN, Ana Carolina. Os programas de transferência de renda no Brasil no período 1992 a 2007. In: MARQUES, Rosa; FERREIRA, Mariana. *O Brasil sob a nova ordem*. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. *Emenda Constitucional 95, de 15 de dezembro de 2016*. Presidência da República. Dispõe sobre alterações do regime fiscal federal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 21 de setembro de 2017.

BRASIL. *Lei 11.079, 30 de dezembro de 2004*. Presidência da República. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm>. Acesso em: 04 de agosto de 2018.

BRASIL. *Lei 13.134, 16 de junho de 2015*. Presidência da República. Conversão da Medida Provisória nº 665, de 2014. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13134.htm>. Acesso em: 23 de abril de 2018.

BRASIL. *Lei 13.135, 17 de junho de 2015*. Presidência da República. Conversão da Medida Provisória nº 664, de 2014. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13135.htm>. Acesso em: 23 de abril de 2018.

BRASIL. *Lei 13.260, 16 de março de 2016*. Presidência da República. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113260.htm>. Acesso em: 25 de março de 2018.

BRASIL. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Presidência da República. Dispõe sobre alterações nas Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>>. Acesso em: 22 de setembro de 2017.

BRASIL. *Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017*. Presidência da República. Dispõe sobre alterações na CLT. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm>. Acesso em: 22 de setembro de 2017.

BRASIL. *Portaria Normativa n. 11, 20 de junho de 2017*. Ministério da Educação. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a

distância. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=66441-pn-n11-2017-regulamentacao-ead-republicada-pdf&category_slug=junho-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 05 de abril de 2018.

BRASIL. *Projeto de Lei 867, 2015*. Câmara dos Deputados. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o «Programa Escola sem Partido». Disponível em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf>>. Acesso em: 02 de abril de 2018.

CALIL, Gilberto. Embates e disputas em torno das jornadas de junho. *Projeto História*, São Paulo, n. 47, ago, 2013.

CIRIACO, Douglas. Facebook desmobiliza rede de *fake news* ligada ao MBL. *Tecmundo*, 25 de julho de 2018. Disponível em <<https://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/132554-facebook-desmobiliza-rede-fake-news-ligada-mbl.htm>>. Acesso em: 04 de agosto de 2018.

CURY, Anay et al. *Trabalho sem carteira assinada e 'por conta própria' supera pela 1ª vez emprego formal em 2017*, aponta IBGE. *G1*, 01 de fevereiro de 2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/noticia/trabalho-sem-carteira-assinada-e-por-conta-propria-supera-pela-1-vez-emprego-formal-em-2017-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em 05 de agosto de 2018.

FANG, Lee. Esfera de influência: como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana. *The Intercept*, 11 de agosto de 2017. Disponível em <<https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>>. Acesso em: 03 de abril de 2018.

GALLEGO, Esther Solano. A pesquisadora. In: *Mascarados*. São Paulo: Geração, 2014.

JIMÉNEZ, Carla. Dilma busca trégua no mercado com o novo ministro da Fazenda *El País*, 21 de novembro de 2014. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/21/economia/1416605312_700902.html>. Acesso em: 04 de abril de 2018.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?. *Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 169-190, Abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462013000100010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 03 de agosto de 2018

MARTELLO, Alexandro. *Dívida pública sobe 1,51% em março, para R\$ 3,63 trilhões*. *G1*, 27 de abril de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/divida-publica-sobe-151-em-marco-para-r-363-trilhoes.ghtml>>. Acesso em: 04 de agosto de 2018.

MARTINS, Antonio. Chegamos ao menor nível de investimento público no país em 50 anos. Entrevista com Grazielle David. *Outras Palavras*, 02 de agosto de 2018. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/outrasaude/2018/08/02/2877/>>. Acesso em: 04 de agosto de 2018.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes. In: _____. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012.

MATTOS, Marcelo Badaró. De junho de 2013 a junho de 2015: elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira. In: DEMIER, F.; HOEVELER, R. *A onda conservadora*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

NAKATANI, P. ; OLIVEIRA, F. A. Política econômica brasileira de Collor a Lula: 1990-2007. In: MARQUES, Rosa; FERREIRA, Mariana. *O Brasil sob a nova ordem*. São Paulo: Saraiva, 2010.

ORTELLADO, Pablo. Posfácio: o Black Bloc e a violência. In: *Mascarados*. São Paulo: Geração, 2014.

PURDY, Robert Sean. Mass protest, class and the left. *Latin American Perspectives*. Issue XXX, vol. XX, Month 201X, 2017.

PURDY, Robert Sean. Por que alguns na esquerda condenam as Jornadas de Junho de 2013? CONFERÊNCIA INTERNACIONAL GREVES E CONFLITOS SOCIAIS, 4, 2018. *Anais da IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais*, São Paulo: USP, 2018, p. 1-17.

SALA, Mauro. Os limites das políticas de Lula e Dilma no Ensino Superior e na Educação Profissional. *Esquerda Diário*. Campinas, 28/02/2018.

SERDEIRA et al. *Apostila piloto do minicurso de política econômica: "Do economês para o português"*. Vitória: Programa de Educação Tutorial (PET) Economia, 2011.

SIMÕES, Mariana. Condenação dos 23 é recado para impedir novas mobilizações, diz Eloisa Samy. *Pública*, 18 de julho de 2018. Disponível em: <<https://apublica.org/2018/07/condenacao-dos-23-e-recado-para-impedir-novas-mobilizacoes-diz-eloisa-samy/>>. Acesso em: 18 de julho de 2018.

NOVOS GOLPES, VELHAS PRÁTICAS: DIREITO À INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E REPARAÇÃO³⁷

CAMILA MATTOS DA COSTA
Arquivologia e Ciência da Informação
camilamcta@gmail.com

Memória de um tempo onde lutar / Por seu direito / É um defeito que mata / São tantas lutas inglórias / São histórias que a história / Qualquer dia contará / De obscuros personagens / As passagens, as coragens / São sementes espalhadas nesse chão / De Juvenais e de Raimundos / Tantos Júlios de Santana / Uma crença num enorme coração / Dos humilhados e ofendidos / Explorados e oprimidos / Que tentaram encontrar a solução / São cruzeiros sem nomes, sem corpos, sem datas / Memória de um tempo onde lutar por seu direito / É um defeito que mata / E tantos são os homens por debaixo das manchetes / São braços esquecidos que fizeram os heróis / São forças, são suores que levantam as vedetes / Do teatro de revistas, que é o país de todos nós / São vozes que negaram liberdade concedida / Pois ela é bem mais sangue / Ela é bem mais vida / São vidas que alimentam nosso fogo da esperança / O grito da batalha / Quem espera, nunca alcança / É ê, quando o Sol nascer / É que eu quero ver quem se lembrará

³⁷ Dedico este trabalho à memória de minha já falecida avó Suely Mattos, que não encontrou justiça e reparação em vida.

/ Ê é, quando amanhecer / Ê que eu quero ver quem recordará / Ê é, não quero esquecer / Essa legião que se entregou por um novo dia / Ê eu quero é cantar essa mão tão calejada / Que nos deu tanta alegria / E vamos à luta.

(Gonzaguinha. “Pequena memória para um tempo sem memória”)

Remexer os papéis do passado recente da ditadura civil-militar brasileira traz consequências simbólicas. A disputa pela memória em torno dos anos ditatoriais brasileiros ganhou força a partir da criação da Comissão Nacional da Verdade em 2011, aflorando no contexto do golpe de 2016, e impactando diretamente na vida política e na democracia brasileira na atualidade.

Pretendemos abordar ao longo deste texto a importância da Lei de Acesso à Informação, criada no Governo Dilma Rousseff, e seu desdobramento com a criação da Comissão da Verdade. As leis 12.527/2011 e 12.528/2011 implicam maior democratização do direito ao acesso à informação pública, e também afetam o direito a memória e reparação histórica dos crimes cometidos na Ditadura civil-militar.

No dia 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados aprovou a abertura do processo de impeachment de Dilma Vana Rousseff. Por 367 votos favoráveis ao impedimento, 137 contrários, sete abstenções e duas ausências, começava ali o fim do governo da primeira mulher a ser eleita como presidenta³⁸

³⁸ Durante todos os anos de mandato da Presidenta, esta palavra foi uma questão que parecia definir seus apoiadores e seus opositores. O uso de presidente também parece uma tentativa de provocar um apagamento no gênero de Dilma como se isso não fosse determinante no tratamento misógino recebido por ela ao longo de todos os anos de governo. Não importou aos seus opositores os sucessivos pedidos de Dilma para que sua vontade de ser chamada de presidenta fosse respeitada e nem a publicação da Lei 12.605/2012 sobre a flexão de gênero para nomear profissões ou grau, e nem os diversos esclarecimentos sobre o uso de presidenta estar em conformidade com a norma culta da língua portuguesa. Como não acredito na neutralidade e imparcialidade das palavras, a escolha de presidenta ao se referir a Dilma Rousseff é, definitivamente, uma escolha política e, reconhecendo o caráter misógino do tratamento dispensado a ela, utilizaremos Presidenta Dilma Rousseff. Continuando com as opções políticas, a citação por extenso do prenome e do sobrenome das autoras neste é uma escolha deliberada,

do Brasil. Durante o ano de 2016, o Partido dos Trabalhadores (PT) vinha acumulando derrotas na Câmara Legislativa, protestos nas ruas e panelaços. No entanto, as ruas também eram ocupadas por aqueles que consideravam que o impeachment de Dilma Rousseff se tratava de um golpe que afetaria principalmente a vida dos mais pobres, das mulheres, dos LGBTQIs e dos negros, ou seja, aqueles que estão na base da cadeia dos privilégios. Vale lembrar que muitos dos que denunciavam o golpe que se anunciava não eram petistas ou nem eram simpáticos aos governos do PT, considerando o projeto desenvolvimentista que deixava a questão ambiental de lado, o pouco avanço nas pautas menos conservadores como aborto ou descriminalização das drogas, entre outras questões.

Dentre os votos favoráveis ao impeachment estava o do deputado eleito pelo Rio de Janeiro Jair Messias Bolsonaro³⁹, homenageando o militar reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra. O deputado dedicou seu voto à memória de Ustra e lembrou que o homenageado era o terror de Dilma⁴⁰. Ustra era um conhecido torturador durante a ditadura, sendo o primeiro militar brasileiro condenado por tortura em 2008. A frase de Bolsonaro objetivava desumanizar ainda mais a presidenta Dilma Rousseff. Este não é um ataque no plano da política, mas uma tentativa de lembrar da dor física da tortura vivenciada pela Presidenta enquanto esteve presa.

Uma declaração como a supracitada se torna um enunciado possível a partir do acirramento das tensões com relação ao uso da memória na sociedade com relação à ditadura civil-militar brasileira. De um lado, aqueles que negam as torturas. De outro, aqueles que reafirmam o caráter violento do período. Problemas que surgem a partir da dificuldade da

conforme sugestão de uma colega feminista e militante LGBTQI Jacqueline Cabral que afirma que este ato torna a produção acadêmica de mulheres mais visível, considerando seu não desaparecimento abaixo do sobrenome paterno.

³⁹ O deputado é candidato à Presidência da República, ficando em primeiro lugar no 1º turno do pleito em 2018. Como repúdio às suas declarações machistas, racistas e homofóbicas, milhares de pessoas, majoritariamente mulheres, ocuparam as ruas para dizer que “ELENÃO” em setembro de 2018.

⁴⁰ O vídeo do momento pode ser facilmente encontrado na internet.

sociedade brasileira para lidar com sua história e sua memória. Como lidar com as feridas do passado enquanto muitos dos envolvidos estão vivos e o processo de anistia perdoou os dois lados mutuamente? Como entender-se com seu passado recente?

A Lei da Anistia brasileira foi promulgada pelo Presidente João Batista Figueiredo em agosto de 1979. A lei 6.683 concedeu anistia aos civis que cometeram crimes políticos e também aos militares. Com a anistia, as violações em massa de direitos humanos durante a ditadura civil-militar brasileira não foram julgadas e amplamente divulgadas. Segundo Abrão e Torelly (2011, p. 216), a lei de anistia brasileira é fruto de uma reivindicação popular. Segundo os autores supracitados, a sociedade brasileira reivindica o projeto da lei de anistia “legitimamente como conquista sua e para si e, até a atualidade, reverbera a memória de seu vitorioso processo de conquista nas ruas em torno dos trabalhos realizados pelos Comitês Brasileiros pela Anistia e também por meio de pressões internacionais” (ABRÃO; TORELLY, 2011, p. 216).

Com a promulgação da Lei da Anistia, iniciou-se o período de justiça de transição. A justiça de transição é definida por Van Zyl (2009, p. 32) como o “esforço para a construção da paz sustentável após um período de conflito, violência em massa ou violação sistemática dos direitos humanos”. Já ONU define a justiça de transição como o

amplo espectro de processos e mecanismos utilizados pela sociedade para que esta chegue a um determinado acordo sobre as violações de direitos humanos ocorridas no passado, de forma a garantir a responsabilização dos culpados, promover a justiça e alcançar a reconciliação. Isso pode incluir tanto mecanismos judiciais como extrajudiciais, com diferentes níveis de participação da comunidade internacional. (ONU, 2004, p. 4, tradução de Inês Stampa *et al*)

Para Catalina Marino (2011, p. 23), a consumação dos direitos à verdade, à justiça e à reparação das vítimas do regime a ser superado é uma das questões mais importantes e complexas. Segundo Van Zyl, é o

objetivo da justiça transicional implica em processar os perpetradores, revelar a verdade sobre crimes passados, fornecer reparações às vítimas, reformar as instituições perpetradoras de abuso e promover a reconciliação. O que foi mencionado anteriormente exige um conjunto inclusivo de estratégias formuladas para enfrentar o passado assim como para olhar o futuro a fim de evitar o reaparecimento do conflito e das violações. Considerando que, com frequência, as estratégias da justiça transicional são arquitetadas em contextos nos quais a paz é frágil ou os perpetradores conservam um poder real, deve-se equilibrar cuidadosamente as exigências da justiça e a realidade do que pode ser efetuado a curto, médio e longo prazo. (VAN ZYL, 2009, p. 32)

Para Abrão e Torelly (2011, p. 216), há quatro dimensões fundamentais da justiça de transição:

- (i) a reparação,
- (ii) o fornecimento da verdade e a construção da memória,
- (iii) a regularização da justiça e o restabelecimento da igualdade perante à lei, e
- (iv) a reforma das instituições perpetradoras de violações contra os direitos humanos.

Ao entendermos o que é justiça de transição fica evidente que ela existe no Brasil, mas não em sua totalidade seja porque a sociedade tem se omitido da participação no processo, seja porque o estado tenha dificuldade em tornar o processo

uma demanda popular de fato. Em relação aos outros países da América Latina, as medidas para a justiça de transição adotadas no Brasil têm sido tardias. Diversos outros países da América Latina adotaram medidas mais rápidas e mais eficientes do que o que foi adotado em solo brasileiro.

Para Van Zyl (2009, p. 34-35), são quatro os elementos da justiça transicional: processar os perpetradores, revelar a verdade sobre os crimes passados, fornecer reparações às vítimas, reformar as instituições perpetradoras de abuso e estabelecer a reconciliação. Segundo o autor, o julgamento daqueles que violaram direitos humanos é importante para que o legado dos abusos perpetrados pelo Estado seja confrontado.

O primeiro deles, o julgamento dos violadores é uma maneira de fazer com que as vítimas sejam reintegradas socialmente e reestabeleçam a confiança no Poder Judiciário. É importante destacar também que “os julgamentos não devem ser vistos apenas como uma retribuição social às vítimas, pois também são essenciais para a reafirmação de valores e regras primordiais a uma sociedade pacífica e democrática”, como o apontado por Rafaella Bettamio (2014, p. 25).

Já as mudanças institucionais são necessárias ao processo de justiça transicional porque pode ser difícil determinar todos os violadores de direitos humanos e estabelecer suas respectivas responsabilidades penais. Os agentes violadores devem ser afastados administrativamente e as instituições públicas diretamente envolvidas nas violações como as de segurança e informação devem ser dissolvidas quando possível (BETTAMIO, 2014, p. 25).

Sobre a questão da verdade, Rafaella Bettamio aponta que “a verdade sobre as violações ocorridas em períodos de conflito, violência em massa ou em violação sistemática do Estado aos direitos humanos deve ser amplamente reconhecida como injusta e abusiva por todos: governo, cidadãos e pelos próprios perpetradores”. A autora aponta a importância das

Comissões da Verdade para este fim, considerando a capacidade de “tornar o público o testemunho das vítimas e, através de ampla pesquisa, contestar inverdades e mitos oficiais sobre o período em questão, para que as violações do passado não mais aconteçam”. Neste sentido, as Comissões da Verdade são capazes de dar voz aos que foram violentamente silenciados.

O Estado deve reparar às vítimas de violações causadas por instituições governamentais (VAN ZYL, 2009, p. 36). As reparações podem ser de diversos tipos como, por exemplo:

ajuda material (v.g. pagamentos compensatórios, pensões, bolsas de estudos e bolsas), assistência psicológica (v.g. aconselhamento para lidar com o trauma) e medidas simbólicas (v.g. monumentos, memoriais e dias de comemoração nacionais). Frequentemente, a formulação de uma política integral de reparações é um tanto complexa, do ponto de vista técnico, como delicada, da perspectiva política. Os incumbidos de formular uma política de reparações justa e equitativa terão que decidir se é necessário estabelecer diferentes categorias de vítimas, e se convém fazer distinções entre uma vítima e outra. (VAN ZYL, 2009, p. 36)

Deste modo, as reparações podem ser de modo simbólico, material ou psicológico. É importante destacar que as reparações dos três tipos não são excludentes, podendo ocorrer concomitante.

Por último, temos a reconciliação. Só é possível uma reconciliação se aplicada verdadeiramente. Segundo Rafaella Bettamio (2014, p. 27), a reconciliação “não pode ser reduzida a ignorar o passado, apagando da memória nacional o sofrimento das vítimas ou hierarquizando as políticas de reparação à noção de unidade nacional”.

Na busca pela reconciliação nacional e efetivação dos direitos à memória e à verdade que a lei de acesso é promulgada e a Comissão Nacional da Verdade é criada.

Ainda que o Brasil sempre tenha tido o segredo como prática, o direito ao acesso à informação é reconhecido internacionalmente e pela legislação brasileira a partir da promulgação da constituição cidadã. Entre a Constituição de 88, passando pela Lei de Arquivos 8.159/1991, e a Lei 12.527, conhecida como a Lei de Acesso à Informação (LAI), diversos instrumentos legais envolvendo a questão dos arquivos foram promulgados. A maior parte deles mantendo a ênfase no sigilo em detrimento da divulgação da informação pública.

Segundo a Corte Interamericana de Direitos Humanos, há três argumentos que devem impedir que os Estados mantenham secretas as informações sobre violações de direitos humanos. O primeiro deles é que “as agências de inteligência não podem ocultar dos juízes e das entidades encarregadas do esclarecimento histórico, informação que permita esclarecer graves violações de direitos humanos” (BOTERO MARINO, 2011, p. 25). O segundo argumento refere-se ao desaparecimento forçado e defende que “manter os familiares das vítimas de desaparecimento forçado na ignorância equivale a mantê-los em uma situação de sofrimento extremo incompatível com o direito internacional” (BOTERO MARINO, 2011, p. 26). O terceiro e último argumento consiste no fato de que “em qualquer circunstância, especialmente em processos de transição para a democracia, é inadmissível o argumento segundo o qual é necessário manter a reserva sobre as atrocidades do passado” (BOTERO MARINO, 2011, p. 27) em nome da proteção da segurança nacional da atualidade.

O acesso à informação é um direito que já aparece na constituição de 1988 e na Lei 8.159/1991, a Lei de Arquivos. No entanto, o tema só passa a ter legislação própria em 2011, com a assinatura da Lei 12.527, a LAI, e seu decreto regulamentador 7724/2012. A assinatura da LAI ocorreu no mes-

mo dia da lei 12528/2011 que criou a Comissão Nacional da Verdade. Dito isto, é difícil dissociar a implementação da Lei de Acesso e da Comissão Nacional da Verdade, considerando que os dispositivos presentes na lei 12.527/2011 forneceram mecanismos capazes de favorecer a atuação da Comissão Nacional da Verdade e das diversas comissões estaduais, municipais, universitárias, e de outras esferas que surgiram posteriormente.

Como apontado anteriormente, o estado brasileiro sempre pareceu adepto da cultura do segredo em detrimento da divulgação das informações. Conforme Livia Iacovino (2016, p. 261), “a abertura é negada onde há uma cultura do segredo, onde direitos legais de acesso não são respeitados, onde as imunidades são tão disseminadas que acabam por negar o acesso e onde a implementação de regras é incômoda e tão dispendiosa”. Estas razões parecem explicar porque o Brasil demorou 23 anos para regulamentar por meio de lei o acesso à informação que já estava previsto na Constituição Cidadã de 1988.

A promulgação da lei de acesso à informação é importante para a consolidação da própria democracia brasileira não só porque permitiu o trabalho da Comissão Nacional da Verdade, mas também porque permite que as ações governamentais sejam conhecidas pelo povo, auxiliando no processo de combate à corrupção e também auxilia na própria gestão pública, considerando o aumento da participação popular.

No Brasil, algumas das primeiras medidas de reparação foram comissões de anistia brasileiras implantadas em 1995. Eram a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos (lei nº 9.140/1995) e a Comissão de Anistia (lei nº 10.559/2002). A primeira, segundo Rafaella Bettamio (2014, p. 30), “limitava-se ao reconhecimento dos erros cometidos pelo Estado através da emissão da declaração de anistiado político ao perseguido”. Já a Comissão da Anistia objetivada “os atos de exceção, incluindo torturas, prisões arbitrárias, demissões e

transferências por razões políticas, sequestros, compelimentos à clandestinidade e ao exílio, banimentos, expurgos estudantis e monitoramentos ilícitos” (ABRÃO; TORELLY, 2011, p. 217).

É importante lembrar que a Comissão de Anistia possui objetivos diferentes da Comissão da Verdade. A comissão de anistia visa avaliar os pedidos de reparação que podem ser materiais, simbólicos ou psicológicos. De modo geral, as comissões de anistia promoveram em maior número as reparações de ordem material e/ou psicológica. No cenário transicional brasileiro, as reparações simbólicas são bastante recentes (BETTAMIO, 2014, p. 31). Já a Comissão da Verdade possui apenas a faculdade de obter a verdade sobre os as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988⁴¹. De certo modo, a ideia de obtenção da verdade é também uma maneira de oferecer reparação simbólica, considerando a capacidade de difundir a verdade sobre os fatos e reconhecer a condição de vítima e de violador.

No primeiro momento, o Estado brasileiro optou por promover as ações de reparação. Assim, utilizou-se dos mecanismos das comissões de mortos e desaparecidos políticos e da comissão de anistia. Já a tentativa de garantir o direito à memória e à verdade histórica foram necessários quase trinta anos para que o estado começasse a atuar. Certamente, essa demora reflete na percepção da sociedade diante dos acontecimentos passados.

A Comissão da Verdade não é exclusividade brasileira. Ao redor do mundo, diversos países que tiveram conflitos sociais utilizaram-se das comissões na tentativa de esclarecer violações massivas de direitos humanos. Por exemplo, temos as comissões da Argentina, Chile e África do Sul.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instalada em maio de 2012 e atuou de três modos: pesquisa, contato com

⁴¹ O recorte temporal de trabalho da comissão não era apenas o período da Ditadura Civil-Militar brasileira, mas também compreendia período anterior. A decisão pelo período maior parece ser uma maneira de apaziguar os ânimos.

a sociedade civil e compromisso com a transparência das atividades executadas por ela. A CNV e a abertura dos arquivos da polícia política estão diretamente vinculados com a concretização do direito à memória e à verdade.

A criação da Comissão Nacional da Verdade apesar da pouca presença do público em suas audiências foi capaz de repercutir em diversos setores da sociedade brasileira, estimulando com que as temáticas vinculadas à repressão e às violações massivas de direitos humanos ressurgissem.

O Estado e a sociedade brasileira optaram por deixar o passado violento sem discussão, abriu-se um vácuo em relação à memória do período. A memória compartilhada pela sociedade ou grupo é um terreno em constante disputa e negociação. Com o distanciamento do fim da Ditadura civil-militar em 1985 e a promulgação da Constituição Cidadã de 1988 percebemos um aumento na disputa por esta memória. O embate que se dá no plano do discurso é o que favorecerá que enunciados como o de Bolsonaro sejam socialmente aceitos e relativizados independentemente da dor que são capazes de provocar nas vítimas diretas ou colaterais da tortura provocada pelos agentes do estado brasileiro. Neste cenário, o discurso de ódio do candidato contra homossexuais, mulheres, índios e quilombolas reverbera até encontrar eco em uma sociedade dividida.

A memória dá sustentação ao “processo de construção da identidade política, cultural e social de um povo” (STAMPA *et al*, 2014, p. 61). Margaret Hedstrom (2016, p. 245) aponta que a relação conturbada entre memória e história é mais visível diante de eventos socialmente “traumáticos, reformulações dramáticas no poder, inquietações sociais e imposição ou deposição de regimes autoritários”. Os eventos que causaram os traumas mantêm-se vivos “na memória individual de sobreviventes, participantes e testemunhas”.

Aponta-se que

a adoção de políticas específicas de memória para enfrentar um passado de violações sistemáticas dos direitos humanos tem por objetivo não somente garantir a compreensão do que ocorreu, mas, também reforçar o entendimento de que não é possível a um povo (re)conhecer a si próprio sem entender o legado de sua história política e social, até mesmo para que esse povo possa construir um futuro diferente. Nesse processo, as iniciativas voltadas para a recuperação e difusão de informações contidas nos arquivos da repressão e da resistência assumem posição de destaque. (STAMPA *et al*, 2014, p. 43)

No que concerne à questão da memória, é importante destacar o papel do Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964 – 1985), o “Memórias Reveladas”. Embora a justiça de transição brasileira seja bastante ocorra de forma bastante lenta, é possível afirmar que seu ritmo foi acelerado com a criação do Memórias Reveladas em 2009, portanto, antes da criação da CNV, e a promulgação da lei de acesso em 2011 e a criação da comissão da verdade.

O objetivo do “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil de 1964 a 1985” é difundir as informações contidas nos documentos sobre a luta política ocorrida no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980. Fontes documentais primárias e secundárias são gerenciadas e disponibilizadas ao público, estimulando estudos, pesquisas e reflexões sobre o período da ditadura civil-militar brasileira. A ação do “Memórias Reveladas” é capaz de fortalecer as instituições arquivísticas públicas, reforçando seu papel enquanto espaços de promoção da cidadania e fortalecimento da democracia.

São objetivos do centro:

- Estimular pesquisas, na perspectiva da história, da sociologia, da antropologia, da ciência política e do direito, mediante:
 - Controle das fontes primárias e da produção bibliográfica disponíveis;
 - Busca de novas fontes documentais
 - Gerenciamento de instrumentos de pesquisa disponíveis e elaboração de novos instrumentos com caráter coletivo.
- Promover amplo acesso às fontes de informação e de conhecimento assim sistematizadas, mediante:
 - Criação de uma rede virtual de amplo espectro;
 - Montagem de exposições;
 - Edição (em suporte papel ou em meio digital) de obras de referência, estudos monográficos e periódicos, em parceria com outras instituições;
 - Confecção, em parceria, de material didático.
- Contribuir para o debate de natureza acadêmica e política sobre o período, mediante:
 - Organização de seminários e eventos de caráter interdisciplinar;
 - Promoção de concursos monográficos;
 - Intercâmbio com instituições congêneres, nacionais e estrangeiras.

O centro de referências não objetiva reunir fisicamente todos os documentos sobre o período, mas servir como o núcleo de uma rede que envolve instituições brasileiras que custodiam documentos que ajudem a compreender as lutas políticas no Brasil. É importante destacar que o Brasil é o país com o maior conjunto documental “de origem pública sobre a repressão política na região sul-americana” (STAMPA *et al*, 2014, p. 54).

O centro de referências Memórias Reveladas ajuda a fortalecer uma maior consciência diante do papel dos arquivos e dos documentos de arquivo na constituição de uma memória coletiva. Os arquivos, conforme o apontado por Margaret Hedstrom (2016, p. 255) não são representações únicas da memória coletiva, nem as instituições arquivísticas são os principais depósitos desta memória. Os arquivos funcionam como fontes para que memórias perdidas sejam descobertas ou recuperadas. Em diversos momentos, a responsabilização histórica dos sujeitos “pela memória individual, organizacional e social de acontecimentos sempre dependeu de documentos aos quais normalmente se pede que reparem injustiças por meio do sistema jurídico” (IACOVINO, 2016, p. 265).

Adotar políticas de memória específicas para o enfrentamento da herança histórica de violações em massa de direitos humanos deve ter como propósito não apenas a garantia da compreensão dos acontecimentos, bem como, reforçar o entendimento da coletividade de que é necessário encontrar mecanismos para o enfrentamento, na atualidade, dos desafios que se colocam para a vida democrática (STAMPA *et al*, 2014, p. 61).

São muitas questões que ficam para que a sociedade brasileira responda pouco a pouco. No entanto, é preciso lembrar que quem não enfrenta seus fantasmas segue assombrado por eles.

Levanto algumas delas. O crime de tortura é perdoável? É possível perdoar aqueles que perpetraram crimes em nome da necessidade de unidade nacional e reconciliação? A punição não seria a melhor garantia contra futuras violências? Aqueles que cometem violações contra os direitos humanos não se sentem dissuadidos ao cometerem atos violentos se sabem que não prestarão conta de seus atos? Caso a resposta seja a favor da punição penal, não estaríamos entrando na lógica punitivista vigente e que deve também ser criticada?

Ao que parece, as iniciativas do estado brasileiro em obter a reconciliação, utilizando-se das estratégias coma a promulgação da Lei de Acesso e da criação da Comissão Nacional da Verdade fez com que os interessados no apagamento da memória e os demais defensores da ditadura saíssem das profundezas. Com o distanciamento temporal, a eles foi possível proferir enunciados raivosos a favor da tortura sem que fossem punidos pela justiça. Com isso, encontraram eco entre os ignorantes e os violentos. Ou seja, remexer no passado neste sentido teve efeito oposto ao que era esperado com a Comissão.

Para concluir, o Golpe de 2016 foi apenas mais uma ruptura na frágil história das nossas instituições democráticas e não será a última. O impeachment de Dilma Rousseff somente serviu para que os direitos dos trabalhadores fossem atacados e as instituições públicas como as universidades e o Sistema Único de Saúde fossem cada vez mais sucateados.

Não era minha pretensão abordar exaustivamente a questão do acesso, da memória, da justiça e da reparação histórica, mas tecer considerações sobre estas questões e a importância das mesmas para a democracia brasileira. Dada a escalada de violência política em 2018 e as frequentes tentativas de revisar a história recente do Brasil, apagando a ditadura e seus horrores, fica cada vez mais evidente que

um país que não resolve seus problemas com a memória das violações em massa de direitos humanos é incapaz de encontrar a reconciliação. Por isso, neste momento, assistimos não só o drama de uma nação que não conseguiu enfrentar seu passado de maneira honrosa, mas a escalada do fascismo que tem mostrado sua face violenta e sanguinária, vitimando minorias e defensores da democracia.

Referências (e sugestões de leitura)

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo. *A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.

BETTAMIO, Rafaella. A justiça de transição no Brasil e o papel da Comissão Nacional da Verdade. In: THIESEN, Icléia. *Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964*. Rio de Janeiro: 7letras, 2014.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório*. Brasília: CNV, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *LEGARQ 2017*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017. Disponível em: http://www.conarq.gov.br/images/coletanea/dez_2017/CONARQ_legarquivos_dezembro_2017_PDF2.pdf. Acesso em: 28 ago 2018.

HEDSTROM, Margaret. Arquivos e Memória Coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. *Correntes Atuais do Pensamento Arquivístico*. Belo Horizonte: UFMG, 2016, p. 237-260.

IACOVINO, Livia. Os arquivos como arsenais de responsabilidade. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. *Correntes Atuais do Pensamento Arquivístico*. Belo Horizonte: UFMG, 2016, p. 261-302.

MATTAR, Eliana (Org.) *Acesso à informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ONU. *The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies*. Nova York: Report of the Secretary-General to the Security Council, 2004. Disponível em <https://www.un.org/ruleoflaw/files/2004%20report.pdf>. Acesso em: 13 out 2018.

STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurelio; RODRIGUES, Vicente. Direito à memória e arquivos da ditadura: a experiência do Centro de Referência Memórias Reveladas. In: THIESEN, Icléia. *Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964*. Rio de Janeiro: 7letras, 2014.

THIESEN, Icléia. *Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964*. Rio de Janeiro: 7letras, 2014.

ZYL, Paul. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflitos. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, n. 1, Brasília: Ministério da Justiça, jan./jun. 2009.



LITERATURA INFANTIL E DEMOCRACIA

MARIA AMÉLIA DALVI
Educação e Literatura
maria.dalvi@ufes.br

“[...] E o silêncio era cada vez maior.
Todo mundo quieto, esperando que alguma coisa acontecesse...
Até que um dia...
História é bom por causa disso!
Tem sempre uma hora em que quem está contando a história diz: ‘Até que um dia...’”.
(ROCHA, Ruth. *O reizinho mandão*. Ilustrações Walter Ono. São Paulo: Quinteto Editorial, 1997, p. 28)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este texto constitui-se como sistematização de uma situação oral, a saber, uma das aulas ministradas em um curso de extensão oferecido, no primeiro semestre de 2018, por um conjunto de professores de diferentes áreas do conhecimento, na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). O curso dedicou-se a pensar os rumos da democracia brasileira e latino-americana após os graves acontecimentos jurídicos, midiáticos, político-parlamentares de 2016, que culminaram com a destituição da presidenta eleita Dilma Rousseff e a assunção de seu vice, Michel Temer, executando um programa

de governo diferente daquele no qual a maioria da população depositara seu voto nas eleições de 2014.

A atividade extensionista em questão atendeu a uma demanda por parte da sociedade (de as universidades discutirem a conjuntura brasileira e ajudarem a população interessada a compreender sua realidade). Complementarmente, constituiu-se como um gesto solidário ao professor Luís Felipe Miguel, da Universidade de Brasília, que teve a oferta de uma disciplina optativa análoga questionada pelo então Ministro da Educação, José Bezerra Mendonça Filho – atitude que pusera em xeque princípios constitucionais (de autonomia universitária e liberdade de cátedra).

Dada a situação oral da qual emanam as reflexões aqui apresentadas, optamos por uma estrutura um pouco mais livre que a de um artigo acadêmico em sentido estrito. As ideias são, pois, organizadas em três momentos inter-relacionados: *no primeiro*, são expostas algumas das *razões pelas quais acreditamos ser fundamental discutir um tema aparentemente lateral* (a saber, a literatura infantil e sua relação com a democracia) em um curso dedicado a questões concernentes, majoritariamente, às Ciências Humanas e, particularmente, às Ciências Sociais e Políticas (e não à área de Literatura e Linguística); *no segundo momento*, historicizamos a constituição da noção de infância, entendendo-a como central ao próprio desenvolvimento da literatura infantil, e expomos algumas de suas possibilidades (e limites) no desenvolvimento democrático brasileiro; *no terceiro momento*, sugerimos algumas obras produzidas para o público infantil que teriam um potencial formativo para a democracia.

Um outro aspecto preliminar que parece necessário registrar nessas considerações iniciais é que, embora na organização dos dados, análises, fontes e referências tenhamos buscado uma certa coerência, privilegiamos na discussão sobre as relações entre Literatura Infantil e Democracia auto-

res de múltiplas perspectivas epistemológicas. Fizemos isso justamente com o fito de sinalizar aos cursistas (e, agora, aos leitores) a complexidade dessas relações e a multiplicidade de aspectos a serem considerados no debate e a variabilidade das *escolhas* possíveis para se tomar parte no processo de produção do conhecimento. Isso visa, também, ao respeito pela diferença e divergência de pensamento, fundamental não apenas a toda forma de saber elaborado (seja no campo das artes, das ciências, da filosofia...), mas à própria democracia. E isso não tem qualquer relação com ser isento, no sentido de ideologicamente “neutro”.

Não se trata de um ecletismo cômodo e descompromissado que flerta com todos, sem tomar posição (ao contrário!); nem se trata, evidentemente, de uma defesa cega de um procedimento que deva necessariamente ser replicado em qualquer contexto. Porém, dada a situação difícil e tensa em que o curso ocorreu e, em sendo possível neste caso fazer a opção por construir nossa reflexão em diálogo com pensadores de múltiplas tendências e afiliações, pareceu-nos razoável que assim procedêssemos, na constituição do fio expositivo-argumentativo da aula – e, agora, da feitura deste texto.

1. POR QUE ESTUDAR RELAÇÕES ENTRE LITERATURA INFANTIL E DEMOCRACIA?

Em resposta à indagação sobre as razões para estudar as relações entre literatura infantil e democracia, podemos organizar nossas ideias em torno de três eixos primordiais:

- I. a relação entre a apropriação da linguagem (de suas formas mais simples às mais elaboradas) e a humanização;
- II. o perigo que movimentos conservadores e obscurantistas representam para a educação literária (e, assim, para o pleno desenvolvimento humano); e

III. a necessidade de, na construção de uma sociedade democrática, assegurarmos a plena formação humana e, assim, o acesso, a apropriação e objetivação dos textos, obras, livros, temas, posicionamentos que, historicamente, têm sido relevantes para que cada ser humano e o conjunto da humanidade se pense no mundo e se posicione no tocante às responsabilidades inerentes à vida-em-comum.

1.1 A LINGUAGEM E A FORMAÇÃO HUMANA

A primeira razão para estudar relações entre literatura infantil e democracia é porque defendemos que o desenvolvimento da e pela linguagem – e tomamos aqui a produção literária infantil como linguagem verbal e visual em uma de suas formas elaboradas (a saber, a artística) – é chave para a compreensão do processo de formação humana. Isso porque conforme Voloshínov (2017): a) o signo é social e material, sendo, portanto, ideológico; b) não existe consciência humana que prescindia da realidade sónica; e c) o signo *par excellence* é a palavra.

Em cada um dos seres humanos a humanidade é socialmente produzida, em um movimento dinâmico do interpessoal em direção ao intrapsíquico (MARTINS, 2013), sob a mediação da linguagem. Discutindo mais particularmente a questão artística/estética, Namura (2018, s. p.), comentando o pensamento de Vigotski, afirma haver, em seus textos: “[...] inúmeras referências a poetas e obras literárias para mostrar que a reação estética suscitada pela arte é imprescindível para a psicologia [...], e que o sentido [...] é a categoria mais importante da consciência”.

O próprio Vigotski, em *A psicologia da arte*, explica que: “[na arte] o sentimento não se torna social, mas, ao contrário, torna-se pessoal, quando cada um de nós vivencia uma obra de arte, converte-se em pessoal sem com isto deixar de continuar social” (VIGOTSKI, 1998, p. 315). Desse modo, as questões linguístico-literárias assumiriam papel fundamental para se compreender a realidade, a sociedade e o psi-

quismo humano. Conforme esclarecem Assumpção e Duarte (2015, p. 239): “[...] a partir dos fenômenos mais desenvolvidos se torna possível compreender os menos desenvolvidos”, motivo pelo qual levaremos em conta, aqui, “[...] a influência da arte sobre o psiquismo humano a partir de suas manifestações mais ricas”.

1.2 O PERIGO DE MOVIMENTOS CONSERVADORES E OBSCURANTISTAS PARA A EDUCAÇÃO LITERÁRIA

A segunda razão para estudar relações entre literatura infantil e democracia é porque, em consonância com Souza *et al.* (2016), Frigotto (2017) e Gomes (2018), vemos com grande preocupação o avanço de propostas autodenominadas como “Escola Sem Partido”, no bojo de um crescente conservadorismo e mesmo obscurantismo em relação a qual seja o papel da educação escolar – espaço-tempo em que, privilegiadamente, as crianças têm acesso regular e sistemático às obras, textos e autores literários fundamentais para sua cultura.

De acordo com alguns defensores dessas propostas, o ensino-aprendizagem em contexto escolar deve restringir-se àquilo que não divirja dos valores familiares, pondo em xeque o papel histórico da instituição escolar (e, assim, do trabalho dos professores) como transmissora, de forma planejada, progressiva, sistemática e crítica, do saber científico, filosófico e artístico mais elaborado, na forma de conteúdos escolares.

Como episódio ilustrativo desse *crescente conservadorismo* e do modo como ele *afeta a educação literária* (e, assim, a formação humana) *de crianças e jovens*, relembremo-nos de que o Ministério da Educação (MEC) recolheu⁴² dos acervos

⁴² Fontes sobre o episódio na imprensa: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/mec-decide-recolher-das-escolas-livro-infantil-que-aborda-incesto-21451270>>. Acesso em: 23 ago. 2018; <<https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2017-06-08/mec-livro.html>>. Acesso em: 23 ago. 2018; e <<https://novaescola.org.br/conteudo/4998/mec-decide-recolher-livro-infantil-que-traz-conto-sobre-incesto>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

escolares 93 mil exemplares de uma obra literária que fora avaliada, recomendada, adquirida e distribuída por meio do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: *Enquanto o sono não vem*, de José Mauro Brant, publicada pela editora Rocco. O autor da obra recolhida (um conhecido contador de histórias e estudioso das narrativas orais brasileiras) recriou, no livro, histórias populares, entre elas a que deu origem a um escândalo de grandes proporções nas redes sociais, “A triste história de Eredegalda”.

O que teria “chocado” a população e suscitado a forte reação em favor da censura à obra seria o fato de que, no conto, o rei/pai pede a princesa/filha em casamento. Esse episódio é bastante interessante, quando consideramos que a opinião de especialistas em crítica literária, em mediação de literatura para a infância e em literatura popular (contos folclóricos ou tradicionais) foi desconsiderada em favor de uma leitura *ipsis litteris* e de forte teor moralista (que toma o texto literário/artístico como se fosse didático ou informativo) – e, portanto, ignorou-se que “A triste história de Eredegalda” bebe em narrativas populares que elaboram simbolicamente questões difíceis, como recurso para dar forma material a uma importante angústia humana (e, particularmente, infantil); leu-se a obra como se ela fizesse uma defesa ou uma legitimação da situação que a personagem Eredegalda vive. E é, também, bastante interessante quando consideramos que, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada com base em levantamento realizado no Sistema de Informações de Agravo de Notificação do Ministério da Saúde, no Brasil, *70% dos casos de estupro são contra crianças e adolescentes e, nesses casos, 24,1% dos agressores são os pais ou padrastos e 32,2% são amigos ou conhecidos da vítima*⁴³.

Isso só reforça duas ideias correntes no campo: a) nada aparece na obra de arte que não tenha estreita relação com a

sociedade em que essa obra de arte é produzida; e b) a dificuldade em lidar com o simbólico, com o ficcional, tratando-o como se fosse uma recomendação de conduta (e não como uma elaboração concreta de segunda ordem a partir do material da realidade), é forte indício de semiformação humana.

O afã moralista e a reação subserviente e pouco educativa do MEC (que não endossou a posição dos especialistas e estudiosos do tema que anteriormente contratara para o desenho da política pública e a avaliação das obras inscrita, mas curvou-se ao clamor mais rasteiro, inflado pela manipulação interessada do sentimento religioso conservador, sem qualquer fundamentação artística, científica ou filosófica consistente) parecem sintomáticos do momento social que vivemos – e da potência da obra de arte literária para detectar e trazer à luz algumas chagas de nossa realidade histórica.

Outros exemplos de situações análogas são: a) o fato de pais de uma escola privada católica situada na cidade de Vitória, capital do estado do Espírito Santo, questionarem a indicação de leitura de uma versão adaptada para quadrinhos (HQ) do clássico juvenil *O diário de Anne Frank* (considerando mais chocante a informação, presente no livro, de que meninas têm vagina e seios, do que o fato de que a autora da obra morreu em um campo de concentração, depois de ter sido obrigada a viver escondida por quase dois anos...); b) o fato de um livro de Ana Maria Machado, da década de 1980, chamado *O menino que espiava para dentro*, que dialoga com as versões tradicionais dos chamados contos de fadas, estar sendo atacado nas redes sociais sob o argumento de incentivar o suicídio. Na verdade, o rol desse tipo de situação é bastante extenso, mas esses dois casos, por atingirem, respectivamente, um clássico juvenil internacional e um clássico infantil brasileiro são paradigmáticos.

Na nossa condição (a minha, particularmente, de professora e pesquisadora dedicada às questões da Educação

⁴³ Fonte da informação: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36401054> >. Acesso em: 23 ago. 2018.

Literária), não se poderia honestamente ensinar literatura a crianças: a) sem que os sujeitos aprendessem sobre a natureza sónica e, portanto, necessariamente complexa, mediada e ideológica da linguagem; b) sem que se defrontassem com as questões políticas inerentes à discursividade e à produção de sentidos (que resultam de processos de disputa e negociação, muitas vezes em pólos não equânimes de exercício do poder); e c) sem que tomasse a natureza artística do texto literário como uma das evidências da dimensão necessariamente dialógica da experiência humana.

Além disso, em consonância com Ferreira (2018), a literatura infantil tem o papel fundamental de possibilitar ao sujeito uma educação da/para a imaginação e a criatividade, como dimensões inarredáveis do desenvolvimento da consciência crítica; noutras palavras, a capacidade de imaginar, desejar, planejar realidades que excedam o ordinário, cotidiano, o empírico, o tangível assume um papel social e político de cujo alcance talvez apenas raras vezes se tenha clareza.

1.3 O “ESPECIALISMO” E A AGENDA DEMOCRÁTICA

A *terceira razão* pela qual discutimos um tema aparentemente lateral (a saber, relações entre literatura infantil e democracia) em um curso dedicado ao futuro da democracia no Brasil e na América Latina na correlação com o processo jurídico-midiático-parlamentar que depôs a presidenta Dilma Rousseff é porque pensamos que ninguém seja “dono” do real e da discussão sobre o presente e o futuro. Ou seja: colocamo-nos contra o “especialismo” estéril, que nos divide e limita os assuntos e problemas aos quais podemos ou não dedicar nossa capacidade de pensamento na tentativa de compreender e transformar o rel. Se interessados, embasados e com os cuidados exigidos pela história do conhecimento elaborado, qualquer um de nós, como cidadãos (e,

particularmente, como intelectuais), é convocado a pensar as grandes questões de seu tempo – mesmo quando se reporta a um tempo e a questões longínquos na história...

Compreendemos que quando, na universidade, nós nos recusamos a dialogar e transcender os particularismos de cada campo do conhecimento, tendemos a enrijecer e, assim, a empobrecer nosso trabalho teórico-prático e nossa contundência crítica. Evidentemente, não se trata de defender um vale-tudo que despreza os saberes acumulados (e, eventualmente, específicos) de cada área, tema, assunto, perspectiva. Ao contrário, trata-se de articulá-los em sínteses sempre provisórias e que, em tese, avançam por superação.

Por essas *três razões*, principalmente, *discutir Literatura Infantil é incontornável no processo de se pensar o futuro da democracia no Brasil e na América Latina*. Por isso, dedicamo-nos, em nossa aula, a compreender e indagar o presente e o futuro da democracia em nosso país e no restante da América Latina com foco nos modos como temos (ou não) assegurado às crianças o acesso, a apropriação e objetivação dos textos / obras / livros, dos conhecimentos e das práticas consignados sob a rubrica de “Literatura Infantil”. No curso, estruturamos a exposição oral dos conteúdos e seu debate aproximadamente na mesma ordem subsequente.

2. INFÂNCIA COMO NOÇÃO HISTORICAMENTE PRODUZIDA E O PAPEL DA LITERATURA INFANTIL

Na introdução ao assunto principal, é importante retomar *alguns pontos*. O primeiro deles é que a *infância* é uma noção produzida historicamente pela humanidade; portanto, não se trata simplesmente de um momento da vida humana determinado biologicamente ou “naturalmente”.

É quase inegável o fato de que a infância apresenta variações impressionantes entre diferentes sociedades e

os diferentes períodos históricos; são evidências colhidas à experiência:

a) a duração da infância tem relação com as condições socioeconômicas – e, portanto, com os (des)privilégios de classe;

b) a idade média e a duração da puberdade variam de uma sociedade para outra (e, às vezes, no interior de uma mesma sociedade);

c) há pessoas às quais a infância é negada e há sociedades em que a criança não é reconhecida como um sujeito de direitos (ou em que apenas para algumas crianças – em função de sua condição de classe, sua condição étnico-racial, sua condição de gênero – há esse reconhecimento); e

d) praticamente todas as sociedades têm formas (ritos, processos, idades...) para diferenciar a infância da maioridade, mas esses ritos não são os mesmos e não têm necessariamente relação necessariamente com uma condição biológica.

Conforme Martins (2013), os princípios do materialismo histórico-dialético não perdem de vista a unidade contraditória entre as dimensões naturais e sociais, produto e processo, objetividade e subjetividade, formação e transformação. É nessa realidade complexa da infância, evidenciada em consonância com a autora, que inscrevemos nossas reflexões.

Mesmo historiadores que não coadunam com os princípios enunciados por Martins (2013), como Ariès (2015) ou Stearns (2006), reconhecem que a infância, tal como hoje a concebemos em linhas gerais, é uma noção essencialmente moderna. Por exemplo, bem no início do segundo capítulo de sua célebre *História social da criança e da família*, o historiador francês afirma que:

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência

se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo. [...]

[...] No mundo das fórmulas românicas, e até o fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido. [...] Há aí algo mais do que uma simples coincidência. Partimos de um mundo de representação onde a infância é desconhecida. [...] Isso faz pensar também que no domínio da vida real, e não mais apenas no de uma transposição estética, a infância era um período de transição, logo ultrapassado e cuja lembrança também era logo perdida. (ARIÈS, 2015, p. 17-18)

Ou seja, infância (e, desse modo, a noção de criança como um ser diferente do adulto – e não apenas menor) é biológica, mas também e principalmente social e histórica.

Outros aspectos a serem pontuados sobre a produção social e histórica da infância dizem respeito ao fato de que há uma série de dificuldades metodológicas e procedimentais para a historiografia das práticas infantis. Isso porque, historicamente, as crianças: a) Não têm organizações próprias, livres, independentes, autônomas; b) As crianças, enquanto crianças, deixam poucos registros interpretáveis; c) O estudo da história da infância é feito necessariamente por não-crianças; e d) Há, quase sempre, um tutelamento da infância (que se mescla ao cuidado) e, assim, projetam-se na infância valores que não necessariamente dizem respeito a ela (mas podem ser projeções da sociedade) – inocência, perversidade etc.

De acordo com o historiador Peter Stearns (2006), por meio dos dispositivos legais e dos documentos oficiais, nós

podemos inferir o que a sociedade oficialmente pensa sobre a infância, porém não é tão simples saber, por exemplo, no que os pais (ou cuidadores, responsáveis) efetivamente acreditam ou como agem em relação a suas crenças.

Considerando, pois, tudo o que foi apresentado nas linhas acima, e essa dificuldade, do ponto de vista historiográfico, de lidar com a diferença entre o que os documentos oficiais registram e o que acontece efetivamente no espaço privado ou doméstico, bem como a escassez de registros materiais interpretáveis à distância sobre coisas secretas que as crianças pensam e fazem, é compreensível que apenas recentemente a infância tenha se tornado um tema de interesse efetivo/potencial para a História – também como consequência das transformações dos paradigmas no próprio campo do saber.

E é nesse contexto que se entende que participou desse processo de constituição da infância, nas sociedades ocidentais, a emergência burguesa do núcleo familiar restrito e do espaço privado (doméstico) e privativo (escola), como parte da transformação da ordem econômico-produtiva. A nucleação familiar (e, nela, o desenvolvimento de uma consciência da infância e da necessidade de proteção à criança) relaciona-se diretamente ao propósito de controle e defesa da propriedade e ao propósito de formação, propagação direta e conservação de valores ideológicos que interessavam à nova ordem econômico-produtiva que emerge com a Modernidade.

Esses movimentos históricos se desdobram na mudança atinente à responsabilidade sobre a vida da criança: ao invés de ser educada na experiência comunitária, a criança é confinada ao espaço doméstico e à tutela parental; ao invés de uma vida descartável e de pouca relevância, a criança passa a ser “protegida” (ao menos no plano discursivo) pelo Estado, pela igreja e pela família.

Conforme esclarece Zilberman (2003), nesse contexto de constituição da família burguesa e da infância, a *Literatura*

Infantil tem um propósito social importante, pois é também por meio dela que os valores ideológicos que interessam à nova ordem serão transmitidos. Além disso, o discurso burguês em defesa da cidadania (e, portanto, da formação escolar para a cidadania) vê no recurso à Literatura Infantil um grande aliado. Conforme a pensadora gaúcha, é por isso que a literatura para crianças se constitui à sombra da escola e da pedagogia, propugnando um conservantismo que só muito *a posteriori* seria questionado no plano artístico, crítico e pedagógico.

Machens (2009), ao fazer um percurso histórico pela literatura infantil brasileira, evidencia o vínculo entre literatura infantil, ideologia e sociedade, ao demonstrar que:

Inicialmente, as histórias contadas para crianças surgiram como narrativas orais para o público adulto e eram transmitidas de geração em geração. [...] Foi a partir do século XVIII, com a burguesia, que os contos foram destinados às crianças e usados como forma de manipulá-las. (MACHENS, 2009, p. 10-13)

Na sequência, a autora vai demonstrando como nesse percurso histórico foram importantes as contribuições de autores como La Fontaine, Charles Perrault, Daniel Defoe, August Buerger, James Cooper, Condessa de Ségur, Hans Christian Andersen, Lewis Carroll, Mark Twain, Robert Stevenson, Carlo Collodi, Rudyard Kipling, Beatrix Potter, James Barrie, Saint-Exupéry – no plano internacional; e Carlos Jansen, Figueiredo Pimentel, Olavo Bilac e Coelho Neto, Luís Bartolomeu de Souza e Silva, Arnaldo de Oliveira Barreto, Monteiro Lobato, Maria José Dupré, Lúcia Machado de Almeida, Viriato Corrêa – no plano brasileiro.

No presente, parece desenvolver-se um novo papel para a infância; talvez sejamos coetâneos de uma era em que a criança é vista, majoritariamente, como um importante consumidor e que, ademais, mobiliza nos pais dúvidas e desejos

relacionados ao seu próprio valor e legitimidade no mundo: haveria, assim, uma espécie de “hipercriancismo”, no qual a) se fetichiza a infância (atribuindo-se a ela uma série de atributos e papéis historicamente distintos daqueles para os quais/nos quais se constituiu); b) se a nega efetivamente àqueles que seriam seus sujeitos de direito; e, enfim, c) se a estende a toda uma sociedade, permanentemente infantilizada, inautêntica, sempre como promessa de futuro, dependente de tutela e “proteção”.

Face a essa complexidade inerente à infância e aos diferentes contextos que essa noção perpassa, *como podemos pensar as relações entre Infância, Literatura e Democracia?*

Inicialmente, a Literatura Infantil surge para traduzir, mediar, inculcar os valores necessários à sociedade (lições de moral, exemplaridade, ficcionalização de situações cotidianas, naturalização do sistema e das relações sociais etc.). Por isso mesmo, nas primeiras décadas e mesmo séculos desse processo de constituição da infância (e da literatura para a infância), a maior parte da produção apresentada aos pequenos era adaptada de textos que circulavam entre adultos (a partir de uma “higienização” da produção literária, para “poupar” as crianças) – como resquício disso, podemos notar que a maior parte dos “clássicos” infantis não era, originalmente, uma produção para crianças.

Desvela-se, na apresentação às crianças dos valores sociais por meio da literatura infantil, a força da família, da escola, da igreja e do Estado (pois, lembremo-nos, é ele quem preponderantemente autoriza, adquire, permite, vigia, patrocina, induz não apenas certas obras, mas também certas formas de mediação/apropriação consideradas mais adequadas) e, enfim, desvela-se a força do mercado (por meio do sistema editorial, do sistema de crítica e premiação, da força do marketing cultural, da publicidade e do apelo ao consumo). Assim, todas essas instâncias (família, escola, igreja, Estado e mercado), mutuamente, se inter-relacionam na produção, difusão e apropria-

ção da Literatura Infantil – e, portanto, participam tanto da constituição do que é ou não adequado à infância, quanto do que seria, ou não, uma experiência efetivamente democrática em qualquer esfera da vida social.

Com o desenvolvimento da noção de infância e a complexificação das relações sociais envolvendo os pequenos nessa nova condição, surgiram novas questões também para o próprio campo filosófico da arte e, particularmente, da literatura. Por exemplo, a ideia de “literatura infantil” não é consensual e é fruto de intensas e contínuas disputas.

Os estudiosos de diferentes vertentes lançaram ao longo do tempo questões tais como:

I. A literatura infantil é *mesmo* literatura? Tem estatuto artístico (valor, legitimidade, reconhecimento)? Se “não pode” lançar mão de todos os recursos à disposição do criador (restrições de tema, linguagem, complexidade, repertório etc.), é, de fato, um objeto que incide contra a doxa da mesma monta de outras manifestações culturais? Se tem estatuto artístico, por que precisa ser adjetivada (infantil)?

II. Pode-se falar em Literatura Infantil ou deve-se falar em livro para a criança? O que caracteriza esse “segmento” é algo que lhe seja inerente (o adjetivo infantil, nesse caso, marcaria essa particularidade) ou é a destinação recepcional – consignada pelo mercado, pela escola, enfim, por critérios externos ao texto e mesmo à obra – quem particulariza esse “segmento”?

III. Quem define o que é “infantil”? – Há, geralmente, duas posições centrais: o produtor e o processo editorial (que assumem de antemão um destinatário hipotético) ou o leitor (que escolheria o livro, o texto, a obra que o interessa ou não, que é adequada ou não à sua dita “maturidade”)?

IV. O estudo dessa produção e das relações de que participa compete, fundamentalmente, a que campo: Pedagogia ou Letras? Outro? A primazia no debate concerne a aspectos formativos ou estético/artísticos?

E, enfim:

V. O que é que adjetiva uma literatura: sua origem ou fronteira geográfica (p. ex., Literatura Brasileira), a etnicidade de seu produtor (p. ex., Literatura Negra), seu estilo ou pertencimento geracional (p. ex., Literatura Barroca ou Marginal) ou, enfim, sua destinação (p. ex., Literatura Infantil)?

Essa problematização contínua de tudo, no campo literário (e particularmente no que concerne à literatura infantil), é parte também de uma educação ou formação humana necessária à constituição de uma sociedade democrática, onde tudo tem que ser continuamente reexaminado sob a ótica do que favorece ou não a existência de sujeitos com interesses, necessidades e possibilidades muito distintas.

Considerando tudo isso, o momento presente, em que se tenta controlar com rédeas muito curtas ou se simplificar de modo rasteiro o que é ou não adequado às crianças no tocante à literatura, ou no qual se reduzem o processo e as práticas literárias à imediatividade do momento presente (desconsiderando a historicidade da constituição da noção de infância e da própria literatura para crianças), é um flagrante desrespeito à complexidade do real.

E pontuamos isso *tanto* em relação àqueles que acreditam que a literatura para crianças tem apenas e tão-somente a responsabilidade de reproduzir valores familiares e sociais (e, nesse sentido, desconsideram o campo do simbólico, do alegórico, e a elaboração de questões que estão para além da imediatividade pedagógica ou moral), *quanto* em relação àqueles que acreditam que a literatura para as crianças não tem qualquer papel ou tarefa social a cumprir e que, portanto, defendem uma ideia de ludicidade, liberdade, fruição que despreza o fato de que a literatura e as práticas literárias existem em um campo concreto de relações humanas (e, portanto, de relações de poder) de múltiplas ordens.

3. SUGESTÕES DE OBRAS INFANTIS E(M) POTENCIAL DEMOCRÁTICO

Evidentemente, nenhuma obra literária (para crianças ou não), por si só, institui ou não uma possibilidade democrática – ou formará necessariamente sujeitos e subjetividades abertas ao outro, engajadas politicamente no diálogo e na tomada de decisões que favoreçam a vida-em-comum. Talvez, rigorosamente pensando, sejam mais favoráveis à democracia as obras que menos explicitamente a tematizem. Porém, o momento presente nos impõe certas urgências – e entre elas está encontrar material que nos ajude, ao menos, introduzir com as crianças conversas que possibilitem que, com elas, nos esforcemos para compreender uma realidade bastante difícil.

A instabilidade política (na correlação com os fatos econômicos, históricos e sociais), o avanço já sinalizado de pautas conservadoras, a ameaça ao ordenamento jurídico constitucional e às liberdades democráticas, a corrosão do pensamento elaborado e do espaço-tempo escolar como fundamental a seu compartilhamento e apropriação – enfim, todos esses elementos do contemporâneo reverberam também sobre as vidas das crianças, e elas têm o direito de ser respeitadas em suas dúvidas, angústias e necessidades (cognitivas, emocionais etc.).

Quando discutimos, anteriormente, se políticas públicas para a educação literária são efetivamente públicas e efetivamente literárias, sistematizamos algumas ideias que talvez seja importante recuperar aqui, nessa discussão que agora relaciona a literatura infantil à democracia:

Com essas decisões [sociais] (péssima distribuição de renda, maior peso da tributação sobre os mais pobres, destinação de grande parte dos recursos nacionais para manter o sistema de favorecimento dos su-

per-ricos por meio do pagamento de juros e amortizações da dívida [pública], cortes robustos nas políticas sociais, ameaças ao direito constitucional à educação pública [de qualidade]), é possível dizer que temos políticas [democráticas] [...] voltadas ao bem-comum e à ressalva ao direito de todos? [...]

[...] É preciso ter clareza de que luta por políticas públicas de educação literária desarticulada da luta pela transformação das condições de vida em sentido mais amplo é, a rigor, vã. [...] E isso [...] só pode ser feito se indagarmos que sociedade temos e que sociedade queremos. [...]

É preciso nos libertarmos da arrogância que supõe que as pessoas defendem pautas que fazem a vida humana indigna por serem “burras” ou “desinformadas”. É preciso entendermos que existem pessoas que se regozijam com o sofrimento alheio e que se deleitam com a diferença de classes e com a posição de privilégio ou prestígio que têm / que julgam ter / que sonham ter.

[...] É preciso nos libertarmos da noção simplória de que a educação e a literatura automaticamente, como causa-e-efeito, nos tornarão pessoas melhores, mais humanas e preocupadas com a vida-em-comum. Não necessariamente [...]. (DALVI, 2018, p. 33-34)

Por tudo isso, é importante compreender que as obras sugeridas como afins ao projeto de iniciar com as crianças conversas que possibilitem ajudá-las a pensar criticamente sua

realidade são, já, um corte não necessariamente democrático, visto que nem todas as crianças (e nem todos os mediadores de literatura infantil) poderão efetivamente ter acesso às obras indicadas.

Outro aspecto necessário à nossa discussão aqui é que mesmo uma obra que, à primeira vista, não seja de ótima qualidade (textual, imagética, gráfica), com a adequada mediação, pode converter-se em importante material educativo (educativo, aqui, tem um sentido lato, e não um sentido estrito, escolar, pedagógico, moralizante ou – pior – dogmático). Isso, claro está, se ensinar uma compreensão alargada do real, se convocar à reflexão crítica, se pautar o questionamento sobre as injustiças e desigualdades em nossa vida-em-comum. E vice-versa: uma ótima obra do ponto de vista textual, imagético, gráfico, sem uma adequada mediação ou com uma mediação limitada ou castradora, pode converter-se em seu antípoda: pode dar lastro a um modo de leitura conservador, mistificador, reificante. Nesse sentido, não apenas as escolhas do que lemos, mas o nosso modo de ler é que talvez seja fundamental – do ponto de vista da formação para a democracia e da formação pela democracia.

Feitas tais considerações, listamos, no primeiro bloco abaixo, alguns aspectos aos quais deveríamos estar atentos ao selecionar obras de literatura infantil para ler com as crianças; e, na sequência, indicamos, para aqueles que estão iniciando na tarefa de forjar um repertório literário infantil, algumas rotas iniciais, recorrendo à experiência como leitores-criança, como professores, como pesquisadores, enfim, como interessados nas interrelações entre literatura infantil e democracia.

Para selecionar obras de literatura infantil para ler com crianças, é preciso antes de tudo respeitar toda e qualquer criança. Pressupor que toda criança é um ser com inteligência, emoção, sensibilidade, curiosidade. É necessário, também, acreditar que seja um direito social e cultural da crian-

ça se apropriar das obras de arte historicamente produzidas pela humanidade. Outra coisa fundamental é não supor que, por ser criança, aquele sujeito em formação necessariamente requeira facilidade, obviedade, imediaticidade. Muitas vezes é a aposta no difícil, no ousado, no imprevisível o que irá despertar o interesse e catalisar a aprendizagem e o desenvolvimento infantil.

Um outro ponto importante é estar ciente de que tudo aquilo que existe na sociedade irá aparecer na literatura elaborado, recriado ou cifrado de alguma maneira – e vice-versa. Muitas vezes, a criança só irá notar se aquele dado for algo que, na sua realidade concreta faz sentido ou tem relevância. Compete ao mediador de leitura mais experiente avaliar se deverá ou não chamar a atenção da criança para alguma questão à qual ela (a criança) espontaneamente não dedicou seu interesse.

Tudo isso que sinalizamos até aqui, obviamente, precisa estar em sintonia com o objetivo de ampliar o repertório cultural infantil, atentando a questões de gênero, região geográfica, classe social de origem, identificação étnico-racial, filiação político-ideológica etc. É preciso oferecer diferentes autores (do texto e das imagens/projeto gráfico); diferentes editoras (editoras grandes, médias, pequenas, artesanais; editoras do centro e da periferia do país); diferentes ilustrações (técnicas, traços, estilos, esquemas de cores variados); diferentes temáticas e estilos; diferentes temporalidades e localizações geográficas (quando há); diferentes abordagens e pontos de vista; diferentes formatos editoriais (livros pequenos, grandes, formatos padrão ou fora do padrão); diferentes acabamentos gráficos (papel fosco, brilhante, alta ou baixa gramatura, livros costurados, grampeados, colados, sanfonados...); diferentes universos sociais... Enfim: é preciso fugir aos esquemas prontos e óbvios, evitar tanto quanto possível as produções enlatadas / previsíveis – especialmente aquelas feitas em série para o sucesso fácil.

É preciso também explorar obras que sejam mais explícitas, outras que sejam mais alegóricas; algumas com linguagem mais poética, outras mais referencial; algumas com mais fácil paralelismo com a realidade imediata da criança, outras mais exigentes do ponto de vista da produção de sentidos. Torna-se extremamente enriquecedor, ainda, quando a criança pode tanto conhecer, por meio da ficção, uma realidade completamente diferente da sua, mas pode, também, ler a obra de um autor de sua cidade ou sua região.

Feitas essas advertências, na expectativa de indicar obras que mais explicitamente introduzam questões atinentes à vida democrática em sociedade, subdividimos dois blocos: o primeiro, com obras mais informativas (e, talvez, menos literárias/ficcionais); o segundo, com obras menos informativas e mais propriamente literárias/ficcionais. É preciso deixar bem claro que as escolhas foram feitas atendendo a uma mescla de gosto pessoal e de diferentes possibilidades formativas. E que não se espera, com essas sugestões, constituir um cânone, um rol de leituras obrigatórias – nada disso! É apenas uma sugestão momentânea para quem não tem muito ideia de por onde poderia começar.

Uma primeira indicação é a coleção “Livros para o amanhã” (volumes 1 a 4), da editora Boitatá (selo infantil da Boitempo Editorial). Cada volume é temático e se dedica, respectivamente, a explicar às crianças o que seria(m) democracia, ditadura, classes sociais e homens e mulheres. São livros traduzidos do espanhol e ricamente ilustrados por quatro artistas diferentes.

Já a obra escrita por Rosemary McCarney e publicada no Brasil pela editora Melhoramentos sob o título de “Onde vou morar?: a vida de uma criança refugiada” compõe bem, com as demais já citadas, um painel de temas difíceis... as ideias de pátria, de guerra, de sem-teto são bastante pesadas e exigentes, mas fazem parte do corpo de conhecimentos e questões humanas que precisam constituir o repertório a

ser apropriado pelas crianças, na tentativa de compreender e transformar o mundo em que existem com os outros.

Uma outra indicação é a adaptação da “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, feita por Ruth Rocha e por Otavio Roth. Existem pelo menos duas diferentes edições: uma da Quinteto Editorial e uma da editora Salamandra. Na mesma linha, há uma série de obras que discutem direitos; uma delas, publicada pela editora Cortez, de autoria de Fabiano Piúba e Rafael Limaverde, é a que discute os direitos das crianças como leitores: “Toda criança tem o direito de ler o mundo”.

Três outras obras fundamentais – por apresentarem às crianças, respectivamente, a noção de dinheiro, alguns rudimentos de uma consistente teoria sobre o sistema econômico-social em que vivemos e, enfim, a biografia bastante humanizada do principal pensador responsável por essa teoria – são: “O deus dinheiro” (texto adaptado de Karl Marx e ilustrações de Maguma); “O capital para crianças” (texto de Joan Riera e ilustrações de Liliana Fortuny); e “Marx” (de Corinne Maier e Anne Simon). São obras publicadas pela editora Boitatá e pela editora Barricada.

Do ponto de vista da introdução do modo de pensar filosófico, uma boa sugestão é a obra “Uma janela para a filosofia”, de Maurício Abdalla e Mari Ines Piekas, publicada pela editora Paulus. Especificamente quanto às questões éticas, uma boa sugestão talvez seja a caixa “Mundo cruel: filosofia visual para crianças”, de Ellen Duthie e Daniela Mortagón, também publicada pela editora Boitatá.

Agora, adentrando às obras de perfil mais propriamente literário/ficcional, poderíamos indicar seguintes obras:

- a) “A mulher que matou os peixes” (de Clarice Lispector e vários diferentes ilustradores, em diferentes edições) – por relativizar a ideia direta e linear de crime

e castigo, por abalar as certezas inerentes a uma lógica esquemática de mundo, por instigar nas crianças um olhar crítico e desconfiado.

- b) “Bisa Bia, Bisa Bel” (de Ana Maria Machado e diferentes ilustradores, em diferentes edições) – por entrelaçar diferentes temporalidades, por discutir questões de gênero delicadas e profundas, por evidenciar as mudanças relacionadas ao papel das mulheres na construção da sociedade brasileira, por tangenciar os efeitos dos regimes autoritários sobre as vidas particulares das pessoas.
- c) “Chapeuzinho amarelo” (de Chico Buarque e Ziraldo) – por trabalhar as questões do medo, por legar autoconfiança às crianças, por fazer crer que muitas vezes nossos limites diante das coisas que julgamos intransponíveis são uma questão de perspectiva, por se apropriar e reinventar uma história tradicional que tanto atrai e seduz as crianças (no caso, a história da Chapeuzinho Vermelho).
- d) “Decifrando Ângelo” (de Luís Dill) – por problematizar a violência, o bullying e a indiferença social em relação ao sofrimento particular; por provocar à reflexão sobre o que acontece nas quatro paredes da escola; por demonstrar formalmente que uma história só está completa com muitas versões do mesmo fato.
- e) “No cangote do saci: lendas do Brasil” (de Maria Amélia Dalvi e Daniel Kondo) – por possibilitarem às crianças, por meio da cultura popular de seu próprio país, recriada poeticamente, lidar com os grandes traumas da constituição de seu povo, em diferentes realidades geográficas.

- f) “Onde tem bruxa tem fada...” (de Bartolomeu Campos de Queiroz) – por valorizar a capacidade de imaginar e fantasiar, por questionar o consumismo, por questionar as convenções impostas pelo progresso, por valorizar o amor e a liberdade.
- g) “O reizinho mandão” (de Ruth Rocha e Walter Ono) – por discutir justiça, legalidade, organização popular, opressão, democracia, governo.
- h) “Um sonho no caroço do abacate” (de Moacyr Scliar) – por abordar temas como amizade, preconceito, religião, cor da pele, migração, intolerância.

Referências

- ARIÈS, Phillipe. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.
- ASSUMPÇÃO, Mariana de Cássia; DUARTE, Newton. A arte e o ensino de literatura na educação escolar. In: *Revista Contexto* (Vitória), n. 27, jan.-jun. 2015, p. 238-258. Disponível em: < <http://periodicos.ufes.br/contexto/article/view/10422/7354> >. Acesso em: 23 ago. 2018.
- DALVI, Maria Amélia. Políticas públicas para educação literária: nem públicas, nem literárias?. In: BRANDILEONE, Ana Paula Franco Nobile; OLIVEIRA, Vanderléia da Silva. *Literatura na escola: contextos e práticas em sala de aula*. Campinas: Pontes, 2018, p. 23-38.
- FERREIRA, Daiani Francis Fernandes. *Literatura infantil e pensamento crítico: um estudo sobre contos maravilhosos em livros didáticos da década de 1950 à contemporaneidade*. 2018. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.
- GOMES, Juliana Pereira Rageteles. *Democracia e educação escolar: uma análise*

- à luz da Pedagogia Histórico-Crítica*. 2018. S.f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.
- MARTINS, Lígia Márcia. *O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica*. Campinas: Autores Associados, 2013.
- NAMURA, Maria Regina. *O aporte da estética na categoria sentido no pensamento de Vygotsky*. Disponível em: < <http://www.ip.usp.br/laboratorios/lapa/versaoportugues/2c15a.pdf> >. Acesso em: 23 ago. 2018.
- SOUZA, Ana Lúcia Silva et al. *A ideologia do movimento escola sem partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, 2016.
- STEARNS, Peter. *A infância*. Trad. Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2006.
- VIGOTSKI, Lev. *Psicologia da arte*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- VOLOCHÍNOV, Valentin. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. Sheila Grillo; Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.
- ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. 11. ed. revista, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Global, 2003.



O GOLPE DE 2016 NA VOZ E NOS VERSOS DOS POETAS

WILBERTH SALGUEIRO

Literatura

wilberthcfs@gmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 31 de agosto de 2016, depois de um agônico e kafkiano processo político travestido de legalidade, consumado o golpe, Dilma Rousseff leu seu discurso de despedida, reservando as últimas palavras para citar conhecidos versos do poeta russo Vladimir Maiakovski: “O mar da história / é agitado. / As ameaças / e as guerras / havemos de atravessá-las, / rompê-las ao meio, / cortando-as / como uma quilha corta / as ondas” (1987, p. 185). Desde que a encenação do *impeachment* teve início, e de forma crescente, um sem-número de intelectuais, militantes, cidadãos, artistas se manifestaram contra aquilo que já se antevia catastrófico, e que a continuidade do golpe, em curso, veio a confirmar: um governo antipopular, privatista, truculento, conservador, daninho, misógino, retrógrado, careta.

A resistência ao golpe continuou em várias frentes, entre as quais a resistência em forma de poemas. Por meio, sobretudo da internet (mas também em livros, jornais, eventos, performances e outros meios), muitos e muitos poetas, cen-

tenas mesmo, se dispuseram a compor obras falando do golpe, evidentemente contra o golpe⁴⁴.

A ideia básica aqui é mostrar um painel dessas manifestações poéticas antigolpistas, comentar brevemente algumas delas e finalizar com uma análise um pouco mais detida do poema “Registro”, de Ricardo Silvestrin. Antes, contudo, vale sintetizar, tratando-se esta de uma coletânea com um caráter amplamente transdisciplinar, algumas considerações que podem nos auxiliar a todos na leitura dos poemas que virão:

1. O poema não é um ensaio de sociologia, ou filosofia, política, economia etc.

2. O poema é um artefato estético, carregado de ideologia (e, portanto, de saberes de sociologia, filosofia, política, economia etc.).

3. O poema expressa, sim, o pensamento/sentimento do sujeito que o elabora (sujeito que, por sua vez, re-apresenta partes do mundo social em que vive).

4. O valor estético de um poema não é um dado absoluto, invariável, consensual. É um dado que se modifica, se transforma expressivamente ao longo da história e depende, entre tantos aspectos, da perspectiva teórica do leitor/avaliador/crítico, assim como de seu repertório.

5. Um poema engajado não se confunde com “poema ruim”, como se todo entendimento de poesia/arte devesse se pautar pela ideia kantiana de “finalidade sem fim”.

6. Um poema engajado parte, sim, de uma ideia prévia, e quer comunicar algo, mas sua elaboração formal vai lançar mão de múltiplas técnicas (ou de técnicas semelhantes às de um poema não-engajado).

7. As dezenas de poemas sobre/contra o golpe exemplificam, exatamente, a diversidade de soluções formais que, por sua vez, correspondem às possibilidades de expressão de cada sujeito.

⁴⁴ Não encontrei nenhum poema sequer a favor do golpe, embora tenha havido, ainda que em bem menor número, artistas e poetas simpatizantes ao golpe – mas, ao que parece, não quiseram expor publicamente em poemas tal adesão.

8. A análise pormenorizada de cada poema deve/pode evidenciar, a partir de sua própria forma, as complexas relações que ele mantém com o contexto histórico do qual surge (e contra o qual se insurge).

Essa última consideração nos remete diretamente ao ensaio “Palestra sobre lírica e sociedade”, de Theodor Adorno, quando diz:

A referência ao social não deve levar para fora da obra de arte, mas sim levar mais fundo para dentro dela [...]. O teor de um poema não é a mera expressão de emoções e experiências individuais. Pelo contrário, estas só se tornam artísticas quando, justamente em virtude da especificação que adquirem ao ganhar forma estética, conquistam a sua participação no universal. (ADORNO, 2003, p. 66)

O filósofo alemão aponta que é na forma mesma da arte, do poema, que a história há de se incrustar, como um pó gruda nas coisas, e não meramente na referência cosmética a algum fato acontecido. A análise formal do poema poderá dar visibilidade a esse pó das coisas.

Passemos aos poemas.

ALGUMAS MANIFESTAÇÕES POÉTICAS SOBRE/CONTRA O GOLPE

I. NO FACEBOOK

Há uma página no Facebook, “Poemas contra o Golpe”⁴⁵, que reúne 27 poetas⁴⁶ e 29 poemas. Destes, destaco e comento rapidamente três deles:

⁴⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/poemascontraogolpe/>. Acesso em: 19 jul. 2018.

⁴⁶ Os poetas são: Denise Ramiro, Vitor Miranda, Jé Oliveira, Clarissa Camargo, André Nogueira, Heron Coelho, Vilalba, Sergio Viralobos, Rangel Egídio, Pietro Santurbano, Marcelino Freire, Marcus Groza, Samuel Luís Borges, Jeff Vasques, Vinícius Costa, Chacal, Izabel Marson, Jones Diones Yones Eunes, Julia Bicalho Mendes, João Alexandre, Nana Oliveira, Rodrigo Garcia Lopes, Daniel Perroni Ratto, Anna Paula Pedra, Ione Borges, Vinícius Lima, Camila Alvarez Djurovic.

[1]

sem dúvida
foi golpe
porque machucou
[PIETRO SANTURBANO]

O quase haicai de Santurbano vai direto ao ponto quando afirma que, sim, “foi golpe”, e não *impeachment* o que ocorreu. Mais do que mera terminologia de valor supostamente equivalente, dizer uma ou outra palavra corresponde a posições político-ideológicas bem distintas. A sagacidade do poeta foi utilizar o termo “golpe” também no sentido de “pancada, batida, contusão”, ou seja, algo corporal mesmo. Daí, o poema dá concretude ao golpe político, mostrando o quanto ele causou sofrimento objetivo, no corpo e no sentimento das pessoas.

[2]

ATÉ QUE O BRASIL SE REDILMA
até que o brasil se redilma
haja deus pra levantar a autoestima
desse povo expropriado

até que o brasil se redilma
haja novela e futebol
para dopar o brasileiro teleguiado

até que o brasil se redilma

até que o brasil se redilma
haja bomba e bala de borracha
para tirar os excluídos do front das ruas

até que o brasil se redilma
herdeiros neoliberais que salivam com o mercado

(e veem o outro como concorrente)
brocharão diante de suas “belas e recatadas”

até que o brasil se redilma

até que o brasil se redilma
veremos a canalhada no congresso abrir
o cofre e o cu para tio sam e cia

até que o brasil se redilma
teremos essa heroína duas vezes torturada
assombrando a vida de fascistas e golpistas

até que o brasil se redilma
[CHACAL]

O poema de Chacal (poeta dos mais conhecidos no cenário da poesia brasileira contemporânea, desde a poesia marginal dos anos 1970) funciona como uma espécie de mantra – “até que o Brasil se redilma” (repetido em 9 dos 22 versos) –, que há de se cumprir feito uma profecia de reparação. O poeta cria um neologismo, “redilma”, aglutinando o verbo “redimir” ao nome da presidente golpeada, “Dilma”. O poema faz um inventário de personagens envolvidos no golpe (políticos, neoliberais, governo dos EUA, fascistas etc.) e faz referência ao passado de Dilma, “duas vezes torturada”. Com o humor que caracteriza sua poética, Chacal fala de “belas e recatadas”, recuperando expressão que ganhou fama, a partir de reportagem da revista (golpista) *Veja* sobre a esposa do presidente (golpista) Michel Temer. Assim, chama a atenção para um aspecto dos mais relevantes do golpe: a misoginia explícita dos golpistas (que encontrou guarida em ampla parcela da população machista do país, incomodada com a liderança de uma mulher firme, não subalterna, autônoma – fugindo, portanto, do modelo bem comportado e subserviente que tal parcela masculina espera e procura impor às mulheres).

[3]

Tema Ferro
 Ofertar Me
 Mero Frate
 Te Reforma
 Taro Refem
 Toma Ferre
 Fare Morte
 After More
 Retro Fame
 Faro Treme
 E Tem Forra
 Temor Fera
 Fera Morte
 Terra Fome
 Meter Faro
 Frete Amor
 Remar Feto
 Mate Ferro
 Faro em Ter
 Forma Eter
 Rema forte
 Far Remote
 Fear Morte
 Frete o Mar
 Meta Ferro
 Fora Metre
 Fretaremo
 Frota em Re
 Rato Freme
 Frema Reto
 Teme Forra
 Eta Ferrom

Mare Forte
 Rato Refem
 Meter Fora
 Fora Temer
 [RODRIGO GARCIA LOPES]

Rodrigo Garcia Lopes consegue a proeza de inventar 36 anagramas perfeitos com as nove letras do bordão que tomou conta do país, desde o golpe, de maneira crescente e hoje quase consensual (considerando os 3% de aprovação que tem em pesquisas de opinião): “Fora Temer”. Entre as variações, muitas chamam a atenção e provocam riso, pois o efeito aciona de imediato, sentidos que, sabidos, vêm à tona exatamente por causa do anagrama: E Tem Forra, Terra Fome, Meta Ferro, Rato Freme, Rato Refem, Meter Fora etc. No contexto do golpe, cada uma dessas expressões gera uma leitura certamente vinculada ao mote central, Fora Temer: trata-se, portanto, de dialogar com o poema procurando entender aquilo que o anagrama no contexto insinua. Em “Rato Refem”, por exemplo, a imagem do vampiro (sendo mor/cego um rato cego) e mesmo a de um “bicho asqueroso” são associadas à figura do presidente golpista.

II. NA INTERNET

Na página “7 poemas em vídeo contra o Golpe”⁴⁷, em cinco deles, há performances todas muito instigantes, de Vinicius Borba, Lucas Afonso, Bárbara Esmenia, Jairo Pereira e Nêggo Tom; há um em que Renata Sorrah recita o poema “O poeta come amendoim”, de Mário de Andrade; e um sétimo vídeo, demasiadamente hilário, em que artistas leem de modo literal, mas interpretando com evidente conotação satírica,

⁴⁷ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/08/05/7-poemas-em-video-contra-o-golpe/>. Acesso em: 22 jul. 2018.

paródica, pernóstica, alguns poemas do poetastro Michel Temer⁴⁸.

Entre as cinco performances, indico, em especial, a de Bárbara Esmênia, que articula o golpe presente a uma herança de golpes no povo, sobretudo no povo negro, golpeado desde a escravidão. Vale conferir.

III. EM LIVRO – UMA ANTOLOGIA

Em 2017, com prefácio de Márcia Tiburi e orelha da própria presidente Dilma, vem a lume o livro *Golpe Antologia-Manifesto*, com a presença de 120 artistas⁴⁹, entre os quais 65 poetas (há também charges, depoimentos, contos, crônicas). O livro todo é um documento histórico de suma importância, trazendo, em seu conjunto, problematizações de toda ordem, mas que convergem num ponto comum que é a vontade de resistência. Alfredo Bosi pondera que resistência é

Momento negativo de um processo dialético no qual o sujeito, em vez de reproduzir mecanicamente o esquema das interações onde se insere, dá um salto para uma posição de distância e, deste ângulo, se vê a si mesmo e reconhece e põe em crise os laços apertados que o prendem à teia das instituições. (BOSI, 2002, p. 134)

⁴⁸ João Adolfo Hansen, um dos mais prestigiados professores e críticos de Literatura do país, fez uma análise de *Anônima intimidade*, poemas de Michel Temer (disponível em: <https://issuu.com/revistajornalismoecidadania/docs/n5jec>; acesso em: 25 jul. 2018). O professor mostra a inoperância e fragilidade dos versos do presidente (golpista). Às tantas, diz: “Não só traidores da pátria, não só traidores de amigos, não só traidores de companheiros de viagem estão no Inferno. Também traidores da linguagem. Os criminosos da linguagem. Pois, leitor, aqui a obra é o homem, fundidos ambos naquele gelo eterno da falta do bem da forma”.

⁴⁹ Entre os 120 escritores e artistas, destaco alguns nomes: Ana Elisa Ribeiro, André Dahmer, André Vallias, Annita Costa Malufe, Bruna Beber, Bruno Zeni, Claudio Daniel, Dirceu Villa, Eduardo Lacerda, Elvira Vigna, Frederico Barbosa, Gregório Duvivier, Heitor Ferraz, João Paulo Cuenca, Julián Fuks, Laerte, Luiz Ruffato, Luiza Romão, Manoel Herzog, Marcelino Freire, Márcia Denser, Marcia Tiburi, Marcos Siscar, Mei Oliveira, Micheliny Verunschik, Nicolas Behr, Noemi Jaffe, Pádua Fernandes, Paulo Ferraz, Pedro Tierra, Reynaldo Damazio, Ricardo Lisias, Ronaldo Bressane, Tarso de Melo, Tatiana Salem Levy, Veronica Stigger.

Noutras palavras, resistir é refletir – refletir incessantemente sobre tudo o que nos constitui como sujeitos. Desse modo, resistir é preciso.

Escolho, entre tantos poemas excelentes, três para breves comentários:

[4]

O Dezesseis
Os golpes são vários,
sórdidos, diários.
Cochichos, calúnias,
conchavos, difamação.
O estado é de denúncia:
vazias, premiadas,
denúncias em promoção.

Os golpes são muitos,
rápidos, injustos.
Desprezo, patíbulo,
cadafalso, demissão.
O estado é de alerta:
todo cuidado, pouco
cada vizinho, um espião.

Os golpes são tantos
ávidos, espantos.
Desamor, desacordo,
divórcio, derrisão.
O estado é desespero:
todo grito é mudo
todo gesto, uma ilusão.

São vários, muitos, tantos,
mas o mais sórdido,
rápido, ávido,
é o golpe de estado.
[Frederico Barbosa]

O poema de Frederico Barbosa explora vários sentidos para a palavra e o conceito “golpe” (“Os golpes são vários, / sórdidos, diários”) para finalizar com a conclusão de que “o mais sórdido, / rápido, ávido, / é o golpe de estado”, sinalizando para o estado de exceção que configura todo golpe de estado. A sequência dos três adjetivos proparoxítonos – “sórdido, / rápido, ávido” – insinua a força maquiavélica de quem toma o poder à força, por meio de conchavos e traições.

Com humor crítico, Micheline Verunschik recupera zombeteiramente a figura do pato da Fiesp e dos manifestoches que aderiram, como bonecos, aos chamamentos golpistas de empresários articulados em torno da poderosa Federação das Indústrias paulista:

[5]

Patópolis é aqui
nosso deus está lá
na porta do templo
amarelo e inchado
de nosso orgulho

Patópolis é aqui
mergulho em apneia
entre as moedas
que escondemos
avaramente

Patópolis é aqui
nossas BMW
nossas vacinas
contra o mundo
as bundas brancas
rebolantes
de Pato Donald
o Trump
nosso ídolo, nosso totem

quá quá quá

Patópolis é aqui
as crianças mortas
sobre a mesa
nosso ódio
o antigo ódio
colonial

venham Huguinho, Zezinho, Luizinho
vamos render graças ao velho tio

quá quá quá

No poema, Verunschik interpreta o pato da Fiesp como uma espécie de versão dos patinhos da HQ (Tio Patinhas, Donald, Huguinho, Zezinho, Luizinho). Mas agora “Patópolis é aqui”, com os patinhos brasileiros acreditando nos empresários que os exploram. Mais uma vez, é apontada a presença dos EUA como partícipe do golpe, com a aproximação onomástica entre “Pato Donald” e “Donald Trump”, presidente conservador e retrógrado, à maneira do golpista Temer. O “velho tio” se refere literalmente ao milionário personagem Tio Patinhas, mas, claro, o sentido se estende ao império de Tio Sam, símbolo agressivo de poder, desde o dedo em riste da famosa figura. Pairando sobre o poema, subentendemos a expressão “cair como um patinho”, que o dicionário traduz com precisão como “deixar-se lograr muito ingenuamente” (Houaiss). Quando trabalhadores aderem, ingenuamente, à perspectiva do patrão, é que se confirma o alcance da força persuasiva dos meios de comunicação e da indústria cultural, que agem no sentido de esvaziar a potência crítica do cidadão, tornando-os dóceis, domesticados, conformados, convencidos da interpretação da realidade que tais mídias massivamente proliferam.

[6]

UM PAÍS A TEMER
 Presidência Salvo-Conduto
 Vice-Presidência Roleta-Russa
 Ministério do Planejamento de Fuga
 Ministério da Defesa Criminal
 Ministério da Intransparência
 Ministério da Desfazenda e Antiprevidência
 Ministério da Deseducação
 Ministério da Saúde para Quem Pagar
 Ministério da Agricultura Gourmet
 Miniministério da Cultura
 Ministério do Trabalho Precário
 Ministério das Submissões Exteriores
 [Tarso de Melo]

Embora com humor, Tarso de Melo apresenta um quadro bastante melancólico do país sob a gestão do novo presidente (golpista), que traz no próprio nome, como evidência da tragédia que alegoriza, um nome que, lido como se verbo fosse, explicita o sentimento de uma nação: “temer”, cuja primeira acepção registra “sentir medo ou temor de; recear”. A composição de seu ministério (contrastando intensamente com a diversidade do ministério de Dilma Rousseff), desde a formação inicial até as substituições seguintes, mostra bem a cara de seu governo (golpista): homens brancos, velhos, ricos, empresários, políticos da velha guarda, que bem exemplificam o tipo de grupo que passa a administrar o país. Os trocadilhos revelam a face “verdadeira” dos órgãos, como os ministérios da Intransparência, da Deseducação, da Saúde para Quem Pagar e o das Submissões Exteriores – este, mostrando a relação de subserviência que o governo não-legítimo passa a exercer, a partir de orientações estadunidenses, abandonando o movimento que se vinha fazendo, com Lula e Dilma, em direção ao fortalecimento de um bloco latino-americano.

A *Antologia Golpe-Manifesto*, com 408 páginas⁵⁰, como diz o texto de Dilma Rousseff, é “uma arma e um extraordinário alento”, uma respiração necessária em tempos de ar rarefeito.

IV. EM LIVRO (AUTORAL)

Muito curioso é o livro *Sessão* (2017)⁵¹, de Roy David Frankel. O poeta consultou as notas taquigráficas da patética (e golpista) sessão de 17 de abril de 2016, da Câmara dos Deputados, televisionada e com grande audiência, e delas extraiu trechos. Transformou-os – a partir de cortes e elipses – em poemas que dão a ver, escancaradamente, a hipocrisia, a desfaçatez, a falta de escrúpulos dos discursos daqueles parlamentares. No ótimo posfácio, Eduardo Coelho assinala que “A força do poema *Sessão* parece concentrada, portanto, nestes dois gestos: o que se apropria dessas declarações de voto e o que busca manipular formalmente o seu conteúdo” (COELHO, *apud* FRANKEL, 2017, p. 243). Três trechos-poemas:

[7]

[14:00]

A lista de presença registra

na Casa

o comparecimento de

265

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção
 de Deus e em nome
 do povo
 brasileiro
 iniciamos nossos trabalhos.

50 Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/7r8ei6tmnmzkgcq/GOLPE%20antologia%20manifesto.pdf?dl=0> Acesso em: 12 jul. 2018.

51 Disponível em: <http://www.lunaparque.com.br/single-post/2017/10/18/Download-gratuito-do-livro-Sess%C3%A3o-de-Roy-David-Frankel>. Acesso em: 12 jul. 2018.

A história,
senhores,
não esquecerá
a escolha de cada um.

É chegada a hora de decidir:
que
Brasil
os
brasileiros
que estão lá fora
merecem?

Vote consciente.
Vote naquilo que
a sua
consciência
mandar.
Se achar e entender
que deve votar
de um jeito,
vote; se não,
vote de outro.
Amanhã,
estaremos aqui.

A pretexto de estarem julgando/votando um relatório, os políticos se locupletaram do momento de baixa popularidade da presidente e, mancomunados, fizeram da sessão um comício retórico, vulgar, farsesco, interesseiro, em que a referência a Deus, à Família e aos “bons costumes” prevaleceram. Muitos deles foram, e vêm sendo, banidos da política exatamente por condutas de corrupção. A apropriação da palavra alheia na poesia brasileira tem um marco fundamental, que foi o uso que Oswald de Andrade fez da Carta de Pero Vaz de Caminha. Séculos depois, e evidentemente noutro contexto, Frankel mostra como a “mesma” palavra quando passa de um registro ou gênero a outro vê seu sentido ressignificado,

reiluminado. Tanto quanto a intervenção do poeta no discurso original, a intervenção crítica do leitor é necessária, sem o que a força paródica do poema-livro se perderia.

V. PÁGINA NA INTERNET – POEMA

Foi num blog⁵² que encontrei um dos poemas mais interessantes acerca do golpe, de Ricardo Silvestrin. Para encerrar essa amostragem de poemas sobre o Golpe, vou-me dedicar um pouco mais no comentário a essa obra⁵³:

[8]
REGISTRO
No golpe de dezesseis,
não havia generais
como houve
da outra vez.

Era guerra
fantasiada de paz,
jagunços com togas,
congressistas fascistas,
democratas ditatoriais,
jornalistas ficcionistas,

todos, sem exceção,
no estado de exceção
recitando, em jogral,
a redação do juízo final

ou o samba desenredo
de um tétrico carnaval.

O poema “Registro”, de Ricardo Silvestrin, faz parte (para retomar o poema de Maiakovski) dessa onda, digo, dessa qui-

⁵² Disponível em: <http://partidodoritmo.blogspot.com/2016/09/mais-um-poema-sobre-o-golpe-de-estado.html> Acesso em: 18 jul. 2018.

⁵³ Com modificações, a análise do poema “Registro” saiu no jornal *Rascunho* n. 218, de junho/2018.

lha que corta as ondas, atravessando o mar agitado que quer nos afogar. O poema deixa claro, desde o primeiro verso, sua (o)posição: “No golpe de dezesseis” – pois já se constituiu uma objetiva diferença ideológica e epistêmica entre os que dizem “golpe” e os que dizem “*impeachment*”. A ameaça do governo de censurar a realização de um curso universitário na Universidade de Brasília em cujo título se estampava o termo “golpe” prova não só o autoritarismo, mas a insegurança e fragilidade de seus dirigentes. Tal ameaça (espantosamente vinda do então ministro da Educação) ignora a autonomia da instituição pública de ensino superior. O poema não só se posiciona criticamente desde o primeiro verso, mas compara o atual golpe de 2016 com o golpe anterior, de 1964, quando militares (“generais”), com apoio de segmentos civis e do governo estadunidense, depuseram o presidente João Goulart. Lá e aqui, com distintas intensidades, um discurso nacionalista é acionado para combater supostas “ameaças vermelhas”, ou, na verdade, combater políticas que – entre erros e acertos – desejam diminuir a brutal desigualdade econômica entre as pessoas, redesenhando a pirâmide social.

Se a primeira estrofe relaciona sem temor ou hesitação o golpe de agora e o de outrora, a segunda mantém o tom incisivo e afirma se tratar de uma “guerra”, mas uma “guerra / fantasiada de paz”, encenação em cujo palco desfilam atores mancomunados com o mesmo bizarro espetáculo (cujo ápice se deu com a transmissão televisiva da votação na Câmara, quando políticos em palanque invocaram Deus e Família, e mesmo um se deu ao desplante – jamais punido – de homenagear um torturador da presidenta): “jagunços com togas, / congressistas fascistas, / democratas ditatoriais, / jornalistas ficcionistas”. Nesse suspeito bando, o olhar agudo do poeta percebe as contradições flagrantes: a toga (metonímia do poder de julgar) veste jagunços é provavelmente uma alusão a certo ministro fazendeiro do Supremo, que decidiria como se a mando de políticos ou coronéis ou como se coronel fosse; se o congressista, supostamente, representa o povo, cujo voto o elegeu, o comportamento despótico e autoritário (“fascista”)

entra em choque frontal com sua função de servir ao público; de modo semelhante, “democratas ditatoriais” é um sintagma que, em tese, nega a si mesmo, haja vista o caráter antitético dos termos; o arremate da estrofe traz a expressão “jornalistas ficcionistas”, que põe abaixo toda ilusão de isenção do profissional da informação, assim como põe a nu a aliança entre Estado e Mídia quando interesses em comum estão em jogo: noutras palavras, a expressão insinua que jornalistas, no contexto do golpe, em vez de informarem, mentiam – pois que mentir às escâncaras é o estatuto mesmo da ficção. Não à toa, a verve de Verissimo disparou: “Às vezes, a única coisa verdadeira num jornal é a data” (2016, p. 75).

Em tal bando, “todos” – diz a terceira estância – se prestam ao mesmo exercício da pantomima diversionista do jogral (vocábulo a que não escapa certa acepção depreciativa: “vagabundo, indivíduo de má vida, em quem não se pode confiar”, no *Dicionário Houaiss*), a serviço, sem exceção, do estado de exceção. Aqui, não há como não recordar a célebre tese VIII, de “Sobre o conceito de história”, de Walter Benjamin:

A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. (BENJAMIN, 1994, p. 226)

O verdadeiro estado de exceção seria a plena justiça social, o que – mesmo utopicamente – incluiria a felicidade e a dignidade humana em seu mais alto grau.

Esses jograis, todavia, em vez de divertirem a plateia com sua arte, estão a redigir o “juízo final”, isto é, o golpe ganha uma dimensão metaforicamente apocalíptica, que se atualiza na ruptura da ordem cotidiana com a feitura de um

“samba desenredo”, que, sendo um enredo avesso ao esperado “samba-enredo”, só pode produzir – no lugar de um alegre – um “tétrico carnaval”: um fúnebre, soturno, vampiresco “descarnaval”. Assim, quando o poema se intitula “Registro”, é que ele quer incorporar traços da história, sendo memória e testemunho de seu tempo.

O impacto do golpe foi tão forte que, além de Silvestrin, muitíssimos outros poetas, Brasil afora, se dispuseram a elaborar, em versos, o acontecido. Sendo recente o revés político, apenas poucos poemas já receberam o formato impresso de livro, como o originalíssimo *Sessão*, de Roy David Frankel (2017). A maioria absoluta – feito este de Silvestrin – se dá a ver, ler e ouvir nas redes sociais, em especial no Facebook, onde há, inclusive, uma página chamada “Poemas contra o golpe”, com a participação de dezenas de poetas, entre os quais figuras conhecidas como Marcelino Freire, Chacal e Rodrigo Garcia Lopes. Ademais, ainda na internet, há outros registros de performances (Bárbara Esmênia, Nêggo Tom) e muitos outros poemas (Alberto Pucheu: “O golpe”, 2017; Líria Porto: “Sem crime de responsabilidade”, 2018), além do excelente artigo “Poesia e golpe no Brasil, 1964 e 2016”, de Pádua Fernandes (2018), que se dedica à questão.

Ricardo Silvestrin é um dos melhores poetas em ação no painel da poesia contemporânea brasileira. Despojado, crítico, engraçado, versátil, tem livros e poemas de calibre e quilate raros. Em *Bashô um santo em mim* (1988), traz uma pérola que alimenta uma aula inteira de literatura, história, filosofia e teoria: “oswald / pôs o pau / brasil pra fora” (SILVESTLIN, 1988, p. 49). (A poesia de exportação do irreverente modernista se realiza, em dicção pornocômica, na forma de poema-piada, travestida de haikai: Oswald, Bashô e Silvestrin se misturam.)

O poema “Registro” de Ricardo Silvestrin, em seus versos aparentemente simples, com intencional predominância do serpenteante fonema /s/ espalhado pelos muitos plurais (mas não só), parece reverberar uma reflexão de Adorno no aforismo 71, “Pseudômenos”, de *Minima moralia*: “Só a

mentira absoluta tem ainda a liberdade para dizer de qualquer modo a verdade. (...) As mentiras têm pernas compridas: adiantam-se ao tempo” (ADORNO, 2001, p. 101). Quem não quis (ou não pôde) ver a mentira do golpe à época é porque já estava atrasado. O golpe baixo da política recebe o golpe de mestre da poesia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se certo senso comum entende que poetas são seres etéreos, lunáticos, alienados, românticos, omissos, desprovidos de atitudes práticas e sem posicionamento político crítico, todo esse movimento de resistência ao golpe jurídico-midiático-parlamentar vem provar exatamente o contrário. Se há poetas de tal estirpe, há estes todos aqui (e muitos outros mais) que pensam, se revoltam, enfrentam, esbravejam, fazem arte reflexiva, vão à luta. Seja em performances, em comícios, na rádio, no livro, na internet, os poetas dão o que têm para combater injustiças, desigualdades, traições, golpes: a palavra.

Esse espírito combativo da poesia foi o que Marcia Tiburi privilegiou em seu prefácio ao livro *Golpe Antologia-Manifesto*: “Não há poesia onde há golpe. A poesia não conversa com o golpe, a poesia não concorda, a poesia não sucumbe. A poesia não se perde, não se entrega, não se impõe, não entra em trabalho de parto pelo golpe. Não dá a mão em cumprimento amigável com o golpe. (...) Não existe poesia depois do golpe. O que existe é a poesia contra o golpe. O golpe surge, a poesia se insurge. A poesia contra o golpe é o cuspe, a pedrada, o soco, o pontapé, o pneu em chamas, as vias impedidas, a greve geral” (TIBURI, 2017, p. 9). Espírito combativo que se encontra também lá nos versos de Maiakovski, com os quais Dilma Rousseff encerrou seu discurso, consumado o golpe.

O Golpe continua a todo vapor.

Escrevo em agosto de 2018, dois anos após. Faltam dois meses para as eleições presidenciais de outubro.

Lula, preso, disparado nas pesquisas, está impedido de concorrer.

A extrema-direita avança, com o clima que o Golpe provocou.

De lá para cá, o governo golpista tem, dia a dia, desmantelado o Estado, privatizado tudo o que pode (as universidades públicas estão cada vez mais no horizonte desse movimento de privatização, por parte de políticos privatistas, que querem deixar o mercado regular a vida social), e aprovado medidas contra os trabalhadores e os menos favorecidos.

O que pode um poema contra todo o mal do mundo? Pouco, nada ou quase nada. Poema não reduz o desemprego, nem manipula os índices da inflação, tampouco faz reforma agrária ou mata a fome das pessoas precisadas. Quem me dera poemas dessem tetos a sem-teto, distribuíssem renda, paz, vacina, alegria, coragem e justiça. Poemas, com suas palavras, podem fazer isso que já fizeram: nos pôr a pensar nos males e problemas do mundo. Isso podem os poemas.

Assim, com o mar agitado à frente, vamos atravessando: “O que eu vi, sempre, é que toda ação principia mesmo é por uma palavra pensada. Palavra pegante, dada ou guardada, que vai rompendo rumo” (ROSA, 1986, p. 213). A poesia resiste, sim, e a seu modo vai rompendo rumo, vai rompendo as ondas.

Referências

- ADORNO, Theodor. *Minima moralia*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2001.
- _____. Palestra sobre lírica e sociedade. *Notas de literatura I*. Trad. Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003, p. 65-89.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-234.
- BOSI, Alfredo. Narrativa e resistência. *Literatura e resistência*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 118-135.

COELHO, Eduardo. Prefácio. FRANKEL, Roy David. *Sessão*. São Paulo: Luna Parque Edições, 2017, p. 237-244.

FERNANDES, Pádua. Poesia e golpe no Brasil, 1964 e 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/36577059/Poesia_e_golpe_no_Brasil_1964_e_2016. Acesso em: 10 jun. 2018.

FRANKEL, Roy David. *Sessão*. São Paulo: Luna Parque Edições, 2017. [Disponível em: <http://www.lunaparque.com.br/single-post/2017/10/18/Download-gratuito-do-livro-Sess%C3%A3o-de-Roy-David-Frankel>. Acesso em: 12 maio 2018.]

GOLPE ANTOLOGIA-MANIFESTO. Rüsch, Ana; Kinzo, Carla; Aquino, Lilian; Prates, Lubi; Marion, Steffani (Orgs.). São Paulo: Editorial Nosostros, 2017. Prefácio de Márcia Tiburi. Orelha de Dilma Rousseff. [Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/7r8ei6tmnmzkcg/GOLPE%20antologia%20manifesto.pdf?dl=0>. Acesso em: 10 maio 2018.]

HANSEN, João Adolfo. Análise de *Anônima Intimidade* de Michel Temer. Disponível em: <https://issuu.com/revistajornalismoecidadania/docs/n5jec>. Acesso em: 25 jul. 2018.

MAIAKÓVSKI, Vladimir. *Maiakóvski*: antologia poética. Trad. Carrera Guerra. São Paulo: Max Limonad, 1987, p. 185.

POEMAS CONTRA O GOLPE. Disponível em: <https://www.facebook.com/poemascontraogolpe/>. Acesso em: 12 mar. 2018.

PORTO, LÍRIA. 20 poemas de resistência. Disponível em: <http://www.suplementopernambuco.com.br/edi%C3%A7%C3%B5es-antiores/93-especial/1596-20-poemas-de-resist%C3%Aancia.html>. Acesso em: 20 jul. 2018.

PUCHEU, Alberto. *Para que poetas em tempos de terrorismos?*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2017.

ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 21. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SETE POEMAS EM VÍDEO CONTRA O GOLPE. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/08/05/7-poemas-em-video-contrao-golpe/>. Acesso em: 12 mar. 2018.

SILVESTRIN, Ricardo. *Bashô um santo em mim*. Porto Alegre: Tchê!, 1988.

SILVESTRIN, Ricardo. Registro. Disponível em: <http://partidodoritmo.blogspot.com/2016/09/mais-um-poema-sobre-o-golpe-de-estado.html> Acesso em: 18 jul. 2018.

TIBURI, Marcia. Prefácio. GOLPE ANTOLOGIA-MANIFESTO. Rüsche, Ana; Kinzo, Carla; Aquino, Lilian; Prates, Lubi; Marion, Steffani (Orgs.). São Paulo: Editorial Nosostros, 2017, p. 8-9.

VERISSIMO, Luis Fernando. *Ver!ssimas frases, reflexões e sacadas sobre quase tudo*. DUNLOP, Marcelo (Org.). Rio de Janeiro: Objetiva, 2016.



O CAMPO DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL E O PAPEL DA MÍDIA NO GOLPE DE 2016

DANIELA ZANETTI

Comunicação Social

daniela.zanetti@gmail.com

INTRODUÇÃO

A mídia brasileira exerceu papel fundamental durante todas as etapas do processo político que resultou no golpe de 2016. Sem a ação dos maiores grupos de comunicação do país – antes, durante e depois do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff – não seria possível efetivar uma narrativa legitimadora do golpe, que também foi responsável por introduzir, ampliar e sustentar a crença de que o Partido dos Trabalhadores (PT) “destruiu” o país. Neste capítulo, abordaremos alguns aspectos que evidenciam a articulação da chamada grande mídia tradicional com os demais agentes sociais que configuram as instâncias de poder responsáveis por empreender o golpe, destacando, de forma breve, algumas das principais narrativas midiáticas que também colaboraram para a criminalização do campo político e do pensamento de esquerda no Brasil.

Inicialmente, para compreender o lugar da mídia no golpe de 2016 é importante chamarmos a atenção para a nova conformação da esfera pública midiática na virada do século XXI no Brasil. Essa contextualização colabora para se com-

preender os fenômenos associados ao modo como a mídia hegemônica brasileira tem tratado os governos do Partido dos Trabalhadores desde 2003, quando Luiz Inacio Lula da Silva assume o cargo de presidente da República pela primeira vez. Neste caso, por extensão, além do PT e suas lideranças nacionais, outras entidades e segmentos sociais também passam a ter maior atenção da mídia, tais como outras organizações vinculadas a grupos progressistas, movimentos sociais e outros agentes sociais aliados a um ideal de esquerda.

O conceito de mídia aqui será tratado de modo mais genérico, muito embora esse termo possa representar um conjunto de dispositivos muito variados. A mídia é parte do que chamamos de campo comunicacional. O campo da comunicação neste artigo se refere ao conjunto de agentes (instituições, empresas, profissionais, etc.) dedicados à produção de conteúdo informativo, noticioso, publicitário, de entretenimento, ou seja, responsável pela produção de bens simbólicos, em especial empresas ou organizações jornalísticas em geral (públicas, privadas ou mesmo independentes), agências de notícias nacionais e internacionais, bem como assessorias de comunicação (que fazem a mediação entre empresas públicas, privadas e demais instituições e os jornalistas que atuam na mídia), e agências de publicidade (responsáveis por ocupar os espaços publicitários dos veículos de comunicação, e que constituem a principal fonte de recursos para essas empresas). O que compreendemos aqui como grande mídia é, portanto, um vasto conjunto de instituições que produzem informação de caráter jornalístico e noticioso, como jornais e revistas impressos e/ou *on line*, emissoras de TV e de rádio, e que tem maior alcance de audiência. A grande mídia no Brasil, em grande parte, é constituída por corporações privadas, proprietárias de grandes conglomerados de comunicação e informação, que em geral representam os interesses das classes dominantes e de uma “elite patrimonialista” (SOUZA, 2017), e que tenta ofuscar as tentativas de se estabelecer um debate mais igualitário na esfera da visibilidade pública, priorizando, em geral, seus interesses privados.

A VISIBILIDADE PÚBLICA NA ESFERA MIDIÁTICA: AGENTES E MEDIAÇÕES

A esfera pública é um conceito vinculado ao surgimento do Estado moderno. Duas instituições sociais desde sua origem estão associadas à ideia de esfera pública: o parlamento, que, em si, possui a função política da esfera pública concretizada e instituída, e a imprensa, que tem como função a publicização de temas de interesse público para uma ampla audiência. A imprensa, em seu início, assume funções ligadas aos interesses defensivos (em face do poder do Estado) das camadas burguesas. Surge com o objetivo de intermediar o raciocínio das pessoas privadas reunidas num espaço público, e de ser instrumento de construção e reunião de públicos, substituindo ou complementando os antigos cafés, salões, comunidades, etc. A imprensa sempre esteve associada à ideia de opinião pública, pois viria a se tornar instrumento de tomada e legitimação de decisões políticas. A ideia burguesa de esfera pública foi decisiva na constituição dos mecanismos da democracia moderna, ancorando-se no governo parlamentar, imprensa livre e liberdade de opinião. Desse modo, a opinião deveria vir a público sendo regida pela racionalidade, discursividade e acessibilidade, numa perspectiva idealizada. Contudo, para Habermas (2003), a esfera pública burguesa em sua forma inicial sofre uma degradação com o surgimento da comunicação de massa. Para ele, a vinculação à lógica dos *mass media* e da *mass culture* abre espaço para a manipulação, em lugar da crítica. A comunicação de massa tornar-se-ia, nesses moldes, ferramenta para a conquista do público por interesses privados, considerando que a visibilidade e a discussão de temas na esfera pública tenha o caráter de legitimação social.

O longo do século XX novas transformações no campo da comunicação afetaram ainda mais a conformação do que seria uma esfera pública na democracia. De uma comunicação massiva, passamos para uma cultura das mídias – resultando numa sociedade midiaticizada, imersa no contexto midiático.

co e já não mais independente dele. E, mais recentemente, incorporamos a cultura digital, que nos insere na sociedade em rede. Essa mudança de paradigma comunicacional não exauriu o poder midiático; pelo contrário, deu novo sentido à centralidade da mídia na sociedade. Para Gomes (2008), na contemporaneidade é a “visibilidade que ancora a discutibilidade na democracia” (2008, p. 162), constituindo uma esfera da visibilidade pública, pois a visibilidade pública tornou-se não somente um valor, mas um pré-requisito para que ocorram processos de discussão e deliberação pública. Essa visibilidade é hoje predominantemente proporcionada pela mídia, e podemos compreender o espaço midiático de visibilidade como sendo bastante heterogêneo, com uma complexidade de conteúdos que vai além dos diferentes tipos de jornalismo (GOMES, 2008). Inclui também materiais do campo do entretenimento e da publicidade, e até conteúdos originários das redes sociais, como os memes.

A mídia ocupa um lugar central nas sociedades contemporâneas, atravessando diferentes esferas da atividade humana, em especial a política, a partir do modo como constrói a realidade. Além disso, a política, em si, já não existe sem a mídia, e esta, por sua vez, também assume o lugar de um importante agente político (LIMA, 2004). “É através da mídia – em sua centralidade – que a política é construída simbolicamente, adquire um significado” (2004, p. 51).

Diferentemente da esfera pública que gerou as revoluções populares do século XVIII, há hoje uma sociedade civil que é cada vez mais fonte de demandas e pressões sobre a esfera política. A formação de um Estado burguês não significou a formação de uma comunidade política homogênea, em que todos os interesses são considerados. No Estado que se seguiu às grandes revoluções liberais, os burgueses assumem-se como classe social e outras cisões (a divisão de classes, por exemplo, na acepção de Marx) dividem o corpo social e influenciam a formação de estados em que apenas os interesses de uma parte da sociedade se fazem representar. O conjunto de instituições ou a sociedade civil organizada

constituem grupos de interesse (ou de “pressão”), organizações formais ou informais que se constituem para defender seus interesses junto ao poder público e à sociedade em geral. Os interesses são diversos e suas razões também. Empresas visam lucros e demandam melhores condições econômicas para atingir seus objetivos, enquanto coletivos de identidade reivindicam reconhecimento social. Organizações não governamentais normalmente representam os interesses de diferentes segmentos da sociedade civil organizada (mulheres, negros, ambientalistas, LGBT’s, pequenos agricultores, etc.), assim como diversas categorias profissionais também se organizam em torno de suas demandas. As empresas – públicas ou privadas – constituem fortes grupos de interesse junto à esfera pública, mas também necessitam se posicionar frente às demandas de outros segmentos sociais. O mesmo ocorre com o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, instâncias que já não podem mais funcionar sem dar visibilidade pública às suas atividades.

A relação entre a mídia e as organizações e instituições, a sociedade civil organizada e demais grupos de interesse pressupõe uma atuação permanente. Os grupos de interesse/pressão podem atuar: de modo não explícito, através do *lobby* e articulações políticas ou de modo explícito, na esfera pública, buscando adesão da opinião pública para seus interesses através da articulação discursiva em defesa de suas demandas (manifestações/protestos, manifestos, campanhas, etc). Todo o processo de “negociação” social passa hoje pela esfera da visibilidade midiática, que possibilita o debate público acerca dos interesses, necessidades e posicionamentos dos diferentes atores sociais e suas coletividades. Para tanto, lançam mão de estratégias de comunicação que objetivam a interlocução com a mídia, formadores de opinião, a comunidade em geral, parceiros e colaboradores, outros grupos de interesse. Essa interlocução é possibilitada, em grande parte, pelo trabalho das assessorias de comunicação/imprensa e de relações públicas, agentes responsáveis por fazer a mediação entre as instituições e os grupos de interesse e a mídia. Nesse

sentido, é importante salientar o papel central e “silencioso” realizado pelas chamadas assessorias de imprensa ou de comunicação. Uma parcela considerável do conteúdo noticioso ou informativo que circula na mídia – jornais, revistas, sites, rádio e TV – é pautada ou mediada por assessorias de comunicação, sejam públicas ou privadas. Tanto instituições e órgãos públicos (assembleias legislativas, câmaras de vereadores, prefeituras, governos estaduais e suas secretarias, instituições públicas em geral) quanto empresas privadas de médio ou grande porte possuem profissionais de comunicação ou mesmo empresas contratadas para fazerem a mediação com os veículos, jornalistas e formadores de opinião. Destaca-se que o setor das agências privadas de comunicação movimenta grandes somas de dinheiro, com contratos similares às agências de publicidade. Empresas como DSB Comunicação, In Press, CDN, Máquina Cohn & Wolfe, entre outras, são em geral desconhecidas do grande público, mas trabalham justamente fazendo essa “ponte” entre as instituições e a mídia, oferecendo uma cartela ampla de serviços de comunicação que visam construir uma imagem positiva de uma pessoa ou instituição na esfera da visibilidade pública. Quanto mais se puder investir financeiramente, mais condições terão indivíduos ou instituições de planejar e manter sua imagem junto à mídia, a partir de um trabalho intensivo de construção de imagem, o que favorece diretamente as grandes corporações e seus interesses, em detrimento, por exemplo, de questões sociais relativas às camadas mais pobres da população.

TRANSFORMAÇÕES DO CAMPO MIDIÁTICO NO BRASIL

Quando falamos então das grandes mídias tradicionais, estamos nos referindo às redes de TV e rádio, e veículos impressos, ao passo que a comunicação em rede (por computador ou dispositivos móveis) é, portanto, mais segmentada e com um alcance bem distinto. As grandes corporações midiá-

ticas também possuem grande penetração na Internet, por meio de portais, sites, blogs e redes sociais, ou seja, conseguem segmentar seus públicos e alcança-los de modo mais específico. Para Castells (2017), as plataformas específicas da Internet constituem uma autocomunicação de massa, que vai além das estruturas midiáticas tradicionais, uma vez que oferece “conteúdo autogerado, emissão autodirecionada e recepção autosselecionada por muitos que se comunicam com muitos” (CASTELLS, 2017, p. 118). É justamente a Internet o ambiente mais acessível e utilizado pelas iniciativas e organizações jornalísticas mais independentes, que compõe a chamada mídia alternativa, e que em geral não tem uma difusão de massa, mas um alcance mais segmentado. Segundo dados do IBGE de 2016⁵⁴, 64,7% da população brasileira (de 10 anos ou mais) tem acesso à Internet, sendo que mais de 90% desses acessos ocorre por meio de telefone móvel celular e tendo como principais finalidades enviar ou receber mensagens (de texto, voz ou imagem) ou conversar por chamadas de voz ou vídeo. A pesquisa TIC Domicílios 2016⁵⁵, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), também aponta que 54% dos domicílios estão conectados à Internet e que, em relação às atividades *on-line*, as mais mencionadas são o uso da Internet para envio de mensagens instantâneas (89%) e uso de redes sociais (78%). Disso decorre que o acesso a portais de notícias ou outras plataformas de mídia noticiosa não são exatamente o foco de interesse de parcela da população que acessa a Internet, ainda que notícias jornalísticas sejam um dos muitos tipos de conteúdo que circulam pelas redes sociais. Nesse sentido, as mídias tradicionais, de maior alcance e com maior capilaridade em diversas plataformas, acabam por ser determinantes em relação ao tipo de assunto que será posto em agenda na esfera pública (agendamento), bem como em relação aos modos como os temas serão abordados (enquadramento).

54 Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/20073-pnad-continua-tic-2016-94-2-das-pessoas-que-utilizaram-a-internet-o-fizeram-para-trocar-mensagens.html> Acesso em: 15 de setembro de 2018.

55 Disponível em: <https://cetic.br/noticia/tic-domicilios-2016-aponta-estabilidade-no-numero-de-domicilios-conectados-por-meio-de-banda-larga-fixa/> Acesso em: 15/08/2018.

O campo comunicacional se ampliou e avançou muito no Brasil desde os anos 90. É na virada dos anos 2000 que, ironicamente, ascendem os governos progressistas no país. Alguns aspectos marcam este período, quais sejam: a melhora das condições econômicas, ao final dos anos 90, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002); a efetivação da Internet como um serviço comercial – ainda sem banda larga ou redes sociais, mas já se tornando uma ferramenta de grande uso no campo midiático; e a ampliação de cursos de graduação em Comunicação Social (com as habilitações de jornalismo, publicidade de relações públicas), em detrimento do desmonte das universidades públicas capitaneado pelo próprio presidente FHC. Esses fatores contribuíram para uma maior profissionalização do setor, favorecendo a ampliação e diversificação do campo da Comunicação no Brasil. Nesse período também se consolidou o trabalho dos assessores de imprensa, profissionais responsáveis por estabelecer uma mediação entre empresas, instituições e demais grupos de interesse, e os jornalistas dos grandes veículos de comunicação.

A ampliação e diversificação midiática, contudo, não representou necessariamente uma dissolução da mídia hegemônica e dos poderes instituídos no campo da comunicação, pois até hoje o Brasil é marcado pelo problema da concentração de mídia. Segundo dados da pesquisa Media Ownership Monitor ou MOM (Monitoramento da Propriedade da Mídia)⁵⁶, realizada em conjunto pela ONG brasileira Intervenções e Repórteres Sem Fronteiras (RSF), apenas cinco grupos controlam mais da metade dos veículos de comunicação do país: Globo, Bandeirantes, família Macedo (Record), RBS e Grupo Folha. A pesquisa, que objetivou mapear os veículos de maior audiência no país e produzir dados que demonstram riscos ao pluralismo e à independência da mídia, também aponta que a mídia brasileira de maior audiência é controlada e dirigida, em sua maior parte, por uma elite econômica composta por homens brancos, além de políticos e famílias que transmitem seus negócios para as gerações seguintes.

⁵⁶ Disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/> Acesso em: 15/08/2018.

Desse modo, a conformação do campo midiático no Brasil é marcada por oligopólios e/ou monopólios dentro de um mesmo setor, pelo controle de um mesmo grupo de distintos tipos de mídia num mesmo mercado, com reprodução de conteúdo regional e local por parte desses grupos, tendo as Organizações Globo hegemonia sobre a mídia no país (LIMA, 2004).

Uma comparação entre o papel da mídia na viabilização dos golpes de 1964 e 2016, por exemplo, teria que levar em consideração seus respectivos contextos comunicacionais e tecnológicos. Hoje nos deparamos com a fusão de tecnologias e mídias a partir do digital, a convergência de linguagens, o entrelaçamento da informação com o entretenimento, a coexistência de produtos corporativos e produtos alternativos e/ou independentes, a busca por uma descentralização da informação a partir da comunicação em rede frente a uma concentração midiática que se consolida cada vez mais também a partir das mesmas redes. Desse modo, nos anos 2000 o campo da comunicação social no Brasil se apresenta mais multifacetado e diversificado. Todavia, paradoxalmente, traz uma composição midiática dominante ainda com fortes traços conservadores em seus princípios editoriais.

É num cenário de maior concentração midiática, portanto, que Lula se destaca como político e, em 2003, assume seu primeiro mandato como Presidente da República. Ainda que durante os 13 anos em que esteve no poder o PT não tenha modificado os alicerces do modelo de regulação midiática – o que ainda favorece os grandes conglomerados de mídia – deve-se destacar que foram implementadas nesse período diversas iniciativas voltadas para a democratização da mídia e para uma maior diversidade de vozes na esfera pública, principalmente através de políticas públicas voltadas para a descentralização da produção e do acesso aos bens culturais, auxiliadas pela atuação da sociedade civil organizada. A filosofia que rege as novas formas de gestão cultural nesse pe-

ríodo insere a cultura na esfera da cidadania, investindo na democratização dos processos de produção e consumo cultural e de reconhecimento da diversidade. Houve um esforço de garantir dispositivos que promovessem essa diversidade e estimulassem produções, estilos e consumos periféricos ou mais relacionados ao popular, no sentido de beneficiar igualmente classes e grupos desfavorecidos (IPEA, 2008). Dentro desse princípio, um conjunto de políticas públicas (leis, programas, projetos, ações, etc.) possibilitou a jovens de todo o país – em especial de classes mais populares – o acesso a conhecimento especializado acerca das técnicas e linguagens de dispositivos de comunicação variados, incluindo o audiovisual e as então emergentes mídias digitais. Do ponto de vista institucional, também se destaca nesse período o fortalecimento da comunicação pública, principalmente por meio da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Apesar de tantos esforços, desde 2003 até hoje a mídia hegemônica sempre se dedicou a manter acessa a ideia de que a cadeira de presidente do Brasil não poderia ser ocupada por um nordestino ex-operário e sindicalista. E isso esteve de modo mais evidente em dezenas de capas da Revista Veja que trazem o rosto de Lula, mas também em milhares de textos e subtextos que, juntos, formavam um coro – às vezes dissonante, às vezes bem afinado – que em geral tinha dificuldades em legitimar o Partido dos Trabalhadores na presidência. É fato que durante os dois mandatos de Lula houve algum tipo de reconhecimento da mídia brasileira em relação à visível melhora da economia e dos patamares sociais no país. Com uma primorosa política externa, a imagem positiva do Brasil e de Lula no exterior foi um aspecto que deu ampla sustentação ao governo do PT. Por isso, e também muito em função do reconhecimento internacional de Lula, a mídia brasileira durante certo período de tempo retratou o governo de Lula de forma positiva, em geral dando destaque a aspectos econômicos e avanços sociais. Foi nesse momento que se viu a

autoestima do brasileiro ser de alguma forma reconstruída – um aspecto que hoje está em frangalhos. Contudo, principalmente a partir do “escândalo do mensalão”, a agenda midiática empenhou-se fortemente em narrativas que, juntas, conseguiram construir uma imagem negativa não somente de Lula e seu partido, mas de diversas instituições nacionais – como a Petrobrás.



Desde o início de sua carreira política, Luiz Inácio Lula da Silva sempre foi personagem frequente nas capas da Veja, revista que ainda possui uma grande tiragem. Nos últimos anos, a publicação semanal se dedicou a criar uma narrativa de criminalização de Lula, do PT e de seus principais dirigentes.

AGENDAMENTOS E ENQUADRAMENTOS: SINAIS DE UM GOLPE

Os veículos de comunicação não apenas pautam temas que são discutidos na esfera pública. Os modos como os assuntos são agendados e abordados estabelecem distintos parâmetros de leitura/interpretação, evocando determinados discursos em detrimento de outros.

Chamamos de agendamento da mídia a capacidade dos veículos de comunicação de pautarem assuntos para serem discutidos na sociedade. Não se refere ao modo de como as pessoas devem interpretar os textos (impressos, sonoros ou audiovisuais), mas sobre quais temas irão pensar e conversar, e durante quanto tempo, estabelecendo assim uma agenda para discussão pública (McCOMBS, 2009). Uma vez em evidência, um determinado tema pode ser tratado a partir de diferentes abordagens. Um tipo de “enquadramento” (*framing*) organiza a compreensão do texto a partir de certas configurações de ideias, quadros de referência. Um efeito de enquadramento ocorre quando, ao longo da descrição de um assunto ou evento, a ênfase do enunciador sobre um subconjunto de considerações relevantes em potencial faz com que os indivíduos se concentrem nessas considerações ao construir suas opiniões. McQuail (2003) define o que ele chama de enquadramento como um termo que agrega dois significados fundamentais:

Um se refere à maneira como o conteúdo das notícias é tipicamente marcado e enquadrado pelos jornalistas num dado contexto familiar de referência e de acordo com uma certa estrutura latente de significado. Um segundo significado, com ele relacionado, tem a ver com o seu efeito no público. A audiência adota os quadros de referência oferecidos pelos jornalistas e vê o mundo de maneira semelhante. (McQUAIL, 2003, p. 501)

Dessa forma, podemos considerar que a partir de 2013 os agendamentos e os enquadramentos adotados pela grande mídia contribuíram de forma expressiva para a construção de uma narrativa que associava o PT e suas principais lideranças à ideia de corrupção e de incompetência administrativa, fortalecendo, mais tarde, um discurso de rejeição ao governo Dilma.

Um dos primeiros sintomas do Golpe na mídia aparece em 2005, com o chamado “Escândalo do Mensalão”, transformado em uma “bomba noticiosa” em 2006. Este assunto ficou no agendamento da mídia durante vários meses, sendo resgatado até hoje, e sendo sempre associado ao Partido dos Trabalhadores. É também neste período que se inicia a narrativa que traz como conceito central a corrupção. Esse fato desestabilizou a imagem do PT na época – uma das primeiras grandes crises do partido – causando inclusive conflitos internos e uma “crise de identidade” em parte dos petistas, o que foi sendo amenizado posteriormente devido ao sucesso do Governo Lula em termos econômicos e sociais.

A partir de uma pesquisa que analisou durante oito meses ao longo de 2005 editoriais dos três principais jornais diários do país (Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo), Miguel e Coutinho (2007) observaram que nos 472 editoriais que tratavam da crise o PT, o presidente da República e o governo da União foram os personagens mais frequentes. Além das denúncias de corrupção junto ao Partido dos Trabalhadores, outras categorias compunham os enquadramentos da mídia naquele momento, tais como corrupção da administração petista, denúncias de corrupção inespecíficas, fisiologismo, inexperiência de Lula e/ou do PT para governar, aparelhamento da máquina pública ou do Estado, cultura brasileira não afeita à obediência às leis, falta de governabilidade, entre outras. Também começam a ganhar visibilidade nesse momento ideias acerca da necessidade de uma reforma política, de uma reforma ministerial e do desaparecimento do Estado (MIGUEL; COUTINHO, 2007).

A cobertura da crise do mensalão pelos três jornais em foco, assim como pelo restante da mídia, ao longo de 2005 e também em 2006, foi “dura”. Ainda que falte uma análise mais aprofundada do noticiário, a unanimidade dos observadores chega a esta conclusão. O núcleo de poder do governo federal foi atingido em ondas sucessivas. Em 16 de junho de 2005, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, tido como homem forte do governo, renunciou ao cargo (e teria seu mandato de deputado federal cassado meses depois). Em 27 de março de 2006, o governo Lula perderia seu outro homem forte, o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, em consequência de um dos desdobramentos do escândalo. (MIGUEL; COUTINHO, 2007, p. 119)

Em 2013, são as manifestações de rua por todo o país que ganham maior destaque na mídia e nas redes sociais. As “marchas de junho” de 2013 surgem de protestos do MPL – Movimento Passe Livre e, em geral, foram criminalizadas pela grande mídia (INTERVOZES, 2014). A efetivação de uma narrativa que se ancorava na “corrupção” como problema fundamental do país foi se amplificando a partir desse ano, quando muitos protestos de grandes dimensões eclodiram pelas ruas de todo país. Num dado momento, “a natureza dos protestos se diversifica largamente, tanto em ocorrência de manifestações quanto em variedades de pautas” (INTERVOZES, 2014, p. 12), bem como em relação às lideranças e grupos que encabeçavam as manifestações. Posteriormente, determinados protestos passam a ser destacados positivamente, em especial aqueles nos quais os manifestantes empunhavam bandeiras do Brasil e vestiam roupas e adereços em verde e amarelo, e traziam o discurso da “luta contra a corrupção”.



Capa do jornal Folha de São Paulo de 18 de junho de 2013.

Em março de 2014 iniciam-se as investigações da Operação Lava Jato e, no mesmo ano, acontece a Copa do Mundo no Brasil, período no qual também ocorreram diversas manifestações de rua pelo país. Vários protestos “verde-e-amarelo” são protagonizados pelo movimento Vem Pra Rua⁵⁷, que se amplia nesse período, constituindo-se como organização apartidária e de “combate à corrupção”, assim como o Movimento Brasil Livre (MBL)⁵⁸. Ambos, assumindo posicionamentos de direita, estimularam o antipetismo no Brasil, bem como o antipartidarismo.

⁵⁷ www.vempraruua.net

⁵⁸ <http://mbl.org.br>

Um ponto importante é o papel das redes sociais e dos *outsiders* nos protestos. A Direita encontra nas redes sociais um espaço para expandir sua clientela. Esta família ideológica renovou suas estratégias: migraram para os espaços online - onde se localizam setores de alta escolaridade e que desaprovam o governo -, e neles disseminaram intensamente o tema da corrupção, tratando-a como um Escândalo Político Midiático, concentrado sobre o PT e seus políticos. (TELLES, 2016, p. 122)

Uma das consequências do discurso contra a corrupção nos moldes como se deu apenas reforçou a criminalização da política e do Estado. Destaca-se, por exemplo, que a cobertura da mídia sobre as investigações da Lava Jato foram cruciais para “sujar” a imagem, no Brasil e no mundo, de uma das maiores empresas brasileiras, a Petrobrás, resultando num grande prejuízo econômico e simbólico para o país. A Lava Jato “forneceu concretude ao ataque à democracia pelos vazamentos seletivos ilegais até as eleições municipais de 2016, fazendo crer a população que apenas o PT havia cometido ilegalidades” (SOUZA, 2017, p. 220). Segundo Feres Júnior e Sassara (2016), o escândalo da Petrobras dominou a cobertura eleitoral em 2014. Ao analisarem a cobertura jornalística da grande mídia durante os pleitos presidenciais de 2010 e de 2014, esses autores encontraram grande tendência da cobertura de escândalos em desfavor da candidatura da situação, identificando 95% de matérias sobre escândalos da administração petista contra 5% de matérias relativas a escândalos relativos ao PSDB. No pleito de 2010 cinco escândalos do PT foram explorados contra apenas um do partido tucano, o que menos esteve presente nos textos em toda a cobertura. “Do ponto de vista da proporção do desequilíbrio entre as coberturas de escândalos de PT e PSDB, saímos de uma relação de

cem para cinco em 2010 para uma de cem para sete em 2014, respectivamente” (FERES JÚNIOR; SASSARA, 2016, p. 224).

Ainda sobre o caso da Petrobrás na mídia, ao verificar os enquadramentos predominantes em quatro revistas semanais de relevância nacional a respeito da “operação Lava Jato”, durante 18 meses de cobertura, Fontes, Ferracioli e Sampaio (2016) destacam que o enquadramento comum entre as revistas de maior circulação (Veja, IstoÉ e Época) foi a “relação promíscua entre empresas e partidos e os efeitos da operação no mundo político e na economia” (2016, p. 261), qualificando ainda o Petrolão como uma continuidade do Mensalão. A Carta Capital, por sua vez, revista que ofereceu os enquadramentos que mais divergiam, é a de menor circulação.



Capa da revista Veja de 29 de outubro de 2014.

Ao longo desse processo, um dos principais alvos desses manifestantes se tornou a própria presidenta Dilma Rousseff, além do Partido dos Trabalhadores e seus líderes, e diversas iniciativas e projetos implementados pelos governos petistas, como, por exemplo, o Programa Mais Médicos. Com isso, ganhava força o ideário do “antipetismo”. Jornais e revistas de grande circulação – nacionais e locais – deram destaque positivo a esses protestos, que, por sua vez, contavam com a proteção da Polícia Militar durante os atos nas ruas.

Bucci (2016) bem lembra de que durante a partida de abertura da Copa do Mundo de 2014, em 12 de junho, na Arena Corinthians, em São Paulo, uma parte dos brasileiros presentes nas arquibancadas insultou Dilma Rousseff, que estava ocupando a tribuna de honra, gritando em uníssono: “Ei, Dilma, vai tomar no...!”. Tratava-se de mais um episódio da escalada da violência simbólica enfrentada por Dilma ao final de seu primeiro mandato, o que se acirrou a partir de 2015, quando ela inicia seu segundo mandato como presidenta.

Uma “polarização” ideológica no país se acirra ao final de 2014, com o processo eleitoral no qual Dilma se candidata à reeleição. Com sua vitória no pleito, inicia a nova gestão em 2015 já com uma parcela considerável da mídia se mostrando bastante desfavorável ao seu governo. A corrupção, a insatisfação com a economia e com a classe política em geral foram elementos para a construção da narrativa do *impeachment* pelos opositores de Dilma e também pela mídia. A transmissão ao vivo pela TV Globo da votação na Câmara dos Deputados sobre o processo do *impeachment* contra a presidenta, no dia 17 de abril de 2016 (um domingo!), fez parte de uma estratégia conjunta de aniquilamento de Dilma Rousseff, seu governo e o PT, amplamente comemorado pela grande mídia. A Veja, uma das revistas que “pauta” grande parte da mídia nacional, publicou duas edições que traziam Dilma na capa, nos momentos decisivos do golpe. Na edição que começou a circular dia 14 de abril, a manchete chama a presidenta da “carta fora do baralho”: “Com ou sem vitória

na batalha do impeachment, Dilma já perdeu a batalha do poder. Seu governo esfacelou-se e a presidente, abandonada pelos aliados, não comanda mais o Brasil”, diz o subtítulo da capa, em clara campanha contra a governante. No dia 18 de abril, uma edição extra é lançada comemorando a votação favorável ao impeachment.



Veja publica duas edições extras nos momentos decisivos do golpe: a votação

À esquerda, edição da Veja que começa a circular no dia 14 de abril de 2016, e, à direita, edição extra de 18 de abril de 2016, um dia após a aprovação na Câmara dos Deputados do processo de impeachment da presidenta Dilma.

GOLPE E MISOGINIA

A emergência da chamada terceira onda do movimento feminista a partir dos anos 2000, muito fortemente articulada nas redes sociais digitais, foi crucial para deixar evidente o discurso misógino que marcou a mídia brasileira durante o período em que Dilma Rousseff esteve no cargo de presidenta da República.

Eleita em 2010 com 55.752.483 votos, Dilma fortaleceu a Secretaria de Políticas para Mulheres, aumentando o orçamento da pasta, e, em 2015 criou o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Além disso, ampliou a presença de mulheres nos ministérios, considerando que durante as duas gestões foram empossadas 18 ministras e uma presidenta de empresa pública (RUBIM; ARGOLLO, 2018). Mesmo sendo considerada honesta – pois não houve indícios reais que a incriminassem – a chefe de Estado constantemente teve sua imagem associada aos seguintes aspectos, mesmo em materiais jornalísticos: incompetência, descontrole emocional, dureza e insensibilidade, despreparo e inexperiência, isolamento (político e pessoal) e até falta de beleza e elegância. Desde sua primeira campanha presidencial, quando foi chamada de candidata “poste de Lula”, até o momento do impeachment, Dilma foi por diversas vezes desacreditada pela grande mídia.

Já em sua cerimônia de posse, em 1º de janeiro de 2011, a manchete do jornal O Globo “A beleza da vice-primeira dama rouba a cena na posse da Dilma”, coloca em evidência um grave desvio relativo às questões de gênero. A força simbólica do momento histórico, no qual duas mulheres – a presidenta Dilma Rousseff acompanhada de sua filha, Paula Rousseff – sobem a rampa do Palácio do Planalto, foi desconsiderada, uma vez que o fato jornalístico é suprimido e o destaque dado foi à beleza jovem de Marcela Temer (RUBIM; ARGOLLO, 2018).

A presidente Dilma Rousseff até que se esforçou, com seu novo corte de cabelo e vestindo um tailleur marfim para sua posse, mas foi a beleza estonteante da mulher do vice-presidente Michel Temer que capturou olhares e cliques de homens Brasil afora.

Com o corpo esguio dos seus 28 anos – 42 anos mais jovem que o marido –, a vice-primeira dama vestia uma saia justa clara de cintura alta e uma blusa que deixava os braços de fora. Ao lado dos governantes no parlatório, sob os flashes e câmeras que transmitiam ao vivo a cerimônia, Marcela despertou amores à primeira vista no Twitter. (SETTI, 2011)

Dilma Rousseff, ao longo de sua atuação à frente do governo, foi alvo de muitas críticas por parte da mídia, que colaborou para reforçar certos estereótipos relativos às mulheres que ocupam cargos de poder. Estudo que se debruçou sobre notícias e reportagens das revistas semanais *Veja*, *Época* e *IstoÉ*, publicadas entre 2003 e 2009 – período em que Dilma ocupou cargos de ministra no governo Lula e desponta como candidata para as eleições de 2010 –, já ressaltam essa tendência:

Os resultados apontam ainda que os veículos midiáticos analisados constroem representações hegemônicas sobre Dilma Rousseff, pelo fato de ela não ter atributos e características do que seja uma “mulher tradicional, conservadora, aquela que atende ao modelo binário, biológico”, mas dura, com tom firme, comportamento inflexível, como pudemos perceber nos exemplos. (BARBARA; GOMES, 2010, p. 89)

Dados disponibilizados pelo Manchetômetro⁵⁹ relativos à cobertura da grande mídia (especificamente Jornal Nacional, O Globo, Estadão e Folha de São Paulo) tendo como pala-

⁵⁹ O Manchetômetro é um site de acompanhamento de cobertura da grande mídia sobre temas de política e economia, produzido pelo Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP), sediado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Disponível em: www.manchetometro.com.br

vra-chave o termo “Dilma”, no período de janeiro de 2015 a maio de 2018, demonstram como a quantidade de matérias desfavoráveis à ex-presidenta é bastante superior às matérias com abordagens positivas, neutras ou ambivalentes. Considerando que tais veículos pertencem aos grandes grupos de mídia e que seus conteúdos são publicados em diversos meios, além de serem amplamente compartilhados nas redes sociais digitais, a difusão dessa perspectiva negativa sobre uma figura pública se torna devastadora.

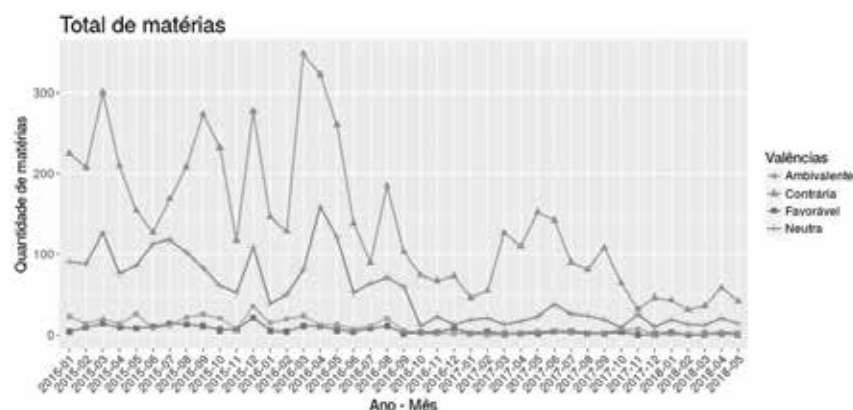


Gráfico gerado no site Manchetômetro, a partir de busca contendo a palavra-chave “Dilma”, e período de tempo compreendido entre janeiro de 2015 e maio de 2018.

Em pleno processo de *impeachment*, a revista Veja publica, em 18 de abril de 2016, um artigo aparentemente inofensivo intitulado “Marcela Temer: bela, recatada e do lar”. O subtítulo afirma que a “quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice”. Além de já se antecipar em relação à saída de Dilma Rousseff da presidência, exalta de maneira bastante estereotipada certas características e valores de Marcela Temer, também enaltecendo o lugar de “homem de sorte” do vice-presidente. De certa forma, o texto “comemora” a “substituição” de Dilma – uma

mulher mais velha, autônoma e livre – pela jovem esposa de Michel Temer, como se a jovem encarnasse um modelo ideal de mulher: que não quer aparecer, que não se “impõe”, e que é bonita, portanto, merecedora do respeito e dos “mimos” dos homens, o que não coube a Dilma, personagem achincalhada durante o processo de impeachment pela maioria dos parlamentares – e que em sua maioria são homens.

Às vésperas do impeachment, artigo intitulado “Uma presidente fora de si”, publicado na Revista IstoÉ de 6 de abril de 2016⁶⁰, por exemplo, traz as seguintes afirmações:

Não bastassem as crises moral, política e econômica, Dilma Rousseff perdeu também as condições emocionais para conduzir o governo. Assessores palacianos, mesmo os já acostumados com a descompostura presidencial, andam aturdidos com o seu comportamento às vésperas da votação do impeachment pelo Congresso. Segundo relatos, a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca.

É bem verdade que Dilma nunca se caracterizou por ser uma pessoa lhana no trato com os subordinados. Mas não precisa ser psicanalista para perceber que, nas últimas semanas, a presidente desmantelou-se emocionalmente. (...) Na tática do desespero oferece cargos e verbas para angariar apoios à sua causa, não se importando com o estouro do orçamento e muito menos com o processo sobre suas contas abertas nos órgãos de fiscalização e controle, como o TCU.

(PARDELLAS; BERGAMASCO, 2016)

⁶⁰ PARDELLAS, Sérgio e BERGAMASCO, Débora. Uma presidente fora de si. Istoé. 6 de abril de 2016. Disponível em: https://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/. Acesso: 20/08/2018.

Ao longo do texto, são citadas várias situações de descontrole emocional vividas por Dilma, supostamente relatadas por assessores do Planalto, além de acusações infundadas, objetivando desmoralizar a presidenta, atribuindo-lhe incapacidade de governança e usando, para isso, expressões como “desvarios de Dilma”, “tensão reinante”, “retórica cretina”, “absoluta desordem”, “extrema tensão”, “acessos recentes”, entre outros. “O sexismo, o machismo e a misoginia compuseram os lances mais lamentáveis e perversos da campanha do impeachment” (RUBIM; ARGOLO, 2018, p. 16).

Por fim, outro fato pós-golpe reforça essa estrutura perversa que retirou Dilma Rousseff do poder: uma das primeiras ações de Michel Temer ao assumir interinamente o governo foi “orientar” a Empresa Brasileira de Comunicações (EBC) a não utilizar em seus conteúdos o termo “presidenta”.

PÓS-GOLPE: RESISTIR É PRECISO

A comunicação pública em geral foi duramente golpeada pelo governo de Michel Temer. Segundo Pita (2018)⁶¹, do grupo Intervozes, algumas dos eventos mais marcantes nessa área foram o desmonte da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), que se deu a partir da extinção do Conselho Curador, um forte direcionamento da linha editorial dos veículos e restrições à autonomia editorial. Como consequência, o Roda Viva, um dos programas mais tradicionais e bem avaliados da TV pública brasileira, tornou-se, com o passar do tempo, um espaço de fala institucional e sem legitimidade. Além disso, apontam-se a redução dos repasses de recursos para as emissoras que compõem a Rede Nacional de TVs Públicas, crescentes violações à liberdade de expressão, intervenção governamental no Comitê Gestor da Internet, a piora do

⁶¹ Fonte: PITA, Marina (Intervozes). Sete golpes contra a democracia nas comunicações em 2017. *Carta Capital* - 09/02/2018.

marco regulatório da radiodifusão, o constante favorecimento a políticos donos da mídia e a presença de empresários nas vagas da sociedade civil no Conselho de Comunicação Social do Congresso (PITA, 2018).

A grande mídia, por sua vez, investiu na continuidade da cobertura da Lava-Jato, acompanhada da permanente criminalização de Lula e do Partido dos Trabalhadores. Paralelamente, assistiu-se a uma profusão de discursos otimistas e notícias duvidosas sobre possíveis melhorias na área econômica, persistindo numa produção de crença positiva a partir da figura de Michel Temer, atribuindo a ele a capacidade de dar novo rumo ao país.



Capa do jornal capixaba Tribuna de 12 de maio de 2016. Jornal local reproduzindo discurso da grande mídia nacional.

Neste cenário, criar conteúdos que de alguma forma se oponham aos discursos gerados pelos agendamentos e enquadramentos da mídia hegemônica brasileira tem sido um desafio, considerando o grande desequilíbrio existente nessa configuração de forças. Trata-se de uma luta bastante antiga no campo da comunicação, com tentativas de se criar rotas alternativas para diferentes narrativas, que se renovam de tempos em tempos. Para tanto, são constantemente atualizadas iniciativas como a da organização Intervezes, que inicia suas atividades ainda em 2003 com o objetivo de efetivar o direito humano à comunicação no país.

A migração do público para a Internet e, posteriormente, para as redes sociais digitais, contribuiu para reduzir o consumo de jornais e revistas impressos, afetando os lucros das empresas de mídia. Por outro lado, favoreceu o surgimento de novos agentes comunicacionais, ampliando o número e a variedade de “formadores de opinião”, os hoje chamados “influenciadores”, quase sempre descolados de grandes organizações midiáticas.

Nos últimos anos vimos surgir diversas iniciativas de comunicação alternativa e de jornalismo independente, que ocupam principalmente os territórios digitais e são normalmente organizados em redes. Um desses projetos bem-sucedidos é a Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação)⁶², que surge em 2011 com o objetivo de utilizar o jornalismo como uma das ferramentas para difundir narrativas alternativas que não possuem visibilidade nos meios convencionais de comunicação, levantando temas e propondo debates mais diversificados. A Mídia Ninja tem se destacado na cobertura de eventos que normalmente não recebem grande atenção dos grandes veículos, além de priorizar a fala de atores sociais mais desprivilegiados. A Rede Jornalistas

⁶² Disponível em: <http://midianinja.org/> Acesso em: 15 de setembro de 2018.

Livres é uma rede de coletivos formada a partir de 2015 a partir da “necessidade urgente de enfrentar a escalada da narrativa de ódio, antidemocrática e de permanente desrespeito aos direitos humanos e sociais, em grande parte apoiada pela mídia tradicional”⁶³, e realiza um trabalho “em contraponto à falsa unidade de pensamento e ação do jornalismo praticado pela mídia tradicional centralizada e centralizadora”⁶⁴. Outra iniciativa é a Agência Pública⁶⁵, agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos, fundada em 2011 por repórteres mulheres. A Pública tem uma produção jornalística focada em questões sociais e direitos humanos.

Esses e outros tanto grupos de comunicação alternativa e independente – inclusive situados em favelas e periferias – trazem o mesmo princípio de resistência e de contraposição ao discurso da grande mídia. Com ênfase nas questões dos direitos humanos e das lutas identitárias contemporâneas, essas diferentes iniciativas, predominantemente ativas nas redes digitais, investem no estabelecimento de pautas de interesse dos movimentos sociais e dos grupos que se alinham a uma perspectiva democrática de fato, contribuindo para uma maior diversidade de agendas e de enquadramentos na esfera da visibilidade pública.

⁶³ Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/como-surgiu/> Acesso em: 15 de setembro de 2018.

⁶⁴ Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/quem-somos/> Acesso em: 15 de setembro de 2018.

⁶⁵ <https://apublica.org/> Acesso em: 15 de setembro de 2018.

Referências

BARBARA, Leila; GOMES, Maria Carmen Aires. A representação de Dilma Rousseff pela mídia impressa brasileira: analisando os processos verbais. *Letras*, Santa Maria, v. 20, n. 40, p. 67–92, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/12026/7438>

BUCCI, Eugênio. *A forma bruta dos protestos*. Das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016. Companhia das Letras, 2016.

CASTELLS, Manuel. *O poder da comunicação*. 2ª Ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

DO DIREITO À COMUNICAÇÃO. Setembro de 2016. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=29739>

FERES JÚNIOR, João; SASSARA, Luna de Oliveira. Corrupção, escândalos e a cobertura midiática da política. *Novos estudos CEBRAP*. São Paulo, V. 35.02, p. 205–225, Julho 2016.

FONTES, Giulia Sbaraini; FERRACIOLI, Paulo; SAMPAIO, Rafael. Petrolão na mídia: O enquadramento de 18 meses da Operação Lava Jato nas revistas impressas. *Revista Agenda Política* - Vol. 4 – n. 3, p. 238–266 – setembro/dezembro, 2016.

GOMES, W. *Da discussão à visibilidade*. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. *Comunicação e democracia. Problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

INTERVOZES. *Vozes Silenciadas: mídia e protestos: a cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo*. São Paulo: Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2014.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada). *Políticas sociais – acompanhamento e análise / 16*. Novembro de 2008.

LIMA, Venício A. de. Sete teses sobre mídia e política no Brasil. *REVISTA USP*, São Paulo, n. 61, p. 48–57, março/maio 2004.

MARTINS, Helena. *Na sintonia do golpe: o papel da mídia na crise política*. OBSER-

VATÓRIO McCOMBS, Maxwell. *A teoria da agenda. A mídia e a opinião pública*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

McQUAIL, D. *Teoria da comunicação de massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe; COUTINHO, Aline de Almeida. *A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais*. *Opinião Pública*, vol. 13, nº 1, Campinas, Junho de 2007. p. 97–123. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762007000100004

RUBIM, Linda; ARGOLLO, Fernanda (Orgs.). *O Golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador: Edufba, 2018.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*. Da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TELLES, Helcimara. *A Direita Vai às Ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno*. *Ponto e Vírgula* - PUC SP - No. 19 - Primeiro Semestre de 2016 - p. 97–125.

TRADUÇÃO, MÍDIA E DEMOCRACIA: O GOLPE DE 2016 COMO GUERRA DISCURSIVA

JUNIA CLAUDIA SANTANA DE MATTOS ZAIDAN

Literatura e Linguística

junia.mattos@hotmail.com

O que chamamos história é a presa
mais certa e completa da linguagem.
(Júlio Cortázar, 1993/2008, p. 62)

Escrevo este capítulo no momento em que o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, candidato à presidência da república pelo Partido dos Trabalhadores e líder das intenções de voto para as eleições presidenciais de 2018, soma 200 dias como preso político, na sede da Polícia Federal de Curitiba – PR. Sua prisão em segunda instância, resultante de um processo a que faltam genuínas provas, garantias para sua defesa e em que se avolumam violações de direitos e evidências de parcialidade de uma parte dos juízes, escancara o intento da direita brasileira de interditar sua candidatura à presidência. A tentativa de eliminar Lula da disputa ao Planalto é central neste golpe, que, institucionalmente, teve como ponto inicial a destituição da Presidenta Dilma Rousseff em 2016 e que deseja culminar, ao fim e ao cabo, na investida eleitoral para institucionalizar-se, alçando ao poder um candidato alinhado



do com a imposição de um projeto ultraliberal maior de recolonização da América latina. Como afirmou Altamiro Borges na 21ª Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, em abril de 2018, a diferença entre o ataque neoliberal dos anos 90 e o de agora é que, ao desmonte do Estado, da nação e do trabalho se soma uma “ofensiva conservadora de caráter neofascista”. Derrotada pelo voto popular por uma década e meia, a agenda golpista tem sido implementada desde o governo ainda interino de Michel Temer, com o real protagonismo dos poderes sem voto (o Judiciário, o Ministério Público, a Polícia e a mídia comercial) para sua efetivação, ainda que erros táticos do campo progressista também tenham dado ocasião à consolidação do Golpe. Mas esta batalha ainda está em curso.

Os desdobramentos incontáveis do golpe de 2016 impõem aos que desejam contribuir com análises e pesquisas sobre nossa política interna desafios diários decorrentes das muitas reviravoltas, escândalos, delações, perseguição a intelectuais - como aquela que motivou a oferta de cursos e disciplinas sobre o golpe em dezenas de universidades Brasil afora - e artistas, conduções coercitivas e prisões arbitrárias, assassinatos de líderes de movimentos sociais, defensores dos direitos humanos e de políticos progressistas, desmonte da estrutura de bem estar social, operações policiais nas universidades e outras práticas recorrentes em situações de exceção como a que hoje estamos vivendo. Apesar disso - e também por isso mesmo - neste capítulo tentamos contribuir para a construção da memória do Golpe de 2016, tecendo considerações relativas ao campo da comunicação social, em que a atividade de tradução pôde ser detectada como estratégia de produção contranarrativa, tema de uma das aulas do curso sobre o qual versa este volume.

As contranarrativas a serem brevemente comentadas materializaram-se em múltiplas formas textuais e constituíram a luta de diversos coletivos situados no campo chamado ‘progressista’ de nosso espectro político, entre março e setembro

de 2016, em resistência às narrativas dominantes da mídia de massa, às quais são garantidos trânsito, alcance e permanência na esfera pública⁶⁶. Ainda que muitos considerem um truismo a “distorção da realidade” efetuada pela mídia comercial no Brasil e na América Latina, continua sendo urgente enunciar que, sem uma cultura desconcentrada e plural de comunicação social, que abra espaço para a real diversidade de narrativas e representações da heterogeneidade multidimensional da sociedade, não há sequer o sonho utópico de democracia. Decisivo para ela, o direito à comunicação inclui, entre outras coisas, o direito à voz pública, de falar e ser ouvido (LIMA & GUIMARÃES, 2013), que pressupõe, necessariamente, uma dimensão pública do conceito de liberdade ainda a ser refundado em países como o Brasil nos quais a liberdade ora é circunscrita à noção liberal de uma liberdade individual e negativa (ausência de impedimento, de censura e de intervenção do Estado), ora erroneamente tomada como sinônimo de liberdade de imprensa (LIMA, 2012). A respeito das narrativas sobre o golpe, construídas via tradução para forjar uma visibilidade em um espaço altamente controlado e saturado pelo discurso hegemônico da mídia comercial, pode-se, preliminarmente, afirmar que potencializam a partici-

66 O conceito de esfera pública em Habermas (1998, 2003) refere-se ao espaço em que os atores sociais discutem assuntos públicos de modo a produzir uma opinião pública. Como periferia da esfera política, a esfera pública, numa democracia, cumpriria o papel de tensionar a esfera política a partir do consenso que emergiria das interações realizadas no seu interior, as quais envolveriam, necessariamente, tanto discussão/argumentação, quanto a visibilidade das diversas posições. Gomes (1997) assim sintetiza a definição de Habermas: “A esfera pública é um âmbito da vida social protegido de influências não-comunicativas e não-rationais, tais como o poder, o dinheiro e as hierarquias sociais. A pública argumentação que nelas se realiza constrange por princípio os parceiros do debate a aceitar como única autoridade aquela que emerge do melhor argumento. A esfera pública como que impõe uma paridade inicial entre os sujeitos de pretensões até que a sua própria posição se torne discurso; depois disso, há de se submeter apenas às regras internas ao processo de conversação ou debate público” (GOMES, 1997, p. 87). Gomes, contudo, diferentemente de Habermas - que enfatiza a discussão pública (exposição e argumentação) - defende a visibilidade como traço tão preponderante quanto a discussão em si, em face da dependência dos meios (mídia) para a sociabilização das posições (GOMES, op. cit.). Neste capítulo, usamos a expressão ‘esfera pública’ como utopia necessária, assim como quando falamos de democracia e de Estado Democrático de Direito, uma vez que à nossa formação social sempre faltaram dispositivos e mecanismos democráticos de comunicação que garantissem a real constituição de uma esfera em que emergisse e ganhasse visibilidade à opinião pública.

pação de diversos grupos sociais, com perspectivas de ação política díspares e, não raro, antagônicas, o que também pode explicar a baixa probabilidade de ganharem visibilidade em um cenário de ausência de comunicação social pública como o brasileiro.

Procurando dar um passo além da ideia de ‘distorção’, partimos, portanto, não da crença na existência de uma realidade alheia à produção discursiva - que seria passível, fosse esse o caso, de distorções ou de espelhamentos fidedignos, mas da compreensão dos sistemas de representação como imprescindíveis para nossa experiência enquanto sujeitos históricos. Daí a luta pela democracia precisar se dar não numa arena de disputa pela suposta veracidade dos fatos, mas de disputa pela narrativa, como tem insistido Altamiro Borges em sua luta pela democratização da comunicação no Brasil.

NOVO GOLPE, VELHAS PRÁTICAS

O teórico da Pragmática, Jacob Mey, afirma que “a língua é um bem mal distribuído” (1998). Podemos pensar as práticas de comunicação social no Brasil - sejam elas ligadas aos meios tradicionais (mídia de massa, jornalismo), ou às mídias sociais digitais, comunicação móvel, em seu fracasso histórico de possibilitar o surgimento de uma esfera pública - âmbito da interação social em que as discussões, exposições e argumentações são democraticamente distribuídas e ganham visibilidade, na diversidade, de modo que tornem possível a emergência de uma opinião pública. Falamos de fracasso, sobretudo porque o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016 tem produzido, pelo aumento das desigualdades, aguda crise social e econômica, pondo-nos a lamber as feridas e catar os cacos de um edifício que vínhamos tentando erigir, como sociedade, a duras penas ao longo de décadas da história recente do Brasil. Para Mey (op. cit.), são indissociáveis

o contexto em que o uso da língua se torna possível e nossa realização enquanto sujeitos no plano intersubjetivo em que podemos nos expressar, agir e construir uma consciência de quem somos. Refratária à pluralidade de perspectivas sobre nossa sociedade como é nossa comunicação social, reflexiva apenas das narrativas homogêneas sobre um Brasil discursivamente produzido por uma meia dúzia de famílias, sua natureza se explica por fatos históricos, decisões e omissões governamentais que não podem deixar de ser considerados para compreendermos nosso fracasso na construção de um país menos desigual.

A regulamentação da mídia, prevista pela Constituição de 1988, nunca foi realmente efetivada por qualquer governo que sucedeu à promulgação da Constituição. Seu Capítulo V versa exclusivamente sobre a comunicação social, estabelecendo os princípios que deveriam ser posteriormente regulamentados pela Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), a ser convocada pelo Executivo, após a promulgação da Carta Magna, em 1988. Somente em 2009, mais de vinte anos depois, houve a convocação da 1ª Confecom pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, que foi boicotada por todos os donos das empresas ligadas à mídia comercial, sob a alegação de que se tratava de “tentativa de censura”, narrativa amplamente disseminada em nossa definhada, quiçá inexistente, esfera pública pelos próprios donos do oligopólio midiático brasileiro. A realização da Confecom estabeleceria balizas para a comunicação social no país, até hoje eivada de inconstitucionalidade, como o monopólio e a não observância do princípio da complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal, por exemplo. Posteriormente ao golpe de 2016 e, mais recentemente, à prisão de Lula, o Partido dos Trabalhadores (PT) passou a se posicionar de forma mais afirmativa⁶⁷ a respeito da urgência da regulação da mídia por

⁶⁷ Cf. discurso de Franklin Martins, Secretário de Comunicação dos governos Lula e Dilma, na Conferência Nacional “Vencer a Batalha da Comunicação”, organizada pelo Partido dos Trabalhadores, em 2018, logo após a prisão de Lula. Na incisiva crítica de Martins ao seu partido, cita Pepe Mujica, segundo quem “As vitórias nos transformam

parte do futuro governo. Ainda que extemporânea, a auto-crítica não apenas indica o reconhecimento de que, sem o protagonismo da Rede Globo, não teria havido o golpe, mas também a possibilidade de o golpe de 2016 ser um divisor de águas para nossa cultura de comunicação social.

Até 2017, manteve-se à margem das incontáveis reformas feitas por diversos governos nosso Código de Telecomunicações, que data de 1962, uma era pré-internet, pré-TV digital, pré-controle remoto, pré-e-mail, pré-Google, pré-Wikileaks, pré-Facebook, pré-Twitter. Os entraves para a renovação nesse campo manifestam-se na agressividade com que lobistas e parlamentares dedicam-se a impedir, sabotar, das mais variadas formas, Comissões Parlamentares de Inquérito, Projetos de Emenda Constitucional e Projetos de Lei relativos à democratização das comunicações que eventualmente ganhem vulto em Brasília. Quando sancionou a Lei de Revisão do Marco Regulatório da Radiodifusão em 2017, destinada a simplificar os processos de renovação e transferência de outorgas das emissoras de rádio e TV, e a reduzir o controle do Estado, Temer vetou um dos principais parágrafos, o que proibia parlamentares de exercer a função de diretores ou gerentes de “concessionária ou permissionária” de serviço de radiodifusão. Ou seja, a influência de agentes políticos sobre os meios de comunicação foi garantida pelo “governo” do golpe, o que não causa surpresa, considerando que foi a atuação mesma da mídia que garantiu sua efetivação. Registre-se que sempre foi prática comum no Brasil senadores e deputados federais brasileiros terem vínculo direto com concessões públicas de rádio e TV (LIMA, 2006 e LIMA, 2007, *apud* MATOS, 2014), que são outorgadas a partir de um processo viciado, sem intervenção do Executivo e com o poder terminal de chancela do Legislativo, geralmente, sem que sequer se questionem, quanto mais se neguem as solicitações de renovação, que, para rádio são de 10 e, TV, 15 anos (MATOS, *op. cit.*).

em pavões. As derrotas nos fazem pensar.” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=scbwQmes7_w> Acesso em 20 de agosto de 2018.

Terra de ninguém, o campo da comunicação encarna, de fato, o chamado quarto poder, um poder sem voto, que produz denúncias a partir de narrativas enviesadas, insufla a opinião pública, manipula as massas e agenda o governo e o congresso de acordo com o que decide ser prioritário, tendo como garantia prévia de êxito em suas investidas o compromisso do sistema de justiça atuando em conluio com a elite política e financeira para definir os rumos do país, como fizeram não só em 2016, mas desde os tempos de Assis Chateaubriand, em que a novidade da televisão aqui chegou como se a ela fosse intrínseca a relação com conglomerados de comunicações. A naturalização do enviesamento do jornalismo é tamanha, que jornalistas de longa trajetória de luta pela ética na comunicação social sequer consideram que haja jornalismo no Brasil, afirmando que ‘propaganda’ é o melhor termo para definir as práticas pseudojornalísticas de jornais como *O Estadão*, *O Globo*, *A Folha* (CARTA, 2018, p. 11). Não surpreende, em contexto tão tendencioso, que a presidenta da Associação Nacional de Jornais em 2010, Maria Judith Brito, tenha afirmado com tamanha autoconfiança que os “meios de comunicação estão fazendo de fato a posição oposicionista deste país, já que a oposição está profundamente fragilizada”⁶⁸. Como se ao jornalismo coubesse o papel político no sentido institucional, costumeiramente desempenhado por partidos. No Brasil e em grande parte da América Latina os jornais e a mídia televisiva poderiam ser classificados como verdadeiros partidos políticos (por exemplo, FERES JÚNIOR, 2018).

Não foi circunstancial que Macri tenha promovido, imediatamente após sua posse como presidente da Argentina, em 2015, o desmonte de toda a estrutura de comunicação social construída ao longo de anos através da Lei dos Meios (2009), aprovada durante o governo anterior, de Kichner, levando o país a retroceder drasticamente em relação à democratização da comunicação (por exemplo, LIOTTI, 2014

⁶⁸ Entrevista ao Jornal O Globo, em 18 de março de 2010. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/entidades-de-imprensa-fecomercio-estudam-ir-ao-stf-contra-plano-de-direitos-humanos-3037045>> Acesso em: 20 de agosto de 2018.

e MAUERSBERGER, 2016). Tampouco deve passar despercebido que, em 2016, o golpismo no Brasil, já nos primeiros dias da gestão de seu operador coadjuvante, Michel Temer, alterou arbitrária e ilegalmente o Conselho da Empresa Brasileira de Comunicação, nossa empresa pública de comunicação que, pelas razões estruturais já mencionadas aqui, ainda não havia chegado a representar expressiva mudança para o conjunto de nossa cultura comunicacional. Registre-se que Temer gastou em apenas seis meses de 2016 quase toda a verba publicitária do governo, com destaque para o emblemático caso da Revista IstoÉ, que, no mesmo mês em que concedeu a Temer o prêmio Homem do Ano, recebeu, de uma só vez, a maior quantia de dinheiro, como foi amplamente divulgado pela mídia independente.

A força discursiva da mídia de massa é tamanha na construção das narrativas que interessem à nossa elite de rapina (SOUZA, 2017), que, mesmo tendo sofrido um golpe com alguns dos reais corruptores revelados em flagrantes ligações telefônicas vazadas, além da já por si só bizarra explicitação dos motivos pelos quais os parlamentares votaram a favor do golpe⁶⁹, a população brasileira elegeu em 2016 um dos congressos mais conservadores de sua história, em sua maioria, partícipes do golpe. Isso ratifica nosso estado de fundo-de-poço em termos de formação política, que, se por um lado vislumbrou possibilidades de avanço pelo fortalecimento da educação pública e da fixação de políticas afirmativas durante os governos do PT, por outro, manteve-se insuficiente para dar sentido aos eventos históricos de modo a reinterpretá-los e superar sua própria condição de sociedade oprimida.

TRADUÇÃO E CONTRANARRATIVA

A proliferação de narrativas concorrentes que circulam tanto pelos meios tradicionais (mídia de massa, jornalismo)

⁶⁹ Referência à sessão da Câmara dos Deputados em que foi aprovada a admissibilidade do *impeachment*, em 18 de abril de 2016, popularmente conhecida com “show de horrores”.

quanto pelos meios mais recentes (mídias sociais digitais, comunicação móvel) torna manifesto o fato de que é sobretudo discursiva a guerra travada entre setores que representam, por um lado, os interesses do capital internacional e das elites financeiras e políticas e, por outro, os da coletividade. Contudo, os agentes e objetos em disputa nas diversas batalhas nem sempre são identificáveis ou compreensíveis para a grande maioria da população. A perplexidade da pessoa comum diante do emaranhado caótico que viraram o noticiário, os jornais e a internet, por exemplo, se dá em uma zona de contato que comporta uma inundação de informações, a divisão histórica entre as forças democráticas e progressistas e uma cultura de comunicação que se consolidou por aqui, a partir de uma matriz oligárquica e patronal, como já discutimos.

No documentário *Consenso Fabricado*, de 1992- baseado no livro homônimo de 1988 – Noam Chomsky relata sua descoberta do movimento de tropas estadunidenses no Irã através da leitura exaustiva de transcrições de entrevistas da BBC de Londres para ilustrar seu argumento de que o público não tem condições (tempo, energia) para cotejar diferentes versões sobre o que acontece no mundo. Não é suficiente, nesse sentido, que haja informações disponíveis, que tenhamos acesso a notícias vazadas e publicizadas pela *Wikileaks*, listas de políticos que votaram a favor ou contra pautas de interesse da população mais vulnerável, transmissão ao vivo de sessões do Senado Federal, Portal da Transparência, Comissões da Verdade, etc. Embora esses mecanismos possam nos ter dado a sensação de que vivíamos tempos mais democráticos, não impediram que forças conservadoras assaltassem o poder, aligeirando, já na gestão interina de Michel Temer, entre maio e agosto de 2016, o empreendimento de retirada de direitos, entre outras “maldades”, como ficou conhecido seu “pacote”. Essas forças conservadoras não emergiram de repente, tendo se orquestrado e fortalecido desde a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, através de narrativas, como a do

mensalão, produzidas pela mídia de massa e, mais recentemente, por exemplo, por movimentos patrocinados pelas elites financeiras e políticas nacionais e internacionais, como o Movimento Brasil Livre (MBL). Em articulação inequívoca com o MBL, a mídia televisiva e os jornais capitalizaram sobre as jornadas de junho de 2013 para construir ainda outra narrativa de que haveria suposta base popular para o *impeachment*, baseando-se, principalmente, na narrativa de combate à corrupção, estratégia já desgastada, ainda que poderosa, desde o golpe militar de 1964.

Simultaneamente, detectou-se a proliferação e fortalecimento de coletivos que disputam o espaço discursivo, principalmente o digital, através do que estamos chamando de *atos de tradução*. Na perspectiva de Juris (2008, p. 3), esses atos caracterizam o ativismo político contemporâneo, que, na luta contra a pobreza e a desigualdade, constrói “laboratórios sociais para a produção de valores, discursos e práticas democráticas alternativos”. Recorremos ao conceito de narrativa como condição ontológica da vida social, de Somers & Gibson (1994) mobilizado pela pesquisadora e ativista egípcia Mona Baker (2006; 2016) no campo dos Estudos da Tradução. Ela nos lembra que

Tudo que conhecemos é o resultado de inúmeras histórias que se imbricam e nas quais os atores sociais estão situados. (...) Jerome Bruner argumenta ainda que as narrativas não só representam, mas constituem a realidade (1991, p. 5). Uma narrativa, em termos de comunicação social, não é necessariamente traçável em um texto específico, mas dá sustentação a uma gama de textos e discursos podendo nem ser, necessariamente, total ou explicitamente articulada em qualquer um deles.” (BAKER, 2016, p. 464, tradução nossa⁷⁰)

⁷⁰ “Everything we know is the result of numerous crosscutting story-lines in which social actors locate themselves” (1994, p. 41). Jerome Bruner further argues that narrative is

Somers & Gibson (op. cit.) propõem um modelo em que são identificados quatro tipos de narrativa: (1) narrativas ontológicas: nossas histórias pessoais, aquelas que, embora sejam, por natureza, produzidas socialmente, apontam para indivíduo e seu contexto pessoal (por ex. “eu sou de esquerda porque não me conformo com o mundo”); (2) narrativas públicas: circulam institucionalmente, socialmente, no âmbito da religião, família, educação, política, mídia (por ex., “a educação pública é de má qualidade”, “políticos são corruptos”, “temos uma democracia racial no Brasil”); (3) narrativas conceituais: são as explicações e representações que construímos, enquanto analistas, pesquisadores e que penetram a esfera das narrativas públicas (por ex. a suposta irreducibilidade das diferenças culturais como causa – e justificativa – de conflitos entre civilizações) e (4) Metanarrativas: aquelas que povoam o grande teatro histórico em que somos atores sociais, constituídos por narrativas do que seja, por exemplo progresso, decadência, segurança, terrorismo. As metanarrativas são temporal e fisicamente amplas, produzindo uma sensação de inevitabilidade. Neste trabalho, focalizaremos as narrativas públicas, que embora se entrecruzem com as demais categorias, são particularmente produtivas para compreendermos os desdobramentos dos eventos políticos por incorporarem uma suposta “voz pública”.

Note-se que, em sua acepção mais clássica, a tradução inclui sempre a produção textual que parte de um sistema de signos verbais para outro, ou seja, entre língua-fonte e língua-alvo, na forma de tradução de textos escritos, interpretação ou legendagem de vídeos. Nos termos de Jakobson, esta é a tradução “propriamente dita”, ou tradução interlingual (JAKOBSON, 1959/2004, p. 139). No sentido amplo, os atos de tradução não se restringem ao verbal, recobrando

“a form not only of representing but of constituting reality (1991, p. 5) It follows that a given narrative, in the social and communication theory sense is not necessarily traceable to one specific stretch of text but is more likely to underpin a whole range of texts and discourses without necessarily being fully or explicitly articulated in any one of them (BAKER, 2016 p. 464).

uma vasta gama de práticas discursivas (Figura 1, abaixo) que constituem a “mediação de símbolos, experiências, narrativas e signos linguísticos difusos e de extensões variadas, em modalidades diversas (palavras em imagem, experiência vivida em palavras), níveis e variedades linguísticas (...) e espaços culturais” (BAKER, 2016, p. 7, tradução nossa) sem que se cruze a fronteira linguística. Esses atos de tradução remeteriam às categorias intralingual (no interior de uma mesma língua) e intersemiótica apresentadas por Jakobson. Sejam intralinguais, intersemióticos ou interlinguais, os atos de tradução sublinham a centralidade da linguagem na relação inexoravelmente mediada entre nós e aquilo que supomos ser a realidade. A Figura 1 abaixo apresenta os tipos de produção textual analisados. Marcamos com asterisco os dois tipos que serão exemplificados neste capítulo.

Tomamos as traduções realizadas por diversos coletivos de tradução voluntária estudados no período de março a setembro de 2016, quando da consolidação da fase inicial do golpe, o *impeachment*. A Brigada Herzog⁷¹ e a Caneta Desmanipuladora⁷² - cujas traduções ilustram esta discussão - são exemplos mais estruturados desses coletivos, com notória penetração no espaço simbólico digital. Dois outros coletivos de organização bastante fluida e horizontalizada, anônimos e com número flutuante de participantes, também foram objeto desta análise, a qual se tornou possível devido à participação da autora deste capítulo nas atividades de tradução.

Figura 1: Atos de Tradução



As principais narrativas públicas (BAKER, 2016) nas práticas de jornalismo impresso são apresentadas no Quadro 1. Efetuamos o recorte temático privilegiando o *impeachment* e assuntos a ele diretamente relacionados. “Saturamos” essas narrativas a partir das análises feitas pelo site Manchetômetro⁷³, que utiliza a Metodologia de Análise de Valências (MAV), interrogando a posição assumida por cada texto em relação aos assuntos ou personagens em pauta. A narrativa é então classificada como positiva, negativa, neutra ou ambivalente. Embora haja controvérsia sobre a eficácia desta metodologia (Debate entre MIGUEL, 2016 e FERES JÚNIOR, 2016), sobretudo por presumir a possibilidade de neutralidade jornalística e também por alegadamente reduzir as práticas de comunicação a tratamentos estatísticos, julgamos ser um ponto de partida produtivo quando conjugado com o modelo narrativo de Baker (op. cit.) em tradução, que reitera a posicionalidade inexorável dos sujeitos e

73 < <http://www.manchetometro.com.br/> > Acesso em: 20 de agosto de 2018.

71 Segundo a descrição que apresenta em sua página na internet, “A Brigada Herzog é um organização supra-partidária, antifascista, antigolpista, com objetivo de oferecer ao mundo, em todos os idiomas, uma narrativa mais democrática e plural do que vem acontecendo no Brasil.” Disponível em: <<https://www.ocafezinho.com/2016/03/26/brigada-herzog-ja-nasce-grande-mais-de-300-militantes/>> Acesso em: 20 de agosto de 2018.

72 Dedicada a reescrever manchetes de jornais e de portais da grande mídia, a Caneta Desmanipuladora se apresenta “como o maior observatório de grande mídia com alcance de massa da internet brasileira” Disponível em: <<https://www.facebook.com/canetadesmanipuladora/>> Acesso em: 20 de agosto de 2018.

o imbricamento entre as diferentes narrativas da taxonomia proposta. Consideraram-se, de março a setembro de 2016, as capas das revistas *Isto É* e *Veja*, bem como as manchetes principais e os editoriais dos jornais impressos *Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo* e *O Globo*, as quais alinham-se com o noticiário televisivo dos mesmos grupos empresariais (Jornal Nacional, Jornal da Record, Jornal da Band, etc.), não considerado neste estudo.

Quadro 1

NARRATIVAS PÚBLICAS DISSEMINADAS PELA MÍDIA DE MASSA BRASILEIRA MARÇO A SETEMBRO DE 2016
• O Partido dos Trabalhadores é uma quadrilha e deve ser eliminado a qualquer custo (ex. “petralhas” / “OrCrim”, organização criminosa) • Quem é contra o <i>impeachment</i> é petista. • A corrupção é o mal do Brasil. • O Brasil está unido contra a corrupção. • A Operação Lava-Jato nos salvará. • O povo brasileiro é ignorante e precisa que decidam por ele. • O caso de Dilma Rousseff é excepcional, não pode ser julgado como os demais casos semelhantes. • Os movimentos sociais são violentos. • O empresariado, o agronegócio, a igreja devem ter sua representação no congresso. • Os movimentos sociais não podem ter sua representação no congresso.

Por falta de espaço para comentar separadamente cada item, destaco o terceiro e quarto, sobre a corrupção e a suposta união do país para “expurgá-la”. Vianna (2018) recorre à sua longa experiência como repórter televisivo para analisar o comportamento da Rede Globo no dia 15 de março de 2015, em que aconteceram manifestações apoiadas pelos

grupos empresariais da mídia e de partidos de direita, além do MBL. Como se já não fosse um escárnio, do ponto de vista da comunicação social, montar um plantão para transmitir as manifestações “por todo o Brasil”, como anunciavam a cada intervalo, a flagrante e constrangedora manipulação dos âncoras e repórteres se notava quando as tomadas mostravam uma quantidade sempre menor de pessoas em comparação àquela por eles anunciada. Como ocorreu em 2015, também se manteve em 2016 a narrativa de “todos indignados contra a corrupção”, que encontra terreno fértil em uma sociedade que se autorrepresenta (ALMEIDA, 2017) sempre subalternamente, de modo sujeito às narrativas que historicamente nos constituíram como colônia de exploração e que, reeditadas no contemporâneo, seguem nos (re)constituindo neocolonialmente.

Como indicamos na Figura 1, acima, as contranarrativas se construíram de várias formas. Exemplificamos apenas a tradução interlingual da Brigada Herzog (Quadro 2) e a retextualização (tradução intralingual), feita pelo coletivo Caneta Desmanipuladora, de duas manchetes da mídia comercial (Captura de Tela 1 e 2).

Quadro 2

BRIGADA HERZOG: LEGENDAGEM DE VÍDEOS DO INGLÊS PARA O PORTUGUÊS REPORTAGEM DA AL JAZEERA, MARÇO DE 2016
<u>Fragmento 1:</u> Nos últimos dois anos, as revistas <i>Veja</i> e <i>Época</i> foram criticadas pela cobertura mal fundamentada desta história. Alex Quadros, um jornalista que trabalha em São Paulo, escreveu um artigo longo acusando as revistas de fazerem alegações vagas sem apresentar qualquer prova documental.
<u>Fragmento 2:</u> Uma coisa sobre a qual as pessoas se tornaram mais conscientes é de que há setores da mídia que estão tentando tirar vantagem política dessa questão e assim, forçar um impeachment (...) através do Judiciário.
<u>Fragmento 3:</u> É um jornalismo de baixa qualidade, pois não há nenhuma prova, só insinuações (...) É uma guerra de informação.

Dentre os numerosos vídeos legendados pelos coletivos, selecionamos fragmentos deste em que há um investimento na narrativa sobre a tendenciosidade da mídia brasileira. No período compreendido pelo estudo, o ativismo político via tradução frequentemente se dedicou a promover o debate sobre a própria mídia, além de cobrir outros temas. Venício Lima, pesquisador da comunicação social brasileira, tem incansavelmente afirmado que o Brasil é um dos poucos países em que “a mídia não debate a mídia”, o que reforça a relevância dos movimentos contranarrativos, uma vez que pautam temas silenciados, invisibilizados ou lhes conferem enquadramentos diversos do olhar tradicional que nossa mídia comercial lhes dirige.

A partir do exemplo acima, destacamos também a prática da tradução interlingual como mecanismo para tentar validar nacionalmente a narrativa pública da comunidade internacional. Reportagens sobre o golpe feitas por canais como a Al Jazeera, o DemocracyNow e até mesmo canais tradicionais de notícia, como a CNN, entre outros, foram traduzidas e disseminadas pelas redes sociais, como uma reiteração da narrativa dos movimentos sociais, intelectuais, acadêmicos, mas a partir de um lugar de fala distinto – o estrangeiro. Por que temos a sensação de que a validação externa teria peso para reverter o golpe pode ser respondido por nossa história colonial. Seria mais fácil convencer os brasileiros de que estávamos sob a ameaça de um golpe se quem dissesse isso não fossem os brasileiros, mas a comunidade internacional? Esse trânsito dos coletivos entre textos oriundos de diversos países e do Brasil também incluiu a tradução – principalmente, entre o português, o inglês, o espanhol, alemão, francês, italiano, de manifestações públicas (notas de repúdio, moções, cartas abertas, notas em desagravo, abaixo-assinados), emitidas por instituições brasileiras e/ou estrangeiras posicionando-se contra o golpe. Ainda que esses atos de tradução (ou sua repercussão) precisem ser pensados em sua relação com nossa condição pós-colonial, como dissemos, necessa-

riamente indicam que a ruptura institucional que o golpe produziu em um contexto de aguda crise de nosso sistema de representação política, teve como desdobramento certo fortalecimento das diversas instâncias de representação da sociedade civil, a qual, por antagônico que pareça, parece tomar como inevitável a ação política institucional nas lutas por representatividade e visibilidade.

Captura de Tela 1: Caneta Desmanipuladora - tradução intralingual, 8 de junho de 2016



Captura de Tela 2: Caneta Desmanipuladora - tradução intralingual, 26 de maio de 2016



Nestas capturas de tela, a tradução intralingual ou re-textualização cumpre o papel de tornar salientes tanto o notório enviesamento da mídia comercial, quanto a disputa pela narrativa. Note-se que, sem a reescritura em vermelho do texto, a narrativa inicial poderá parecer acima de qualquer suspeita em relação à “neutralidade” jornalística. A intervenção no texto dilata o discurso, forçando-o a explicitar a diferença constitutiva entre perspectivas e posicionalidades. Sobre “O Planalto”, expressão que remeteria à autoridade legítima, efetua-se um deslize pelo uso da palavra “golpistas”, muitíssimo contestada pelos golpistas, naturalmente, por ser altamente disfórica. A narrativa da mídia é posta em xeque quando o termo “integrantes”, neutro, é traduzido como “futuros delatores”, expressão de cunho pejorativo, que visa à exposição dos partidos que assaltaram o poder em 2016. A reformulação da aparentemente inofensiva expressão “saída de Dilma” para “golpe de estado em Dilma” oferece outra perspectiva a respeito dos áudios vazados sobre a grande farsa montada para justificar o golpe. A natureza ardilosa da conspiração contra Dilma se salienta pela tradução intralingual.

As principais contranarrativas públicas que emergiram dos diversos atos de tradução mencionados podem ser enunciadas como (1) *É golpe*; (2) *Rousseff não infringiu a lei de responsabilidade*; (3) *O golpe é misógino*; (4) *A mídia brasileira é parcial*; (5) *Os movimentos sociais apoiam Rousseff* e (6) *Os manifestantes pró-golpe pertencem à elite socioeconômica*.

Sintetizamos no Quadro 3 os recursos discursivos utilizados pelos polos antagônicos na construção cotidiana das narrativas que circularam – e ainda circulam – a respeito da situação política Brasileira.

Quadro 3: Narrativas como construção discursiva

MÍDIA EMPRESARIAL	COLETIVOS DE TRADUTORES VOLUNTÁRIOS
Atenuadores, eufemismo e omissão como mecanismos discursivos para legitimar o golpe;	Uso afirmativo de termos como “golpe” e “conspiração”;
Promoção de manifestações pró-golpe e apagamento ou cobertura mínima das manifestações anti-golpe;	Transmissão ao vivo pela internet (redes sociais) das manifestações e atos anti-golpe;
Representação homogeneizada de grupos anti-golpe (todos são “Petistas”);	Representação de diversos grupos no movimento anti-golpe, e do dissenso entre alguns;
Quase totalidade dos editoriais pró-golpe (valência negativa ou neutra);	Análises incluem visões críticas ao Partido dos Trabalhadores, à esquerda, mas contrárias ao impeachment;
<i>Locus</i> enunciativo garantido a alguns juristas favoráveis ao golpe e tempo/espço de fala maior para parlamentares pró-golpe;	<i>Locus</i> enunciativo garantido a intelectuais, acadêmicos, artistas, estudantes e a comunidade internacional progressista, anti-golpe;
Criminalização dos movimentos sociais através do uso de vocabulário e estruturas sintáticas;	Espço para a expressão e/ou adesão aos movimentos sociais;
Divulgação de matérias de canais internacionais que adotaram narrativa de “impeachment”;	Divulgação de matérias de canais internacionais que adotaram narrativa de golpe;
Combate à corrupção como bandeira;	Divulgação de análises que incluem, mas não se restringem à corrupção;
“Framing” positivo das políticas de austeridade e cortes em políticas ligadas ao bem-estar social.	Apoio à luta contra a perda de direitos ligados ao trabalho, previdência e educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações coletivas que possibilitaram apresentar contranarrativas àquelas impostas pela mídia corporativa local não são um fenômeno exclusivo do contexto brasileiro nem tampouco recente. No trabalho etnográfico que Juris e Kashnabish apresentam na coletânea *Insurgent Encounters* (2013), traça-se um panorama histórico dos arranjos interacionais de engajamento político contemporâneo que subvertem formas tradicionais de ativismo a constituir laboratórios sociais que prefiguram modos de vida e de organização social. Dois anos antes do primeiro encontro de coletivos de redes solidárias de mídia alternativa, que, em 1999, viria a redundar na formação do *Independent Media Center* (IMC ou Indymedia), em Seattle, nos Estados Unidos, a seguinte mensagem do líder zapatista, Subcomandante Marcos foi transmitida em um evento sobre mídia livre:

Temos que escolher: podemos adotar uma postura cínica diante da mídia e dizer que nada pode ser feito em relação ao poder do dólar que se reproduz em imagens, palavras, comunicação digital e sistemas de informação que são invasores não apenas no sentido do poder, mas na forma de ver o mundo, de como eles acham que o mundo tem que ser. Poderíamos dizer, bem, “as coisas são assim mesmo” e não fazer nada. Ou podemos simplesmente assumir a incredulidade: dizer que qualquer comunicação feita pelos monopólios midiáticos é mentira. Podemos ignorá-los e seguir com nossas vidas. Mas há uma terceira opção que não é nem de conformismo, nem de ceticismo ou descrença: construir um modo diferente de se ter uma visão críti-

ca do mundo – mostrar ao mundo o que está realmente acontecendo – e interessarmo-nos pela verdade do que acontece às pessoas que habitam cada canto desse mundo. (Subcomandante Marcos no evento Freeing the Media Teach-in em Seattle, 1997, *apud* STRINGER, 2013, p. 321, tradução nossa)⁷⁴

A experiência zapatista de constituição de redes horizontalizadas de difusão de contrainformação sobre o processo revolucionário nas Chiapas, México, se deu como forma de resistência e ativismo contra o neoliberalismo em um cenário de concentração comercial da mídia que guarda semelhança com o atual, embora, sobre hoje, se deva acrescentar não só a agudização do sofrimento dos povos produzido pela sanha predatória neoliberal, mas também o domínio por parte dos oligopólios das tecnologias de informação e comunicação, relativizando sensivelmente a ideia inicial de que as redes consolidariam uma cultura de comunicação democrática (GOMES, 2005 para discussão sobre os potenciais e limites da democracia digital).

Por sua vez, a tradução como prática engajada sempre desempenhou algum papel, seja nos contornos que deu às atividades socioculturais dos povos, seja nas lutas travadas por diversas sociedades ao longo da História, ora contribuindo com as hegemonias constituídas, ora com as contra-hege-

⁷⁴ “We have a choice: we can have a cynical attitude in the face of the media, to say that nothing can be done about the dollar power that creates itself in images, words, digital communication, and computer systems that invades not just with an invasion of power, but with a way of seeing that world, of how they think the world should look. We could say, well, “that’s the way it is” and do nothing. Or we can simply assume incredulity: we can say that any communication by the media monopolies is a total lie. We can ignore it and go about our lives. But there is a third option that is neither conformity, nor skepticism, nor distrust: that is to construct a different way – to show the world what is really happening – to have a critical world view and to become interested in the truth of what happens to the people who inhabit every corner of this world” (Subcomandante Marcos no evento Freeing the Media Teach-in em Seattle, 1997, *apud* STRINGER, 2013, p. 321).

monias. Dentre os inúmeros exemplos desse papel, citados por Maria Tymoczko (2010), destacamos os processos de descolonização dos países da América hispânica em que a tradução colonialista e as práticas de “tradução resistente” refletiam os tensionamentos que culminaram em movimentos revolucionários diversos; a tradução da bíblia como componente de uma política de docilização dos povos indígenas na Amazônia; a força da tradução de conteúdos pornográficos e manuais médicos na abertura de um espaço para o erótico na cultura moderna israelense, inicialmente dominada por um ethos puritano durante a formação do estado de Israel; a constituição identitária latino-americana; a tradução para o português, por Else Vieira⁷⁵, de um livro como instrumento de denúncia contra a ditadura militar brasileira nos anos 1960. Estas são algumas das inúmeras circunstâncias históricas em que a tradução teve fundamental importância sociopolítica, embora se argumente que, como campo disciplinar, os Estudos da Tradução tenham, de fato, experimentado uma “virada sociológica” a partir dos anos 2000 (ANGELLELI, 2014).

Nos processos recentes de ativismo contra os oligopólios da mídia, os projetos de tradução geralmente têm caráter transnacional, tensionando os limites outrora conhecidos em contextos tecnologicamente restritos à transmissão de conteúdos a partir de eixos centralizados e verticais. Observou-se que é possível forjar uma política de tradução, em seu sentido *lato* ou *stricto*, que fomente a negociação da diversidade, que represente uma força contra a violência e que exponha as tensões e disparidades na desigualdade socioeconômica que os discursos hegemônicos tentam apagar. Contudo, no que diz respeito à disputa narrativa, a ação dos coletivos de tradução durante a consolidação do golpe de 2016 geralmente circunscreveu-se à reação e resistência à hegemonia midiática brasileira, traço também detectado

⁷⁵ 1964: A Conquista do Estado; Ação Política, poder e golpe de Classe (Rene Armand Dreifuss, Editora Vozes)

por Tymoczko (2010) em seus estudos sobre tradução e ativismo. De todo modo, a polarização ideológica que refreou eventuais posicionamentos mais autônomos e propositivos por parte dos coletivos não impediu que ademais se confirmasse o papel da tradução como prática de contestação e de luta social.

Referências

- ALMEIDA, Júlia Costa. *Fardo da autorrepresentação do brasileiro: discurso e contradição*. São Paulo: Pontes, 2017.
- ANGELLELI, Claudia V. *The Sociological Turn in Translation and Interpreting Studies*. John Benjamins, Amsterdã, 2014.
- BAKER, Mona. *Translation and Conflict: A Narrative Account*. Londres e Nova Iorque. Routledge, 2006.
- _____. *Translating Dissent*. Londres e Nova Iorque. Routledge, 2016.
- BORGES, Altamiro. *Disputar a Narrativa para Enfrentar o Golpe*. Blog do Miro, 19 de abril de 2018. Disponível em: <https://altamiroborges.blogspot.com/2018/04/disputar-narrativa-para-enfrentar-o.html>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.
- CARTA, Mino. Jornalismo à Brasileira. In: Gonçalves, Mírian (Org). *Enciclopédia do Golpe, Vol 2: O Papel da Mídia*. Bauru: Canal Editora, 2018. p. 11-14.
- CORTÁZAR, Julio. *Valise de Cronópio*. Tradução de Davi Arrigucci Jr. e João Alexandre Barbosa. Perspectiva: São Paulo, 2008. (2ª reimpr. da 2ª edição de 1993).
- FERES JÚNIOR, João. Em Defesa das Valências – uma réplica. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 19. Brasília, janeiro - abril de 2016, p. 277-298.
- _____. Partidarismo Midiático. In: Gonçalves, Mírian (Org). *Enciclopédia do Golpe, Vol 2: O Papel da Mídia*. Bauru: Canal Editora, 2018. p. 178-188.
- GOMES, Wilson. Esfera pública política e *media*. Com Habermas, contra Habermas. *Anais do VI Encontro anual da COMPÓS*, Unisinos, 1997.
- _____. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *Revista Fronteiras - Estudos midiáticos, Unisinos*. Vol. VII Nº 3 - setembro/dezembro 2005. p. 214-222.

HABERMAS, Jürgen. Further Reflections on the Public Sphere, In: *Habermas and the Public Sphere*, Craig Calhoun (Org), Cambridge, Massachussets, MIT Press, 1996. p. 421-461.

_____. *Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

JAKOBSON, Roman. Os aspectos linguísticos da tradução. 20. ed. In: *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1995.

JURIS, Jeffrey S. *Networking Futures: The Movements against Corporate Globalization*, Durham e Londres: Duke University Press, 2008.

JURIS, Jeffrey S. e KHASNABISH, Alex (Orgs), *Insurgent Encounters: transnational activism, ethnography, and the political*. Duke University Press. Durham e Londres,

LIMA, Venício A. de, Parlamentares e Radiodifusão: relações suspeitas, In: *Mídia: Crise Política e Poder no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. *Os Falsos Paladinos da Liberdade de Expressão*. Portal Vermelho. 01/08/2012. Disponível em: <https://www.vermelho.org.br/noticia/189986-6> Acesso em: 13 de agosto de 2018.

LIMA, Venício A. de & GUIMARÃES, Juarez (Orgs). *Liberdade de Expressão: as várias faces de um desafio*. São Paulo: Paulus, 2013.

LIOTTI, Jorge. The Complex Relationship between the Media and the Political System in Argentina: from co-option to polarization. In: Manuel Alejandro Guerrero e Mireya Márquez-Ramírez. *Media Systems and Communications Policies in Latin America*, 2014. p. 100-121.

MATOS, Carolina. Public Service Broadcasting and Media Reform in Brazil in Comparative Perspective. In: Manuel Alejandro Guerrero e Mireya Márquez-Ramírez. *Media Systems and Communications Policies in Latin America*, 2014. p. 208-225.

MAUERSBERGER, Christof. *Advocacy Coalitions and Democratizing Media Reforms in Latin America: Whose Voice Gets on the Air?* Springer, 2016.

MEY, Jacob L. Etnia, identidade e língua. In: Signorini Inês (Org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. São Paulo: Mercado de Letras; Fapesp, 1998.

MIGUEL, Luis Felipe. Quanto Vale uma Valência? In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 17. Brasília, maio - agosto de 2015, p. 165-178.

SOMERS, Margaret R. e GIBSON, Gloria D. Reclaiming the Epistemological “Other”: Narrative and the Social Constitution of Identity, In: Craig Calhoun (Org.) *Social Theory and the Politics of Identity*, Oxford e Cambridge. Blackwell, p. 37-99, 1994.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STRINGER, Tish. This is What Democracy Looked Like. In: Jeffrey S. Juris e Alex Khasnabish (Orgs), *Insurgent Encounters: transnational activism, ethnography, and the political*. Duke University Press. Durham e Londres, 2013. p. 318-341.

TYMOCZKO, Maria. *Translation, Resistance, Activism*. (Org.). University of Massachusetts Press. Amherst e Boston, 2010.

VIANNA, Rodrigo. G de Golpe. In: Gonçalves, Mírian (Org.). *Enciclopédia do Golpe, Vol 2: O Papel da Mídia*. Bauru: Canal Editora, 2018. p. 86-99.



EDUCAÇÃO ESCOLAR E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE “ESCOLA SEM PARTIDO”

JULIANA PEREIRA RAGETELES GOMES

Educação

julianaragetelesgomes@gmail.com

ANA CAROLINA GALVÃO

Educação

galvao.marsiglia@gmail.com

INTRODUÇÃO

A destituição de Dilma Rousseff, em agosto de 2016, explicitou uma grave crise democrática que sofríamos neste país. O golpe, como caracterizaremos o *impeachment*, teve como principal vítima a classe que vive do trabalho, alvo mais frágil da sucessão de contrarreformas impostas pelo governo vigente comandado por Michel Temer.

Desde as eleições presidenciais de 2014, em que Dilma foi reeleita, um clima de insatisfação se instaurou dentre aqueles que foram derrotados nas urnas. Estes, logo perceberam que o caminho do voto já não era suficiente e assim que teve início o segundo mandato da presidenta, iniciou-se também uma série de movimentações a fim de derrubá-la. Vimos se agigantar o conservadorismo, levando o país a uma acentuada e perigosa curva à direita. Boulos (2016) nomeou tal fenômeno de “onda conservadora”.

Neste contexto, projetos que antes encontrariam maior resistência, são mais facilmente apresentados. Dentre eles podemos citar: a redução da maioria penal; a revogação do Estatuto do Desarmamento; a criminalização do aborto, caracterizando-o como crime hediondo; a criação do Estatuto da Família, estabelecendo que família seja um núcleo formado unicamente entre a união de um homem e uma mulher. Enquanto isso, saudosos da ditadura clamam por intervenção militar. Racistas, homofóbicos, machistas e elitistas expõem sem nenhum pudor suas convicções.

É neste cenário de que a extrema direita encontra terreno fértil e cresce com fome de poder, objetivando atingir e influenciar todas as instâncias da sociedade e a educação escolar não ficou de fora. Não é novidade que a escola pública é alvo de ataques para empobrecê-la e sucateá-la. Uma das expressões desse fenômeno nesses tempos de golpe é o Projeto “Escola sem Partido”, que buscaremos analisar neste texto, apontando-o como a expressão, mais atual e acentuada de um cenário antidemocrático instaurado no Brasil. Para isso, apresentaremos brevemente um panorama da conjuntura histórica e política do país, a fim de compreendermos os motivos pelos quais tal projeto se destaca.

A ATUAL CONJUNTURA HISTÓRICA E POLÍTICA BRASILEIRA

O ano de 2016 se revelou um marco para a história recente do Brasil, em que, após uma série de acontecimentos, consolidou-se o *impeachment* da presidenta Dilma Vana Rousseff que exercia seu segundo mandato presidencial. De acordo com os dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Dilma, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi reeleita à Presidência da República em outubro de 2014 com 51,64% dos votos válidos (54.501.118 de votos), derrotando o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Aécio Neves da Cunha.

Braga e Casalecchi (2016) destacam que a competição eleitoral está no âmago da democracia representativa moderna. Logo, em um estado democrático, a população vai às urnas, de tempos em tempos, para escolher seus representantes. Os autores esclarecem que, como em qualquer jogo, o resultado sempre gerará vencedores e perdedores, no entanto, numa democracia espera-se que o grupo vencido aceite os resultados e as regras do jogo e aguardem uma próxima oportunidade para vencê-lo, porém, não foi isso que aconteceu após o pleito que reelegera Dilma Rousseff.

O que vivenciamos no Brasil nas eleições presidenciais de 2014, de acordo com Braga e Casalecchi (2016), foi um fenômeno nunca antes presenciado em nenhum outro momento da história da democracia brasileira. Pela primeira vez, desde 1988, uma eleição presidencial tem uma diferença tão pequena entre a candidata vitoriosa e o candidato perdedor. Dilma venceu com uma diferença de apenas 3,28% para Aécio Neves.

Um clima de derrota e insatisfação tomou parte do eleitorado que não aceitou a vitória de Dilma nas urnas, dando início a uma série de manifestações em diversas regiões do país. Vestidos de verde e amarelo, nos dias 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2015, milhões de pessoas foram às ruas protestar contra a corrupção e a favor do *impeachment* de Dilma.

Com pesar, Chaui (2016) destaca a participação de muitos trabalhadores em diversas manifestações pró-*impeachment*. Segundo ela, a ascensão social proporcionada pelos programas de redistribuição de renda fez crescer o que hoje denominou-se “a nova classe média”.

A autora afirma que, na verdade, o que vimos surgir no país foi uma “nova classe trabalhadora” e não uma “nova classe média”. Ela explica, com base nas ideias de Marx, que, no modo de produção capitalista, a classe dominante é proprietária privada dos meios sociais de produção (capital produti-

vo e capital financeiro), enquanto que a classe trabalhadora é “proprietária” apenas de sua força de trabalho que, diante da necessidade de garantir sua sobrevivência, é obrigada a vendê-la em troca de um determinado salário. Nessa lógica, temos duas classes antagônicas que ocupam os dois pólos do sistema capitalista: a classe dominante e a classe trabalhadora. Entretanto, há pessoas que não se encaixam na classe dominante e nem na classe trabalhadora, estas ficaram entre os polos supracitados. A esse conjunto de cidadãos deu-se o nome de classe média, ou, a pequena burguesia.

Chauí (2016) explica que a classe média, especialmente no Brasil, é composta majoritariamente por donos de pequenas propriedades fundiárias, proprietários de pequenos comércios não filiados a grandes redes de oligopólios transnacionais e também profissionais liberais não assalariados. Essa parcela da sociedade, de acordo com a autora, foi bastante beneficiada pela política econômica dos últimos dez anos, porém, sua prosperidade não foi maior que a da classe trabalhadora, então, a classe média viu, com maus olhos, a classe trabalhadora usufruir de serviços que antes eram exclusivamente utilizados pelos mais privilegiados. Chauí (2016, p. 20) ainda afirma que o imaginário da classe média “[...] é povoado por um sonho e um pesadelo: seu sonho é tornar-se parte da classe dominante; seu pesadelo, tornar-se proletária”.

A autora alerta que com a melhoria na qualidade de vida da classe trabalhadora e sua significativa inserção no mercado de consumo de massa, muitos membros dessa classe passaram a se identificar e a aderir à ideologia da classe média, crendo, erroneamente, que também pertenciam a ela. Porém, isso é impossível, pois embora suas vidas tenham melhorado, ainda assim, continuam sendo classe trabalhadora, proletariado. Assim, quando a classe média, encorajada pelos meios de comunicação, foi às ruas pedir a retirada da presidenta eleita, a nova classe trabalhadora acompanhou esse movimento.

As manifestações [...] foram majoritariamente de classe média porque, de fato, essa classe, ao ter sido menos favorecida do que a classe trabalhadora pelos programas sociais do governo Lula, se sente descontente, uma vez que deseja manter padrões tradicionais de vida e consumo (a educação privada, os planos de saúde, o uso de empréstimos bancários para aquisição de imóveis em condomínios e de veículos etc.), sentindo-se ameaçada com o surgimento da nova classe trabalhadora. (CHAUI, 2016, p. 21)

Melo (2016) destaca que há mais de 50 anos que a direita brasileira não sabia o que era fazer mobilização de massas, mas que esse quadro mudou a partir de março de 2015. Segundo o autor, o golpe de 1964 que depôs Jango, contou com a participação e com o apoio de parcelas da sociedade brasileira, tanto da classe média quanto da classe menos privilegiada, movidas pelo medo do famigerado “fantasma comunista”. Nesse clima, nasceram os movimentos “Campanha do Rosário em Família” e “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”.

Para o autor, é impossível não trazer o ano de 1964 à memória e compará-lo com o quadro político que estamos vivenciando atualmente no país. Segundo ele, a intervenção militar de 1964 foi feita para conter uma escalada das lutas sociais. Foi exatamente para deter o avanço das mobilizações de setores subalternos, da classe trabalhadora urbana e rural, que a direita buscou construir uma mobilização de massas para depor um presidente que tinha a fama de “fomentador da luta de classes”.

Gomes (2016) aponta que o Brasil viveu, no ano de 2016, uma das mais graves ameaças à sua democracia desde o fim do período ditatorial empresarial-militar. Diante de tal afirmativa se faz propício recorrermos à história buscando compreender que modelo democrático é esse que foi ferido e por qual motivo ele nos é tão caro.

A DEMOCRACIA NA HISTÓRIA

É certo que quando tomamos o tema da democracia como debate não falamos de forma homogênea, pelo simples fato de que não existe apenas uma maneira de encarar e compreender esse regime. Touraine (1996) acredita que ao longo dos séculos nós associamos a democracia à nossa libertação das prisões instituídas pelas religiões, absolutismos e ideologias de Estado. Conformamo-nos e limitamo-nos a uma concepção modesta da democracia: a vontade da maioria. Não que essa definição esteja totalmente equivocada, mas já não nos é suficiente.

A história aponta a Grécia antiga, mais especificamente Atenas, por volta do século VI a.C., como o berço da democracia. De acordo com as raízes gregas, o termo democracia significa “o poder do povo”, palavra derivada de *demokratia*, em que *demos* significa povo e *kratos* significa poder. Esse poder dizia respeito tanto ao âmbito privado quanto ao âmbito coletivo da vida em sociedade.

Atribui-se, tradicionalmente, a Clístenes a invenção da democracia, porém, Jones (1997) salienta que esse regime não nasceu pronto e acabado como fruto das ideias de um homem, mas desenvolveu-se ao longo de quase dois séculos de existência, de 508 a 322 a.C, construída e aperfeiçoada coletivamente.

Pressupunha-se, no modelo democrático ateniense, que todos os cidadãos participassem de alguma forma do governo. Tal iniciativa foi marcada por fortes elementos de exclusão já que não se estendia a toda população. Foram excluídos os *metecos* (estrangeiros domiciliados em Atenas), que, embora fossem obrigados a pagar impostos e a prestarem serviço militar, eram proibidos de exercer cargos públicos, pois não pertenciam à *demos*. Os escravos, que constituíam a maior parte da população, foram excluídos, assim como todas as mulheres e também os jovens com idade inferior a 18

anos. Em suma, o corpo político na democracia ateniense era composto por uma elite minoritária e não por todos, como erroneamente nos induziram a acreditar.

O regime democrático de Atenas adquiriu sua forma definitiva por volta da metade do século V e assim permaneceu até o término da independência grega, quando, por consequência da Guerra do Peloponeso (431 e 404 a.C), desaparece do cenário histórico-político. Neste momento, entravam em cena os governos despóticos.

Somente dois mil anos após a experiência grega é que a democracia renasceu timidamente no panorama político, em decorrência das revoluções Americana, em 1776 e Francesa, em 1789 cujas constituições inspiraram-se na teoria de soberania popular do filósofo Jean-Jacques Rousseau, que acreditava na soberania política da vontade coletiva.

No entanto, a democracia na modernidade se desenvolveu de forma diferente da que foi vivida em Atenas. Beçak (2013) acredita que praticamente não existe relação entre os conceitos de democracia vivida pelos antigos gregos com aquela que se firmou no final do século XIX. Cavazzani (2014) esclarece que a prática grega se tornou inviável no Estado moderno devido ao seu volume populacional, seu dinamismo e os incontáveis interesses em constante conflito. Logo, a representatividade foi o modo mais viável encontrado para o exercício da democracia neste novo modelo de sociedade.

Atualmente vivenciamos no Brasil a democracia em sua forma representativa. Bobbio (1987) define este modelo como aquele no qual as decisões coletivas são tomadas não por aqueles que dela fazem parte, mas por pessoas que foram eleitas para essa função. Para o autor, o jogo político democrático deve ser o mais igualitário possível, permitindo, desta forma, que todo cidadão consiga fazer parte ou até mesmo intervir nele, mas, como na Grécia Antiga, isso não acontece, tendo em vista que as condições objetivas de vida de cada cidadão o afasta ou o aproxima deste jogo. Para Abdalla

(2017), as democracias em sociedades com contradições de classe acabam por manter a distinção entre os que realmente exercem a soberania e os que são apenas iludidos com a ideia de que possuem poder de decisão.

Apesar de o modelo democrático ser entendido como aquele mais justo para se viver em sociedade, muitos estudiosos acreditam que a democracia, especialmente a representativa, está vivendo uma séria crise mundial. É o entendimento de Cavazzani (2014), que defende a ideia de que toda e qualquer forma de governo exercido por indivíduos em uma sociedade capitalista entrará em falência em um determinado momento.

Isso porque a sociedade capitalista se divide em classes e as classes mais abastadas valem-se do domínio e exploração das classes menos favorecidas, logo, seria uma ingenuidade acreditar que os membros destas diferentes classes sociais comungariam dos mesmos interesses. Logo, o princípio que impera numa democracia burguesa é a desigualdade.

Se por um lado temos como valiosos os ideários democráticos, concordando, quase que por unanimidade, que devemos conceder a cada cidadão ou cidadã a mesma dignidade, consideração e igualdade (MIGUEL, 2016), por outro, facilmente chegaremos à conclusão que essa é uma ideia que fica apenas no plano da aparência do que é a democracia. Se buscarmos a essência do fenômeno, logo perceberemos que atualmente, assim como na democracia grega, muitos ficam de fora da tomada de decisões e até mesmo se furtam, ou são furtados, da mínima participação como cidadãos.

Ciente deste fato, Faria (2016) acredita que devemos, por meio da educação, romper com o paradigma de que a legitimidade de uma decisão está pura e simplesmente no voto da maioria, mas na deliberação do que é melhor para todos. É uma mudança radical e requer uma violenta ruptura com o individualismo. Segundo ela:

Tais processos podem ocorrer em diferentes espaços incluindo desde pequenos grupos até fóruns mais amplos. Assim sendo, a democracia deliberativa não descarta o voto e a regra da maioria enquanto recurso de aferição da vontade e da decisão pública, mas vai além ao refletir sobre a própria constituição da vontade. (FARIA, 2016. p. 205)

Segundo Touraine (1996), a cultura democrática deve penetrar todos os aspectos da vida social e essa é uma tarefa da educação, que deve conduzir os alunos a valores universais e contra uma educação subdividida por classes, que ponha por terra a concepção de uma educação por mérito individual.

O autor também declara que se deve dar à educação dois objetivos de igual importância para que se possa, enfim, alcançar uma educação democrática. O primeiro é uma educação que vise à formação da capacidade de ação racional, compreendendo que o conhecimento deve ser o cerne do processo educativo e por isso deve ser protegido. A escolha deve zelar pelo conhecimento e sua socialização. Não o conhecimento que atenda às necessidades econômicas, mas o conhecimento que objetive o humano em suas relações com seus pares e com o mundo material e intelectual. O segundo objetivo é a educação para o reconhecimento do outro como sujeito, promovendo a compreensão de que o ser humano é um ser social, portanto, vive e depende da coletividade. Uma educação para a cultura democrática desenvolverá mais a coletividade do que o individualismo, mais a colaboração do que a competição.

As concepções supracitadas sobre educação, conhecimento e democracia nos auxiliarão na análise do Projeto “Escola sem Partido”, destacando-o como uma das ameaças mais graves, na atualidade, que ronda a educação escolar.

PROJETO “ESCOLA SEM PARTIDO”: UMA BREVE ANÁLISE

Como já foi exposto, o golpe que marcou a história do Brasil no ano de 2016 e seus desdobramentos, anteriores e posteriores ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, foi caracterizado por uma crescente e violenta onda conservadora. Como resultado deste conservadorismo, projetos adormecidos tomaram força e ganharam uma visibilidade nacional, tornando-se objeto de grande preocupação.

Diante de vários fenômenos que se apresentaram no campo educacional nos últimos tempos, este texto se aterá ao Projeto “Escola sem Partido” (Projeto de Lei nº 867/2015), a fim de contribuir com uma leitura crítica de tal proposta que vem, a cada dia, ganhando mais espaço e apoiadores.

O levantamento mais recente, realizado em janeiro de 2018, aponta que projetos inspirados nos ideários do “Escola sem Partido” tramitam, ou já tramitaram, em 16 estados e em mais de 130 municípios brasileiros. Bárbara, Cunha e Bicalho (2017) destacam que o primeiro projeto do programa foi apresentado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), em maio de 2014, pelo Deputado Flávio Bolsonaro, pertencente ao Partido Social Cristão (PSC). No ano seguinte (março de 2015), o Deputado Federal Izalci Lucas Ferreira (PSDB/DF) apresentou na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) nº 867/2015, a fim de incluir entre as diretrizes e bases da educação nacional o “Programa Escola sem Partido”. É sobre este projeto que discutiremos adiante. Com esse mesmo objetivo, Magno Malta, do Partido da República (PR/ES), apresentou no Senado o PL nº 193/2016, mas, diante do repúdio da Comissão de Educação do Senado, ele recuou e solicitou a retirada de tramitação do projeto na Casa.

Penna (2017) esclarece que esse discurso não é algo recente e vem sendo compartilhado desde o ano de 2004. Porém, as propostas contidas neste movimento eram tão ab-

surdas que, naquele momento, não ganhou notoriedade no meio educacional. Contudo, o autor destaca que, justamente por parecer tão absurdo, soou inofensivo e o projeto não foi devidamente enfrentado.

No entanto, utilizando-se de uma linguagem próxima ao senso comum, o discurso do “Escola sem Partido” cresceu e se espalhou. Ganhou força utilizando as redes sociais e a propagação de ideias simplistas e dicotômicas numa tentativa de reduzir e ridicularizar questões complexas.

A subestimação deste projeto foi um erro e o seu não enfrentamento rápido vem gerando graves consequências, pois projetos de lei que incorporam suas ideias não param de crescer. Só então, deu-se conta da real ameaça que se apresentava diante de nós.

Com a finalidade de melhor exposição das ideias contidas no Projeto “Escola sem Partido”, apresentaremos excertos do Projeto de Lei nº 867/2015, buscando refletir criticamente sobre os ideários ali defendidos e de que forma eles reverberam na educação pública brasileira.

O Projeto “Escola em Partido” é repleto de questões problemáticas e contraditórias. Talvez por isso foi menosprezado e acabou sendo ignorado por nós no passado. Porém, com o avanço da onda conservadora, o projeto ganhou força, especialmente pela confusão entre retrocesso e “liberdade de expressão”, propiciados pelo clima pós-moderno vigente desde a segunda metade do século passado.

Frigotto (2017, p. 17) caracteriza tal projeto como uma “[...] ameaça à vivência social e liquidação da escola pública como espaço de formação humana”. Tal definição se explicita diante da concepção de escolarização defendida. Para o “Escola sem Partido”, escolarização e educação caminham separadamente. Educar é função unicamente da família e da religião. O papel da escola e do professor seria o de instruir, limitando-se a compartilhar informações neutras, sem mobilizar valores ou discutir a realidade do aluno (como se isso

fosse possível). Qualquer prática contrária a isso é considerada doutrinação e deve ser punida. Vejamos o que defende o artigo 3º do projeto:

Art. 3º São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes. (BRASIL, 2015, p. 2)

Contrariando tal concepção de educação, Miranda (2014) afirma que o processo educativo se dá tanto no espaço da família quanto fora dela, sendo a escola uma instituição decisiva para o seu pleno desenvolvimento.

Penna (2017) destaca que em nenhum momento fica definido o que seria essa tal “doutrinação política e ideológica”, o que, segundo o autor, já é um elemento inconstitucional: como proibir uma prática sem defini-la claramente?

Outro ponto importante a se destacar é o apelo religioso contido neste projeto. Segundo suas premissas, o professor não poderá, em suas aulas, apresentar nenhum tipo de conteúdo que entre em conflito com as convicções religiosas do aluno. No entanto, Saviani (2011a, p. 14) afirma que “[...] a escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber”. Nesse sentido, tal exigência interfere gravemente na socialização dos conteúdos científicos, fazendo que, por consequência, a escola esvazie-se e perca sua finalidade. Será usurpado do aluno o direito de ter acesso às objetivações humanas em suas máximas potencialidades, condenando-o a viver na superficialidade da vida ordinária.

Outro ponto a se destacar é que gera muita preocupação é a defesa de uma suposta neutralidade política e ideológica. O artigo 2º do projeto de lei estabelece que “A educação

nacional atenderá aos seguintes princípios: I- neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado” (BRASIL, 2015, p. 2).

O equívoco contido neste trecho aponta para a total ignorância, ou má fé, pois Oliveira (1996, p. 9) explica que “[...] a escolha e utilização de uma ou outra possibilidade já existente tem em seu bojo, consciente ou inconscientemente, uma posição ético-política determinada”. Em suma, o próprio projeto que exige neutralidade política e ideológica nas escolas não é neutro. Suas concepções e defesas são politicamente posicionadas.

Penna (2017), também aborda a questão da desqualificação do professor. O “Escola sem Partido” cria no imaginário popular uma figura docente demonizada, como aquele que deva ser vigiado, pois pode, em suas aulas, desvirtuar os valores familiares dos alunos. O artigo 4º do projeto estabelece:

[...] No exercício de suas funções, o professor:

I - não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária;

II - não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas;

III - não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;

IV - ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito;

V - respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções;

VI - não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula. (BRASIL, 2015, p. 3)

O projeto supracitado esvazia o trabalho docente ao retirar do professor aquilo que lhe é característico, o direito de ensinar. Penna (2017, p. 41) alerta que “[...] a desqualificação do professor no projeto aparece com a remoção, até explicitamente, de todas as suas atribuições profissionais, chegando ao extremo de excluir a sua liberdade de expressão”. Tal investida fere a liberdade de cátedra, atingindo o âmago da atividade docente. Desta forma, o professor perde sua real importância no processo de ensino e aprendizagem; é despido de seu caráter intelectual e reduzido a um mero informador.

Bagdonas e Azevedo (2017) advogam que, se a tarefa do professor fosse a de apenas veicular informações, tal profissão já teria sido superada pelas tecnologias atuais que disponibilizam informações de forma muito mais rápida e atualizada.

A proibição do estímulo de alunos à participação em manifestações, atos públicos e passeatas mostra-se excessiva e até mesmo contrária a uma educação democrática. Liquer (2017) defende que os movimentos estudantis, e, de um modo geral, a participação de jovens em protestos, é um fator de grande importância para o desenvolvimento de uma educação democrática, seja pelo conhecimento adquirido a partir da experiência, ou por fomentar nos alunos uma preocupação com as questões políticas da sociedade.

O projeto de lei ainda propõe a criação de um canal de denúncia direto entre os alunos e a Secretaria de Educação que receberia denúncias anônimas e repassaria para o Ministério

Público, criando, desta maneira, um forte clima de denunciismo de professores. Destarte, o “Escola sem Partido” implanta o medo, o cerceamento de ideias e a censura nas salas de aula.

Espinosa e Queiroz (2017) afirmam que os que defendem tal projeto o fazem apoiados na suposta preocupação com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras em todos os níveis de ensino. Novamente nos deparamos com a construção de um discurso que intenciona a depreciação do espaço escolar, apontando-o como um lugar contaminado, que precisa, portanto, ser purificado.

Não se trata, somente, de uma disputa por projetos de educação e de escolarização, mas, como aponta Caldas (2017), trata-se de uma disputa por narrativas, por sentidos, por percepções, representações e práticas do mundo social.

É importante salientar que não duvidamos que dentre os apoiadores desse projeto existam pais realmente preocupados com seus filhos e com a educação escolar que recebem. Numa leitura superficial, o projeto pode até parecer repleto de boas intenções e uma genuína tentativa de melhorar a educação pública. No entanto, Martins (2015) explica, com base no materialismo histórico-dialético, que a essência de um fenômeno não está posta explicitamente em sua concreticidade aparente. De acordo com a autora, a essência “[...] não se revela de modo imediato, mas sim pelo desvelamento de suas mediações e de suas contradições internas fundamentais” (MARTINS, 2015. p. 36).

No entanto, mesmo diante de fundamentações tão frágeis e que vão contra vários princípios da nossa Constituição, o “Escola sem Partido” alcançou um nível de expansão preocupante que não pode mais ser desconsiderado. O conhecimento de tal iniciativa se faz necessário a fim de que se construa coletivamente a resistência objetivando aniquilar, de vez, essa grave ameaça.

A RESISTÊNCIA

Buscando subsídios na história deste país, Ramos e Frigotto (2017) asseveram que movimentos de resistência sempre se organizam ao longo do tempo contra os desmandos que se impõem, logo, não poderia ser diferente diante de tal projeto.

É certo que o Escola sem Partido ganhou projeção nacional contando com o apoio de grupos como o MBL e o Revoltados OnLine. No entanto, os que se posicionam contrários aos ideários deste movimento não ficaram apáticos assistindo aos desdobramentos de tal iniciativa como meros expectadores. Ao perceberem a ameaça crescente, diversos grupos e movimentos, historicamente compromissados com a educação pública brasileira, se manifestaram, promovendo os mais variados encontros com o objetivo de aprofundar o debate sobre o tema.

Nas redes sociais, entre os grupos que já se formaram, se destaca o “Professores contra o Escola sem Partido”, iniciativa criada por professores e estudantes da Universidade Federal Fluminense (UFF) que reúne e divulga artigos, informativos, vídeo-aulas, debates e opiniões de vários profissionais da área de educação sobre a temática. Atualmente, conta com mais de 77 mil apoiadores. Trata-se de um dos primeiros movimentos sociais de oposição direta às propostas do “Escola sem Partido”.

Para além das mobilizações virtuais, o enfrentamento também tem se materializado em audiências públicas, debates em universidades, congressos etc. Para situar o Espírito Santo nesse contexto, temos como caso mais recente as duas audiências públicas promovidas em solo capixaba. A primeira, realizada pelo Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e a segunda, na Câmara dos Vereadores de Vitória, ambas com a finalidade de debater o Projeto de Lei nº 225/2017, do vereador Davi Esmael (PSB),

que trata sobre a implantação do Projeto Escola sem Partido no município.

A iniciativa de discutir tal projeto na Câmara partiu do vereador Roberto Martins (PTB) e mobilizou um grande número de interessados. Professores e estudantes de todas as etapas de ensino, movimentos sociais e comunidade acadêmica da UFES ocuparam a plenária. Na ocasião, a vice-reitora da UFES, Ethel Maciel, pronunciou-se contra tal proposta manifestando, assim, a postura da universidade.

Em contexto mais amplo e especificamente acadêmico, em julho de 2018 aconteceu o Congresso Nacional de Pedagogia Histórico-Crítica, que trouxe como tema central a defesa da escola pública e democrática em tempos de Projetos de “Escola sem Partido”. O evento mobilizou centenas de participantes comprometidos com a luta por uma educação pública e de qualidade.

Neste mesmo ano, a 13ª Reunião Regional Sudeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) abordou o tema “Em defesa da educação pública, laica e gratuita: políticas e resistências”, apontando mais uma vez para a necessidade de discutir a preservação da escola pública neste país, diante de tantas investidas contrárias.

Inúmeras outras iniciativas já foram formuladas e, certamente, ainda serão. Todos os esforços neste sentido convergem para um mesmo ideal: a preservação do direito de aprender, do dever de ensinar e da promoção de uma educação democrática.

A estratégia de resistência dos professores deve ser a de continuar disponibilizando a todos os indivíduos, independente de sua classe social, o acesso à riqueza intelectual humana, fazendo com que esta deixe de ser cultura burguesa, propriedade privada e seja socializada via educação escolar, lutando contra todo e qualquer tipo de pauperização dos conteúdos escolares.

Resistir ao “Escola sem Partido” é reafirmar que a importância da escola como espaço em que os professores devem preparar seus alunos para uma vivência consciente e crítica contra os conformismos que nos são impostos diariamente por uma sociedade de exploração e silenciamento da classe trabalhadora.

Duarte (2013, p. 246), aponta que “[...] quanto mais as ações realizadas no interior da escola se assemelham ao cotidiano da sociedade capitalista, mais alienante se torna a educação escolar.” Em contrapartida, afirma que “[...] lutar para que a escola transmita os conteúdos clássicos é uma atitude revolucionária”.

Essa luta passa pela mudança das narrativas postas que afirmam que a educação pública é um fracasso, ou, que o importante para os mais pobres é conquistar um diploma para, logo que possível, ingressar no mercado de trabalho. Precisamos criar novas narrativas, “uma narrativa de resistência”, como afirma Pinheiro (2017, p. 187), produtora de novas leituras e releituras, que promova uma contra narrativa em oposição e em enfrentamento à narrativa dominante ou que se pretende de dominação.

A escola contribui para a mudança desse paradigma quando cumpre seu papel social e consegue ensinar os conteúdos em suas formas mais desenvolvidas, se aproximando da superação da exploração do ser humano por outro ser humano. Posicionar-se a favor do socialismo é nossa real e efetiva resistência.

Referências

ABDALLA, Maurício. A democracia no capitalismo. In: SOUZA, Robson Sávio Reis; PENZIM, Adriana Maria Brandão; ALVES, Claudemir Francisco (Orgs.). *Democracia em crise: o Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2017. p. 19-44.

BAGDONAS, Alexandre; AZEVEDO, Hernani Luiz. O projeto de lei “Escola sem Partido” e o Ensino de Ciências. *Alexandria: Revista de Educação em Ciência e Tecnologia*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 259-277, nov. 2017. ISSN 1982-5153. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/alexandria/article/view/1982-5153.2017v10n2p259/35394>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BEÇAK, Rubens. Democracia moderna: Sua evolução e o papel da deliberação. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 50, n. 199, p. 7-23, jul./set. 2013. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/502915/000991392.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

BOULOS, Guilherme. A Onda Conservadora. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Org.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016, p. 29-32.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; CASALECCHI, Gabriel Avila. Vencedores e perdedores nas eleições presidenciais de 2014: O efeito da derrota nas urnas sobre a satisfação e o apoio em relação à democracia no Brasil. *Opin. Publica*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 550-568, dez. 2016. DOI: 10.1590/1807-01912016223550. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762016000300550&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 jun. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 867, de 2015*. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

CALDAS, Renan Rubim. O antinovimento social “Escola Sem Partido” e a negação da produção de subjetividades nos espaços públicos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29. *Contra os preconceitos: história e democracia*. Anais..., [s.l.]: Anpuh, 2017. Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.files.wordpress.com/2016/07/artigo_anpuh-2017-renan-rubim.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

CAVAZZANI, Ricardo Duarte. Crise da democracia representativa e os reflexos sobre a separação dos poderes: O enfraquecimento do Estado. *Constituição, Economia e Desenvolvimento. Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional*, Curitiba, v. 6, n. 11, p. 339-361, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.abdconst.com.br/revista12/criseRicardo.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 15-22.

DUARTE, Newton. *A individualidade para-si*: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

ESPINOSA, Betty R. Solano; QUEIROZ, Felipe B. Campanuci. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” Partido*: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 49-62.

FARIA, Cláudia Feres. Democracia deliberativa e (des)igualdade. In: MIGUEL, Luis Felipe (Org.). *Desigualdades e Democracia*: o debate da teoria política. São Paulo: Editora Unesp, 2016. p. 203-222.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola Sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” Partido*: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 17-34.

GOMES, Ciro. Por que o golpe acontece? In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). *Por que gritamos golpe?*: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 39-41.

JONES, Peter V. *O mundo de Atenas*: Uma introdução à cultura clássica ateniense. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LIQUER, Isabella Ribeiro. *Educação e Cidadania*: reflexões sobre a (in)constitucionalidade do projeto de lei brasileiro ‘Escola sem Partido’. 100 f. Dissertação (Mestrado em Direito - Ciências Jurídico-Políticas) - Faculdade de Direito, Universidade do Porto. Porto, 2017. Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.files.wordpress.com/2018/01/liquer_educac3a7c3a3o-cidadania-inconstitucionalidade-escola-sem-partido.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

MARTINS, Lígia Márcia. As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. In: TULESKI, Silvana Calvo; CHAVES, Marta; LEITE, Hilusca Alves (Orgs.). *Materialismo histórico dialético como fundamento da psicologia histórico-cultural*: método e metodologia de pesquisa. Maringá: Eduem, 2015, p. 29-42.

MELO, Demian. A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Orgs.). *A onda conservadora*: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016, p. 67-76.

MIGUEL, Luis Felipe. Igualdade e democracia no pensamento político. In: MIGUEL, Luis Felipe (Org.). *Desigualdades e Democracia*: o debate da teoria política. São Paulo: Editora Unesp, 2016. p. 7-24.

MIRANDA, Jorge. Introdução ao direito da educação: direito português e direito brasileiro. *e-Pública*, Lisboa, v. 1, n. 2, p. 01-29, jun. 2014. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-184X201400020001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 jul. 2018.

OLIVEIRA, Betty. *O trabalho educativo*: reflexões sobre paradigmas e problemas do pensamento pedagógico brasileiro. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

PENNA, Fernando de Araújo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” Partido*: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 35-48.

PINHEIRO, Cristiano Guedes. *Escola Sem Partido (ESP) versus Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP)*: tensões e discurso nas redes sociais. 251 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2017. Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.files.wordpress.com/2018/02/pinheiro_esp-vs-pcesp.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

RAMOS, Marise Nogueira; FRIGOTTO, Gaudêncio. “Resistir é preciso, fazer não é preciso”: as contrarreformas do ensino médio no Brasil. *Cadernos de Pesquisa em Educação*. Vitória, ES. a. 14, v. 19, n. 46, p. 26-47, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/19329/13057>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

SANTA BARBARA, Isabel Scrivano; CUNHA, Fabiana Lopes da; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Escola sem Partido: visibilizando racionalidades, analisando governabilidades. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” Partido*: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 105-120.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica*: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011a.

TOURAINÉ, Alain. *O que é a democracia?* Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 286 p.

VILALBA, Hélio Garone. O contrato social de Jean-Jacques Rousseau: uma análise para além dos conceitos. *Filogenese*.v. 6, n. 2, p. 63-76, 2013. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/helio-vilalba.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

O DISCURSO DA IDEOLOGIA DE GÊNERO E OS RETROCESSOS NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE AUTORITARISMO

ROSEMEIRE DOS SANTOS BRITO

Educação e Sociologia

roseje4@yahoo.com

MOVIMENTOS NEOCONSERVADORES E RETROCESSOS NA EDUCAÇÃO

Início minhas breves considerações expressando minha forte preocupação com o atual momento da sociedade brasileira, caracterizado pela despolitização da educação, produção de discursos de ódio às diferenças e preparação de uma concepção de educação baseada na atmosfera do denunciismo e perseguição, nos termos já apontados por Frigotto (2017).

É nesse cenário que a escola pública é chamada à injusta tarefa de promover o adestramento de crianças e jovens, tendo a adesão silenciosa de valores que não permitam qualquer leitura autônoma de si mesmos e da realidade social, econômica, cultural e política do país. A comunidade escolar não é sequer convidada à condição de ator passivo nesse processo, pelo contrário, o que se verifica é a criminalização antecipada do trabalho docente, agora responsabilizado por todas as



mazelas sociais, infelizmente, ainda presentes em uma sociedade que se recusa a ser, de fato, democrática.

Não basta mercantilizar a educação, congelar investimentos por vinte anos; com a promulgação da Emenda Constitucional 95/2016 que, na prática, pode significar a eliminação da vinculação constitucional de recursos à educação⁷⁶, razões pelas quais emerge a exigência de retirada da autonomia de ensinar, aprender, educar e avaliar.

Movimentos neoconservadores e reformas educacionais de caráter autoritário pretendem que a função social da educação fique restrita à tarefa de instruir pessoas, ainda que tais iniciativas não venham acompanhadas de compreensão mais adensada sobre a dimensão entre instruir *versus* educar. Resgata-se, de forma não dialógica, o princípio superado da chamada *neutralidade científica*, como se a compreensão das determinações econômicas, da sociedade de classes, do racismo, da Lgtfobia, de natureza, sociedade e ser humano, pudessem ser algo que não requer o posicionamento político e crítico diante da realidade.

Ao fim e ao cabo, exige-se da educação pública a não produção de sujeitos históricos, autônomos, críticos, conscientes e capazes de elaborar seus próprios projetos de vida e formas de identificação. Com base no alerta feito por Frigotto (2017), é possível afirmar que a pedagogia da confiança e do diálogo, ainda em construção na escola pública, passa a ser substituída pela pedagogia policialesca do medo, da censura, da delação e criminalização do trabalho docente.

Na verdade, trata-se de promover uma ruptura gravíssima: a consolidação de um ideal de educação baseada na intolerância com o contraditório, horror à diversidade que nos

caracteriza, sobretudo, às diferenças de gênero, raça e etnia, em postura de absoluta indiferença às desigualdades que ajudam a manter e reproduzir (FRIGOTTO, 2017).

A violência presente nesse neoconservadorismo vem sendo intensificada pelo crescimento do Movimento Escola sem Partido, criado em 2004 e caracterizado pelo esforço de produção de uma concepção de educação supostamente neutra, desqualificação e criminalização antecipada de professores, por meio de estratégias discursivas baseadas na agressividade e defesa da supremacia da família, no que se refere à tarefa de educar e formar o cidadão (PENNA, 2017).

A desqualificação do professor e de seus saberes é um dos principais fundamentos do movimento Escola sem Partido (PENNA, 2017). Assim, a escola perde a sua dimensão de *lôcus* de vivência da micropolítica, tomando por base uma concepção de educação que pense o ato de educar como o encontro que se realiza entre pessoas que se comunicam (FREITAS, 2016).

A desqualificação do professor pelo não reconhecimento da sua condição de educador contribui para reforçar o fenômeno da *desprofissionalização*, ou seja, docentes não são vistos como grupo profissional autorregulado, autônomo, dotados de saberes próprios e legitimados de forma pública, não tendo que submeter-se à regulação alheia (OLIVEIRA, 2014).

Por fim, a defesa do poder total dos pais sobre os filhos remete a uma espécie de alucinação coletiva com a ideia da *“ideologia de gênero”*. Professores estariam usurpando a autoridade moral dos pais e da família tradicional, por meio da promoção de uma suposta ideologia antifamília que contribuiria para transformar crianças e jovens em gays e lésbicas (PENNA, 2017).

⁷⁶ Conforme Nota 1/2016 emitida pela Campanha Nacional de Direito à Educação e FINEDUCA – Associação Nacional de Pesquisadores de Financiamento da Educação, disponível em: http://www.fineduca.org.br/wp-content/uploads/2016/10/Nota-conjunta-FINEDUCA-NDE_01_2016.pdf.

O QUE SERIA A CHAMADA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”?

Para Rogério Diniz Junqueira (2016), pesquisador do INEP e estudioso do tema, verifica-se em diferentes países e continentes a eclosão de um ativismo religioso reacionário que encontrou no termo “gênero” o mote de suas mobilizações e ataques à educação. Para fins de esclarecimento, nos lembra que a denominação “ideologia de gênero” é invenção católica, nascida no Conselho Pontifício para a Família, da Congregação para a Doutrina da Fé, entre meados da década de 1990 e no início dos 2000, por meio de uma retórica anti-feminista, neofundamentalista e contrária as disposições do Concílio Vaticano II.

Há, portanto, a construção discursiva de uma nova “Teologia do Corpo”, na qual a heterossexualidade é retomada como padrão de normalidade, assim como a ideia de complementaridade entre homens e mulheres, com base na suposta existência de papéis sexuais específicos para cada um, no interior de um movimento, cada vez mais, reforçado pela crescente adesão de outras confissões religiosas, sobretudo, as igrejas neopentecostais. Trata-se, portanto, de uma ofensiva religiosa ultraradical voltada ao ataque de políticas voltadas para a defesa de direitos humanos de pessoas que vivenciam outros modelos de identidade de gênero e vivência da sexualidade. Opositores dessa cruzada moral seriam costumeiramente definidos destruidores da família, familiofóbicos, homossexualistas, gayzistas, feminazis, pedófilos, heterofóbicos, cristofóbicos, inclusive por força do crescimento do movimento Escola sem Partido (JUNQUEIRA, 2016; PENNA, 2016).

Um dos autores que dedicou-se a definir seu entendimento sobre a ideia de “ideologia de gênero” é o argentino Jorge Scala, advogado e professor de bioética na *Universidad Libre Internacional de las Américas*, fazendo uso de um discurso biologizante que retoma a existência de papéis sexuais destinados a homens e mulheres, conforme verifica-se abaixo:

Uma ideologia é um corpo fechado de ideias, que parte de um pressuposto básico falso – que por isto deve impor-se evitando toda análise racional –, e então vão surgindo as consequências lógicas desse princípio falso. As ideologias se impõem utilizando o sistema educacional formal (escola e universidade) e não formal (meios de propaganda), como fizeram os nazistas e os marxistas.

Seu fundamento principal e falso é este: o sexo seria o aspecto biológico do ser humano, e o gênero seria a construção social ou cultural do sexo. Ou seja, que cada um seria absolutamente livre, sem condicionamento algum, nem sequer o biológico –, para determinar seu próprio gênero, dando-lhe o conteúdo que quiser e mudando de gênero quantas vezes quiser.

Agora, se isso fosse verdade, não haveria diferenças entre homem e mulher – exceto as biológicas –; qualquer tipo de união entre os sexos seria social e moralmente boas, e todas seriam matrimônio; cada tipo de matrimônio levaria a um novo tipo de família; o aborto seria um direito humano inalienável da mulher, já que somente ela é que fica grávida; etc. Tudo isso é tão absurdo, que só pode ser imposto com uma espécie de “lavagem cerebral” global. (SCALA, 2012)

Posição semelhante pode ser encontrada na página da Conferência Nacional dos Bispos – CNBB/Regional Leste I:

As expressões “gênero” ou “orientação sexual” referem-se a uma ideologia que procura encobrir o fato de que os seres humanos se dividem em dois sexos. Segundo essa corrente ideológica, as diferenças entre homem e mulher, além das evidentes implicações anatômicas, não correspondem a uma natureza fixa, mas são resultado de uma construção social. Seguem o célebre aforismo de Simone de Beauvoir: “Não se nasce mulher, fazem-na mulher (sic)”. Assim, sob o vocábulo “gênero”, é apresentada uma nova filosofia da sexualidade. (RIFAN, 2015)

É importante sublinhar que o discurso de “ideologia de gênero” não é a mesma coisa que “estudos de gênero”, na medida em que no discurso antigênero são ignorados todos os avanços científicos produzidos por estudos de gênero; nas diversas áreas de conhecimento, assim como a luta dos movimentos feministas, etc., ao rotular toda essa literatura como mera teoria não científica, retoma-se o discurso biologizante que naturaliza diferenças baseadas em construções sociais e relações de poder.

Por tais razões, defendemos uma concepção de educação que esteja atenta à formulação do conceito de gênero, desde o chamado feminismo da segunda onda, momento em que o termo passou a ser utilizado por feministas anglo-saxônicas para diferenciá-lo do termo sexo, de forma que ambos passaram a ser vistos como completamente distintos.

Nesse sentido, é preciso reforçar que gênero é categoria analítica que permite desnaturalizar as desigualdades sexuais e a própria dominação masculina, por meio da análise das dinâmicas de poder no interior de instituições sociais,

tais como: estruturas domésticas, agências educativas, sistema político, constelações de significados, definições normativas, etc. (SCOTT, 1995; STOLCKE, 2004).

No Brasil, essa controvérsia ficou mais explícita durante a tramitação do último Plano Nacional de Educação, no Congresso Nacional, promulgado na Lei Federal 13.005/2014, de 25 de junho de 2014 (REIS & EGGERT, 2017).

O Plano Nacional de Educação, além de constituir instrumentos de uma política educacional como política de Estado, com financiamento adequado, planejamento e avaliação, durante sua tramitação significava a possibilidade de contemplar os desafios da promoção da igualdade de gênero, raça e sexualidade na educação, com vistas, inclusive, ao estabelecimento de meta específica relacionada a esse intento e criação das Diretrizes Curriculares Nacionais sobre Educação, Gênero e Sexualidade, com recorte racial, pelo Conselho Nacional de Educação (CONAE, 2014 *apud* VIANNA & UNBEHAUM, 2016). O texto de referência desse debate foi o documento Informe Brasil – Gênero e Educação, produzido no marco da Campanha Latino-Americana por uma Educação não sexista e antidiscriminatória.

Na já mencionada Conferência Nacional de Educação realizada em 2014, fora apresentadas as seguintes demandas: revogação do veto ao Kit Escola sem, Homofobia, criação de um dia de combate à homofobia no calendário escolar (17 de maio), acesso de transexuais e travestis a banheiros; conforme sua identidade de gênero, formação de profissionais da educação em relação às diferentes composições familiares e abordagem de conteúdos sobre a Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha – nos currículos escolares (VIANNA & UNBEHAUM, 2016).

Havia ainda demanda para que o Conselho Nacional de Educação estabelecesse limites legais às manifestações religiosas, de cunho conservador, nas escolas públicas, tendo

em vista frear práticas de intolerância religiosa, racismo, sexismo, homofobia, lesbofobia, transfobia, etc. (VIANNA & UNBEHAUM, 2016).

Apesar dos esforços empreendidos por pesquisadores/as do campo dos estudos de gênero, movimentos feministas e LGBT, associações científicas e demais entidades da sociedade civil, a mesma tensão pode ser verificada na tramitação dos Planos Estaduais de Educação e também nos Municipais, haja vista o fato que o planejamento educacional nacional foi aprovado pelo Congresso Nacional com veto à utilização do termo. O argumento era sempre mesmo, a falácia de que o instrumento normativo federal estabeleceu essa proibição (REIS & EGGERT, 2017).

Por que dizemos que se trata de uma falácia? Nunca é demais lembrar a importância do art.2º da referida lei, que estabelece as diretrizes do PNE, com destaque para a 9ª, com efeito, trata-se de desenvolver política de estado para a educação nacional condizente com a *promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental*, reforçando os princípios presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu artigo 3º, incisos II, III, IV e XII, como se pode verificar a seguir:

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

XII - *consideração com a diversidade étnico-racial*. (BRASIL, 1996)

Por sua vez, condizentes com a concepção de direito à educação presente na Carta Maior, em seu art.206 (BRASIL, 1988).

A GUIA DE CONCLUSÃO

É por todas as razões apontadas que assinalamos a importância de resgatar o sentido e a importância da escola pública, trata-se, nesse momento tenso, de atender ao imperativo de provermos:

[...] colectivamente um serviço público que garanta o pleno direito à educação e o acesso a uma cultura comum, para todas as crianças e jovens, em condições de equidade, de igualdade de oportunidades e de justiça social. (BARROSO, 2005, p 747)

Para tanto, é preciso repolitizar a educação pela via do enfrentamento de movimentos neoconservadores, como o “Escola sem Partido” e os discursos sobre a suposta existência da “ideologia de gênero”, pois ambos representam a intolerância com o ideal de construção de uma sociedade mais justa e democrática para todas as pessoas.

Referências

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das Políticas Públicas. *Educação & Sociedade*. Campinas, v.26, n.92, p. 725-751, 2005.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10/06/2018.

BRASIL. *Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a vio-

lência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 12/06/2018.

BRASIL. *Lei 13.055, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 05/06/2018.

BRASIL. *Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 05/06/2018.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO & ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO. *Nota 1/2016*, disponível em: <http://www.fineduca.org.br/wp-content/uploads/2016/10/Nota-conjunta-FINEDUCA-CNDE_01_2016.pdf>. Acesso em: 13/07/2018.

CARREIRA, Denise. O Informe Brasil – Gênero e Educação: da CONAE às Diretrizes Nacionais. CARREIRA, Denise *et al.* (Orgs). *Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas públicas*. São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas, 2016, p. 25-55.

FREITAS, Luiz Carlos. Três teses sobre as reformas empresariais na educação: perdendo a ingenuidade. *Cadernos Cedes*, Campinas, v.36, n.99, p. 137-153, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 17-35.

OLIVEIRA, D. A. Os docentes no Plano Nacional de Educação: entre a valorização e a desprofissionalização. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 8, n. 15, p. 447-463, 2014.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação Brasileiros. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.38, n.138, p. 9-26, 2017.

PENNA, Francisco. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) *Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 35-49.

RAMOS, Marise Nogueira. Escola sem Partido: a criminalização do trabalho pedagógico. Gaudêncio (Org.) *Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 75-87.

RIFAN, Fernando Arêas. *A ideologia de gênero*. Disponível em: <<http://cnbblesite1.org.br/2015/06/a-ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 10/07/2018.

SCALA, Jorge. *Ideologia de gênero: neototalitarismo e a morte da família*. Disponível em: <<https://pt.zenit.org/articles/ideologia-de-genero-neototalitarismo-e-a-morte-da-fami-lia/>>. Acesso em 10/07/2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

STOLKE, Verena. La mujer es puero cuento: la cultura del género. *Estudios Feministas*, Florianópolis, v.12, n.2, p. 77-105, 2004.

VIANNA, Cláudia; UNBEHAUM, Sandra. Contribuições da produção acadêmica sobre gênero nas políticas educacionais: elementos para repensar a agenda. In: CARREIRA, Denise *et al.* (Orgs). *Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas públicas*. São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas, 2016, p. 55-121.

O conjunto dos textos desta coletânea ao nos dar elementos sólidos das forças que constituem a esfinge que ameaça a democracia, a liberdade de pensamento e de organização, criminaliza movimentos sociais e pensamento de esquerda, nos dá também elementos para decifrá-la. Um passo fundamental para que, sem ódio, mas lutando por justiça, se constituam forças institucionais, políticas, jurídicas e culturais para renascer das cinzas.

Gaudêncio Frigotto

Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Pesquisador A-1 Sênior do CNPq

